



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UnB
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – CDS

CONFLITOS AMBIENTAIS URBANOS EM ÁREAS DE RESSACA:
Um Estudo da Comunidade Negra da Lagoa dos Índios em Macapá/AP

Cecília Maria Chaves Brito Bastos

Orientadora: Glória Maria Vargas

Dissertação de Mestrado

Brasília-DF: Agosto/2006



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UnB
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – CDS

**CONFLITOS AMBIENTAIS URBANOS EM ÁREAS DE RESSACAS:
Um Estudo da Comunidade Negra da Lagoa dos Índios em Macapá/AP**

Cecília Maria Chaves Brito Bastos

Dissertação de Mestrado submetida ao Centro de desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do Grau de Mestre em Desenvolvimento Sustentável, área de Concentração em Política em Gestão Ambiental, opção Acadêmica.

Aprovado por:

Glória Maria Vargas, Doutora (USP)
(Orientadora)

Magda Eva Soares de Faria Wehrmann, Doutora (UnB)
(Examinador Interno)

José Aroudo Mota, Doutor (CDS/UnB)
(Examinador Externo)

Brasília-DF, 14 de Agosto de 2006

Bastos, Cecília Maria Chaves Brito

Conflitos ambientais Urbanos em Áreas de Ressaca: Um Estudo da Comunidade Negra da Lagoa dos Índios em Macapá/AP / Bastos, Cecília Maria Chaves Brito. Brasília, 2006.

16...p.: il.

Dissertação de Mestrado – Universidade de Brasília. Centro de Desenvolvimento Sustentável.

1. Conflitos ambientais urbanos. 2. Espaço. 3. Áreas de Ressaca. 4. Território e Territorialidade. 5. Comunidade Quilombola. I. UnB-CDS. II. Título (série)

É concedida à Universidade de Brasília permissão para reproduzir cópias desta dissertação e emprestar ou vender tais cópias somente para propósitos acadêmicos e científicos. A autora reserva outros direitos de publicação e nenhuma parte desta dissertação de mestrado pode ser reproduzida sem autorização por escrito da autora.

Cecília Maria Chaves Brito Bastos

Ao meu pai Armindo da Cruz Brito (*in memoriam*) e a minha mãe Maria Nazaré Chaves Brito, pela bondade e dedicação, a Ananda, Bruna e Argemiro, pela paciência e compreensão e aos meus irmãos Daímio, Domingos, Diógenes, Daginete e Daniel, pela amizade constante.

AGRADECIMENTOS

A Deus, que iluminou meu caminho, dando-me forças para vencer todas as adversidades.

À Universidade Federal do Amapá, por proporcionar a minha capacitação, liberando-me e concedendo-me uma bolsa de estudo, condição que em muito ajudou na difícil tarefa para a realização do mestrado.

Aos meus colegas de colegiado, em especial aos professores Mariana, Simone, Carmentilla, Dorival “Ney”, Katy, Verônica e Jarbas pelo estímulo e compreensão.

À comunidade Lagoa dos Índios por me fornecer dados necessários à pesquisa.

À professora Glória Maria Vargas - uma “glória” num momento difícil de minha caminhada -, pela disponibilidade, rigor analítico e paciência.

Aos meus amigos Julliana, Cristiano, Bruno, Patrícia e Wander pela forma carinhosa com que me receberam em suas vidas.

Às pessoas que me receberam de braços abertos em suas casas: Fábio e Lígia, Neide, Nogueira, Bianca, Luana e Maria.

As minhas amigas e colegas Ester, Maíse, Eliana e Jane pelo apoio no trabalho de campo.

À minha família Brito e Bastos sempre solidária e compreensiva durante o período de mestrado.

Em especial a meu adorável marido Argemiro, companheiro de todos os momentos.

À minha irmã Daguinete Maria, pela solidariedade e constante incentivo.

Às minhas filhas Ananda e Bruna, inúmeras vezes sacrificadas, mas sempre compreensivas e carinhosas.

RESUMO

Esta dissertação apresenta um estudo dos conflitos ambientais resultantes do processo de urbanização da Ressaca Lagoa dos Índios no município de Macapá/Amapá. A Ressaca, patrimônio natural da cidade comporta uma comunidade quilombola em seu território. Assim, o estudo tem por objetivo apresentar uma análise da expansão e do crescimento urbano de Macapá sobre o território da comunidade da Ressaca Lagoa dos Índios, expondo os conflitos ambientais e as contradições presentes na realização desse processo. Este estudo justifica-se pela compreensão de que o território da Ressaca vem sofrendo um processo de constante expropriação, imposta por novas condicionalidades econômicas e ambientais que interferem na manutenção de atividades tradicionais, baseadas no uso comum do território quilombola. O estudo do campo dos conflitos, entendidos como aqueles que envolvem grupos sociais que têm modos diferenciados de apropriação, uso e significação dos recursos ambientais foram fundamentais na condução da formulação e delimitação do objeto de estudo. Os conceitos de espaço, território e territorialidade foram importantes para identificar os grupos sociais locais e essenciais para caracterizar as ações dos atores presentes na Ressaca. Os procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa foram compostos por pesquisa documental em órgãos públicos; observação participativa na unidade de análise pesquisada; e entrevistas semi-estruturas, a partir dos pressupostos da História Oral, com atores de órgãos governamentais, sociedade civil, setor do capital privado e membros da comunidade. Diante dos resultados do estudo, conclui-se que as discussões sobre os conflitos ambientais entre os atores (sejam institucionais ou não) são fundamentais para evidenciar os conflitos no território da Ressaca, a partir da ação concreta dos atores e de suas visões de mundo, elementos necessários para a proposição de alternativas que visem a sustentabilidade do território da comunidade quilombola.

Palavras-Chave: Conflito Ambiental Urbano; Áreas de Ressaca; Comunidade Quilombola; Espaço, Território e Territorialidade.

ABSTRACT

This paper presents a study of the resultant ambient conflicts of the process of urbanization in the Undertow Lagoon of the Indians in the city of Macapá/Amapá. The Undertow, natural patrimony of the city, holds in its territory a community quilombola. Thus, the study has for objective to present an analysis of the expansion and the urban growth of Macapá on the territory of the community of the undertow Lagoon of the Indians, displaying the ambient conflicts and the contradictions gifts in the accomplishment of this process. This study is justified for the understanding that the territory of the Undertow comes suffering a process from constant expropriation, imposed for new economic and ambient conditions that intervene with the maintenance of traditional activities, based in the use joint of the quilombola territory. The study of the field of the conflicts, understood as those that involve social groups that have differentiated ways of appropriation, use and meaning of the environmental resources, they had been basic in the conduction of the formularization and delineation of the study object. The concepts had been important indicators of the forms of production of the space, of the territory and the territoriality for the local social groups, as essential to characterize the actions of the actors gifts in the Undertow. The used methodological procedures in the research had been composites for documentary research in public agencies; participative comment in the unit of searched analysis; e interviews half-structures, from the estimated ones of Verbal History, with actors of governmental bodies, civil society, sector of the private capital and members of the community. Ahead of the results of the study, one concludes that the quarrels on the ambient conflicts between the actors (they are institutional or not) are basic to evidence the conflicts in the territory of the Undertow, from the concrete action of the actors and its views of world, necessary elements for the proposal of alternatives that aim at the sustentabilidade of the territory of the quilombola community.

Word-Key: Urban Ambient conflict; Areas of Undertow; Quilombola community; Space, Territory and Territoriality.

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS	
LISTA DE QUADROS	
LISTA DE TABELAS	
LISTA DE SIGLAS	
INTRODUÇÃO	1
1 CONFLITOS AMBIENTAIS: ABORDAGEM CONCEITUAL	10
1.1 OS CONFLITOS AMBIENTAIS COMO CAMPO DE ESTUDO	10
1.2 CONFLITOS AMBIENTAIS URBANOS E TERRITORIALIDADE	16
2. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICO-GEOGRÁFICA DO PROCESSO DE APROPRIAÇÃO E USO DO ESPAÇO DA RESSACA LAGOA DOS ÍNDIOS EM MACAPÁ/AP	25
2.1 PRODUÇÃO DO ESPAÇO AMAZÔNICO	25
2.2 MODO DE APROPRIAÇÃO HISTÓRICO-GEOGRÁFICA DO ESPAÇO URBANO DE MACAPÁ	32
2.3 PROCESSO DE OCUPAÇÃO DA LAGOA DOS ÍNDIOS	50
2.3.1 A presença dos Moradores Negros na Ressaca Lagoa dos Índios	50
2.3.2 Novos Agentes no Território da Ressaca Lagoa dos Índios	63
3 DESCRIÇÃO DOS IMPACTOS AMBIENTAIS E DOS ATORES PRESENTES NA RESSACA LAGOA DOS ÍNDIOS	72
3.1 DESCRIÇÃO DOS IMPACTOS AMBIENTAIS NA RESSACA LAGOA DOS ÍNDIOS	72
3.1.1 Avanço do espaço transformado sobre o espaço natural da Ressaca Lagoa dos Índios	73
3.1.1.1 Alterações caracterizadas pela supressão da mata ciliar	77
3.1.1.2 Modificação do relevo da Lagoa	79
3.1.1.3 Destruição do ecossistema ressaca pelas queimadas	80
3.1.2 Ocupação da Lagoa: área de proteção ambiental e cultural	81
3.1.3 Apropriação do território da comunidade quilombola pelo processo de especulação imobiliária	82
3.2 OS ATORES E SEUS PAPÉIS	85
3.2.1 Poder Público	85
3.2.1.1 Governo Federal	87
3.2.1.1.1 Fundação Cultural Palmares (FCP)	87
3.2.1.1.2 Secretaria Especial de Políticas de Promoção a Igualdade Racial (Seppir)	88
3.2.1.1.3 Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra)	89
3.2.1.2 Governo Estadual	90
3.2.1.2.1 Secretaria Extraordinária dos Afrodescendentes do Amapá (Seafro)	90
3.2.1.2.2 Secretaria de Estado do Meio Ambiente (Sema)	91
3.2.1.3 Governo Municipal	93
3.2.1.3.1 Secretaria de Meio Ambiente e Turismo (Semat)	93
3.2.2 Atores privados	94
3.2.2.1 Grupo de Concessionária Automobilístico (Moseli e Renault Veículos e Trilha Norte)	98
3.2.2.2 Revendedora de bebidas (Dabel)	96
3.2.2.3 Choperia da Lagoa, Faculdade de Macapá (Fama) e Supermercado Y Yamada	98
3.2.3 Sociedade Civil	100
3.2.3.1 Instituto Ecológico e Cultural Amigos em Ação (IECA)	101
3.2.4.1 Associação dos Moradores da Comunidade Lagoa dos Índios (AMCLI)	102

3.2.4.2 Associação de Mulheres Negras da Comunidade Lagoa dos Índios (AMNECLI)	102
4 CONFLITOS AMBIENTAIS URBANOS NO TERRITÓRIO DA RESSACA LAGOA DOS ÍNDIOS	105
4.1 CRITÉRIOS DE DEFINIÇÃO E TIPOLOGIA DOS CONFLITOS AMBIENTAIS	105
4.2 CONFLITOS AMBIENTAIS NO TERRITÓRIO DA RESSACA LAGOA DOS ÍNDIOS	109
4.2.1 Conflito pelo controle do território da comunidade quilombola	109
4.2.2 Conflito pela demarcação do território quilombola	114
4.2.3 Conflito pelas formas de apropriação do território e uso de seus recursos	121
4.2.4 Conflitos em torno da falta de planejamento, fiscalização e monitoramento do território da Ressaca	125
4.2.5 Conflito em torno da legitimidade política de intervenção no território da Ressaca, com base na idéia de conservação do patrimônio natural	128
CONSIDERAÇÕES FINAIS	131
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	136
ANEXO	142
ANEXO 1	143

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - Ressaca Lagoa dos Índios localizada na bacia do Igarapé da Fortaleza, município de Macapá.	03
FIGURA 2 - Mapa da evolução urbana de Macapá (1872-1973).	43
FIGURA 3 - Mapa da evolução urbana de Macapá – 1973-2004.	49
FIGURA 4 - Igarapé que atravessa o território da comunidade quilombola.	51
FIGURA 5 - Ramal Lagoa dos Índios que dá acesso à Vila Comunitária (em dois momentos): mansões de moradores particulares e casas de moradores negros.	57
FIGURA 6 – Vila comunitária da Lagoa dos Índios	58
FIGURA 7 - Terreno (com cercado de alvenaria) dentro da vila comunitária.	58
FIGURA 8 - Igarapé dentro do terreno pertencente à família Natividade dos Santos, localizado nas margens do Igarapé da Fortaleza (balneário de final de semana).	59
FIGURA 9 - Tipos de habitações dentro da vila comunitária.	59
FIGURA 10 - Crianças da comunidade Lagoa dos Índios.	61
FIGURA 11 - Escola Estadual Lagoa dos Índios na vila comunitária	61
FIGURA 12 - Centro de Convivência Lagoa dos Índios – vila comunitária.	62
FIGURA 13 - Igreja Nossa Senhora do Carmo, na vila comunitária.	62
FIGURA 14 - Ponte de concreto sobre a Lagoa dos Índios, na rodovia Duque de Caxias.	64
FIGURA 15 - Prédio do Iapen e antiga Fábrica de Goiaba.	64
FIGURA 16 - Residência na área do Conjunto Cabralzinho.	67
FIGURA 17 - Vista parcial do Conjunto Buriti, lado direito da rodovia Duque de Caxias no sentido leste-oeste.	67
FIGURA 18 - Zoneamento da área da Ressaca Lagoa dos Índios.	70
FIGURA 19 – Águas residuais provenientes das atividades do IAPEN, lançado diretamente no solo, em dois momentos.	75
FIGURA 20 – Banhistas de final de semana – Ponte da rodovia Duque de Caxias.	76
FIGURA 21 – Obras de ampliação do terreno do senhor Odilon Filho na borda da Lagoa dos Índios.	77
FIGURA 22 – Retirada de argila da ressaca Lagoa dos Índios – Macapá.	79
FIGURA 23 – Queimada dentro da Lagoa, durante o período seco (verão).	80
FIGURA 24 – Vista da área da Lagoa, mostrando o processo de expansão.	82
FIGURA 25 – Concessionárias Trilha Norte, Renault Veículos e Moseli, lado esquerdo da rodovia Duque de Caxias – sentido leste-oeste.	96
FIGURA 26 – Empresa Revendedora de Bebida Skol, ao lado das Concessionárias de veículos.	97
FIGURA 27: Empresas instaladas ao longo da rodovia Duque de Caxias: Supermercado Y Yamada e Fama.	98

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – RELAÇÃO DE TÍTULOS DEFINITIVOS INSERIDOS NO TERRITÓRIO PLEITEADO PELA COMUNIDADE REMANESCENTE DE QUILOMBOS DA LAGOA DOS ÍNDIOS (MACAPÁ-AP)	84
QUADRO 2 – RELAÇÃO DE TÍTULOS DEFINITIVOS PRÓXIMOS AO TERRITÓRIO PLEITEADO PELA COMUNIDADE REMANESCENTE DE QUILOMBOS DA LAGOA DOS ÍNDIOS (MACAPÁ-AP)	84
QUADRO 3 - TIPOLOGIA DOS CONFLITOS AMBIENTAIS URBANOS NO TERRITÓRIO DA RESSACA LAGOA DOS ÍNDIOS	108

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – TAXA MÉDIA DE CRESCIMENTO ANUAL DA POPULAÇÃO RESIDENTE - REGIÃO NORTE-AMAPÁ-MACAPÁ.	44
TABELA 2 – CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO URBANA DA REGIÃO NORTE	46
TABELA 3 – POPULAÇÃO E DENSIDADE DEMOGRÁFICA DO ESTADO DO AMAPÁ, POR MUNICÍPIO (1991-2000).	47
TABELA 4 – POPULAÇÃO URBANA E RURAL DO ESTADO DO AMAPÁ -2000.	47

LISTA DE SIGLAS

ALCMS	Área de Livre Comércio de Macapá e Santana
AMCEL	Companhia Amapá Florestal Celulose S/A.
AMCLI	Associação dos Moradores da Comunidade Lagoa dos Índios
AMNECLI	Associação de Mulheres Negras da Comunidade Lagoa dos Índios
APA	Área de Proteção Ambiental.
BA	Batalhão Ambiental.
BASA	Banco da Amazônia S/A.
BB	Banco do Brasil
BIS	Batalhão de Infantaria e Selva.
BRUMASA	Empresa Bruynzeel de Madeira S/A
CAEMI	Companhia Auxiliar de Empresas de Mineração.
CAESA	Companhia de Água e Esgoto do Amapá.
CCADA	Conselho das Comunidades Afro-descendentes do Amapá.
CEA	Companhia de Eletricidade do Amapá.
CEF	Caixa Econômica Federal.
CPAIA	Colônia Penal Agropecuária e Industrial do Amapá.
CONNGO	Organizações Negras Não Governamentais do Amapá.
COPEN	Complexo Penitenciário do Estado do Amapá
COPRAM	Companhia Progresso do Amapá
DABEL	Distribuidora de Bebidas Ltda.
DETRAP	Departamento Estadual de Transportes.
DETUR	Departamento de Turismo.
DRT	Departamento de Estradas e Rodagem
ELETRONORTE	Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A

EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisas
FAMA	Faculdade de Macapá.
FCP	Fundação Cultural Palmares
FUNASA	Fundação Nacional de Saúde.
IAPEN	Instituto de Administração Penitenciária do Estado do Amapá
IBAMA	Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis.
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
ICOMI	Indústria e Comércio de Mineração S/A.
IEPA	Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá.
IMENA	Instituto de Mulheres Negras do Amapá
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.
INPA	Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia.
IRDA	Instituto Regional de Desenvolvimento do Amapá.
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário.
MMA	Ministério do Meio Ambiente, Recursos Hídricos e da Amazônia Legal.
ONGs	Organizações Não Governamentais.
PDSA	Programa de Desenvolvimento Sustentável.
PMM	Prefeitura Municipal de Macapá
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente.
PMM	Prefeitura Municipal de Macapá.
RURAP	Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá.
SEAFRO	Secretaria Extraordinária dos Afrodescendentes.
SEED	Secretaria Estadual de Educação.
SEJUSP	Secretaria de Justiça e Segurança Pública
SEPPIR	Secretaria Especial de Políticas de Promoção a Igualdade Racial.
SEMA	Secretaria Estadual de Meio Ambiente.
SEMAT	Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo
SENAT	Serviço Nacional de Apoio ao Transporte.
SEST	Serviço Social de Transporte.
SETRACI	Secretaria Estadual do Trabalho e da Cidadania
SETUR	Secretaria de Turismo do Estado do Amapá.
SPEVEA	Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia.
SPU	Secretaria do Patrimônio da União.
SUFRAMA	Superintendência da Zona Franca de Manaus
TERRAP	Instituto de Terras do Amapá.
TFA	Território Federal do Amapá.
UNIFAP	Universidade Federal do Amapá.
URBAN	Empresa Municipal de Urbanização de Macapá

INTRODUÇÃO

Na história da humanidade o modo de apropriação e uso da base material da sociedade sempre definiu as relações de poder em torno dos recursos de um determinado território. Assim, no decorrer dos séculos, as sociedades produziram sua existência tendo por base a distribuição do poder a partir da diferenciação na distribuição dos recursos - acesso à terra fértil, as fontes de água e dos recursos vivos. Historicamente, a forma diferenciada dessa distribuição de poder sobre os recursos da base material evidenciou a capacidade de influência que os sujeitos sociais adquiriram sobre os marcos regulatórios jurídico-políticos, sobre os mecanismos econômicos de competição e sobre a acumulação ou do exercício da força direta; e, sobretudo, configuraram os esquemas de percepção, idéias e visões de mundo que legitimaram os modos de apropriação e distribuição desse poder sobre os recursos territorializados.

Essa forma de organização da sociedade desencadeou processos de disputas sociais em torno da mudança ou da conservação da estrutura de distribuição de poder que, ao longo dos tempos, passou a ser objeto de contestação e motivação para lutas sociais, econômicas e políticas e, também, para lutas no campo simbólico. São essas lutas decorrentes das disputas no campo material e simbólico que vêm, historicamente, desenhando cenários de conflitos nos diferentes espaços sociais.

Atualmente, entre os diversos espaços de constituição dos conflitos na sociedade, ressalta-se o campo dos conflitos estruturados em torno da questão urbano-ambiental. Nesse sentido, uma dinâmica intrincada de relações e disputas de poder produz diferentes ações que envolvem a cidade e seu ambiente, gerando importantes limites à formulação de diretrizes da política ambiental.

Os debates centrados nos desafios ambientais a partir da urbanização identificam um amplo campo de conflitos sociais em torno do uso e da apropriação do território e dos elementos sociais, bióticos e abióticos do espaço urbano. De acordo, com Costa e Braga (2004) alguns mapeamentos desses debates vêm sendo feitos nos últimos anos, com o objetivo de identificar as origens, as trajetórias e as diferentes ações que caracterizam os campos temáticos e de formulação de políticas em torno das questões ambientais, sociais e urbanas. Em geral, os debates realizados apontam para origem e trajetórias diversas, mas com caminhos de convergência em torno do conceito de desenvolvimento sustentável, prescritos na constituição de agendas, encontros ou projetos de cooperações internacionais. Contudo, afirmam as autoras que dentro desse mapeamento alguns trabalhos trazem argumentos que

evidenciam situações características da urbanização brasileira, não só como materialização de injustiças ou distorções econômicas, mas como de fato expressões de conflitos ambientais decorrentes de práticas urbanas.

O fato é que a prática ambiental ganha contornos de grande complexidade em uma realidade heterogênea como a brasileira, na qual as cidades convivem com diferentes lógicas de apropriação e uso do espaço urbano, configurando o modo como se organizam as relações espaciais e as formas de apropriação do território e seus recursos.

A compreensão de que as diferentes lógicas de apropriação destes espaços geram conflitos em torno de seu uso e significação, promove entre os atores sociais diversas ações voltadas para a formulação de políticas ambientais e urbanas, que, no mais, constituem a tensão entre o público e o privado em torno dos recursos econômicos, sociais, culturais, bióticos e abióticos da cidade e seu entorno. Desta forma, a questão principal colocada na pesquisa é: Como distintos projetos influenciaram no modo de apropriação, uso e significação do território da Ressaca Lagoa dos Índios?

De acordo com a questão apresentada, propõe-se o estudo de caso da comunidade negra da Ressaca Lagoa dos Índios, comunidade remanescente de quilombo localizada no município de Macapá/Amapá.

Quanto ao recorte espacial, optou-se por restringir o objeto de estudo a partir das problemáticas socioambientais específicas da Ressaca Lagoa dos Índios, localizada dentro dos limites geográficos da bacia hidrográfica do Igarapé da Fortaleza (Figura 1).

A Lagoa dos Índios está entre as oito (8) Ressacas existentes no município de Macapá¹. O termo “Ressaca”, conforme Takiyama e Silva (2003) é uma denominação regional para ecossistema típico das zonas costeiras. Essas áreas são influenciadas pelo regime hídrico das marés e pela sazonalidade das chuvas; além de serem dominadas pela vegetação de buritizais e pela floresta de várzea ao logo do curso d’água. As ressacas constituem, ainda, bacias

¹ De acordo com Takiyama e Silva (2003) na área urbana do município de Macapá situam-se as seguintes ressacas: **Ressaca Lago da Vaca** (ao norte da cidade de Macapá próximo ao limite urbano e da APA do Curiaú, entre os bairros Jardim Felicidade e Novo Horizonte; ligada diretamente ao rio Amazonas); **Ressaca Lago do Pacoval** (abrange os bairros de São Lázaro, Pacoval e Jesus de Nazaré, próximo área da INFRAERO; tem como principal fluxo de água, o canal do Jandiá, que deságua no rio Amazonas); **Ressaca Lagoa dos Índios** (situada ao longo da Rodovia Duque de Caxias, abrangendo os conjuntos residenciais Buriti, Cajari, Lagoa dos Índios e Cabralzinho. A maior parte dessas ocupações está na borda da Lagoa dos Índios; está ligada ao igarapé Fortaleza); **Ressaca Sá Comprido** (localizada próximo à rodovia Duque de Caxias, às margens da Lagoa dos Índios, no bairro Alvorada); **Ressaca Laguinho Nova Esperança** situada ao lado da área do Exército (3o. BIS), no bairro Nova Esperança, não tem drenagem de ligação com outras áreas); **Ressaca Chico Dias** (localizada no bairro Novo Buritizal e Congós e ligada ao igarapé Fortaleza); **Ressaca Beiril** (ligada ao igarapé Fortaleza e localizada próximo à ressaca Chico Dias, entre os bairros do Congós, Marco Zero, Buritizal e Muca); e **Ressaca Tacacá** (situada ao Sul da cidade de Macapá, entre os bairros Zerão e Universidade; ligada ao igarapé Fortaleza).

naturais de acumulação hídrica para onde se destinam às drenagens pluviais e servem para controle das inundações; como corredores naturais de vento que amenizam o desconforto térmico e influenciam no micro clima da cidade.

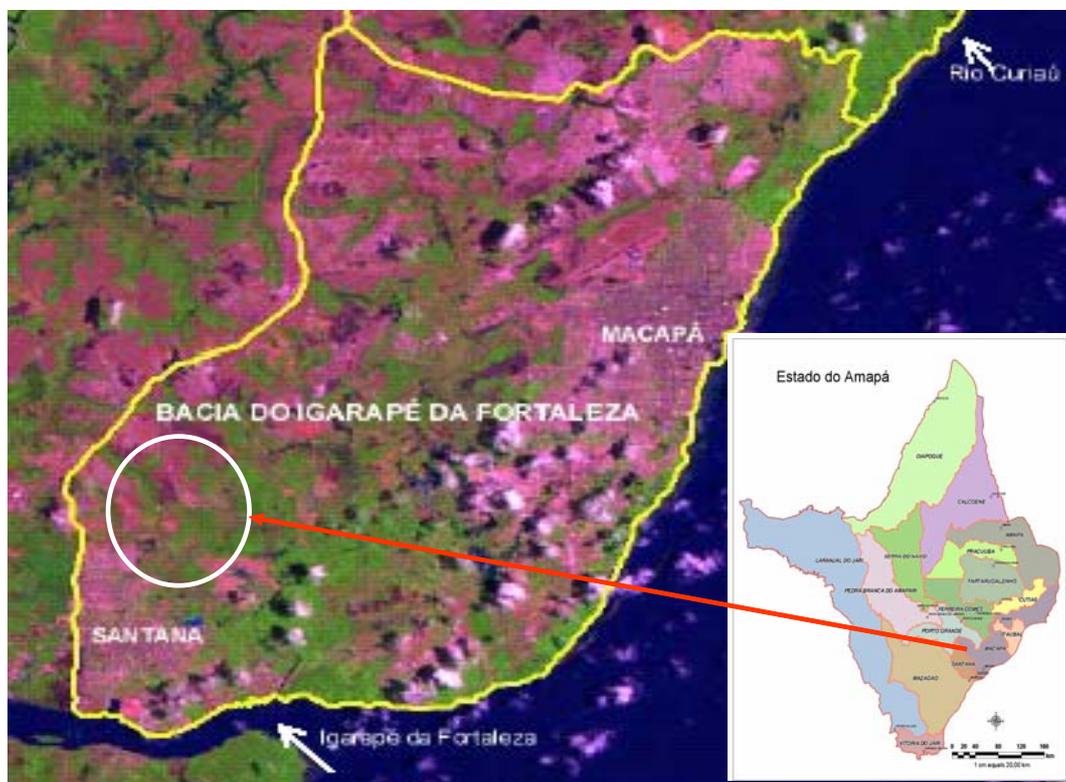


Figura 1: Ressaca Lagoa dos Índios localizada na bacia do Igarapé da Fortaleza, município de Macapá.
Fonte: Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá Instituto: CPAQ/Iepa e DGEO/Sema, 2005.

A partir da escolha da Ressaca Lagoa dos Índios - considerada patrimônio natural e território ocupado secularmente por uma comunidade remanescente de quilombo - chegou-se a uma unidade de análise compreendida pela área de influência direta do crescimento urbano em direção à parte oeste da cidade de Macapá, principal área afetada por empreendimentos públicos, tais como a construção da rodovia Duque de Caxias, como também por empreendimentos empresariais e habitacionais. Justifica-se, assim, a área de estudo pela influência direta do processo de urbanização que avança sobre a Ressaca Lagoa dos Índios, principalmente a partir das duas últimas décadas do século XX.

É importante ressaltar que na unidade de análise, as novas dinâmicas socioespaciais, levaram o poder público a construir dois instrumentos legais que se sobrepõem como forma de “preservar” a ressaca e “proteger” o território da comunidade quilombola: de um lado a

Ressaca foi tombada como patrimônio natural, em 1999² e, de outro, foi iniciado o processo de demarcação e titulação da Comunidade Lagoa dos Índios como Comunidade Remanescente de Quilombo, em 2001³. Levando-se em consideração que os dois instrumentos referem-se ao mesmo espaço, foram usados critérios histórico-geográficos, socioeconômicos e ambientais para delimitar a área de estudo.

No recorte espacial de análise percebeu-se a movimentação e a coexistência de atividades modernas – relacionadas a empreendimentos comerciais e habitacionais – com atividades tradicionais - baseadas no uso direto da biodiversidade pela comunidade negra ali existente. Percebe-se, assim, que a diversidade cultural está intrinsecamente relacionada à biodiversidade natural. Portanto, a compreensão que se tem sobre o território estudado, não constitui apenas um espaço físico limitado geograficamente, mas um espaço que tem uma história, uma cultura. Parafraseando Morin (1999) o agir transformador de um determinado território implica na consciência e compreensão do seu processo histórico.

Para estudar o território da Ressaca Lagoa dos Índios, de acordo com as questões apresentadas, destacou-se como campo de estudo os conflitos ambientais urbanos, a partir da análise das ações e das visões de mundo dos diferentes atores presentes na área estudada.

Em relação ao campo de estudo a ser trabalhado – os conflitos ambientais -, compreende-se, a partir da literatura especializada que o campo ambiental relaciona os conflitos a diferentes abordagens, pois, de um modo geral, a definição do termo é, em si mesma, um problema, com vários usos polissêmicos. Isso permite afirmar que o campo dos conflitos ambientais constitui uma área em formação, por isso um campo fértil para a combinação de perspectivas (ALONSO e COSTA, 2002). Assim, para compreender a formação do campo de estudo, propõe-se estabelecer uma breve discussão sobre conflitos ambientais, para depois abordar os conflitos ambientais urbanos relacionados aos distintos projetos de apropriação e uso do território onde reside a comunidade negra da Lagoa dos Índios.

² Lei Estadual Nº. 0455/99 (Lei de Preservação das Ressacas) de julho de 1999. Dispõe sobre a preservação das ressacas, bem como privilegia a criação de áreas protegidas a partir de ressacas presentes nas áreas municipais urbanas. Disponível em: <http://www.amapa.gov.br/noticias-gov>. Acessado em: 04 out. 2004.

³ A comunidade Lagoa dos Índios, através da Fundação Cultural Palmares, iniciou em 2001 o processo de reconhecimento da área como Remanescente de Quilombo. Atualmente, o processo encontra-se no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra/Ap) sob o nº 54350.000348/2004-98 que prevê a “Identificação, Reconhecimento, Delimitação, Demarcação e Titulação de Terras Ocupadas”. No mês de agosto de 2005, a Comunidade Negra Lagoa dos Índios recebeu título de Auto-Reconhecimento como Comunidade Quilombola pela Fundação Cultural Palmares. Atualmente, está sendo concluído o processo de delimitação da área e o relatório antropológico referente à comunidade.

Na concepção de Acserald (2004), a análise dos conflitos, dentro da sociologia da questão ambiental, tem encontrado dificuldades para caracterizar os “conflitos ambientais” como objeto científico. Essas dificuldades dizem respeito, sobretudo, à complexidade da caracterização do campo ambiental como um campo específico de construção e manifestação dos conflitos.

No Brasil, as concepções dos autores que tratam conceitualmente do termo “conflito ambiental” distinguem-se pela forma de abordar o termo, mas apresentam uma convergência para as definições estabelecidas pela conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio 92). Little (2001) aponta como importante campo de estudo e de ação política, a abordagem dos “conflitos socioambientais”, definindo esses conflitos, como embate entre grupos sociais, em função de seus distintos modos de inter-relacionamento ecológico (que envolve o meio social e natural). Essa definição focaliza o relacionamento dinâmico e interdependente entre o mundo biofísico e o mundo social e identifica as novas realidades socioambientais que surgem da interação entre esses dois mundos. Barbanti Jr. (2001) compreende a estruturação de conflitos, entendidos como “conflitos sociais relacionados ao meio ambiente”, construindo um eixo analítico pautado pelas ciências sociais e os seus saberes. Já Acserald (2004) aprofunda sua discussão na estruturação do conceito de “conflitos ambientais”, compreendidos como aqueles que envolvem grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significação do território, tendo origem quando pelo menos um dos grupos tem a continuidade das formas sociais de apropriação do meio que desenvolve ameaçada por impactos indesejáveis – sejam eles transmitidos pelo solo, água, ar ou sistemas vivos – decorrentes do exercício das práticas de outros grupos.

A abordagem dos conflitos ambientais constitui um campo em formação e disputa com significados relevantes no plano das ações materializadas e das visões de mundo. Assim, as vertentes apresentadas aqui como referência, não serão consideradas como excludentes, mas complementares. Portanto, para atender aos objetivos deste estudo, propõe-se utilizar a estrutura analítica fundamentada nos autores identificados com fins a estabelecer uma definição que comporte a análise proposta para os conflitos ambientais urbanos na área da Ressaca Lagoa dos Índios.

Em consonância com a abordagem proposta, o objetivo desta dissertação é apresentar uma análise da expansão e do crescimento urbano de Macapá sobre o território da comunidade da ressaca Lagoa dos Índios, expondo os conflitos ambientais e os atores presentes na realização desse processo. Nesta direção, alguns objetivos específicos estão delineados abaixo:

- a) Discutir o estudo dos conflitos ambientais como imprescindível para a aproximação entre as questões ambiental e urbana, destacando a relação entre natureza e meio ambiente;
- b) Analisar os principais conflitos ambientais decorrentes dos distintos projetos de apropriação e uso do território da comunidade negra da Ressaca Lagoa dos Índios;
- c) Contextualizar os conflitos ambientais urbanos, a partir da reconstituição histórico-geográfica e ambiental da área da Ressaca e da comunidade Lagoa dos Índios, relacionando-os à produção do espaço amazônico e amapaense; e
- d) Descrever as novas dinâmicas socioecológicas motivadas pelas práticas urbanas, além de caracterizar os principais atores no âmbito do governo (federal, estadual e municipal), da sociedade civil, dos agentes do capital privado e da comunidade.

No sentido de concretizar os objetivos propostos, primeiramente, foi feito levantamento bibliográfico para definir os pressupostos teóricos e os conceitos norteadores da pesquisa. Desta forma, destacaram-se as formas de produção do espaço, do território e da territorialidade pelos grupos sociais locais, como essencial para os estudos das ações e das visões de mundo dos atores presentes na Ressaca Lagoa dos Índios. Esses pressupostos foram construídos, principalmente, levando-se em consideração a perspectiva teórica de geógrafos e antropólogos conforme considerações abaixo.

Santos (2002, p. 64) considera o espaço como produto de uma construção social, ou seja, como um conjunto indissociável de “sistemas de objetos e sistemas de ações” que permite a um só tempo, trabalhar o resultado conjunto dessa interação, como processo e como resultado que por meio de suas características próprias, dá conta da multiplicidade e da diversidade de situações e processos. Ou seja, o espaço é visto como uma dimensão da reprodução social, por ser histórica e socialmente construído.

A partir desse conceito pôde-se apreender o espaço urbano como um objeto de estudo representativo de um estágio histórico dos movimentos e mudanças sociais e ecológicas combinadas, que modificam permanentemente o espaço em questão. Ou como diz Lefebvre (1976), o espaço é formado e moldado a partir de elementos históricos e naturais, por isso constitui a matriz sobre a qual as novas ações substituem as ações passadas. “É ele, portanto, presente, passado e futuro” (SANTOS, 2002, p. 104).

O espaço urbano constitui-se, assim, como o resultado de ações acumuladas através do tempo, tornando-se o produto de uma construção social. Souza (1997 apud COELHO, 2005) considera o espaço social, num primeiro momento, como um produto da transformação da natureza, ou do espaço natural (rios, solos, etc.) realizada pelo trabalho social. Desta forma,

são as relações sociais que produzem o espaço, embora em graus muito variados de intervenção e alteração pelo homem. Por exemplo, as mínimas modificações induzidas por uma sociedade de caçadores e coletores, em épocas passadas são passíveis de serem consideradas como impactos ambientais fracos; já um ambiente construído e altamente artificial como uma grande metrópole contemporânea passa a ser visto como de fortíssimo impacto sobre o ambiente natural.

Levando em conta as modificações do espaço construído, Santos (2003, p. 22) considera “tanto as técnicas que se tornaram território, com sua incorporação ao solo [...] como os objetos técnicos ligados à produção e os insumos técnico-científicos destinados a aumentar a eficácia, a divisão e a especialização do trabalho nos lugares”. É neste sentido que um território condiciona a localização dos atores, pois as ações que sobre ele se operam dependem da sua própria constituição.

Neste sentido, Raffestin (1993, p. 144) entende o território como sendo “um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por conseqüência, revela relações marcadas pelo poder”. Assim, o território se apóia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção a partir do espaço. Ou como afirma Haesbaert (2004), o território é produto da apropriação de um dado segmento do espaço, por um dado segmento social, nele estabelecendo-se relações políticas de controle ou relações afetivas identitárias e de pertencimento, o que demarca a territorialidade de um determinado grupo social.

Essa concepção de territorialidade destaca o espaço socialmente apropriado, produzido e dotado de significados. Contudo, Raffestin (1993) firma que a territorialidade não se restringe a um conjunto de relações de poder, nela deve-se incluir também a própria natureza econômica e simbólica do poder. Por isso, segundo Haesbaert (2004, p. 85), Raffestin considera “como ‘trunfos’ do poder a população, os recursos e o território”, já que não há território sem recursos e sem população.

O espaço geográfico, assim constituído, é simultaneamente reflexo, mediação e condição social, estando, portanto, impregnado de contradições e conflitos e, sobretudo, é objeto das visões de mundo dos grupos sociais (HAESBAERT, 2004). Desta forma, pode-se dizer que o conceito de território surge diretamente das condutas de territorialidade de um grupo social, implicando dizer que qualquer território é um produto histórico de processos sociais e políticos. Ou seja, a territorialidade tem um papel importante na constituição de grupos sociais, por isso é fundamental perceber a territorialidade humana em termos de densidade populacional e limitações de recursos naturais. A construção do território, nesse sentido, se faz no processo da interação contínua entre uma sociedade em movimento e um

espaço físico particular que se modifica permanentemente de acordo com as condutas dos grupos sociais. No processo de construção do espaço, o ambiente modifica-se e, ao mesmo tempo, é modificado. Ao ser modificado, torna-se condição para novas mudanças, modificando, assim, a sociedade; o que caracteriza uma construção social na qual a natureza transformada está presente.

Considera-se, então, que a produção dos conflitos na sociedade diz respeito a um movimento simultâneo das condições sociais e ecológicas, estimulada pelos impulsos das relações entre forças externas e internas à unidade espacial, ecológica, histórica ou socialmente determinada (COELHO, 2005). Assim, os conflitos gerados por impactos ambientais constituem processos de mudanças sociais e ecológicas causadas por “perturbações” diversas no ambiente, a exemplo das ações modernizantes vistas a partir da construção de um objeto novo, como uma estrada ou uma indústria no ambiente.

Portanto, considera-se importante evidenciar a dimensão ambiental do urbano, pois ela constitui um campo em construção e disputa, com diferentes significados no plano das ações travadas no espaço e no território da comunidade analisada. Ou como afirma Little (2002) para analisar o território de qualquer grupo, precisa-se de uma abordagem histórica que trata do contexto específico em que surgiu e dos contextos em que foi defendido e/ou reafirmado.

A construção do marco teórico revelou-se num passo fundamental para a delimitação do objeto da pesquisa. Assim, de acordo com a abordagem conceitual de espaço, território e territorialidade procedeu-se a identificação das principais mudanças no espaço urbano da área da Lagoa dos Índios, nas duas últimas décadas do século XX, de maneira a contemplar as diferentes formas históricas de apropriação, ocupação e organização social do território estudado.

Como procedimento metodológico adotou-se três técnicas relacionadas entre si: 1) coleta de documentos em diversos órgãos institucionais e da sociedade civil: Incra, Sema, Seafro, Iapen, Semat, Urban, Imena, CCADA. O objetivo principal desse procedimento foi compor um quadro das transformações ocorridas no território da Ressaca Lagoa dos Índios; 2) observação participativa (BARBIER, 2002)⁴ realizada durante dez (10) visitas à comunidade. Durante a realização da observação coletou-se informações sobre: as terras e as edificações que englobam os espaços de moradia da comunidade e de agentes exógenos à comunidade; as terras utilizadas para a garantia da reprodução física, social, econômica e cultural do grupo; e

⁴ Barbier (2002, p. 61) refere-se a pesquisa participativa como um procedimento “mais científico do que a pesquisa tradicional, pois a participação da comunidade facilita uma análise mais precisa e autêntica da realidade social”.

as terras detentoras de recursos ambientais necessários à preservação dos costumes, tradições, cultura e lazer da comunidade. Neste momento, algumas entrevistas foram realizadas com membros da comunidade, bem como o registro fotográfico do espaço estudado para caracterizar a manifestação dos conflitos na área; e 3) entrevistas semi-estruturadas, tendo como base os pressupostos da História Oral⁵ (AMADO e FERREIRA, 1996). A partir da observação, como forma de operacionalizar a realização das entrevistas, mapearam-se os atores em três segmentos: órgãos governo (federal, estadual e municipal), setor do capital privado, sociedade civil e membros da comunidade. Foram realizadas quatorze (14) entrevistas (Anexo 1), obedecendo-se a roteiros previamente estabelecidos a partir das características específicas de cada segmento entrevistado. O objetivo das entrevistas foi identificar as ações e as visões de mundo evidenciadas pelos principais atores que estão interagindo no território da ressaca.

Para dar conta das questões propostas pela pesquisa, o texto está organizado da seguinte forma: o *primeiro capítulo* apresenta uma breve discussão sobre a construção do campo dos conflitos ambientais urbanos, destacando-se a relação entre natureza e meio ambiente os conceitos de espaço, território e territorialidade; o *segundo* compõe uma contextualização histórico-geográfica da Ressaca e da comunidade Lagoa dos Índios, relacionada à produção do espaço amazônico e amapaense; o *terceiro* descreve as novas dinâmicas socioecológicas motivadas pelas práticas urbanas, além de caracterizar os principais atores no âmbito do governo (federal, estadual e municipal), da sociedade civil e dos agentes do capital privado; o *quarto* analisa os principais conflitos ambientais no território da comunidade negra da Ressaca Lagoa dos Índios decorrentes das ações materializadas no território e das visões de mundo dos atores; e, as *considerações finais* destacam os resultados da pesquisa como parciais, já que não se pretendeu dar conta de toda a complexidade do objeto em estudo, mas trazer à discussão os pontos principais dos distintos projetos estabelecidos no espaço da ressaca Lagoa dos Índios, que evidenciam os conflitos urbanos ambientais e que destacam as ações e as visões dos atores na construção do território da comunidade negra que reside na ressaca Lagoa dos Índios. Ou seja, o estudo pretendeu lançar novas bases de discussão para a construção de uma possível sustentabilidade socioambiental para o território da comunidade quilombola.

⁵A partir dos pressupostos da História Oral, considera-se que as entrevistas servem para reafirmar as informações contidas nos documentos escritos, posto que seja memória constitutiva da identidade pessoal e coletiva, produtora de representações e discursos dos grupos sociais. O estudo da memória, assim, é importante para a análise das visões de mundo e para a compreensão da sociedade no que tange a construção da identidade, do espaço territorial e de suas problemáticas (AMADO e FERREIRA, 1996).

1 CONFLITOS AMBIENTAIS: ABORDAGEM CONCEITUAL

Neste capítulo será evidenciado o campo dos conflitos ambientais como imprescindível para a aproximação entre as questões ambiental e urbana, destacando o significado de natureza e meio ambiente em torno das diferentes formas de uso, apropriação e significação conferidas ao espaço, território e a territorialidade de um determinado grupo social.

1.1 OS CONFLITOS AMBIENTAIS COMO CAMPO DE ESTUDO

O campo dos conflitos ambientais constitui uma realidade e, cada vez mais, o estudo deles representa uma necessidade urgente para se definir novas pautas de ação e intervenção nas decisões que determinam como a sociedade satisfaz suas necessidades. Assim, compreender os conflitos na construção social da realidade é importante para o conjunto da sociedade – academia, comunidade política e demais atores sociais envolvidos - na formulação de políticas públicas que reflitam o estágio histórico das lutas sociais de vários segmentos.

A emergência dos conflitos ambientais ocorre à medida que se aprofunda o processo de transformação econômica e social dos territórios, pondo em evidência a disputa por hegemonia entre distintas concepções sobre as formas de incorporação da natureza e do meio ambientes para satisfazer necessidades materiais e simbólicas das comunidades. Compreender esse processo permite construir uma ponte entre investigação e ação e sobre a geração de novos conhecimentos sobre uma determinada comunidade.

Os conflitos ambientais foram pela primeira vez percebidos como proposição de um novo modelo de desenvolvimento, chamado desenvolvimento sustentável⁶, que busca uma composição entre os fatores econômico, social e ambiental. Diante da implementação do modelo de desenvolvimento sustentável, os interesses que eram conflitantes e excludentes passaram, necessariamente, a ser compostos (ALONSO e COSTA, 2000).

Os estudiosos dos conflitos, de uma forma geral, passaram a instrumentalizar o tema a partir da perspectiva da substituição do termo “problema” pelo termo “conflito” ou

⁶ O desenvolvimento sustentável surgiu como uma idéia alternativa ao desenvolvimento industrial moderno que, submetido à lógica do sistema capitalista e apoiado pela idéia de progresso, não havia até então se preocupado com os limites físicos da natureza. A adoção de um modelo de desenvolvimento alternativo que buscasse estabelecer coerência entre a eficiência econômica, a justiça social e o equilíbrio na exploração dos recursos naturais e nos cuidados com os resíduos (ALTVATER, 1997).

terminologicamente como “ambiental” ou “socioambiental” (BARBANTI Jr., 2001). Contudo, é quase unânime entre os autores que todos os problemas ambientais são formas de conflitos sociais entre interesses, sentidos e fins, envolvendo a relação sociedade-meio ambiente. Em torno desses problemas surgem interesses opostos entre atores sociais que defendem diferentes lógicas para a gestão dos bens coletivos de uso comum, configurando-se assim os conflitos ambientais, e dessa relação resulta alguma forma de entendimento, por meio da negociação entre atores sociais e a busca de mecanismos para sua regulação. Para os propósitos desta pesquisa evidenciou-se a concepção de três autores: Barbanti Jr. (2001), Little (2001) e Acserald (2004).

Barbanti Jr. (2001) optou pelo termo “conflitos sociais e meio ambiente”, procurando uma compreensão teórica mais ampla das características essenciais dos conflitos sociais, pois para ele a caracterização de um conflito como sendo “ambiental” implica em um recorte que o exclui de outras categorizações.

Assim, Barbanti Jr. (2001) justifica que devido à vasta literatura sobre o tema há propostas inclusive de se formar um novo campo de estudos, o que ele denomina de “teoria interdisciplinar de conflitos”. Diz ele que “uma única disciplina do conhecimento pode não ser suficiente para analisar conflitos, relacionados à promoção de formas sustentáveis de desenvolvimento, pois as diversas dimensões da sustentabilidade implicam justamente num enfoque interdisciplinar” (op. cit., p. 7).

Como existem diversas teorias que abordam conflitos sociais, Barbanti Jr. optou por chamá-las de “campos teóricos”, considerando que eles podem e devem ser combinados para a interpretação de conflitos, especialmente os conflitos sociais relacionados ao uso sustentável dos recursos naturais. O primeiro deles constitui-se a partir das teorias com foco nas características dos indivíduos, onde “para se entender de fato um conflito é necessário olhar-se para quem está em conflito e procurar desvendar um pouco da sua personalidade e de outros aspectos sócio-psicológicos envolvidos no conflito” (Idem, p. 13).

O segundo refere-se ao foco dado aos processos racional-matemáticos que tem sido aplicado na chamada teoria dos jogos (game theory) “bastante aplicada para negociações de conflitos entre empresas em ambientes institucionais e com as partes envolvidas conhecendo todas, ou uma parte significativa, das alternativas de ação” (Idem, p. 13-14).

Os processos estruturantes constituem o terceiro campo. Nele “se assentam as teorias que colocam seu foco de análise nos elementos que influenciam ou condicionam a maneira pela qual as sociedades são organizadas”. Assim, as divisões numa sociedade são vistas como “as razões imanentes dos conflitos sociais” (Idem, p. 16).

O último campo apontado por Barbanti Jr. é o dos processos sociais, onde estão incluídas teorias que procuram estudar o conflito como um processo em si mesmo, um processo que - embora contenha elementos de características individuais (psicossociais) e elementos estruturantes - precisa ser compreendido segundo os elementos da relação entre as partes conflitantes. É interessante verificar que esse campo inclui contribuições da Economia, da Sociologia, da Antropologia e da Ciência Política, entre outras áreas do conhecimento, o que ressalta a necessidade da interdisciplinaridade nos estudos.

Neste sentido, pode-se considerar importante para a pesquisa sobre a Ressaca Lagoa dos Índios a evidência de que a interpretação de conflitos no Brasil, relacionados com problemas ambientais, depende de um enfoque interdisciplinar que consiga agregar elementos variados nas situações conflituosas.

Na definição de Little (2001) os “conflitos socioambientais” referem-se aos embates entre grupos sociais, em função de seus distintos modos de inter-relacionamento ecológico, com seus respectivos meios social e natural. O autor afirma que o cerne do conflito gira em torno das interações ecológicas, o que remete à presença de múltiplos grupos sociais em interação entre si e em interação com o seu meio biofísico.

Little ressalta, ainda, que a temática dos conflitos socioambientais representa um novo campo de estudo e de ação política, destacando três dimensões básicas que compõem o conceito de conflito socioambiental: o mundo biofísico e seus múltiplos ciclos naturais, o mundo humano e suas estruturas sociais e o relacionamento dinâmico e interdependente entre esses dois mundos. O autor enfatiza, desta forma, que o ser humano é um animal com necessidades físicas, pois sua sustentação depende, em última instância, do meio natural. Por isso, os velhos problemas da sobrevivência humana e das suas formas de “adaptação”, colocam, hoje, os problemas ambientais no centro do cenário econômico e político.

Assim, para um possível estudo, compreensão e tratamento dos conflitos socioambientais, Little apresenta uma classificação para a análise dos conflitos: conflitos em torno do controle sobre os recursos naturais; em torno dos impactos ambientais e sociais gerados pela ação humana e natural; e em torno do uso dos conhecimentos ambientais. Dentro

desta tipologia apresentam-se subtipos específicos, cada um com um conjunto de atores sociais particulares envolvidos.

Little ressalta, ainda, que não existe uma receita para tratar os conflitos socioambientais, pois cada conflito tem seus ambientes naturais particulares, seus atores sociais e seus nós próprios de conflito. Portanto, para conforme sua análise deve-se considerar os seguintes passos:

1) contextualização ambiental, geográfica e histórica - para apontar as distintas formas de produção dos grupos sociais, posto que os conflitos mais difíceis tendem a acontecer onde há um choque entre diferentes sistemas produtivos. As transformações nas tecnologias de comunicação e transporte colocaram-se em contradição com os recursos naturais, disseminando a forma industrial de “adaptação” por todo o mundo. Contudo, nem todos os grupos sociais adotaram essa mesma forma de “adaptação”, mesmo sofrendo impactos por causa dela. Assim, todo empreendimento industrial afeta de forma negativa todos os povos de ecossistemas que moram numa determinada região, “sejam eles camponeses, povos indígenas, pescadores ou outro grupo tradicional” (Idem, p. 116).

2) identificação dos principais atores sociais e agentes naturais envolvidos - entendidos com base nos interesses econômicos e ambientais, a partir de suas táticas e estratégias, símbolos e identidades em jogo.

3) análise geral do conflito estudado – destacando-se o tipo de poder entre os distintos participantes do conflito e os antagonismos entre interesses, ideologias, símbolos e formas de adaptação dos distintos grupos sociais. Além disso, deve-se fazer uma análise das relações sociais, políticas e econômicas entre os atores envolvidos e identificar os impactos ambientais existentes ou potenciais.

Nesta pesquisa destacar-se-á alguns aspectos interessantes evidenciados pela tipologia apresentada e o tratamento analítico dado ao campo dos conflitos socioambientais. Um primeiro ponto refere-se ao fato de que os recursos naturais são intimamente ligados aos conhecimentos e as tecnologias de um grupo social determinado. Assim, geralmente, os conflitos relacionados aos recursos naturais são sobre as terras que contém tais recursos e, portanto, entre os grupos humanos que reivindicam essas terras como seu território de moradia e vivência. Por isso é interessante situar os conflitos sobre as terras a partir das dimensões políticas, socioeconômicas e culturais. Outra questão diz respeito à intervenção humana nos ciclos naturais nos processos de sustentação e desenvolvimento econômico que geram muitos impactos “que são nefastos para o funcionamento da natureza em si quanto para os seres humanos” (LITTLE, 2001, p. 111).

Acsehrad (2004) avança na discussão sobre “conflitos ambientais”, considerando não apenas a adaptabilidade do homem e dos distintos modos de inter-relacionamento do mundo biofísico. Para ele conflitos ambientais são aqueles que envolvem grupos sociais que tem modos diferenciados de apropriação, uso e significação dos recursos naturais. Esses conflitos têm origem quando, pelo menos, um dos grupos tem a continuidade das formas sociais de apropriação do meio, ameaçadas por impactos indesejáveis – seja no solo, na água, no ar ou nos sistemas vivos - decorrentes do exercício das práticas de outros grupos que passam a interagir no território. Portanto, para o autor, as sociedades produzem sua existência tendo por base tanto as relações sociais que lhes são específicas como os modos de apropriação do mundo material que lhes correspondem. Na interface entre os dois mundos, o autor distingue para análise três tipos de práticas, como formas de apropriação do mundo material:

1) Práticas de apropriação técnica, onde se configuram os modos de uso, transformação biofísica, extração, inserção e deslocamento de materiais nos diferentes territórios da ação técnica. Resultantes de um conjunto de saberes e, ao mesmo tempo, base experimental para a constituição de novos conhecimentos, as técnicas consistem no conjunto de atos, organizados ou tradicionais, que concorrem para a obtenção de um fim puramente material – físico, químico, ou orgânico.

2) Prática de apropriação social, pela qual se configuram os processos de diferenciação social dos indivíduos, a partir das estruturas desiguais de distribuição, acesso, posse e controle de territórios ou de fontes, fluxos e estoques de recursos materiais. Essas práticas são historicamente constituídas, configurando lógicas distributivas, as quais nutrem as próprias dinâmicas de reprodução dos diferentes tipos de sociedade, com seus respectivos padrões de desigualdade. Portanto, essa base da diferenciação social, ancorada em uma desigual distribuição de poder sobre os recursos, configura as diversas formas sociais de apropriação do mundo material.

3) Práticas de apropriação cultural, onde, para além dos modos de apropriação propriamente produtivos movidos pela dinâmica utilitária da economia e do processo de diferenciação social dos indivíduos, o mundo material é objeto de inúmeras atividades de atribuição de significados. Os fatos culturais são partes integrantes do processo de construção do mundo, dando-lhes sentido e ordenamentos, comandando atos e práticas diversas a partir de categorias mentais, esquemas de percepção (visão de mundo) e representações coletivas diferenciadas. Assim, as operações de significação do espaço biofísico, em que se constrói o mundo social configuram as chamadas formas culturais de apropriação do mundo material.

Para Acserald as formas técnicas descrevem o momento mais direto pelo qual os atores sociais – extrativistas animais e vegetais, produtores de resíduos físico ou químico – transformam o meio biofísico. Porém, elas não representam simples respostas às restrições do meio, portanto não são determinadas unicamente pelas condições geofisiográficas do ambiente. Essas práticas são, antes de tudo, condicionadas pelas formas sociais e culturais, ou seja, pelas opções de sociedade e pelos modos culturais prevalecentes.

Portanto, as sociedades no processo de sua reprodução, confrontam diferentes projetos de uso e significação de seus recursos ambientais. Pois, o uso destes recursos, conforme Acserald (2004) é sujeito a conflitos entre distintos projetos, sentidos e fins. Assim, é importante explorar as possibilidades do desenvolvimento de um olhar sobre a questão ambiental que se faça sensível ao papel da diversidade sociocultural e ao conflito entre distintos projetos de apropriação e significação do mundo material.

Acserald (2004) aponta a questão ambiental como intrinsecamente conflitiva devido à complexidade do quadro que se afigura na reordenação contemporânea dos mecanismos de regulação dos recursos ambientais, e coloca que tanto para pesquisadores como para formuladores de políticas, o desafio de encontrar os instrumentos de análise apropriados ao entendimento desta rede intrincada de processos socioecológicos põe, “inevitavelmente a Natureza no interior do campo dos conflitos sociais” (ACSERALD, 2004, p. 9). Esse desafio, no presente estudo, diz respeito à complexidade da caracterização do ambiente urbano como um campo específico de construção e manifestação dos conflitos.

Considerando os pressupostos de Acserald (2004), o campo dos conflitos estruturados em torno da questão urbano-ambiental se estabelece a partir da dinâmica intrincada de relações e disputas de poder que se traduzem em ações diferenciadas pelo acesso e uso dos recursos e que gera importantes limites à formulação de diretrizes da política ambiental.

Costa e Braga (2004) enfatizam que estudar os conflitos ambientais urbanos, envolvidos na busca dos processos mais democráticos de ordenamento do território é importante para dar visibilidade no debate sobre a gestão das águas, dos solos, da biodiversidade e das infra-estruturas urbanas e dos distintos atores sociais que resistem aos processos de monopolização dos recursos ambientais nas mãos dos grandes interesses econômicos.

Nesse ambiente, as diversas forças políticas e econômicas atuantes no plano local vêm seus interesses afetados por diversas formas de problemas ambientais e urbanos e pelas políticas desenhadas para minorá-los. Embora tais interesses sejam diversos e complexos é possível identificar, ainda que de forma bastante genérica, alguns dos principais focos de conflito em torno das políticas ambientais urbanas e quais os principais agentes envolvidos

nas disputas. Assim, percebe-se que na área estudada, o principal foco do conflito de interesse em torno das políticas ambientais urbanas é estabelecido a partir da tensão entre o uso público e privado dos recursos econômicos, sociais, culturais, bióticos e abióticos da Lagoa e seu entorno. Desta forma, é importante ressaltar que os recursos materiais, como elementos do quadro natural ou sociocultural, como a interação nos espaços de convivência urbana, são, por princípio, públicos, entretanto, seus usos se dão, na maioria dos casos, de forma privada.

A forma pela qual os recursos na Lagoa dos Índios são utilizados obedece à lógica de valorização do capital no espaço urbano e reflete-se diretamente sobre a qualidade de vida do grupo remanescente de quilombo e de todo o espaço urbano em questão, reificando e reproduzindo desigualdades, conflitos e contradições. Na concepção de Costa e Braga (2004, p. 199), por exemplo, “nas políticas urbanas, ocorre um agravamento da desigualdade na provisão de moradias e na distribuição sócio-espacial de equipamentos e serviços urbanos, quando o lado privado e a lógica de mercado exercem sua hegemonia sem serem submetidos ao controle público”. Nesse caso, a exclusão de grande parte da população ao acesso a serviços urbanos e sociais básicos, como saneamento e saúde, torna-se cada vez mais segregada. No caso do território da comunidade remanescente de quilombo, os espaços se vêm reduzidos e tendem à total substituição por espaços privados aos quais a população não possui acesso.

Costa e Braga (2004) afirmam, ainda, que em toda política ambiental urbana existe uma tensão latente entre a garantia de acesso coletivo, público, aos recursos e os objetivos econômicos privados. Embora não se possa reduzir todo o conflito no campo ambiental urbano a este aspecto.

É, neste sentido, que se compreende a existência de conflitos em torno do uso e da apropriação do território da ressaca Lagoa dos Índios. Conflitos que vêm promovendo diversas ações entre os atores sociais, seja no âmbito dos órgãos do governo federal, estadual e municipal, da sociedade civil, do setor empresarial e da própria comunidade quilombola.

1.2 CONFLITOS AMBIENTAIS URBANOS E TERRITORIALIDADE

Falar de conflitos ambientais urbanos remete ao debate sobre idéias, conceitos e noções referentes a meio ambiente e natureza. Debate que vem assumindo significados muitos diversos no âmbito da literatura especializada e que coloca o campo ambiental como uma construção decorrente do processo de luta e constituição de sujeitos políticos. Portanto, acredita-se que no processo de construção daquilo que se chama “conflitos ambientais

urbanos”, as noções são inventadas, ancoradas em lógicas que eventualmente estão homogeneizando as relações de forças deste mesmo campo.

O campo dos conflitos ambientais urbanos não é constituído por lugares vazios. Pois, há nesse campo ação e história produzidas pela ação coletiva e constituídas pelos próprios atores nas condições históricas dadas. Deste ponto de vista, se se considerar as lutas por recursos ambientais elas são, assim, simultaneamente lutas por sentidos culturais. Pois “o meio ambiente é uma construção variável no tempo e no espaço, um recurso argumentativo” a que atores sociais recorrem discursivamente por meio de estratégias de localização conceitual “nas condições específicas de luta social” pela afirmação de certos projetos (ACSERALD, 2004, p. 19).

Atualmente, constata-se uma enorme diversidade de significados e motivações que orientam pessoas e grupos em direção a lutas ambientais. E nesse universo de motivações, conceitos e expressões presentes no debate ambiental são utilizados com acepções diversas.

Em consonância com essa concepção, Oliveira e Hermann (2005, p. 147) afirmam que o debate ambiental no Brasil tem gerado conceitos dentro da academia e na sociedade, difundidos através de vocabulário específico, que por sua vez, tem sido incorporado às atitudes dos cidadãos e mesmo às diretrizes gerais de fomento à pesquisa e ao desenvolvimento. Para os autores conceitos como consciência ambiental, qualidade ambiental e educação ambiental, geralmente são associadas às noções de ética, conservação e preservação. Contudo, esses conceitos vêm sendo aplicados, indiscriminadamente, sem mais reflexões, gerando por vezes conflitos, atitudes e percepções que em nada auxiliam a ética, a conservação e a educação.

De um lado, as visões produzidas a partir da academia desempenham importante papel na legitimação de práticas sociais e processos de tomada de decisões. Por outro, o uso desses conceitos na linguagem comum implica relacionar o meio ambiente com a preservação da natureza e ser politicamente correto com ela, criando um paradigma e um fato sociológico no qual natureza e ambiente se confundem em torno do ideal conservacionista (OLIVEIRA e HERMANN, 2005). No entanto, natureza e ambiente são conceitos distintos e, antes de entrar no campo dos conflitos ambientais urbanos, é importante salientar os significados atribuído aos conceitos de natureza e meio ambiente.

Vários significados podem ser atribuídos ao termo Natureza. Vargas (2003) constata que a construção do sentido do termo Natureza tem sido objeto de reflexão tanto das ciências naturais como sociais. Para as ciências naturais, a natureza apresenta-se como campo

ontológico autônomo, passível de experimentação e tomando como foco de análise suas leis e regularidades. No âmbito das ciências sociais ela constitui-se como resultado de desdobramentos do conhecimento e da história. Neste sentido, as conceituações produzidas sobre o termo natureza apresentam diferenças muito expressivas, que acabam por defini-la constantemente enquanto objeto de conhecimento, percorrendo caminhos que vão desde a geografia e a antropologia ecológica, até a biologia e a física. Contudo, afirma a autora que essas abordagens, na maioria das vezes, recriam uma visão dualista da natureza, definida como oposição ao social ou à cultura.

Portanto, no jogo conceitual, em geral, a natureza aparece como um âmbito material independente e autônomo da sociedade e da cultura. Nesse jogo o natural se coloca como elemento de contraste externo ao social e vice-versa e abre a porta para transformações metafóricas onde o natural é tomado como sinônimo de inato e o social como sinônimo de construído-artificial. Nessa relação metafórica de construção dos significados, retira-se todo o natural do social e todo o social da natureza. Todavia, Vargas (2003, p. 144-145) afirma que existe um paradoxo nessa relação, pois a “equação natureza-sociedade nasce da aceitação do âmbito social na natureza, à medida que esta é transformada pela ação do trabalho, na chamada segunda natureza”; mas “a segunda natureza parece desconhecer o natural da natureza, colocando-o no exclusivo âmbito da história”.

Baseando-se em Ingold, Vargas (2003) afirma que apesar do conceito de natureza ser socialmente construído, ou seja, que “seu sentido esteja sujeito a uma constante negociação nos múltiplos contextos sociais e discursivos, não se deve perder de vista que existem elementos do mundo aos quais o conceito está vinculado”. A natureza, portanto, “não é um estágio prévio da existência, mas envolve mundos além daqueles habitados pelo homem, daí a pertinência de se “incluir o mundo natural e físico nessa construção do mundo social, já que este molda o mundo humano tanto quanto é moldado por ele” (op. cit., p. 146).

Vargas (2003) considera que o estado de tensão constante que envolve o uso do termo natureza como categoria explicativa nas ciências sociais, fez com que ocorresse um deslocamento da natureza e a incorporação do termo ambiente como conceito integrador. A partir das duas últimas décadas do século XX, este conceito, aos poucos, foi permeando o discurso ecológico, principalmente veiculado por uma visão da natureza segundo o sistema urbano-industrial, pós-Segunda Guerra Mundial.

O termo ambiente, mesmo considerado como aquele que não requer maiores justificativas para tratar da difícil região onde o homem e suas feições e conexões biológicas se comprometem com suas realizações sociais, não fez desaparecer o dualismo que envolve a

equação natureza-sociedade, apesar de atenuá-lo. Vargas (2003) esclarece, então, que o termo natureza continua com um forte apelo cultural e político, enquanto o termo ambiente pertence mais ao léxico de especialistas que conformam hoje o amplo espectro institucional que toma conta das questões ecológicas. Colocando, desta forma, o conceito de ambiente como um elemento fundamental na construção social do lugar e dos referenciais culturais.

Diante desta percepção Henri Acserald (2004) considera que os objetos que constituem o “ambiente” não são redutíveis a meras quantidades de matéria e energia, pois, eles, também, são culturais e históricos. Por outro lado, todos os objetos do ambiente, todas as práticas sociais desenvolvidas nos territórios e todos os usos e sentidos atribuídos ao meio, interagem e conectam-se materialmente e socialmente seja por meio das águas, do solo ou da atmosfera.

O caráter indissociável do binômio sociedade-meio ambiente, desta forma, justifica o entendimento de que as sociedades se reproduzem por processos socioespaciais e ecológicos que definem, conforme Leff (2001: 283) “a territorialidade de uma cultura, a espacialidade de uma sociedade, onde se constituem os sujeitos sociais que projetam o espaço geográfico apropriando-se dele, habitando-o com suas significações e práticas”. Ou seja, a definição de território diz respeito à uma territorialidade construída por práticas de apropriação do mundo resultado da relação entre espacialidade geográfica, organização ecológica e significação cultural, que segundo Leff se delineiam por meio de identidades culturais e da forma de apropriação da natureza.

Ampliando a discussão Haesbaert (2004) destaca que o território deriva de espaço, ou seja, é um processo de domínio político-econômico e/ou de apropriação simbólico-cultural do espaço pelos grupos humanos. Neste sentido, o autor analisa o território a partir da seguinte classificação: jurídica-política, nela o território é visto como um espaço delimitado e controlado, sobre o qual se exerce um determinado poder, especialmente o de caráter estatal; cultural, que prioriza dimensões simbólicas e mais subjetivas. O território nesta dimensão é visto fundamentalmente como produto da apropriação feita por meio do imaginário e/ou identidade social sobre o espaço; econômica, destaca a “desterritorialização” em sua perspectiva material, como produto espacial do embate entre classes sociais e da relação capital-trabalho (HAESBAERT apud SPOSITO, 2004, p. 18).

Numa outra abordagem Raffestin (1993), considera que o espaço deve ser compreendido como sendo anterior ao território, pois o território é caracterizado pelas relações sociais que engendram trabalho (abstrato ou não) e o espaço pressupõe ausência desses aspectos. Espaço, para ele, é espaço naturalizado e território é espaço modificado pelo homem. Assim, “ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente, o ator territorializa

o espaço” (Idem, p. 143). Percebe-se, contudo que o conceito de território apresentado por Raffestin incorpora o substrato material, ou seja, o espaço físico, fundamentado explicitamente no presente.

Desta forma, Raffestin baseando-se em Lefebvre (1974) afirma que o território é um espaço modificado pelo trabalho e que revela relações de poder. Portanto, a construção de um território revela relações marcadas pelo poder. Por isso, faz-se necessário enfatizar uma categoria essencial para a compreensão do território, que é o poder exercido por pessoas ou grupos sem o qual não se define o território. É o que Raffestin define como o caráter político do território.

Quanto ao caráter político apresentado por Raffestin, Sack (1986), destaca que a delimitação de uma área se torna um território quando alguma autoridade a usa para influenciar, moldar ou controlar atividades e indivíduos. Portanto, a territorialidade seria a tentativa de um indivíduo ou grupo social de influenciar, controlar pessoas, recursos, fenômenos e relações, delimitando e efetivando o controle sobre uma área.

Assim, Little (2002), baseando-se em Sack (1986) define a territorialidade como o esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a assim em seu “território”. Por isso, a territorialidade é uma força latente em qualquer grupo, cuja manifestação explícita depende de contingências históricas. A territorialidade considera a conduta territorial como parte integral de todos os grupos humanos.

A territorialidade humana tem uma multiplicidade de expressões, o que produz um leque muito amplo de tipos de territórios, cada um com suas particularidades socioculturais que cada grupo social utiliza para estabelecer e manter seu território. A territorialidade de um grupo inclui seu regime de propriedade, os vínculos afetivos que mantém com seu território específico, a história da sua ocupação guardada na memória coletiva, o uso social que dá ao território e as formas de defesa dele.

A noção de territorialidade também se expressa nos valores diferenciados que um grupo social atribui aos diferentes aspectos de seu ambiente. Essa valorização é uma função direta do sistema de conhecimento ambiental do grupo e suas respectivas tecnologias. Essas variáveis estabelecem a estrutura e a intensidade das relações ecológicas do grupo e geram a categoria social dos recursos naturais.

Desta forma, Leff (2001) afirma que os processos locais de formas particulares de “habitar” um território foram invadidos, transformados e dominados pelos macroprocessos de modernização. Ou como afirma Santos (2002) a natureza primitiva foi sendo substituída por

uma natureza inteiramente humanizada. Por isso, a história da humanidade remete à constante reconfiguração espacial e territorial que se remodela no tempo e que envolve todas as ações humanas. Isso verificado desde os complexos naturais até a imposição de novas categorias técnicas.

É essa natureza que hoje se associa aos grandes investimentos ou, mesmo, à dinâmica natural proveniente de subsistemas externos que se interconectam dialeticamente às atividades humanas, principalmente no espaço urbano. Nesse sentido, o espaço é formado por um conjunto indissociável, que une o natural ao social, tornando-o um híbrido (SANTOS, 2002); por isso o entendimento do conceito de espaço construído contribui intensamente para as transformações da sociedade.

Essa dinâmica que articula o social ao ambiente natural no processo de transformação da sociedade tem hoje no espaço geográfico um sistema de objetos cada vez mais artificial, que dimensiona uma natureza que foi e está sendo tecnificada. Essa dialética, na visão de Santos (2004) não separa, na realidade concreta da história, o natural e o artificial. Assim, torna-se impossível ao homem comum distinguir claramente as obras da natureza e as obras da humanidade, e indicar onde termina o puramente técnico e começa o puramente artificial.

A humanidade vive o tempo dos objetos, ou como afirma Santos (2002: 18) “significa dizer que se vive segundo seu ritmo e sua incessante sucessão”, pois é assim que “o espaço está sempre mudando sua fisionomia, em sua fisiologia, em sua estrutura, em suas aparências e em suas relações”. A celeridade das mudanças deve-se substancialmente à multiplicidade de vetores que o percorrem, a rapidez de sua substituição, à novidade das forças que portam a sua incidência sobre os objetos.

Santos (1998) considera que a história da humanidade é a própria história de uma ruptura, que envolve o homem e seu entorno, em decorrência de suas técnicas e da imposição de novas tecnologias sobre o ambiente em que vive, e que produz conflitos e contradições no território pela forma de apropriação de um dado segmento do espaço. Assim, verificando que o desenvolvimento das técnicas está ligado ao próprio estado político das etapas sucessivas da humanidade, o sistema mundo, hoje, está relacionado à própria intencionalidade do sistema produtivo e das suas necessidades de produção e reprodução. O meio natural interconectado acompanha sistematicamente essa constante transformação técnica e ecológica em sua inerente dialética.

Para Santos (2002), o processo de culturalização da natureza confunde-se com o processo de sua própria tecnificação, o que leva as técnicas, a partir do trabalho humano, a

incorporarem-se à natureza, tornando-a cada vez mais socializada, onde a separação entre homem e seu meio natural se confunde, pois a natureza se socializa e o homem se naturaliza.

O homem criou sua segunda natureza, ao impor ao seu entorno suas próprias formas. Em decorrência disso, a natureza não é mais natural, pois a partir de sua instrumentalização, o meio natural passa a ser um processo social, uma natureza “desnaturalizada”. Por isso que a idéia de natureza “intocada” (DIEGUES, 1993) vem sendo cada vez mais substituída pela idéia da natureza artificial, instrumentalizada e social, por meio da qual a ordem racional rompe definitivamente com a idéia de antigo laço com o meio natural, construída, principalmente, desde a Idade Média (CAMARGO, 2005).

Essa forma de compreender os conceitos de espaço, território e territorialidade demarcam, cada vez mais, a íntima relação entre a questão urbana e a questão ambiental. Portanto, a análise do urbano com um “olhar ambiental” (MONTE-MOR, 1997) deve estar centrada nas condições de vida adequadas às comunidades, enfatizando suas relações com a diversidade social e do ambiente onde vivem – com seu território; território fruto do esforço coletivo que um grupo social ocupa, usa, controla a partir de seu ambiente biofísico – como construção de sua territorialidade.

A despeito de que tradicionalmente se pensava as áreas urbanas não podem mais ser vistas como “espaços mortos” do ponto de vista ambiental (MONTE-MOR, 1997). As transformações na compreensão do processo de uso, apropriação e organização econômica do território colocam o espaço urbano como resultado de profundas transformações antrópicas sobre o meio físico ao longo dos tempos. É o processo histórico de ocupação do território, bem como as suas transformações, em uma determinada época ou sociedade que faz com que o meio ambiente tenha um caráter dinâmico, pois o espaço é movimento (SANTOS, 2004).

Em consonância com as práticas humanas, tanto do ponto de vista da lógica da produção industrial e suas mazelas sociais, como pelos padrões de consumo que atuam intensamente na destruição e desperdício dos recursos, elas caracterizam, cada vez mais, o modo de apropriação e ocupação do território e seus impactos sobre as pessoas e os ecossistemas urbanos.

Atualmente, os estudos acadêmicos apontam as áreas urbanas como aquelas que constituem o maior exemplo de degradação ambiental no mundo, que vêm colocando em risco a segurança e a qualidade de vida dos grupos sociais e tornando-se palco dos principais embates do campo ambiental. Conforme a Agenda 21 (2000), quase a metade do espaço construído, nas cidades, está na esfera do irregular e do informal, o que envolve questões que vão desde a insegurança às formas de ocupação. A crise referente à forma como o espaço e o

território construídos têm sido organizados revela a ineficácia "social" e "ambiental" do modelo de gestão até agora adotado pelas políticas públicas, desenhando o cenário dos conflitos ambientais urbanos.

Neste sentido, o debate sobre o ambiente urbano no Brasil tem incorporado várias discussões, a exemplo da necessidade de uma teoria para analisar os processos ambientais para a realização de estudos urbanos e da formulação de políticas públicas que integrem as dimensões físicas, político-sociais, socioculturais e espaciais (COELHO, 2005).

No debate proposto, o conceito de espaço, território e territorialidade são essenciais para os estudos das práticas humanas no ambiente urbano. A partir desses conceitos, pode-se considerar que na produção dos impactos ambientais, as condições ecológicas alteram as condições culturais, sociais e históricas, e são por elas transformadas. Ou seja, os impactos ambientais existentes são, ao mesmo tempo, produto e produtor de novos conflitos. Os conflitos gerados pelos impactos ambientais são inscritos no tempo e incidem diferencialmente, alterando as estruturas dos grupos sociais e reestruturando o espaço, o território e a territorialidade dos grupos sociais.

Nesta perspectiva, Coelho (2005) considera que o ambiente ou meio ambiente (suporte geofísico) é, também, social e historicamente construído, condicionado e condicionante de movimento, transformador da vida social. Assim, os impactos ambientais promovidos pela forma de ocupação do espaço urbano são, ao mesmo tempo, produto e processo de transformações dinâmicas da relação intrínseca do meio natural e da sociedade.

Portanto, no estudo dos conflitos ambientais urbanos não é possível separar a sociedade de seu ambiente físico, já que as duas dimensões constituem um mundo material socializado e dotado de significados. No entanto, devido a falsa dicotomia entre o ambiental e o urbano gera-se uma certa incompatibilidade entre planejamento urbano e planejamento ambiental, a ponto de o setor de desenvolvimento urbano (desenvolvimento do habitat construído) e o de políticas ambientais (políticas relacionadas aos recursos naturais) exercerem comando, por vezes, conflitante no interior do próprio aparelho de Estado brasileiro, resultando em políticas desarticuladas e ineficientes (OLIVEIRA e HERMANN, 2005, p. 149). Contudo, é interessante ressaltar que nas cidades, a expressão qualidade ambiental tem como sinônimos: qualidade do habitat, qualidade da infra-estrutura à disposição dos cidadãos; qualidade da cultura, qualidade do ar e das águas usadas e qualidade da paisagem.

Oliveira e Hermann (2005) acreditam que ainda é grande a preocupação com o *slogan* de preservar e conservar a natureza, em detrimento de uma manifestação clara sobre o tipo de território que se quer habitar nas cidades brasileiras. Assim, a questão urbana coloca de forma

clara e premente os antagonismos oriundos da falta de reflexão da sociedade sobre os conceitos de natureza e meio ambiente, de espaço, território e territorialidade.

Assim, se o ambiente é o que envolve os seres humanos, então é preciso decidir como esse ambiente será transformado. Pois, historicamente, “o meio urbano é por definição, o espaço no qual se operam as transformações ambientais induzidas pela humanidade, criando contingências, estruturas e padrões que extrapolam os limites das cidades” (Idem, p. 150-151).

No capítulo seguinte será considerada a memória sobre a produção histórico-geográfica do espaço da Lagoa dos Índios, constituída a partir do espaço amazônico e amapaense.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICO-GEOGRÁFICA DO PROCESSO DE APROPRIAÇÃO E USO DO ESPAÇO DA RESSACA LAGOA DOS ÍNDIOS EM MACAPÁ/AP

Este capítulo procura destacar o processo de ocupação e urbanização da área da Ressaca Lagoa dos Índios, moradia secular dos habitantes da comunidade negra, também denominada Lagoa dos Índios. A história da ocupação do espaço da Lagoa é analisada, sobretudo, a partir das últimas duas décadas do século XX, com referência aos primeiros momentos de ocupação da Amazônia, da constituição da cidade de Macapá e o processo de ocupação da Lagoa dos Índios, evidenciando a presença dos antigos e de novos agentes no território da Ressaca Lagoa dos Índios.

2.1 PRODUÇÃO DO ESPAÇO AMAZÔNICO

A compreensão do processo histórico de produção do espaço da Lagoa dos Índios, localizada em Macapá, não pode ser analisado e entendido dissociado da ocupação humana do território amapaense e amazônico, bem como da sua inserção no contexto nacional e internacional, desde os tempos em que as terras do Brasil foram colonizadas. Assim, é interessante perceber primeiramente como o território amapaense foi lenta e gradativamente sendo ocupado ao longo de quase três séculos.

No período colonial, a ocupação regional se fez a partir de iniciativas externas, associadas a interesses econômicos e à montagem de projetos, que via de regra não obtiveram sucesso no decorrer de sua implementação (BECKER, 2004). Durante a colonização, o controle do território foi mantido por um processo de intervenção em locais estratégicos – diversos fortes foram construídos na embocadura do rio Amazonas e de seus principais afluentes⁷ – para posse gradual da terra e pela criação de estruturas administrativas ligadas diretamente ao governo de Portugal. Para Becker (2004), durante a colonização foi o caráter político-ideológico da atuação do governo, português e depois brasileiro, que conseguiu controlar o território sem uma base econômica e populacional estável, capaz de assegurar a soberania sobre a área.

⁷ Em 1755, o Marquês de Pombal (Primeiro Ministro de D. José I), a quem cabia a direção do governo de Portugal, diante da necessidade de consolidar a apropriação do território conquistado, ordenou a construção, em pontos considerados importantes para defesa do território colonial, de diversas fortificações: São José de Macapá, na foz do rio Amazonas; Tabatinga, no rio Solimões; Marabitanas, no rio Negro; São Joaquim, no rio Branco; Real Forte Príncipe da Beira, no rio Guaporé; e Forte de Coimbra, no rio Paraguai (COELHO, 1998).

Para assegurar a soberania portuguesa, do século XVII até o final do século XVIII, o governo luso viabilizou um modelo de ocupação territorial na Amazônia, baseado na experiência e no confronto de dois projetos: 1) o projeto missionário, primeiro passo para o processo de ocupação portuguesa na Amazônia que privilegiou o contato com os habitantes locais (os indígenas) e manteve o controle do território baseado numa economia organizada (MACHADO, 1989; FARAGE, 1991); e 2) o projeto de Marques de Pombal, assentado sob uma legislação de caráter civil – o “Diretório dos Índios”⁸ – que afirmou a soberania portuguesa privilegiando as relações diretamente com a metrópole (MOREIRA NETO 1988; BRITO 1998). Nesse primeiro período, os dois modelos de ocupação e de estratégias de controle do território marcaram a formação territorial da Amazônia.

No início do processo de ocupação portuguesa, a necessidade de conquistar e explorar o território amazônico foi o responsável pelo surgimento de várias cidades, como Belém na Província do Grão-Pará. Os primeiros núcleos populacionais da Amazônia surgiram ao longo das vias fluviais, principalmente do rio Amazonas e seus afluentes. Ao longo do tempo, novos núcleos urbanos foram surgindo e, a exemplo dos primeiros, se expandiram a partir de fortificações ou missões religiosas.

No período colonial, as cidades se tornaram espaços importantes para a vida econômica regional. A exploração das “drogas do sertão”, por exemplo, foi responsável, em grande parte pelo dinamismo econômico dos primeiros núcleos urbanos surgidos. De acordo com Coelho (1998), durante séculos, a ocupação humana da região limitou-se à várzea⁹. Assim, entre 1500 e 1800, a “terra firme” – constituída por pequenas povoações -, localizada ao longo dos rios, foram visitados por expedições à busca das “drogas do sertão” (quinino, salsaparrilha, madeira de lei, óleos vegetais e cacau) e de índios a serem cristianizados ou escravizados pelos colonizadores portugueses.

Até o século XIX, as atividades comerciais nas margens dos rios eram vistas como pouco atraentes e as cidades não passavam de pequenos povoados. Essa situação, para lugares como Belém – maior cidade na época -, somente começou a modificar em 1850, com a demanda cada vez maior pela borracha – produto de alto valor comercial na Europa e nos Estados Unidos (WEINSTEIN, 1993). A exploração desse produto promoveu a ocupação do

⁸ O “Directorio que se deve observar nas Povoaçoens dos Índios do Pará, e Maranhão em quanto Sua Majestade não mandar o contrário”, foi decretado em 1757, estabelecendo a emancipação dos indígenas, concedendo “liberdade geral e irrestrita” aos índios do Pará e Maranhão, em substituição ao Regimento das Missões Religiosas, decretado em 1680 (BRITO, 1998).

⁹ A várzea é um ambiente fértil e com pesca abundante, caracterizado por áreas baixas, alagáveis, com acúmulo de matéria orgânica e rochosa, depositada pelos rios (COELHO, 1998).

baixo vale do Amazonas e do oeste do estado do Amazonas¹⁰. Foi a atividade, que durante quase um século, deu continuidade ao povoamento das margens dos rios. Contudo, percebe-se que muitas regiões permaneceram num quase imobilismo populacional, a exemplo daquelas localizadas no extremo norte do país. Para Brito (2001) o extrativismo – com as “drogas do sertão” e a borracha - marcou profundamente a história social e econômica da Amazônia, mas somente para o extrativismo da borracha é possível determinar o seu auge no cenário nacional. Essa atividade fortaleceu-se durante o Império e faliu quando já havia ascendido a República.

No contexto de ascensão da República, Becker (2004) identifica o período entre 1899 e 1930 como aquele em que, finalmente, completou-se a formação territorial, com a definição dos limites da região, em disputa, destacando-se na definição o papel da diplomacia nas relações internacionais¹¹.

No período seguinte (1930-1966), inicia-se a fase do planejamento regional, com o discurso da “Marcha para Oeste” (COELHO, 1998). Desta forma, a partir da década de 1940, começa o processo de maior intensidade de intervenção do Estado na Amazônia. Getúlio Vargas anuncia um conjunto de propostas para reestruturar o Estado e dividir geograficamente a região. Nesse programa estava proposta a criação do Banco da Borracha, do Instituto Agrônomo do Norte, dos Territórios Federais de Guaporé (atual Estado de Rondônia), do Amapá e Rio Branco (atual Estado de Roraima), da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (Spevea) e do Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia (Inpa). Essas propostas traziam, na essência, a intenção de introduzir na Amazônia uma estrutura estatal, em que a organização do conjunto de órgãos do Estado institucionalizaria uma concepção política de desenvolvimento (BRITO, 2001).

A partir de 1946 com o Plano de Desenvolvimento da Amazônia ocorreu a primeira experiência de planejamento regional: a Política de Valorização da Amazônia, em 1952, embasado pela ideologia da política de desenvolvimento voltado para a modernização¹² econômica, social e política da região.

¹⁰ A economia da borracha teve um papel importante na organização do espaço e das relações sociais, envolvendo seringalistas - donos dos seringais - e seringueiros - que extraíam o produto (WEINSTEIN, 1993).

¹¹ A questão dos limites entre os domínios espanhóis e lusitanos foi assunto constante nas relações diplomáticas entre os dois países. A linha que separava as terras, inicialmente definida pelo Tratado de Tordesilhas, foi redesenhada várias vezes devido às sucessivas incorporações de novas terras por parte dos portugueses. A divisão dessas terras só ficou definida com o Tratado de Madri, que estabeleceu fronteiras próximas às que o Brasil tem atualmente. Após esse tratado uma série de outros foram constantemente requisitados, como exemplo a disputa entre Brasil e França no atual território amapaense, que por muito tempo esteve nas negociações pertinentes aos “limites e demarcações na Amazônia brasileira”, somente resolvido em 1900 (REIS, 1993).

¹² Os termos modernidade, modernização e modernismo estão presentes no processo de transformação que envolveu a sociedade ocidental nos últimos três séculos. Todavia, apesar de ser difícil precisar cada um destes

Brito (2001) e Becker (2004) referem-se à crise política e econômica dos anos 60 do século XX, que culminou com a ocupação do poder pelos militares, como aquela que marcou um redimensionamento dessa estratégia¹³ de modernização econômica do país, dando contorno a um novo estilo de desenvolvimento regional que perduraria por aproximadamente duas décadas (anos de 1966 a 1985): a “Operação Amazônia”. Nesse momento o Estado brasileiro toma para si a iniciativa de um novo e ordenado ciclo de devassamento amazônico, num projeto geopolítico para a modernização acelerada da sociedade e do território nacionais. Nesse projeto, a ocupação da Amazônia assume prioridade, principalmente por ser percebida como solução para as tensões sociais internas decorrentes da expulsão de pequenos produtores do Nordeste e do Sudeste pela modernização da agricultura. A ocupação do Oeste (interior do território brasileiro) foi realizada através de um contínuo avanço das estruturas camponesas sobre áreas não desbravadas para a agricultura. Nesse processo, ela se consagrou como “componente do desenvolvimento agrário brasileiro a garantir pela ampliação da chamada margem extensiva desse desenvolvimento, o atendimento dos mercados urbanos em expansão” (COSTA, 1991, p. 330).

Nas décadas de 1950 e 1960 a implantação da Política Desenvolvimentista do Governo Federal propiciou a instalação de grandes projetos econômicos, ao mesmo tempo em que mobilizou a população de outras regiões para ocupar os chamados “vazios demográficos amazônicos”. A partir desse discurso, a Amazônia tornou-se objeto de políticas de desenvolvimento para uso econômico da região, por meio da exploração dos recursos minerais, madeireiros, a produção agropecuária e industrial. Assim, o desenvolvimento econômico e social da Amazônia contribui para a ocupação desordenada da região, ocasionando sérios impactos ao ambiente, comprometendo a renovabilidade dos recursos naturais, a conservação dos ecossistemas geradores dessa riqueza e a qualidade de vida da população local.

Brito (2001) afirma que as políticas de desenvolvimento para a Amazônia foram marcadas, definitivamente, por um novo modelo de integração econômica para a região. Os grandes projetos, não somente no setor mineral e metalúrgico, mas agro-industrial e pecuário mostram o momento mais intenso e o poder de intervenção do governo a partir de

termos, Berman (1986), define modernidade como um tempo histórico, no sentido de uma fase, que corresponde a transformações no pensamento; modernismo significaria a introdução de novos conceitos que inspiram uma nova maneira de tentar ver o mundo; e modernização seria o processo de intensificação das transformações, principalmente impulsionadas a partir de meios racionais.

¹³ Becker (2004, p. 26) considera as várias estratégias territoriais que implementaram a ocupação regional de “a produção do espaço” pelo Estado, apoiando-se no conceito de Henri Lefebvre (1978). Após a construção do território, o estado passa a produzir um espaço político para exercer o seu controle social – por meio de normas, leis e hierarquia –, tendo as cidades como base logística de ação.

instrumentos estatais. Assim, a tradicional tendência da ocupação da região, que desde os tempos coloniais ocorria seguindo o leito do Rio Amazonas, foi deslocada para a “fronteira” de onde se expandia o avanço da ocupação em direção à Região Norte, favorecida principalmente pela abertura de estradas, dentre elas a mais importante seria a Belém-Brasília. Com a abertura dessa estrada, a migração que já se efetuava em direção à Amazônia, nas décadas anteriores, foi acelerada nesse momento.

O processo de modernização e crescimento econômico das décadas de 1970 e 1980 levou o Estado Brasileiro a incentivar a indústria, o transporte rodoviário e a integração nacional, a custo do intenso processo de reconstrução fundiária em todo o país: expulsão de lavradores e de índios de suas terras, degradação ambiental e intenso fluxo migratório no sentido campo-cidade e entre todas as demais regiões do país. Em consonância com esse processo, na Amazônia, tem-se uma concepção de sociedade e de organização territorial, explicados por meio da abertura dos eixos rodoviários, com incentivo aos investimentos de capitais do Sul do Brasil e do exterior.

A partir de meados da década de 1980, o projeto de desenvolvimento da Amazônia, que fora implantado pelos militares, mostra sinais de esgotamento, em meio à derrocada do “Milagre Brasileiro”. Nesse momento, verifica-se que, parte dos investimentos econômicos e sociais é retirada da região, sobretudo, investimentos ligados às políticas de financiamento agropecuário e da reforma agrária. Em contrapartida, a entrada de investimentos em outros setores – mineral, hidrelétrico, etc. provocaram um reordenamento da população local em direção aos centros urbanos, onde a dinâmica do dinheiro e de melhores condições de vida parecia mais ajustada.

A política de desenvolvimento, que força a modernização, reduz o desenvolvimento à dimensão do crescimento econômico, resultando na superposição de duas lógicas que transformaram a face socioeconômica regional: de um lado, os grandes projetos, com sua organização moderna potencializando o instrumental de domínio sobre a natureza, fruto do acelerado desenvolvimento das forças produtivas; e de outro, dada a incapacidade de integrar o contingente populacional no seu nível de produção, são potencializados os mecanismos de exclusão de grande parte da população local. Todavia, prevalece a visão de um mundo em transformação que assinala a paradoxal modernidade.

Os interesses do Estado voltaram-se principalmente para a mineração, como uma forma de atrair divisas mais rápidas para o país. Por esse motivo, acompanhando a frente dos grandes projetos na região, veio uma série de relações sociais, que iam da mais vil escravidão, passando pelo tradicional sistema de aviamento, até as relações assalariadas sem nenhuma das

garantias previstas nas leis trabalhistas. Essas relações estabeleceram diversos conflitos, decorrentes do crescimento da pobreza e da pressão sobre os recursos naturais, aumentando o fluxo de matéria e energia, com sensíveis impactos negativos no meio ambiente. Brito (2001) destaca a “urbanização da pobreza” entre os problemas sociais que resultaram das políticas públicas para o desenvolvimento amazônico. Na Amazônia, a concentração populacional nas áreas urbanas reflete o tipo de política fundiária adotada pelo governo. Nesse sentido, Machado (1995, p. 212) considera que “não só cresceu o número de cidades, como também a ‘favelização’ dos assentamentos rurais” e acrescenta “Não é exagero afirmar que a expansão da fronteira agrícola se fez num contexto urbano”.

Assim, associados aos conflitos sociais, as políticas de desenvolvimento para a Amazônia trouxeram impactos ambientais como: conflitos de terra (entre fazendeiros, posseiros, seringueiros e índios), desflorestamento desenfreado pela abertura de estradas, exploração da madeira seguida de expansão agropecuária e intensa mobilidade espacial da população em direção aos núcleos urbanos da região.

O esgotamento da política de desenvolvimento para a Amazônia, a partir de meados da década de 1980, mostrou um descompasso entre o ritmo dos processos naturais, sociais e econômicos. Brito (2001, p. 197) afirma que em aproximadamente 15 anos, a pressão sobre os recursos naturais renováveis e não-renováveis, já havia destruído “uma área que ultrapassa exponencialmente os espaços que sofreram o impacto de mais ou menos dois séculos de colonização”. Por outro lado, como resultado da tentativa de implantação de um outro ordenamento social, intensificou-se a desagregação social, com o rompimento extraordinariamente rápido de culturas tradicionais, que deu origem a uma configuração social fragmentada e a um largo fosso separando os que se encaixaram nessa nova estrutura e os que permaneceram à sua margem.

A discussão da reforma do Estado, impulsionada pelo aprofundamento da crise estrutural e pelo processo de globalização - da crise do modelo de desenvolvimento - embasado no progresso técnico voltado para o crescimento ilimitado da produção, envolvendo elementos naturais renováveis e não renováveis provoca uma crescente ameaça de colapso dos ecossistemas e levanta a questão do ajuste institucional com vista ao desenvolvimento sustentável¹⁴. A construção de um novo ajuste institucional tem como objetivo: oferecer a perspectiva de uma sociedade que política, econômica e culturalmente se engaje na luta contra o crescimento desestruturado da economia; e dar suporte à sustentabilidade, para fazer frente

¹⁴ Segundo Altwater (1997), a noção de coerência envolve a demarcação dos limites do espaço funcional e físico e a expansão dos períodos de tempo, determinantes funcionais dos subsistemas econômico, político e ambiental.

à complexa relação entre o sistema de produção social e o ritmo de reprodução da natureza, buscando meios de diminuir os impactos decorrentes do sistema produtivo e distributivo.

A simultaneidade das crises econômica, política e ambiental – provocadas pela Política de Valorização da Amazônia, iniciada em 1953, e aprofundada a partir da Operação Amazônia que entrou em crise na década de 1980 - provou que essa estrutura precisaria sofrer grandes transformações para adequar-se a um outro estilo de desenvolvimento.

Becker (2004) afirma que de 1985 a 1996, aliada à crise do Estado e à resistência social, somou-se a pressão ambientalista internacional e nacional para gerar o que ela define de “vetor tecno-ecológico” que configurou na Amazônia uma fronteira socioambiental. A autora define essa nova fronteira como aquela que reproduz o modelo de desenvolvimento endógeno, voltado para uma visão interna da região e para os habitantes locais, introduzindo uma nova e fundamental potencialidade para a Amazônia que transcende as populações envolvidas e transforma-se na solução de um problema global: a proteção da biodiversidade. Assim de 1970 a 1980, as demandas provocadas por diversos conflitos foram organizadas em diferentes projetos de desenvolvimento alternativos e conservacionistas que mobilizaram diversos organismos: Ong’s, organizações religiosas, agências de desenvolvimento, partidos políticos e governos. Diz Becker “Trata-se de novas territorialidades que resistem à exploração de experimentos associados à bio-sociodiversidade” (op. cit. p. 28).

Os conflitos evidenciados no final do século XX vêm provocando mudanças estruturais na Amazônia em todos os aspectos, tais como: rompimento da condição de isolamento, conectando-a ao resto do país e com o exterior; urbanização que alterou a estrutura do povoamento da região, transformando-a em uma “floresta urbanizada”, com 69,07 % dos seus 20 milhões de habitantes vivendo em núcleos urbanos, com importante papel na dinâmica regional e; mudança da estrutura da sociedade regional, expressa na organização da sociedade civil e no despertar da região para as conquistas da cidadania. Essas transformações representam uma nova forma de apropriação do território por grupos sociais (BECKER, 2004, p. 31).

Brito (2001) afirma que por mais que a nova roupagem do desenvolvimento constitua-se num paradoxo, a idéia de desenvolvimento sustentável tem estado por trás da reivindicação do fortalecimento e da renovação do velho sistema de desenvolvimento da Amazônia. O discurso do desenvolvimento sustentável, desde o final da década de 1980, entrou no cotidiano das instituições responsáveis pela formulação de políticas públicas na Amazônia. Desta forma, a ação combinada de processos globais, nacionais e regionais e políticas

contraditórias – voltadas para o ambiental e para o desenvolvimento – altera o povoamento da região, expressando-se territorialmente.

É preciso compreender, portanto, que o atual espaço da área estudada teve uma formação historicamente construída, a partir de uma lenta e gradativa apropriação do território amazônico. Assim, é interessante verificar que a realidade da construção do espaço onde se localiza a comunidade da Lagoa dos Índios, em Macapá, é representativa de um estágio histórico dos movimentos de mudanças sociais e econômicas combinadas, que modificaram esse espaço (SANTOS, 2002), provocando a produção de vários sentidos no tempo presente.

2.2 MODO DE APROPRIAÇÃO HISTÓRICO-GEOGRÁFICA DO ESPAÇO URBANO DE MACAPÁ

Os historiadores da Amazônia registraram o século XVI como o início da ocupação da região pelos colonizadores, principalmente pelos espanhóis¹⁵ e portugueses. Portanto, esse século é considerado como o momento de contato dos habitantes indígenas com os povos europeus e da concretização de uma nova forma de apropriação do espaço amazônico¹⁶.

Contudo, a literatura existente refere-se ao século XVIII como o período em que os colonizadores estabeleceram estratégias de ocupação para o espaço amapaense. Na segunda metade desse século, os portugueses, após a definição dos limites territoriais com a Espanha pelo Tratado de Madri (1750) iniciaram o processo de construção de vilas e fortificações em locais estratégicos para garantir o domínio territorial da coroa lusa. Com essa forma de ocupação, os portugueses visavam defender a região de possíveis invasões por outros povos que freqüentemente adentravam as fronteiras da guiana brasileira (REIS, 1993).

Reis (1993) afirma que, na primeira metade do século XVIII, a região das atuais terras amapaenses tinha uma fraca ocupação lusa. Esse, portanto, foi um dos principais fatores que incentivou a coroa portuguesa a dar continuidade à ocupação das terras na região norte. Associado ao objetivo de defesa territorial, os portugueses estabeleceram uma nova política econômica mercantilista baseada na montagem de um modelo de povoamento e de ocupação, que durou até a última década do século XVIII. Os desdobramentos das estratégias de ocupação revelaram-se a partir da forma em que se processaram as conquistas territoriais e as

¹⁵ Pelo Tratado de Tordesilhas as terras, atualmente, do estado do Amapá eram pertencentes à Espanha e, somente em 1750, com o Tratado de Madri, passam a ser terras portuguesas (REIS, 1993).

¹⁶ Contudo, Santos (2003) refere o século XV como àquele em que as atuais terras amapaenses passaram a se constituir em “rota de expedições de reconhecimento”, bem antes da chegada dos portugueses pelo litoral atlântico.

formas de apropriação da natureza empreendidas pelos agentes coloniais portugueses (ACEVEDO MARIN, 1999).

Assim, na costa setentrional da Província do Grão-Pará - formada pelas vilas de Macapá, Vila Vistosa Madre de Deus e Mazagão -, para resolver os problemas fronteiriços e consolidar o domínio econômico português sobre a região foram concretizadas duas medidas: a transformação do povoado de São José de Macapá em Vila, em 1758¹⁷, e a construção da Fortaleza de São José, a partir de 1764¹⁸ (RAVENA, 1998). Esta Fortaleza constituiu o núcleo inicial da ocupação portuguesa da chamada “Terra do Cabo Norte” (GOMES, 1999), região que faz parte do atual estado do Amapá.

Resultante desse processo, índios, negros e brancos constituíram o primeiro núcleo populacional de Macapá. As terras do Cabo Norte receberam “um sopro” de povoamento, com a entrada de famílias embarcadas em Lisboa, com os escravos introduzidos da África e os indígenas mobilizados de locais diversos do vale amazônico (ACEVEDO MARIN, 1999). No período de colonização da costa setentrional do Grão-Pará, índios e negros formaram a base da mão-de-obra dos empreendimentos portugueses.

O ecossistema regional, bastante diferente e complexo, impôs limite à ocupação mercantil portuguesa. Dessa forma, os índios, autóctones da região, foram subjugados pelos colonos brancos e transformados em “vassalos d’el Rey”¹⁹. O trabalho do indígena revelou-se muito cedo, como a única possibilidade de viabilizar projetos de exploração econômica – seja nas missões religiosas ou no projeto de Marquês de Pombal.

Os trabalhadores negros entraram na região para atender aos interesses da colonização portuguesa de diversas formas: os primeiros escravos africanos chegaram à Macapá trazidos pela Companhia do Comércio do Grão-Pará, outros chegaram com as primeiras famílias portuguesas, vindas de Mazagão Africana; além dessas duas formas de entrada de negros, provavelmente, alguns chegaram aqui por meio das fugas de escravos da Guiana Francesa, ao longo da segunda metade do século XVIII (GOMES, 1999).

¹⁷ Macapá foi elevada a categoria de vila, em 4 de fevereiro de 1758; e de cidade em 6 de setembro de 1856. Ver Arthur C. Reis, Território do Amapá: Perfil Histórico. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1949.

¹⁸ A Fortaleza de São José de Macapá, uma das maiores fortificações da América Latina, foi inaugurada em 1782, ainda incompleta (RAVENA, 1988).

¹⁹ Conforme Brito (1998), nesse período, ocorreu a combinação de formas e de regimes de trabalhos diferenciados como elementos necessários à formação de uma economia mercantil na fronteira da Amazônia Oriental, destacando-se a escravidão de negros e o trabalho compulsório indígena. Na segunda metade do século XVIII, as formas de organização da mão de obra indígena no período colonial transformaram o índio em “cidadão português” ou “vassalo d’el Rey”, em decorrência da legislação pombalina - Diretório dos Índios criado em 1757 em substituição ao Regimento das Missões.

A partir da composição populacional (por índios, negros e portugueses) surge nos arredores do Forte de Macapá - pertencente a Província do Grão-Pará - o primeiro núcleo urbano, localizado às margens do rio Amazonas. Na proximidade da Fortaleza, os moradores da vila de São José de Macapá ocuparam a frente da cidade e as áreas de várzeas (PORTO, & COSTA, 1999). Nesse período, Macapá era constituída pela vila (núcleo urbano) e pequenos lugarejos nos arredores da cidade (até bem pouco esses lugares eram caracterizados como área rural).

Durante um século e meio, quase nada mudou em termos de ampliação dos núcleos populacionais já existentes em Macapá. Contudo, segundo o Relatório da Fundação Pinheiro (1973), no século XIX, algumas medidas administrativas foram implantadas: a criação da comarca de Macapá em 1841 e a elevação de Macapá em município do estado do Pará em 1856.

De acordo com Becker (1998), no decorrer desse período, a região amapaense sofreu um processo de semi-abandono pelas autoridades brasileiras, o que configura o tipo de política traçada para a região amazônica. No século XIX e alguns anos do século XX, as autoridades nacionais consideraram a região como um “vazio demográfico”, por isso com pouca importância para o desenvolvimento econômico e social do país. Entretanto, Becker afirma que há uma contradição no discurso que transforma a região em espaço vazio, pois se deve considerar, sobretudo, a existência das populações nativas presentes nos espaços amazônicos.

Nessa perspectiva, é preciso considerar aquela população resultante do processo de colonização portuguesa, no século XVIII. A população que resultou do empreendimento português – o projeto pombalino que se encerrou em 1798 -, provavelmente, espalhou-se pelos mais diversos lugares das terras do Cabo Norte, formando núcleos populacionais diversos, ainda visíveis em todo o estado amapaense. Em Macapá, observa-se que quase todos esses núcleos existentes, tanto na área rural como na área urbana, foram compostos em sua origem pela população proveniente do processo de colonização portuguesa. Porém, a população negra é a que atualmente se destaca nos mais diversos lugares do estado do Amapá²⁰, ficando os índios, principalmente nas áreas de fronteira como o município de Oiapoque e dos municípios de Serra do Navio, Água Branca do Amapari e Laranjal do Jari (área do atual Parque do Tumucumaque).

²⁰ O Conselho das Comunidades Afro-descendentes do Amapá (CCADA), o Instituto de Mulheres Negras do Amapá (Imena) e a Coordenação de Organizações Negras Não Governamentais do Amapá (Conngo) apontam que no estado já existem mais de 34 comunidades quilombolas identificadas. A Seafro refere-se a 50 comunidades remanescente de quilombo pelo último levantamento feito pelo órgão.

Atualmente, a historiografia que trata da região do Cabo Norte, revela a existência de inúmeros mocambos – lugares constituídos por fugitivos negros, índios e soldados desertores – na região do Amapá, que foram formados no sentido de se contraporem a todo um processo econômico imposto pela coroa portuguesa. Por meio dos mocambos, os fugitivos, com suas próprias ações, reinventaram significados e construíram visões sobre escravidão e liberdade, e “marcaram as experiências da colonização e ocupação de vastas regiões amazônicas, principalmente aquelas das fronteiras coloniais e internacionais” (GOMES, 1999, p. 225). A fronteira era, para além de um refúgio geográfico, um esconderijo social e econômico no contexto amazônico a partir da segunda metade do século XVIII. É interessante observar que na área do Amapá, mais que em qualquer outra região brasileira, as fugas de escravos e a movimentação de quilombolas aumentaram enormemente nas últimas décadas dos oitocentos.

Apesar da intensa movimentação e rearticulação desses núcleos populacionais em toda a região amapaense, observa-se pela literatura que trabalha esse contexto, que entre o século XIX e as primeiras quatro décadas do século XX, poucas mudanças ocorreram em relação ao crescimento demográfico de Macapá. De acordo com alguns autores, o espaço da cidade somente começa a sofrer um processo de mudança na década de 1940, momento em que foi instituída a política de Valorização da Amazônia e de um reordenamento geo-estratégico para as terras do “Cabo Norte”.

Essa nova política implementada no espaço amapaense foi coordenada pelo, então, presidente Getúlio Vargas, por meio da criação de Territórios Federais no Brasil²¹. Neste sentido, Brito (2003) considera a criação do Território Federal do Amapá (TFA) como mais uma das estratégias de ocupação efetiva do extremo norte do país para promover o desenvolvimento e integração socioeconômica, com base no discurso de proteger e ocupar a fronteira brasileira - que até então, continuava pouco povoada - das possíveis ameaças de países vizinhos como a França²².

²¹ De acordo com Brito (1994), a Constituição de 1937 traz a idéia de criar legalmente os territórios federais com o objetivo principal de defesa nacional. Contudo, percebe-se que bem antes, desde 1903, já tinha sido criado o Território Federal do Acre como estratégia do governo para garantir a economia da borracha naquela região.

²² A história dos tratados e limites entre Portugal e França, entre os séculos XVII e XVIII, e depois, entre Brasil e França, a partir de 1822, demonstram claramente a preocupação com a fronteira da região amapaense na primeira metade do século XX. Reis (1949) afirma que o espaço amapaense foi alvo de disputa internacional, desde o início de sua ocupação. Tal disputa só seria solucionada em 1900, com a assinatura do *Laudo de Berna* que assegurou ao Brasil o direito sobre a colonização, povoamento, ocupação e exploração do espaço em disputa. Com a assinatura do *Laudo* suíço, a área do atual estado do Amapá foi anexada ao estado do Pará.

O Governo Vargas transformou as terras do Cabo Norte em Território Federal do Amapá (TFA), pelo Decreto-lei nº. 5.812, de 13 de setembro de 1943²³. Por meio desse Decreto, as terras da região do Amapá foram desmembradas do estado do Pará. O Território Federal era administrado pela União e tinha como características principais a centralização e concentração do poder político nas mãos de quem o administravam. O Presidente da República nomeava os Governadores e a eles atribuía plenos poderes para governar. Assim, as políticas implementadas no Território eram ações impostas pelo Poder Central às populações locais. O TFA foi criado sob a indiferença da maioria da população local, pois ela não compreendia as naturais consequências político-administrativas da elevação das terras amapaenses a condição de Território Federal (SANTOS, 1998).

Dessa forma, Janary Nunes - designado como governador do Território - decide entre os municípios existentes que Macapá seria a sede do poder administrativo do TFA²⁴. Inicia-se, assim, um processo de ordenamento urbanístico em decorrência do discurso do “vazio demográfico” e da pouca expressividade populacional existente na região. Essa maneira de considerar o processo de urbanização no TFA está relacionada ao que Veiga (2003) chama de visão oficial sobre o desenvolvimento territorial do Brasil, ou seja, o país possui uma única regra: considerar urbana toda sede de município (cidade) e de distrito (vila), sejam quais forem suas características²⁵.

Conforme Moraes & Moraes (2000, p. 11-12), na década de 1940, quando Janary Nunes chegou a Macapá “Havia pouco mais de 25 mil habitantes em todo o território, e em Macapá moravam aproximadamente mil pessoas”. Nessa direção, Santos (1998) caracteriza o Território, quando aqui chegou Nunes, como uma região onde as relações econômicas, sociais, políticas e de trabalho baseavam-se pelo “extrativismo e produção de subsistência e imobilismo social”. O núcleo urbano de Macapá, local de instalação do governo amapaense, no discurso do governador, era um “vilarejo decadente sem serviços e atendimentos imprescindíveis ao bem-estar coletivo e ao progresso”, pois não tinha luz elétrica, esgoto e água encanada, e a maioria da população era analfabeta (Idem, p. 29). Essa caracterização

²³ Através deste Decreto-Lei, o TFA foi tutelado pelo governo central e colocado sob controle direto dos Ministérios da Marinha e do Interior. Este decreto-lei criou, também, os territórios de Rio Branco (Roraima), Guaporé (Rondônia), Iguazu (desmembrado do estado do Paraná e Santa Catarina) e Ponta-Porã (Mato Grosso).

²⁴ Segundo Moraes & Rosário (1999), quando o TFA foi criado existiam apenas os municípios de Macapá, Mazagão e Amapá. Depois foram criados os municípios de Oiapoque (em 1945) e Calçoene (1956). O governo federal tinha a pretensão de instalar a sede da administração na cidade de Amapá, mas a posição geográfica de Macapá, que favorecia o intercâmbio com o estado do Pará, influenciou decisivamente na escolha da nova capital. Assim, através do Decreto Lei 5.839, Macapá é elevada à categoria de capital do Território.

²⁵ Ver Lei 311/38, ainda em vigor, que considera sede de município e distrito como urbano, mesmo aqueles com menos de 20 mil habitantes (VEIGA, 2003).

levou o governador a definir um programa de organização e desenvolvimento para o Território, a partir do trinômio “Sanear, Educar e Povoar”.

Nesse sentido, o novo território do Brasil tornou-se um pólo de atração à migração, especialmente, pela necessidade de mão-de-obra para a estruturação político-administrativa e a organização das atividades produtivas do território. O governador nomeado para esta nova unidade brasileira, visando “desenvolver” o Território Federal do Amapá implantou algumas medidas como: dinamização do sistema educacional - construiu novas escolas; desenvolvimento da agricultura e pecuária - criando pólos de produção (como a Colônia Agrícola do Matapi na região do atual município de Porto Grande); e urbanização de Macapá - construiu hospitais, ruas e rodovias, além de outras obras públicas. Desta forma, o governador convocava trabalhadores qualificados e, até mesmo, “desqualificados” para implementarem as mudanças necessárias ao “desenvolvimento da região” (SANTOS, 1998). Ou seja, o discurso do governador Nunes estimulou o movimento migratório para a região. É interessante notar que no período anterior à criação do território, a população amapaense – aumentando a quantidade estabelecida por Moraes & Moraes -, contava com cerca de 30.000 habitantes, crescendo para 37.477 entre os anos de 1943 a 1950 (IBGE, 1991).

Uma das estratégias de Nunes para consolidar o programa de organização e desenvolvimento urbano da região está na crônica “A melhor Fortuna Territorial”²⁶. Nesta crônica, o governador Nunes, de acordo com Santos (1998, p. 34) elogiava “os autóctones pela importância que representavam para a manutenção da soberania nacional sobre a área e expressar preocupações com seu presente e futuro, traçava muito da linha ideológica e filosófica que seguiria para a promoção do progresso sócio-econômico territorial”.

Porto e Costa (1999) e Becker (1998) compartilham da tese de que o discurso voltado para o modelo de desenvolvimento e ocupação fomentado no TFA, nesse período, foi característico da região amazônica. A partir da implantação do Território, o progresso socioeconômico e territorial do espaço amapaense se baseou na apropriação dos recursos naturais, principalmente o mineralógico, por grandes grupos econômicos, favorecidos pela política modernizante do Governo Federal implantada na região, durante mais de 40 anos (1943-1987).

No processo de apropriação de riquezas naturais, o Governo Federal inicia uma nova fase em consonância com os interesses internacionais: a instalação de grandes projetos na região amapaense. Becker (1998) assevera que a instalação de grandes projetos na Amazônia

²⁶ Ver Introdução do livro Os Novos Territórios, de autoria de Marijesto Alencar Benevides, editado em 1946, no Rio de Janeiro, pela Imprensa Nacional.

faz parte de uma economia planetária viabilizada pelas corporações transnacionais, e que representa uma forma contemporânea de afirmação do Estado Nacional.

Portanto, a transformação do Amapá em Território proporcionou a implantação de projetos industriais, tais como a Indústria Comércio e Mineração S/A (Icomi), em 1957, e o Projeto Jari Amapá Celulose (Projeto Jari), em 1967. Além desses empreendimentos, estão aqueles ligados ao grupo Icomi, através da Companhia Auxiliar de Empresas de Mineração (Caemi): Empresa Bruynzeel de Madeira S/A (Brumasa), criada na década de 1960; Companhia de Dendê do Amapá S/A e o projeto de plantação de pinus, da Companhia Amapá Florestal Celulose S/A (Amcel), na década de 1980. Segundo Brito (2003) é importante destacar, que nesta década houve, ainda, a implantação do Projeto Vila Nova, em Mazagão, com a finalidade de exploração da cromita; e dos Projetos de Reforma Agrária no estado, a partir de 1987.

Dentre esses projetos a empresa Icomi, primeiro grande projeto instalado na Amazônia, foi a que teve maior influência no crescimento populacional de Macapá, devido a sua extensão e a quantidade de trabalhadores utilizados no empreendimento. Inclusive Porto (2000) afirma que no Território Federal do Amapá, o processo de ocupação urbana quase dobrou com a implantação da Icomi²⁷, a partir da década de 1950. A Icomi converteu-se em um pólo de atração de mão-de-obra migrante. A população amapaense que perfazia um total de 37.477 habitantes, na década seguinte, contava com uma taxa de 68.889 habitantes.

De uma forma geral, todos os empreendimentos instalados na região do Amapá contribuíram para a modificação da estrutura urbana de Macapá²⁸. O crescimento demográfico do município foi provocado pela procura de empregos na região, tanto nas construções urbanas, que dariam suporte aos projetos do governo, como nas construções e atividades de exploração das riquezas naturais pelos projetos instalados no Amapá²⁹.

²⁷ Esta indústria tinha por finalidade a exploração do manganês para atender as indústrias siderúrgicas do Brasil, Europa e Estados Unidos. Para dar suporte à exploração e exportação de manganês foi construída uma infraestrutura em dois espaços geográficos específicos: no, então, distrito de Santana²⁷ - onde foram construídos dois complexos - um residencial (vila Amazonas) e um administrativo, além de um porto para transporte de equipamentos e gêneros diversos e, principalmente para escoamento do minério -; e na Serra do Navio - local das minas e, que também possuía uma vila e complexo administrativo. Nota-se que a organização dessas vilas estava baseada na forma de divisão social do trabalho dentro dos moldes capitalista. Cada vila possui capacidade para 1500 pessoas. (BRITO, 1994).

²⁸ O choque entre as culturas locais e os novos “colonizadores” foi determinante para a produção de uma nova relação com o espaço amapaense e da eminente ampliação do núcleo urbano de Macapá, em termos de ocupação de áreas, ainda, não habitadas nesse espaço (BRITO, 2001).

²⁹ Desta forma, a economia tradicional voltada para um atendimento das necessidades regionais e locais foi substituída por uma economia de base capitalista, com industrialização da exploração mineral e madeireira para exportação, atendendo a um mercado nacional e internacional, criando-se grande número de mão-de-obra assalariada (CARDOSO; MÜLLER, 1987).

Além disso, as informações desse período dão conta de que entre as décadas de 1960 e 1970 a instalação desses empreendimentos foi marcada pelo processo de expansão das atividades econômicas por meio, principalmente, da Caemi. Segundo Porto & Costa (1999), a atuação da Caemi, garantiu algumas melhorias infra-estruturais no Território, especialmente, no eixo Macapá-Santana. Como exemplo, a criação, em 1966, do IRDA (Instituto Regional de Desenvolvimento do Amapá) e da Companhia Progresso do Amapá (Copram). O primeiro com a finalidade de fazer levantamento das potencialidades naturais e criar programas de desenvolvimento, e a segunda com a responsabilidade da execução dos programas criados na área de atuação da Icomi. A partir da atuação do IRDA e Copram, surgem no Território grandes empreendimentos para dar suporte a infra-estrutura urbana de Macapá, tais como: a Companhia de Eletricidade do Amapá (CEA), em 1956, Hidrelétrica de Coaracy Nunes, abertura de eixos rodoviários, projetos de colonização agropastoris. A viabilização desses projetos atraiu um número significativo de trabalhadores para o território.

Aliado a instalação dos projetos econômicos, percebe-se a expropriação de várias comunidades do interior. Assim, enquanto o Amapá se inseria no discurso de modernização e industrialização, através da exploração de suas jazidas e riquezas vegetais, os moradores da zona rural, abandonavam suas moradas no interior e buscavam novos caminhos, em geral rumando para a capital.

Verifica-se que esse contexto possibilitou uma nova configuração para o espaço urbano de Macapá. Os governantes com o discurso voltado para o desenvolvimento do Território, traçaram um perfil para a cidade, a partir de um reordenamento territorial e social desse espaço³⁰. Esse reordenamento baseou-se na desapropriação dos moradores dos antigos núcleos urbanos de Macapá. Foi o caso do deslocamento dos moradores negros para as áreas mais distantes do centro da cidade, pré-estabelecidas pelo governador Janary Nunes. Esse grupo de moradores começou a ocupar o atual bairro do Laguiño (hoje bairro centralizado) e a região denominada de Favela³¹ (origem do bairro Santa Rita, mas que nunca foi institucionalizado como bairro). Assim, inicia-se no núcleo urbano de Macapá um processo de ocupação das áreas do setor oeste, norte e sul, até então desocupadas, pressionando as comunidades residentes da zona rural.

³⁰ A partir da década de 1940, conforme Santos (1998), o espaço urbano de Macapá foi ocupado a partir das características étnicas de cada grupo. Assim, os brancos ficavam na parte central; os mamelucos, nas áreas denominadas de Elesbão, Igarapé das Mulheres, Trem e Beiro; os negros, em áreas situadas por detrás da Igreja de São José (“Beco do Formigueiro”) e no Largo São João (Praça Barão do Rio Branco, que a partir de abril de 1944 começou a ser desapropriada)

³¹ A Favela, na memória da comunidade negra, é a área que compreende o atual bairro de Santa Rita e parte dos bairros Jesus de Nazaré, Central e Trem.

De acordo com a Fundação João Pinheiro (1972), a criação do Território Federal do Amapá e a implantação desses diversos empreendimentos possibilitaram um crescimento demográfico perceptível na cidade de Macapá, entre 1945 a 1961. Inclusive, foi nesse momento que surgiram novos bairros: na parte sul da cidade o bairro do Trem, parte do Beírol e um aglomerado de palafitas no igarapé chamado Elesbão (atual bairro Santa Inês); na área norte, os bairros do Lagunho e o Igarapé das Mulheres (hoje Perpétuo Socorro); e na área oeste, onde se localiza a Lagoa dos Índios, parte do bairro Central e Santa Rita.

O crescimento demográfico do espaço urbano da cidade, corroborado pelo programa traçado pelos governantes a partir do incentivo da entrada de imigrantes para a região contou, sobretudo com imigrantes vindos das ilhas próximas à Macapá: Afuá, Gurupá e demais ilhas do golfão amazônico. A população de imigrantes mesclou-se aos moradores locais: tradicionais famílias amapaenses descendentes de antigos colonos portugueses das ilhas dos Açores e Mazagão Africana, mestiços e negros³².

A nova configuração da cidade possibilitou a expansão de bairros em direção aos grupos de negros que se estabeleceram em pontos, até então, de difícil acesso³³. A exemplo, os negros do Curiaú se estabeleceram na bacia hidrográfica do rio Curiaú e os da Lagoa dos Índios na bacia hidrográfica do Igarapé da Fortaleza³⁴.

Na década de 1960 a visível expansão demográfica em direção aos núcleos mais afastados provocou o crescimento desordenado da cidade. Esse fato contribuiu para que o governador Pauxy Gentil Nunes contratasse a empresa de Consultoria Grunbilf do Brasil, com a intenção de criar o primeiro Plano Urbanístico da cidade de Macapá. Por meio desse Plano, o objetivo do governo era disciplinar o crescimento e regularizar as construções, principalmente, para projetar o fornecimento de energia elétrica pela Companhia de Eletricidade do Amapá. O Plano Urbanístico, também, teria como função associar os aspectos econômicos, sociais, populacionais, institucionais e as peculiaridades físicas do local (GRUNBILF DO BRASIL, 1960).

Esse Plano já fazia referência à topografia peculiar das áreas úmidas da cidade. O Relatório Grunbilf do Brasil (1960, p. 26) referia-se às áreas alagadas com se fossem um lago e recomenda sua conservação de qualquer maneira. Esse Relatório considerava as áreas de

³² Não se tem relato sobre a presença de indígenas na capital do TFA nesse período.

³³ Gomes (1999: 247) enfatiza que os negros na época da escravidão “atravessaram matas, cachoeiras, florestas, rios, morros e igarapés”, a procura de liberdade. Possivelmente, esse fator levou os negros do Curiaú, da Lagoa dos Índios e das demais comunidades negras a habitarem as margens de rios, igarapés e lagoas.

³⁴ Os grupos formadores desse sistema hidrográfico distribuíram-se no interior de rios, lagos e igarapés por serem locais menos transitados na época e, porque puderam, neste habitat, estabelecer um sistema de organização social, articulando práticas econômicas e culturais que lhes são particulares (ACEVEDO MARIN e CASTRO, 1998).

alagadas como “excelentes pulmões verdes” e como uma espécie de “filtros do ar”, pelo grande número de lagos e pela farta vegetação que separava os bairros. Desta forma, alertava que na execução do plano urbanístico as águas deveriam ser saneadas e limpas e retirar-se o mínimo necessário de vegetação, pois as águas e a vegetação eram de suma importância para o conforto e a saúde dos habitantes.

Contudo, entre 1961 e 1973, a cidade de Macapá continua sendo alvo dos fluxos migratórios, decorrentes das atividades econômicas relacionadas aos projetos estabelecidos no TFA³⁵. Esses fluxos foram responsáveis pela contínua expansão demográfica e conseqüentemente da criação e ampliação da área urbana de Macapá pelo aparecimento de vários bairros e o alargamento de outros. Nesse período, surge: a complementação do bairro Santa Rita e Beiroi; um aglomerado populacional chamado Vacaria, situado nos limites do Beiroi; e os bairros do Buritizal, Jesus de Nazaré, Jacareacanga e Pacoval (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 1973).

Morais & Moraes (2000) afirmam que o processo de ampliação e ocupação do núcleo urbano de Macapá foi uma das preocupações do governador Ivanhoé Gonçalves (1967-1972) durante o regime militar. Durante esse governo foi pavimentada a Rodovia Duque de Caxias, que liga Macapá a Santana, cortando a área da comunidade Lagoa dos Índios.

Em 1973 a Fundação João Pinheiro consolida o II Plano de Desenvolvimento Urbano de Macapá. Esse Plano configurou a cidade macapaense como uma ilha, decorrente de sua dinâmica natural e dos limites institucionais existentes (neste caso, as áreas do Exército e do Aeroporto, que bloqueavam as possibilidades de urbanização contínua da cidade) e sugeriu que se implantasse uma via indutora para se transpor áreas úmidas e alagadas (como a área da Ressaca Lagoa dos Índios e os igarapés); caso contrário, no prazo de dez anos, a cidade não suportaria a população estabelecida em seus limites. Contudo, essa Fundação suscitou que o trecho Macapá-Fazendinha-Santana (atual Rodovia Juscelino Kubistchek) se tornaria uma área de expansão urbana, devido a existência da rodovia Macapá-Santana (rodovia Duque de Caxias).

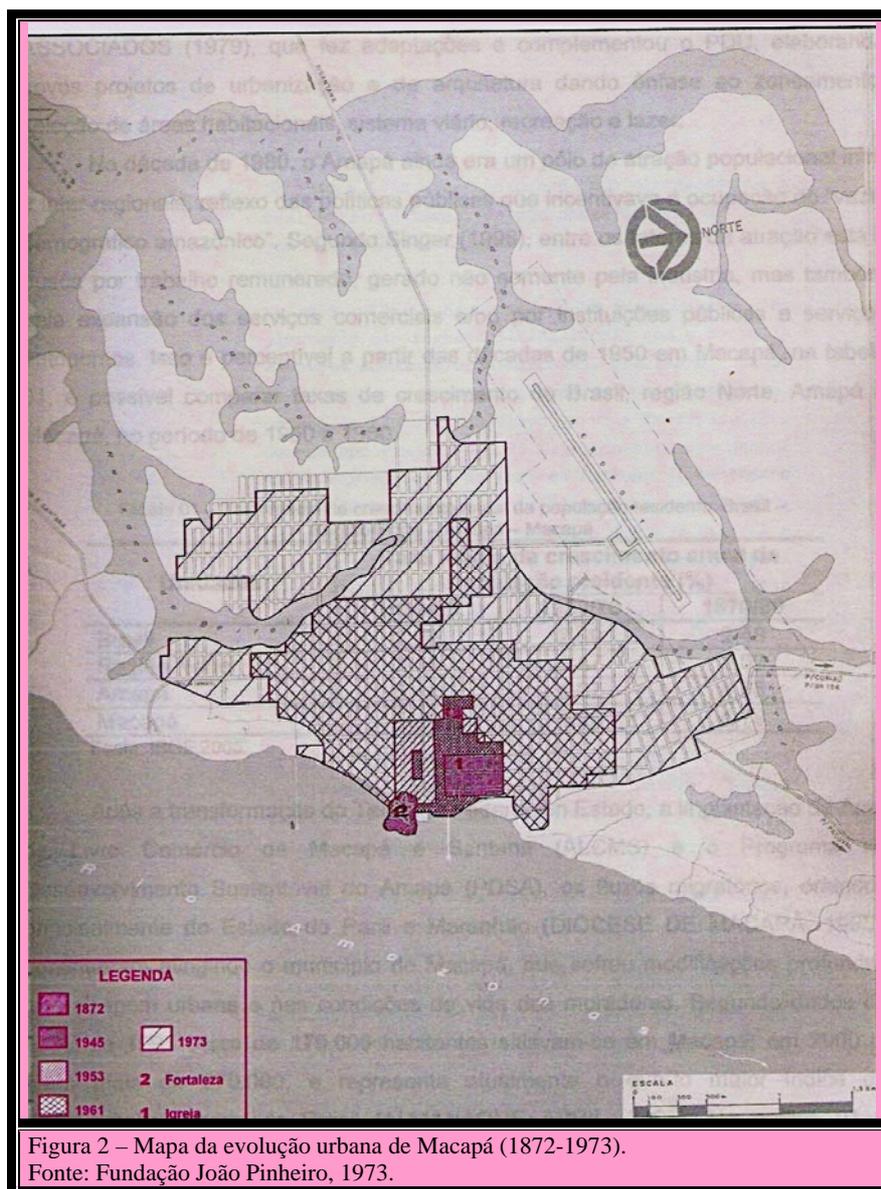
Essa configuração da cidade possibilitou a intensificação do crescimento urbano horizontal de Macapá, atingindo as áreas úmidas e alagadas, com o prolongamento das ruas e avenidas que incentivou a ocupação das áreas com loteamentos pelas populações de baixa renda.

³⁵ Conforme dados do IBGE, em 1970, a população do Amapá, mais que triplicou. A imigração foi registrada da seguinte forma: Inter-Estadual: 785 (0,7%); Inter-Regional: 2.891 (2,0%); Intra-Regional: 33.827 (29,6%). Deste percentual de imigrantes 91,0% vieram do Estado do Pará.

Observando-se a evolução da estrutura urbana de Macapá (Figura 2), verifica-se o descompasso da ocupação ocorrida entre o período de 1872 a 1973. Entre 1872 e 1953, a cidade teve um crescimento restrito ao centro de Macapá, em torno da Fortaleza e da Igreja São José. Contudo, ao se comparar com o período que vai de 1953 a 1973, percebe-se um crescimento significativo na malha urbana, provavelmente, em decorrência dos vários projetos estabelecidos na região.

Em decorrência do crescimento desordenado da cidade, em 1979, o governo sentiu necessidade de fazer algumas modificações no Plano de Desenvolvimento Urbano, consolidado pela Fundação João Pinheiro. Dessa forma, foram contratados os serviços da empresa Cole e Associados, com o objetivo de fazer adaptações e novos projetos de urbanização e de arquitetura. O novo projeto urbano deu ênfase ao zoneamento, seleção de áreas habitacionais, sistema viário, recreação e lazer.

O Relatório Cole e Associados (1976/79), menciona várias vezes a palavra “ressaca”, porém considerava essa área úmida como “um lago típico”. O Relatório ao tratar da legislação urbana - relacionada ao uso da terra, zoneamento da cidade e o código de posturas - era bem taxativo ao estabelecer que nenhuma construção deveria ser licenciada ou consentida no município sem a observância das normas de uso do solo e das suas taxas de ocupação, dos seus coeficientes de aproveitamento, dos recuos e dos afastamentos das divisas. Assim, o documento determinava a proibição de construções em terrenos alagadiços e em reservas florestais e ecológicas, que pudessem prejudicar o uso da água existente, evitando a inundação das áreas. Também houve explícita preocupação no relatório com a “preservação das belezas naturais”. Neste sentido Cole e Associados mencionam a necessidade de um Plano Turístico. A empresa mostrava as possibilidades desse Plano, ao comparar os pólos turísticos próximos a Macapá (Manaus, Caribe, etc.). Refere-se, inclusive, a “demanda” de infra-estrutura hoteleira, a “oferta” de empregos e os pontos turísticos a serem explorados (MACIEL, 2001).



De acordo com Maciel (2001), o relatório de Cole e Associados (1976-1979), que propunha zoneamento para Macapá, refere-se a Lagoa dos Índios, como uma região de numerosos “braços”, todos irregulares, que já naquela época possuíam diversos nomes e que a parte baixa da cidade já havia avançado em trechos de Ressaca, provocando interrupções nos canais que recebiam afluentes ou se ligavam com o rio Amazonas, com poucos igarapés visualizados.

A partir deste novo Plano, o governo do Território, em 1980, começou a deslançar o programa de desenvolvimento urbano que muda completamente o aspecto da capital. Os autores Moraes & Moraes (2000), destacam várias obras e serviços executados no governo Barcellos³⁶, que possibilitaram a ocupação da área da ressaca Lagoa dos Índios. Nesse

³⁶ Último governador do TFA e primeiro do Estado do Amapá.

período, percebe-se o asfaltamento de inúmeras ruas e avenidas; ampliação do sistema de eletrificação rural, proporcionando energia a dezenas de vilas e cidades afastadas do centro urbano da capital; expansão da interligação rodoviária entre a capital e zona rural, inclusive com a abertura de diversas estradas vicinais e construção de pontes, destacando-se aquela construída em concreto sobre a ressaca Lagoa dos Índios na rodovia Duque de Caxias.

As providências efetivadas na organização administrativa e infra-estrutura econômica e social do Território, na década de 1980, faziam parte do objetivo do Governo Federal em dar cumprimento à Lei Orgânica dos Territórios Federais, promulgada em janeiro de 1969. Essa Lei visava criar condições que possibilitassem a ascensão do TFA à categoria de Estado Federal.

Ainda, na década de 1980, o Amapá constituía um pólo de atração populacional intra e inter-regionais, reflexo das políticas públicas que incentivava a ocupação do chamado “vazio demográfico amazônico”.

Tabela 1 - Taxa Média de Crescimento Anual da População Residente
Região Norte-Amapá-Macapá

UNIDADES	Taxa média de crescimento anual da população residente (%)		
	1950/60	1960/70	1970/80
Brasil	2,99	2,89	2,48
Região Norte	3,34	3,47	5,02
Amapá	6,14	5,37	4,36
Macapá	8,4	6,29	4,79

Fonte: Dados adaptados do IBGE, 2005.

Percebe-se esse reflexo da política de ocupação a partir da taxa de crescimento anual da população de Macapá entre as décadas de 1950/1980 (Tabela 1). Assim, verifica-se um maior crescimento nas décadas de 1950/1960, com 8,5%; número que diminui para 6,29% entre 1960/1970; e chega a 4,79 nas duas décadas seguintes (1970/1980), conforme dados do IBGE (2005).

É no final dessa década que o território amapaense passa a ser estado da República Federativa do Brasil. A transformação do Amapá em estado, a partir da Constituição de 1988, provocou mudanças na dinâmica espacial da região, aliada ao esgotamento das reservas manganíferas, até então de fundamental importância para a economia do Território.

Após a criação do estado do Amapá, em 1988, foi elaborada a sua Constituição, aprovada em 1991. A nova Constituição Estadual traçava as linhas para a política urbana. A política de desenvolvimento urbano tinha como objetivo ordenar e harmonizar o crescimento

das cidades de maneira a atender à função social do solo urbano e ao bem estar dos habitantes. Desta forma, a Constituição colocava a necessidade da imediata elaboração do Plano Diretor dos municípios, como um instrumento básico da política de desenvolvimento econômico, social e de expansão urbana, que deveria ser obrigatório para os Municípios com mais de cinco mil habitantes e aprovado pela Câmara Municipal. Além disso, este Plano deveria trazer como metas políticas de orientação a formulação de planos setoriais critérios de parcelamento, uso, ocupação do solo e zoneamento, prevendo áreas destinadas a moradias populares com garantias de acesso aos locais de trabalho e lazer e proteção ambiental (CONSTITUIÇÃO ESTADUAL, 1991, p. 76)³⁷.

No mesmo ano em que a política urbana estava sendo traçada para os municípios foi criada a Área de Livre Comércio de Macapá e Santana (ALCMS)³⁸. Para Porto e Costa (1999), a implantação da ALCMS, como política de desenvolvimento do estado, proporcionou um grande impulso ao movimento migratório, em especial e em proporção maior para os núcleos urbanos. Na última década do século XX, a ALCMS constituiu o principal elemento da dinâmica socioeconômica e espacial do município de Macapá e Santana. O objetivo principal deste novo empreendimento seguia os passos da Política de Desenvolvimento Regional. O modelo adotado, a comercialização de produtos importados³⁹, possibilitou o surgimento de inúmeros empreendimentos comerciais nos municípios de Macapá e de Santana.

O documento da Diocese de Macapá (1995) aponta o Programa de Desenvolvimento Sustentável (PDSA), criado pelo governo de João Alberto Capiberibe, também, como um dos responsáveis pelos fluxos migratórios – oriundos, principalmente, do vizinho estado do Pará e do Maranhão - ocorridos a partir da década de 1990. Esse documento assevera que a partir da criação da ALCMS e do PDSA, Macapá começa a sofrer um novo processo de expansão urbana.

Com a implantação da ALCMS (e os incentivos fiscais) e do PDSA, houve um intenso fluxo de migrantes vindos dos mais diversos lugares do país, principalmente para Macapá, em busca de oportunidade no mercado de trabalho local. Brito (2003) analisa que a movimentação de migrantes agravou consideravelmente os problemas sociais e ambientais existentes no estado, sobretudo das áreas urbanas de Macapá e Santana. O crescimento

³⁷ Todavia, o Plano Diretor somente foi aprovado em 2004, e continua em fase de implantação.

³⁸ Sancionada pelo, então, presidente José Sarney, através do Decreto Federal nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991.

³⁹ A ALCMS é juridicamente controlada pela Superintendência da Zona Franca de Manaus (Sufrema) e possui suspensão de impostos de importação (II) e do imposto de produtos industrializados (IPI) sobre as mercadorias estrangeiras que entram nela.

populacional destes dois núcleos provocou uma concentração desordenada das periferias e das áreas alagadas com o aparecimento de inúmeros bairros e loteamentos, pressionando, cada vez mais, os recursos naturais, em especial os recursos hídricos, afetados por “ressacas”.

O crescimento demográfico desse período contribuiu para o aumento da urbanização da capital do estado. Conforme o IBGE (2005), até o final da década de 1990, institucionalmente surgiram alguns bairros como: Boné Azul, Brasil Novo, Novo Horizonte, Jardim Felicidade e São Lázaro (Norte da cidade), Araxá, Pedrinhas, Jardim Equatorial, Universidade (Zerão) e Marco Zero (parte leste), São Jorge (Marabaixo) e Nova Esperança (no setor Oeste). Além, da existência de bairros constituídos de fato, mas não legalmente, como é o caso do Infraero I e II, do Muca, do Liberdade, do Novo Horizonte II, do Loteamento Açaí que são agregados a bairros já institucionalizados.

Assim, o censo do IBGE para o período de 1991 a 2000, apresenta o estado do Amapá como aquele que apresentou a mais elevada taxa de crescimento demográfico do país na década de 1990, correspondente a 64,42% (Tabela 2).

Tabela 2 - Crescimento da População Urbana da Região Norte
(em números percentuais)

ESTADOS	1950	1960	1970	1980	1991
ACRE	18,5	20,6	27,8	43,8	61,85
AMAPÁ	37,0	51,3	54,6	59,1	80,89
AMAZONAS	26,7	32,8	42,4	59,9	71,42
PARÁ	34,6	40,2	47,1	48,9	50,37
RONDÔNIA	37,4	43,2	53,6	47,3	58,20
RORAIMA	28,3	42,9	42,7	61,7	64,58
TOCANTINS	--	16,8	24,9	39,7	57,69

Fonte: Dados adaptados do IBGE - Censos Demográficos de 1950, 1960, 1970, 1980, 1991.

Segundo dados da Secretaria de Estado do Trabalho e Cidadania (Setraci) essa taxa de crescimento elevada, pode ser explicada, a partir dos movimentos migratórios oriundos das regiões Norte e Nordeste (principalmente Pará e Maranhão) e pelo incremento da taxa de natalidade da população do estado (BRITO, 2003).

Os dados do IBGE/2000 apontam o estado do Amapá como o que tem uma população essencialmente urbana, com 89,02%⁴⁰ (Tabela 3), localizados nas sedes municipais, principalmente em Macapá e Santana, que juntas concentram 76,27% da população total do estado. Macapá, capital do estado, com uma área de 6.562,41 km², apresenta uma densidade demográfica de 43,10 hab/km² e Santana, segundo maior município, com 1.599,70 km²,

⁴⁰ De acordo com Monteiro e Sawyer (2001, 308), o Amapá com 89,02% está entre as unidades da federação componentes da região que apresentaram os maiores índices de grau de urbanização de 1996 a 2000, ao lado de Mato Grosso (79,3%) e Roraima (76,1%).

possui uma população de 80.169 habitantes, com uma densidade demográfica de 50,12 hab./km².

Tabela 3 - População e Densidade Demográfica do Estado do Amapá - Por Município (1991-2000)

MUNICÍPIO	1991	2000	ÁREA	Densid./00
Amapá	8.075	7.122	9.203,50	0,77
Calçoene	5.177	5.678	14.333,00	0,40
Cutias	-	3.281	2.127,60	1,54
Ferreira Gomes	2.386	3.529	5.072,20	0,70
Itaubal	-	2.894	1.569,80	1,84
Laranjal do Jarí	21.372	28.196	31.170,30	0,90
Macapá	179.777	282.745	6.562,41	43,10
Mazagão	8.911	12.027	13.189,60	0,91
Oiapoque	7.555	12.895	22.725,70	0,57
Pedra Branca do Amapari	-	3.993	9.537,90	0,42
Porto Grande	-	11.037	4.421,60	2,50
Pracuúba	-	2.297	4.979,10	0,46
Santana	51.451	80.169	1.599,70	50,12
Serra do Navio	-	3.294	7.791,30	0,42
Tartarugalzinho	4.693	7.088	6.742,00	1,10
Vitória do Jarí	-	8.550	2.428,00	3,53
TOTAL	289.397	475.843	143.453,71	3,32

Fonte: Dados adaptados do IBGE, 2000.

O êxodo rural, com o deslocamento de pessoas dentro do próprio estado, constitui outro fator de crescimento populacional na área urbana. Em 2000, a população urbana de Macapá atinge a marca de 95,52%, em detrimento da rural que apresenta 4,48% (Tabela 4).

Tabela 4 - População Urbana e Rural do Estado do Amapá -2000

MUNICÍPIO	Urbana	%	Rural	%	Total
Amapá	5.923	83,16	1.199	16,84	7.122
Calçoene	5.262	92,67	1.464	25,78	5.678
Cutias	1.441	43,92	1.840	56,08	3.281
Ferreira Gomes	2.508	71,07	1.021	28,93	3.529
Itaubal	1.175	40,60	1.719	59,40	2.894

Laranjal do Jarí	26.487	93,94	1.706	6,05	28.196
Macapá	270.077	95,52	12.668	4,48	282.745
Mazagão	5.956	49,52	6.071	50,48	12.027
Oiapoque	7.855	60,92	5.040	39,08	12.895
Pedra Branca do Amapari	1.359	34,03	2.634	65,97	3.993
Porto Grande	7.366	66,74	3.671	33,26	11.037
Pracuúba	969	42,19	1.328	57,81	2.297
Santana	75.629	94,34	4.540	5,66	80.169
Serra do Navio	1.215	36,89	2.079	63,11	3.294
Tartarugalzinho	3.472	48,98	3.616	51,02	7.088
Vitória do Jarí	6.887	80,55	1.663	19,45	8.550
TOTAL	423.581	89,02	52.262	10,98	475.843

Fonte: Dados adaptados do IBGE, 2000.

Os números percentuais indicam a falta de uma política de infra-estrutura e de uma política de incentivo para a permanência dos pequenos produtores nas áreas rurais. Lima (1995), já afirmava que a falta de uma política agrícola de incremento da produção rural, agravada pela questão fundiária discriminatória, estava provocando “uma concentração urbana perversa na principal cidade do Amapá [Macapá], gerando toda sorte de problemas sociais, inclusive o surgimento da mendicância e de meninos de rua, além do aumento da prostituição e da criminalidade”.

O aumento populacional urbano do estado também é provocado pela quase ausência de políticas públicas em todos os setores. Em geral, quando elas ocorrem, existem apenas nas sedes municipais. Esse fator faz com que a população rural procure sempre o meio urbano para solucionar problemas de saúde e educação, bem como pela procura de oferta de emprego. Todavia, ao chegarem às áreas urbanas encontram condições precárias de habitação, impossibilitando seu desenvolvimento humano. No município de Macapá, essas condições contribuem, sobretudo, para o aumento da degradação ambiental, sobretudo, nas áreas de ressacas e da pressão exercida sobre as áreas protegidas no entorno dos núcleos urbanos⁴¹.

O elevado crescimento urbano de Macapá, nos últimos anos provocou o surgimento e a criação de novos bairros nas zonas norte e sudoeste, sobretudo nas áreas úmidas da capital, é configurado da seguinte forma: a partir do estabelecimento de alguns loteamentos pela ação do estado, por meio do Instituto de Terras do Amapá (Terrap) e desencadeados por “invasões”, principalmente de áreas alagadas. Maciel (2001) considera que a maioria do

⁴¹ Veiga (2003) acredita que a densidade demográfica está no âmago do chamado “índice de pressão antrópica”, e quando ele vier a ser construído será o melhor indicador para refletir as modificações do meio natural que resultam de atividades humanas. Desta forma, considera a “pressão antrópica” como o melhor indicador de artificialização dos ecossistemas e do efetivo grau de urbanização dos territórios. Portanto, para Veiga (Idem, p. 33) “nada pode ser mais rural do que as escassas áreas de natureza intocada, e não existem ecossistemas mais alterados pela ação humana do que as manchas ocupadas por megalópoles”.

contingente que invadiu a maioria das áreas alagadas (úmidas) foi constituída pela mão-de-obra não qualificada que, provavelmente, encontrou dificuldade em obter emprego. As áreas de ressaca apresentaram-se como uma oportunidade de moradia “grátis” e próxima ao centro urbano, onde sempre pode aparecer alguma coisa em que trabalhar.

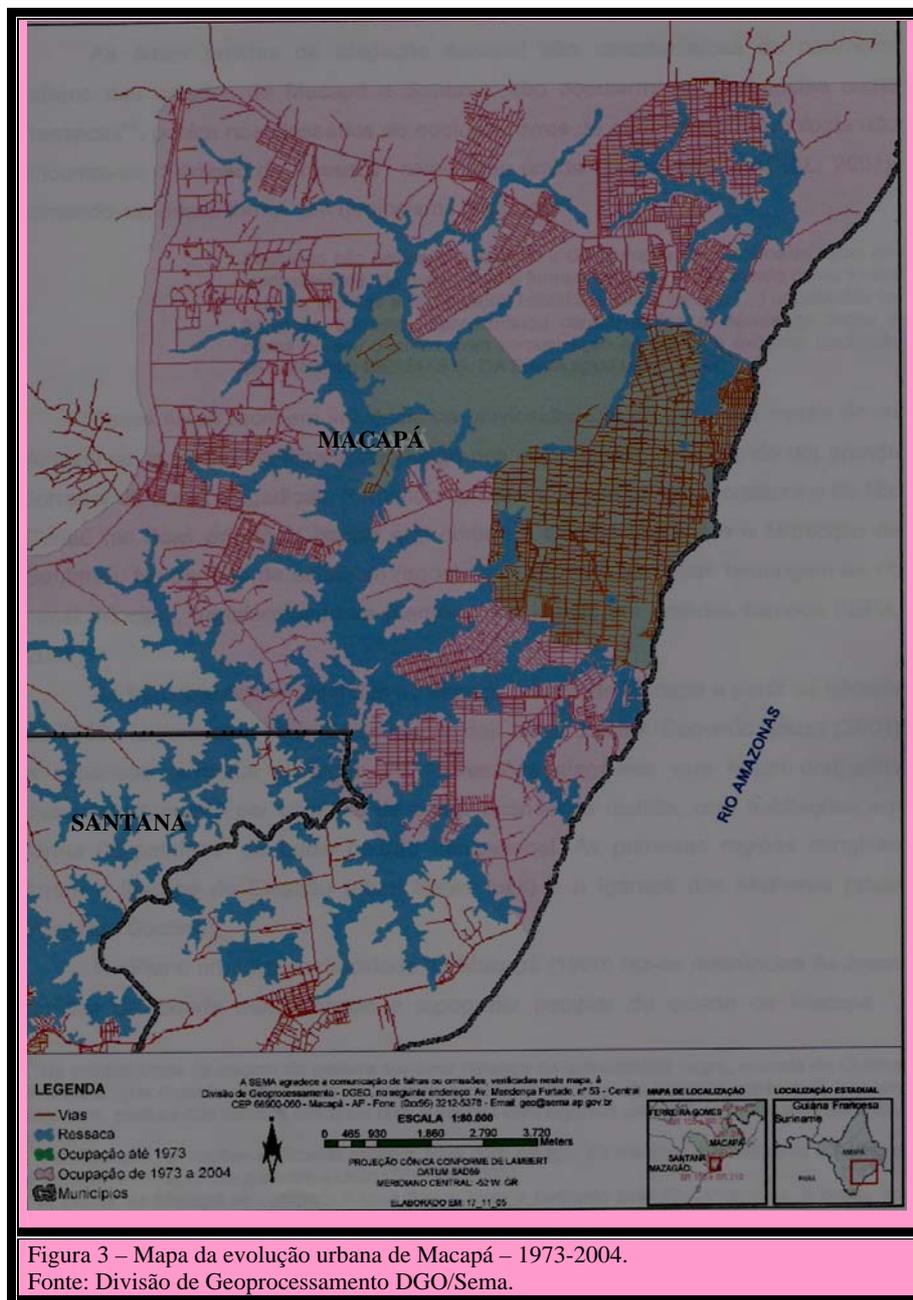


Figura 3 – Mapa da evolução urbana de Macapá – 1973-2004.
Fonte: Divisão de Geoprocessamento DGO/Sema.

Diante de todas essas transformações ocorridas no espaço urbano do município de Macapá, ocorreu o que os autores chamam de “inchaço urbano” que provoca a desordem do processo de urbanização e a falta de infra-estrutura básica para a população. A invasão das áreas úmidas e dos “cordões” periféricos acarretou a dilatação horizontal da cidade. Esse

processo delineou-se da seguinte forma: algumas áreas foram afetadas pela “segregação do espaço geográfico da cidade”⁴² que provocou a ocupação de várias ressacas por pessoas sem condições financeiras, outras sofreram o processo de especulação imobiliária por grupos empresariais, dentre elas a ressaca Lagoa dos Índios.

O crescimento urbano de Macapá expressa, sobretudo, as desigualdades socioespaciais agravadas, tanto no centro da cidade, como em direção a áreas, até então, consideradas rurais. O espaço da cidade e do campo está sujeito a especulação imobiliária. As áreas até bem pouco tempo que caracterizavam o espaço rural de Macapá começaram a sofrer pressão imobiliária pela proximidade com o centro da cidade.

Portanto, é importante lembrar que todo o processo histórico de apropriação do espaço amapaense se dá por meio da exploração das riquezas naturais. Essa exploração é mais visível no meio rural, porém tem conseqüências no meio urbano, pois as atividades econômicas implementadas no estado, tanto públicas, quanto privadas, atraíram contingentes de mão-de-obra e aumentaram significativamente a população local. Quando as populações rurais – a maioria dos migrantes vem do meio rural tanto do estado do Amapá como de outras regiões – não conseguem sobreviver na zona rural, elas têm como destino os núcleos urbanos, desencadeando um desequilíbrio entre a população real e a infra-estrutura existente, causando uma maior pressão sobre os recursos naturais das cidades e um déficit social crescente. Processo que atingiu diretamente a ressaca Lagoa dos Índios.

2.3 PROCESSO DE OCUPAÇÃO DA LAGOA DOS ÍNDIOS

O rastrear a origem da presença de pessoas na Lagoa dos Índios, não é nem poderia ser algo pronto e acabado. Dessa forma, inicia-se pela existência dos habitantes negros que ocuparam a região, provavelmente, com o término do projeto colonial português, na segunda metade do século XVIII.

Todavia, tentar explicar a presença da comunidade negra há pelo menos duzentos anos no local onde hoje ela se encontra, requer traçar um percurso histórico das relações com a sociedade envolvente e perceber as forças que mobilizaram a permanência dela na região, constantes nos documentos existentes. Assim, utilizando os relatos dos moradores negros mais antigos, sobre sua presença nesse território, são percebidos vazios de discontinuidades na memória presente.

⁴² Corrêa (2001) afirma que a segregação do espaço urbano ocorre quando a maioria da população desprovida de recursos financeiros é empurrada para as favelas e invasões, local onde a pobreza se faz acompanhar pelos mais graves problemas sociais.

2.3.1 A presença dos Moradores Negros na Ressaca Lagoa dos Índios

Na memória que os moradores têm de seus antepassados é difícil estabelecer uma ponte entre o local de onde vieram e como se estabeleceram no território da Lagoa dos Índios. Da mesma forma não é possível perceber quais rios atravessaram, como foram “amansados os cursos d’águas” até encontrarem refúgio; nem que relações estabeleceram com índios e brancos e, principalmente como se organizaram e a partir de que processos “adaptativos” (LITTLE, 2001). A primeira referência comum nesse movimento de recordar de onde vieram seus antepassados indica alguns poucos lugares. O mais referido e lembrado foi a Fortaleza São José de Macapá, seguido da vinda de negros da Vila de Mazagão pelo Igarapé da Fortaleza.

A localização da área onde o grupo negro da Lagoa dos Índios se fixou é conformado por rios, furos, igarapés e lagos (Figura 4). Na memória dos habitantes, a Lagoa foi a alternativa inicial para orientar sua permanência no local e, ao mesmo tempo, representou para eles lugar de aprendizado dos segredos da floresta tropical de áreas úmidas e de terra firme, o que lhes permitiu progressivamente constituir-se como grupo relativamente isolado e protegido dos interesses escravagistas do período colonial. No recurso à fuga⁴³ e a procura de uma existência livre como estratégia de sobrevivência, encontraram na bacia hidrográfica do Igarapé da Fortaleza condições favoráveis para a realização de sua existência, o que explica, possivelmente, a forma como os moradores foram construindo modos de vida e de trabalho na região.



Figura 4: Igarapé que atravessa o território da comunidade quilombola.
Fonte: Arquivo Particular, Novembro/2005.

⁴³ Os historiadores examinam a rebeldia escrava como fonte de instabilidade temporária e localizada do sistema escravista, contudo, essas manifestações pouco atingiram a ordem escravocrata fortemente coesa. No entanto, a seqüência dos processos de fuga, a formação de quilombos e as ações de repressão são importantes para entender o grau de instabilidade e da negação da ordem escravista (GOMES, 1999).

As reações à escravidão, principalmente a fuga de escravos para os quilombos⁴⁴, tornaram-se a forma mais expressiva das contradições da sociedade escravista. Conforme consta na historiografia isso foi decisivo para a ruptura de uma parcela dos escravos com as relações escravistas e para a construção de um mundo de liberdade, em condições de relativo isolamento, garantido por deslocamentos que os afastaram da ameaça de um novo cativo (ACEVEDO MARIN e CASTRO, 1998). Relatam os moradores que foi nesse momento estratégico que os seus antepassados descobriram e ocuparam a Lagoa dos Índios.

Consta na memória, ainda, que o lugar habitado pelos negros foi inicialmente povoado por tribos indígenas que permaneceram nesse lugar por muito tempo antes da chegada da colonização nas terras do Cabo Norte. Os índios, provavelmente, alteraram o movimento lento de ocupação sob pressão e demanda crescente da política econômica colonial da fase pombalina. Até finais do século XVIII a organização do trabalho indígena e a entrada de escravos negros - mesmo que pouco regular durante o período pombalino - constituíram as bases da organização do trabalho compulsório indígena e trabalho escravo negro. Negros e índios dentro do projeto pombalino trabalharam em diversas atividades coloniais: fortificações, plantações, atividades domésticas, serviços e construções da vila de São José de Macapá (BRITO, 1998).

A organização social alternativa reunindo índios livres e aprisionados compulsoriamente e negros escravos e libertos nasce de uma visibilidade negativa por representar limite e afrontas à sociedade escravista. Acevedo Marin e Castro (1998, p. 68) afirmam que “mapeados os caminhos ou trilhas da fuga e os quilombos formados na Amazônia, estes nos indicam a complexidade do mundo negro recriado em liberdade”. E acrescentam: “Os quilombos de Macapá tiveram as marcas dessa formação singular”.

Na narrativa historiográfica indica-se que os fugitivos recebiam apoio de elementos populares e índios; por isso, provavelmente, nesse grupo estariam incluídos escravos, libertos e índios. Esse sistema de relações negros/índios - em que negros avançaram sobre as terras ocupadas por índios nos mais diversos espaços da colônia - encontra-se nos relatos dos antepassados e forma um bloco de defesa e de demarcação do território negro. Ricarda Silva

⁴⁴ Acevedo Marin e Castro (1998) tratam o termo *quilombo* enquanto categoria histórica que detém um significado relevante (localizado no tempo) e na atualidade constitui objeto de uma “reinterpretação jurídica” quando empregado para legitimar reivindicações pelo território dos ancestrais por parte dos denominados *remanescentes de quilombos*. Conforme as autoras, a reatualização do termo ocorre, a partir da década de 1980, como resultado das mobilizações de grupos rurais, do movimento negro e de entidades de apoio às lutas pelo reconhecimento jurídico das terras de preto ou terras de quilombolas, associadas ao forte sentimento de fazer parte da história de um grupo identificado com um território. O processo de ressemantização da categoria *quilombo*, tanto política quanto juridicamente, contribui à afirmação étnica e mobilização política desses segmentos, particularmente, as “comunidades negras rurais”.

(Entrevista em 13.11.2005), uma das mais antigas no local, relata o que ficou na memória da comunidade: “quando meus parente chegou aqui ... aí os índios foram embora e nós tomaram conta, eles não ficaram né? Mas primeiro...foi ...foi assim nós tomamo conta da terra”.

Como resultado das fugas de trabalhadores escravos, remanescentes das atividades coloniais, os grupos negros das terras do “Cabo Norte” reagruparam-se e refugiaram-se nas matas, às margens de vários rios – Araguari e Pedreira (em direção ao norte do atual espaço amapaense); no rio Curiaú⁴⁵ e Igarapé da Fortaleza (rios constituintes das bacias hidrográficas do rio Curiaú e do Igarapé da Fortaleza nos limites do município de Macapá), dentre outros indicados pela historiografia do período colonial amazônico (GOMES, 1999).

Os documentos e, ainda, a memória da escravidão, confirmam a existência da fuga de escravos e as formas de organização de quilombos, desde finais do século XVIII. Se bem que não constam na memória do grupo negro relatos sobre suas vidas e sobre as expedições de captura dos escravos naquela época. Todavia, nos relatos, a formação desses agrupamentos coincide com a data atribuída à chegada dos moradores negros à Lagoa e a ocupação da Lagoa por meio de caminhos percorridos ao longo de rios e igarapés.

No presente, os relatos dos moradores dão conta de que a existência do grupo negro da Lagoa ocorreu antes mesmo de 1802. Conforme a presidente da Associação das Mulheres Negras da Comunidade Lagoa dos Índios (AMNCLI), Núbia Souza (Entrevista em 24.11.2005), os antigos moradores, como seu Jerônimo Ramos da Silva, falecido recentemente, lembrava que seus antepassados se referiam à segunda metade do século XVIII como o início da ocupação e da existência de uma carta de 1802 dando a partilha das terras para a comunidade com o nome “São Pedro dos Bois”. Assim, ela declara que “a gente já existia bem mais do que isso, pelos relatos dos mais antigos”. A partir dessa partilha, outras vilas foram se formando com várias famílias que vieram para a região da Lagoa: dos Pereiras, dos Silva, do Joaquim Demétrio, dos Ramos da Silva, dos Nascimento, dos Rola, e da família do Coração⁴⁶.

Percebe-se que naquela época “o número de terras era maior”, diz Núbia. Porém, no decorrer do século XX essas comunidades foram se separando, “se desfazendo”. De “uma única partilha, que era a posse São Pedro da Ilha Redonda”, surgiu a Lagoa de Fora, o Coração, o Porto do Céu. Hoje, todas as terras próximas da Lagoa, “onde se concentra a Skol, o bairro do Congós e outros bairros que já são descaracterizados, eram terras de

⁴⁵ O Curiaú foi transformado em Área de Remanescente de Quilombo em 03 de dezembro de 1999, com uma área de 3268,94 hectares e Área de Proteção Ambiental (APA), pelo Decreto Estadual nº 1417/92, com área geográfica de 23.000 hectares.

⁴⁶ A Vila do Coração é uma comunidade negra, atualmente, pertencente ao município de Santana.

remanescentes de quilombo da posse da Ilha Redonda. Então, a posse foi dividida com outras comunidades e ficou apenas a Lagoa de Fora”.

No memorial descritivo, a carta de posse das terras da comunidade está datada de 1918. Porém, somente em 1962 foi emitida, pela Divisão de Terras e Colonização, Carta de Adjudicação⁴⁷ em favor dos herdeiros Antonio Guardiano da Silva, José Raimundo da Silva, Auta Maria da Conceição, Raimundo Cândido da Silva e Manoel Joaquim dos Santos -, dando direito à posse das terras.

Dona Ricarda (Entrevista em 13.11.2005) afirma que no momento em que a comunidade recebeu a “carta de posse”, o lugar não se chamava Lagoa dos Índios e sim Fortaleza, devido “ter o rio lá próximo que vai desaguar até lá na ressaca dos lagos”⁴⁸. Em relação ao nome Lagoa dos Índios, Núbia diz que após o incêndio que ocorreu na escola antiga, o governador Janary Nunes, “pelo fato de ter os antepassados e a própria história pregar de que lá viveram os índios e que realmente viveram, colocou o nome Escola Estadual Lagoa dos Índios, aí ficou apelidado o nome de comunidade Lagoa dos Índios, mas o nome real era Fortaleza”. Percebe-se que os moradores, inclusive vêm discutindo sua origem a partir do significado do nome Fortaleza. Conforme Núbia, “quando se falava em Fortaleza todo mundo já dizia, a comunidade dos pretos”. Mas, recentemente, com a entrada de pessoas que não fazem parte “da nossa cultura”, e com a instalação de uma fábrica de goiaba, o local recebeu o nome de ramal do goiabal, “mais uma descaracterização da nossa realidade, pois o povo já vem esquecendo tanto o nome Comunidade da Lagoa dos Índios como Fortaleza e chama só de Goiabal”, inclusive os moradores mais antigos “corrigem” os moradores mais novos dizendo que é Lagoa dos Índios, mas o nome do ramal é Fortaleza. Essa região recebeu esta denominação, devido à presença do Forte Cumaú, localizado nas mediações do Igarapé da Fortaleza.

A memória sobre a existência da comunidade no local dá conta de que quando se estabeleceram nessa vasta região, os moradores iniciaram um processo de intervenção no ambiente, configurado pela construção de moradias e pelas atividades de pesca, pequenas plantações, criação de gado. Por muitos anos, a forma de vida e de trabalho caracterizado pelas ações do grupo pouco pressionou os recursos naturais da região. Assim, presentemente, percebe-se que durante muito tempo as alterações provocadas pelos negros foram tímidas e

⁴⁷ Esta Carta encontra-se nos autos do processo nº 54350.000348/2004-98, no INCRA/AP, que prevê a “Identificação, Reconhecimento, Delimitação, Demarcação e Titulação de Terras Ocupadas”.

⁴⁸ O nome Fortaleza advém do Igarapé da Fortaleza que faz referência ao Forte Cumaú. Este Forte é referido por Alexandre Rodrigues Ferreira no documento intitulado “Propriedade e Posse das Terras do Cabo Norte pela Coroa de Portugal”. *Anaes Histórico*, 1892, p. 389-421.

quase não modificaram o território da Lagoa⁴⁹. Existem várias suposições sobre a causa de convivência harmônica dos habitantes com os recursos naturais. Uma delas atribui essa situação às condições impostas pela sazonalidade climática e pela cobertura vegetal específica.

A moradora Maria de Jesus (Entrevista em 10.11.2005) lembra com saudade da região, há pelo menos duas décadas passadas, quando os moradores não precisavam de auxílio do Governo e o modo de vida era de subsistência. Diz ela: “Aqui era muito tranqüilo, eu sei plantar, subir no açazeiro, capinar, pescar, tudo isso eu aprendi com meu pai, agora eu não faço mais isso; agente não tem mais terra, tudo foi vendido”. Porém, ela acrescenta que, atualmente, a vida na comunidade é muito difícil, pois “a comida é escassa e ninguém consegue emprego”.

O presidente da Associação dos Moradores da Lagoa dos Índios, Ronildo Pereira dos Santos (Entrevista em 11.01.2006), lembra que as primeiras moradas foram feitas às margens do Igarapé da Fortaleza, pois “era muito propício para a agricultura; a alimentação era fácil e mais fértil para plantar. Porque tem açazal, igarapé pra pegar peixe, a terra é mais fértil não tem terra dura, tem mato pra plantar mandioca, pra fazer tudo”. O território pertencente aos seus antepassados era de difícil acesso e constituía uma área bastante grande que acompanhava, praticamente, todo o entorno da Lagoa dos Índios. Todavia, a área explorada por eles era de uso comunal. Nesse espaço, os antigos moradores praticavam o extrativismo vegetal e animal, além da agricultura e pecuária.

Percebe-se, pelos relatos que os primeiros moradores se instalaram em uma grande “campina” que corresponde hoje à área de vários bairros que cortam algumas ressacas (lagos). A presidente da AMNCLI afirma que os primeiros proprietários herdeiros tiveram pleno uso dos seguintes locais: a Lagoa dos Índios, a Lagoa de Fora (no km 09), comunidades do Coração, Porto do Céu, bairros do Muca, Laurindo Banha, Zerão, Marabaixo, Ilha Mirim, Cabralzinho, as margens da rodovia Duque de Caxias.

O modo de vida e de trabalho da comunidade Lagoa dos Índios foi alterado de maneira substancial, principalmente, a partir das décadas de 1980 e 1990. A expansão urbana provocada pelo crescimento demográfico - que se deu de forma horizontal - e pelas construções de novos empreendimentos na área desarticulou a forma de vida e as atividades

⁴⁹ Ribeiro e Little (1996) chamam a atenção para o fato de que as comunidades remanescentes das fugas de escravos têm sua própria dinâmica política baseada em normas culturais, que raramente combinam com aquelas dos governos. Cada uma destas populações tem relacionamentos particulares com seus territórios e ecossistemas colocando-os diretamente dentro do setor ambiental, tanto pela reivindicação sobre recursos naturais quanto pelos sistemas do conhecimento cultural que possuem.

desenvolvidas pela comunidade. Por exemplo, hoje, a comunidade não pratica a agricultura e a pecuária na Lagoa e o extrativismo, atividade, ainda desenvolvida pelos moradores, é realizado em menor escala.

Nesse local, a identidade étnica foi composta pela preponderância do negro, descendente de escravos. A simplicidade extrema dos estilos de vida foi uma característica que acompanhou por muito tempo a identidade dos negros que habitam a Lagoa. Porém, hoje, essa identidade é dependente da posição social no grupo, ou seja, proprietários de grandes terrenos ou residentes na vila da comunidade. A “vila” onde moram ainda mantém parte da área rural com suas características naturais originais. A pecuária e a agricultura, atividades econômicas, exploradas na comunidade há mais de dois séculos, desenvolveram-se sem praticamente alterar a dinâmica da paisagem matriz. Assim, muitos dos discursos de grupos ambientalistas e de órgãos responsáveis pela titulação das terras da comunidade, constroem uma imagem sobre seus habitantes como exemplo de uso sustentável dos elementos naturais.

Assim, a despeito desse estereótipo positivo, pouco se sabe ainda sobre esses conhecimentos que, devido à modernidade, se perderam ou assumiram outras formas. O grupo negro é considerado portador dos saberes aos quais é atribuída a sustentabilidade da área em estudo, mas devido a convivência com o processo de modernização do local vem sofrendo perdas. Desta forma, para os propósitos da pesquisa, os moradores negros serão denominados “remanescentes de quilombos” ou “quilombolas”. O uso deste termo refere-se à auto-identificação do grupo como descendentes de negros quilombolas, que enfatiza as noções de continuidade e de tradição do grupo (O'DWYER, 2004).

A comunidade remanescente de quilombo, até pelo menos 1980 estabelecia pouca relação com a cidade. Pois, constituía um aglomerado rural (VEIGA, 2003), um povoado, que estabelecia somente algumas relações econômicas com a cidade: a comunidade do “interior” produzia farinha e leite, produtos vendidos aos moradores da cidade de Macapá.

Hoje, a comunidade não mais se define como do “interior” e não mais pratica a agricultura e a pecuária; e o extrativismo animal e vegetal é praticado timidamente. Mas, também, não se considera integrada à cidade de Macapá. Os moradores reclamam que as administrações locais não têm conseguido oferecer serviços básicos, como transporte, telefone público e saneamento. Além disso, não têm conseguido solucionar os problemas ambientais provocados pela urbanização rápida e desordenada do território da comunidade. Esse processo tem causado perdas significativas quanto ao ambiente físico e cultural da comunidade Lagoa dos Índios.

No decorrer da observação participante foi possível perceber que há uma fragmentação interna do espaço produzido pela comunidade, ao longo de sua existência na Lagoa. Os locais de moradia demonstram o processo de fragmentação, expansão urbana e uso da terra:

1) Casas de moradores ao longo do ramal Lagoa dos Índios, local mais próximo da rodovia Duque de Caxias⁵⁰ (Figura 5). O ramal está quase completamente urbanizado, com mansões. Nesse local, os moradores negros ficam mais próximos dos conjuntos residenciais Buriti e Cabralzinho; da Penitenciária e dos órgãos de apoio ao transporte - Serviço Social de Transporte (Sest) e Serviço Nacional de Apoio ao Transporte (Senat); e dos recentes bairros, Marabaixo I e II. Nesse local há um mínimo de infra-estrutura básica, como energia, telefone público e transporte coletivo (Ônibus).



Figura 5: Ramal Lagoa dos Índios que dá acesso à Vila Comunitária (em dois momentos): mansões de moradores particulares e casas de moradores negros.
Fonte: Arquivo Particular, novembro/2005.

2) A vila comunitária local onde reside a maioria dos membros da comunidade (Figura 6). Nesse local há o Centro de Convivência, a Igreja Católica Nossa Senhora do Carmo, a Escola Estadual Lagoa dos Índios, as casas dos moradores e alguns terrenos de particulares.

⁵⁰ O acesso à área da comunidade é feito pela rodovia Duque de Caxias (km 9 da AP 20), próximo ao Iapen, na altura do km 04. Nesse local inicia o ramal da Lagoa dos Índios ou ramal do Goiabal, como é popularmente conhecido pelos moradores. Esse ramal tem, aproximadamente, 4 km de extensão a partir da rodovia. A distância, a falta de transporte coletivo, a precariedade do ramal e as constantes chuvas, são fatores que dificultam o acesso à vila, assim, como também restringe o acesso dos moradores à rodovia.



Figura 6: Vila Comunitária da Lagoa dos Índios.
Fonte: Arquivo Particular, novembro/2005.

Dona Ricarda Silva (Entrevista em 13.11.2005) lembra que a comunidade plantava mandioca, macaxeira, mangueira, laranjeira, fazia farinha “plantavam tudo só aqui nessa faixa [aponta para o terreno que aparece na figura acima, localizado na sede da vila]. “E aí a minha irmã plantou, também, mas aí veio esse homem aí comprou, deu 300 reais pra ela aí nesse pedaço de terra e ela foi embora daqui e o dono ficou aqui com nós, mas tamo querendo essa faixa de terra que é pra botar um posto médico, um policial e botar, fazer uma creche [...]”



Figura 7: Terreno (com cercado de alvenaria) dentro da vila comunitária.
Comunitária, de propriedade do Senhor Braga.
Fonte: Arquivo particular, novembro de 2005.

3) Grandes terrenos deixados por herança e titulados pelo Incra tanto para pessoas de “fora” do grupo como para moradores negros. O acesso a esses terrenos se dá pelo chamado ramal do Goiabal e por ramais secundários. Dentro desses terrenos existem pequenos igarapés em direção ao Igarapé da Fortaleza. Os moradores da vila reclamam que não têm mais acesso aos igarapés e rios, pois os proprietários desses terrenos os cercaram nas duas últimas décadas.



Figura 8: Igarapé dentro do terreno pertencente à família Natividade dos Santos, localizado nas margens do Igarapé da Fortaleza (balneário de final de semana).
Fonte: Arquivo Particular, agosto/2005.

Considerando este aspecto, atualmente os moradores, por meio de negociações internas, definiram, junto aos órgãos responsáveis pela titulação das terras da comunidade, que para a garantia de sua sustentabilidade é necessário que seja reconhecida, demarcada e titulada um território de cerca de 700 ha., que compreende uma vila (17 ha.) e áreas ao longo do ramal do Goiabal (683 ha.)⁵¹.

Na área requisitada pela comunidade, conforme estudos do INCRA, não há sobreposição de áreas indígenas nem de unidades de conservação no território da vila e do seu entorno. Também, de acordo com a Secretaria do Patrimônio da União (SPU)⁵², os limites do território pleiteado pela comunidade não estão localizados em terrenos de marinha de Macapá e nem na faixa de fronteira⁵³ do município.

Abaixo alguns dados socioeconômicos e culturais da comunidade:

1) *Habitação*: o tipo de construção predominante é a casa de madeira. Contudo, existem algumas casas de alvenaria e casa de madeira e alvenaria (Figura 9).



Figura 9: Tipos de habitações dentro da vila comunitária.
Fonte: Arquivo Particular, Novembro/2005.

⁵¹ De acordo com o Relatório Técnico do Inca/AP (setembro/2005), inicialmente a comunidade buscará a titulação da área da vila e após requerer o restante, por meio de análises e de estudos referentes à desapropriação de terras já ocupadas, conforme processo que está tramitando no Inca/AP.

⁵² Decreto-Lei 9.760, de 05/12/1947.

⁵³ Pelo Decreto nº 85.064, de 26 de 08 de 1980, regulamente a Lei nº 6.634, de 02/05/1979, a Faixa de Fronteira “é a faixa interna de cento e cinquenta (150) quilômetros de largura, paralela a linha divisória terrestre do território nacional, indispensáveis à segurança nacional”. (Relatório Técnico do Inca/AP, 2005).

2) *Energia*: todos possuem energia elétrica, mas a carga elétrica recebida varia porque nem todos tiveram condições financeiras para comprar os equipamentos necessários para abastecimento energético total da casa. A energia chegou à comunidade na década de 1980 pelo programa de eletrificação rural.

3) *Saneamento e água*: o saneamento dispensado à comunidade é caracterizado da seguinte forma: o esgoto das casas não tem um tratamento adequado. Os banheiros e sanitários, em geral, são dentro de casa com fossa biológica no quintal. Porém, em algumas residências o sanitário é fora da casa, também com fossa biológica despejada no quintal.

As providências tomadas com o lixo são as seguintes: 1) o lixo é coletado, às vezes, pela Prefeitura Municipal de Macapá (PMM)⁵⁴; 2) acumulado em área aberta na comunidade; ou 3) coletado e incinerado no mesmo local. O lixo na comunidade é fonte de poluição das águas da Lagoa e vem servindo como foco para o desenvolvimento de vetores, transmissores de doenças como: ratos, baratas, moscas e focos de mosquitos.

A água para consumo é retirada de poços amazonas⁵⁵. Em geral a água é utilizada sem tratamento adequado na maioria das casas da comunidade.

4) *Saúde*: dentro da ressaca, inexistente estabelecimento de saúde. As pessoas quando necessitadas deslocam-se ao posto de saúde do Conjunto Cabralzinho ou dos bairros mais próximos. As doenças mais frequentes – como diarreia, vômito, gripes - que aparecem na comunidade são tratadas, em geral, no hospital ou posto de saúde público. Observa-se que a ressaca Lagoa dos Índios há incidência de doenças tropicais – como a malária, a mais frequente na área -, devido às condições ambientais decorrentes da intervenção humana. Dentro desse contexto, certamente o destino dos esgotos domésticos representa o maior risco para a saúde dos moradores, devido à alta concentração de organismos patogênicos e despejo de águas residuais. O problema maior é que esses esgotos não são tratados, transportando todo tipo de poluentes na água.

5) *Composição Familiar*: nas casas visitadas, as famílias são compostas de crianças, adolescentes, adultos e idosos. Em média mora 5 a 10 pessoas em cada residência, incluindo pai, mãe e filhos e, em alguns casos, parentes como genro, noras, netos, sobrinhos (Figura 10).

⁵⁴ Os moradores reclamaram que o serviço de coleta não funciona desde 2005.

⁵⁵ Poço cavado manualmente com forma arredondada e profundidade variada, conforme o lençol freático local, sendo a água retirada em baldes puxados por cordas.



Figura 10: Crianças da comunidade Lagoa dos Índios
Fonte: Arquivo Particular – outubro de 2005

6) *Subsistência*: os moradores da Lagoa dos Índios, apesar de todas as dificuldades, ainda pescam, mariscam camarão e colhem açaí para sua subsistência (hábito tradicional da comunidade). Os produtos são retirados da área da ressaca. A atividade de produção agrícola, realizada por poucas famílias, baseia-se na plantação de maracujá, feijão e hortaliças (produção de quintal). Contudo, observa-se que as famílias, nos últimos anos, vêm utilizando pequenos comércios e supermercado (próximo à comunidade) para aquisição de sua alimentação. A maioria das famílias depende de programas sociais do Governo Federal e Estadual (Programa Fome Zero, Bolsa Família e Programa de Parcerias Tradicionais) e de aposentadorias para sua sobrevivência.

7) *Escola e Educação*: na comunidade existe apenas uma escola - Escola Estadual Lagoa dos Índios - que possui 52 alunos e 6 professores (sendo apenas um professor membro da comunidade). A Escola contempla as séries de Educação Infantil, de 1ª a 4ª séries do Ensino Fundamental e a Educação de Jovens e Adultos. O currículo é determinado pela Secretaria Estadual de Educação (Seed). Atualmente, a direção da Escola vem solicitando a ampliação das instalações para atender o Ensino Fundamental de 5ª a 8ª séries (Figura 11). Algumas crianças estudam fora da comunidade.



Figura 11: Escola Estadual Lagoa dos Índios na vila comunitária
Fonte: Arquivo Particular, novembro/2005.

Há uma preocupação por parte dos presidentes das duas Associações de Moradores quanto ao nível de escolaridade e o futuro dos moradores. Conforme dados das entrevistas são poucos os moradores que deram ou dão continuidade aos estudos. A maioria dos jovens acaba se entregando aos “vícios urbanos”, principalmente o álcool.

8) *Organização comunitária*: a comunidade remanescente de quilombo está organizada em duas Associações - Associação Comunidade Lagoa dos Índios (AMCLI) e Associação de Mulheres Negras da Comunidade Lagoa dos Índios (AMNCLI). O espaço utilizado para as reuniões da comunidade é o Centro de Convivência Lagoa dos Índios Raimundo pereira da Silva, localizado na Vila Comunitária (Figura 12).



Figura 12: Centro de Convivência Lagoa dos Índios – vila comunitária.
Fonte: Arquivo Particular - agosto de 2005.

9) *Festividades culturais e religiosas*: é importante ressaltar que a religiosidade é um aspecto fundamental que preserva os laços de identidade e de solidariedade na comunidade. Na vila existe uma (01) igreja católica e o calendário das atividades culturais ou religiosas realizadas na comunidade é voltado principalmente para os festejos de Santos (Figura 13).



Figura 13: Igreja Nossa Senhora do Carmo, na vila comunitária.
Fonte: Arquivo Particular - agosto de 2005.

Os santos festejados são: São José (19 de março); Nossa Senhora do Carmo (padroeira da comunidade festejada em 16 de julho); São Joaquim (agosto); São Jerônimo (31 de setembro) e Santa Luzia (13 de dezembro).

Além dos rituais da Igreja Católica, a comunidade pratica a Umbanda e o Candomblé. Porém, apenas a presidente da Associação de Mulheres Negras se referiu a tal fato. Os demais membros contatados não se manifestaram a respeito da existência de cultos afro-brasileiros na comunidade.

2.3.2 Novos Agentes Presentes no Território da Ressaca Lagoa dos Índios

As novas dinâmicas ocorridas no território da Lagoa dos Índios – corroboradas pelo processo de urbanização da cidade de Macapá - levaram a comunidade negra a viver uma situação de conflitos e confrontos com novos agentes que vêm transformando o território da Comunidade Lagoa dos Índios. A chegada de novos agentes ampliou o território da ressaca.

As informações dos documentos oficiais demonstram que a construção e pavimentação da rodovia Duque de Caxias (Figura 14) foi um dos primeiros fatores que possibilitou a expansão urbana sobre a Lagoa, entre as décadas de 1960 e 1970. Essa rodovia ligou a cidade de Macapá à Santana no auge da implantação da empresa Icomi S/A⁵⁶, com o objetivo de possibilitar o fluxo de pessoas entre as duas cidades⁵⁷. A rodovia foi construída e pavimentada durante a existência do TFA, com uma extensão de vinte e cinco quilômetros e serviços de demarcação topográfica, terraplanagem, cortes de valas, aterro e revestimento, manilhas para bueiros e asfalto, inclusive com a construção de uma ponte em concreto⁵⁸.

⁵⁶ Conforme dados anteriores, percebe-se que nesse momento ocorreu a entrada de um grande número de imigrantes para a região em decorrência da estruturação desta empresa.

⁵⁷ A Rodovia Duque de Caxias foi feita a partir do convênio entre TFA, PMM e a empresa ICOMI S/A, inaugurada no governo de Ivanhoé Gonçalves, em 1970.

⁵⁸ Em 1998, por meio do Contrato n°. 083/98-Detrap, o trecho entre Macapá e Santana foi restaurado, por meio de um contrato entre o Departamento Estadual de Transporte (Detrap) e a empresa Estacon Engenharia S/A (CRUZ et al, 2005).



Figura 14: Ponte de concreto sobre a Lagoa dos Índios, na rodovia Duque de Caxias.

Fonte: Arquivo Particular, novembro de 2005.

Conforme dados dos moradores, a descaracterização iniciada com a abertura e pavimentação da rodovia Duque de Caxias continuou e foi se intensificando devido: a inauguração do 34º Batalhão de Infantaria e Selva – 3º BIS da 8ª Região em 1968⁵⁹; a implantação da Colônia Penal Agropecuária e Industrial do Amapá (CPAIA) em 1984⁶⁰ e a instalação de uma fábrica de goiaba⁶¹ (Figura 15); e do Supermercado Casa das Carnes do proprietário Odilon Filho, empreendimentos construídos na década de 1980⁶².



Figura 15: Prédio do Iapen e antiga Fábrica de Goiaba.

Fonte: Arquivo particular, novembro de 2005.

⁵⁹ O 3º Bis possui apenas uma pequena área dentro da Lagoa, mas a sua presença às margens da rodovia Duque de Caxias estimulou o processo de invasão de terras em suas proximidades. Todavia, os agrupamentos humanos em torno da instituição têm provocado pressão sobre os recursos naturais da Lagoa, decorrentes, sobretudo, do lançamento de esgotos domésticos.

⁶⁰ Depois, em 1996, Complexo Penitenciário do Estado do Amapá (Copen) até 2005 quando passa a chamar-se Instituto de administração Penitenciária do Estado do Amapá (Iapen).

⁶¹ Os moradores não sabem precisar a data da instalação da fábrica de goiaba. Mas, provavelmente, a fábrica foi instalada entre as décadas de 1970 e 1980. A presença desta fábrica é visível no nome do ramal principal que dá acesso às terras da comunidade: ramal do Goiabal.

⁶² Atualmente, o terreno do antigo Supermercado Casa das Carnes comporta a Fama, o Supermercado Y Yamada e a Choperia da Lagoa.

A construção do órgão penal, em 1984, atendia a necessidade de isolamento da instituição por constituir um local que assegurava aos habitantes de Macapá certa tranquilidade, por resguardar os presos num local distante da área urbana⁶³ antes de 1984. O local de sua instalação tinha características rurais e recebeu o nome de Colônia Penal Agropecuária e Industrial do Amapá (CPAIA). A Colônia tinha como objetivo cultivar a prática de horticultura, de criação de bubalinos, de suínos e de aves, bem como de atividades voltadas para carpintaria e movelaria. Na CPAIA existiam telefone e energia elétrica⁶⁴. A implantação da rede telefônica e do constante trânsito de quase cem funcionários públicos que trabalhavam nas dependências da instituição – o deslocamento de funcionários caracterizava uma migração pendular, ou seja, eles iam de Macapá para o CPAIA e vice-versa diariamente - contribuíram para as alterações do local. Contudo, nessa época, apesar dessas interferências na Lagoa e da existência da rodovia Duque de Caxias, a ressaca ainda conservou uma paisagem exuberante.

Em 1997, o CPAIA foi transformado em Complexo Penitenciário do Estado do Amapá (Copen)⁶⁵, perdendo seu objetivo inicial de ser colônia agropecuária e industrial. Esse Complexo foi destinado a receber todos os tipos de detentos e de todos os municípios do estado do Amapá. A ampliação da estrutura do Copen e a movimentação constante de presos – de segurança média e máxima – ocasionaram, cada vez mais, interferência no local (CRUZ et al, 2005). Conforme o presidente da AMCLI (Entrevista em 01.2006), essa instituição penal provocou um “impacto” (sic) muito grande, pois os presos invadiam constantemente o território pertencente à comunidade, matando o gado e destruindo sua plantação, além de causar medo às pessoas da comunidade.

A instituição, atualmente com o nome de Instituto de Administração Penitenciária do Estado do Amapá recentemente ampliou suas instalações, aumentado sua capacidade de suporte em termos do número de presos (distribuídos em diversos regimes: fechado, provisório, semi-aberto e aberto) e o número de funcionários (280). Atualmente, a estrutura do Iapen comporta uma penitenciária masculina e outra feminina, além de sua administração. Dos 357 hectares pertencentes ao Instituto, parte abriga a Academia de Polícia (Acadepol) e o loteamento Marabaixo I. Desta forma, pode-se afirmar que o aumento da população carcerária

⁶³ O “Beírol”, como era chamado o presídio que ficava na periferia de Macapá, na década de 1980. Com a expansão urbana da cidade o presídio foi transferido para a área da Lagoa dos Índios.

⁶⁴ Fornecida por um gerador.

⁶⁵ A instituição transformou-se em uma autarquia pela Lei Estadual nº 0609 de 06 de julho de 2001, vinculada diretamente a Secretaria de Justiça e Segurança Pública.

corresponde ao crescimento demográfico da cidade de Macapá, provocado pelas novas dinâmicas sociais e econômicas implantadas na região.

Em frente ao Iapen existem duas instituições ligadas ao Conselho Nacional de Transporte que estão em fase de implantação no estado: o Sest e o Senat que atuam com razões sociais distintas⁶⁶. O terreno possui regularização fundiária. Essas instituições atendem os funcionários, sem ônus, que atuam em diversas empresas de transportes, além do atendimento à comunidade em geral. A entidade não tem fins lucrativos e promovem a política ambiental por meio da oferta de disciplinas nos cursos ministrados pelas instituições (CRUZ et al, 2005). Observou-se que existem instalações sanitárias com fossas sépticas e sistema de drenagem para água da chuva e o lixo é recolhido pela prefeitura.

Alem dessas instituições, a instalação de conjuntos residenciais – alguns deles construídos antes mesmo da década de 1980 – contribui para ampliar a estrutura urbanizada ao longo da rodovia Duque de Caxias e no entorno da Lagoa⁶⁷. Esse é o caso do Conjunto Cabralzinho⁶⁸ (Figura 16), cujo terreno pertencia ao dono da construtora Irmãos Platon que executou as primeiras residências financiadas pela Caixa Econômica Federal. Hoje, o Cabralzinho é o local, próximo à comunidade Lagoa dos Índios, que possui a melhor infraestrutura urbana. Nele existem casas de alvenaria, ruas pavimentadas, energia elétrica, água encanada, posto de saúde, central telefônica, escola pública que atende o ensino fundamental (Escola Estadual Maria do Socorro A. Smith), Igreja, circulação de linha de ônibus, praça e campo de futebol.

O Cajari⁶⁹ é outro conjunto instalado ao longo da rodovia Duque de Caxias. Esse conjunto também ocupou o terreno de um antigo sítio. Constitui um residencial fechado, observando-se um nível elevado do padrão econômico dos moradores pela estrutura física do conjunto (casas de alvenaria, ruas pavimentadas, energia elétrica, lixo coletado e água tratada, mas abastecida por poços artesianos).

⁶⁶ A área construída dessas duas instituições é de 14.400 m², com: guarita, estacionamento, prédio administrativo, consultório médico, salas de aula, auditório, piscinas, quadras cobertas, restaurante e lanchonete, vestiários e banheiros, quiosques de entretenimento, campo de futebol, salão multiuso, academia e um pequeno bosque – parte do terreno não construído.

⁶⁷ Essa estrutura, conforme Corrêa (2001) caracteriza a fuga do centro urbano e a busca de novos mercados consumidores, formando núcleos elitizados em lugares não muito próximos ao centro da cidade. Isso provoca a produção desigual do espaço urbano e a busca por condições melhores de reprodução da vida em sua dimensão plena. Perspectiva percebida pela especulação imobiliária que possibilitou a construção de vários conjuntos habitacionais na Lagoa.

⁶⁸ Com uma área de aproximadamente de 182.500 m².

⁶⁹ Possui aproximadamente 178 hectares.



Figura 16: Residência na área do Conjunto Cabralzinho.
Fonte: Fonte: Arquivo particular, novembro de 2005.

O conjunto Buriti construído a partir da década de 1990 (Figura 17), também foi erguido no terreno de um antigo sítio, vendido a empresários da construção civil⁷⁰. O Conjunto possui casas de alvenaria, mas sem ruas pavimentadas e sem água fornecida pela Companhia de Água e Esgoto do Estado do Amapá (Caesa). A água utilizada pelos moradores vem de poço tubular. Os benefícios que recebem do poder público são: a energia elétrica (fornecida pela CEA) e a coleta de lixo (resíduos sólidos) feito pela PMM. Contudo, percebe-se que este Conjunto provocou mudanças sensíveis no ecossistema ressaca, pela presença de esgotos que escoam diretamente na Lagoa.



Figura 17: Vista parcial do Conjunto Buriti, lado direito da rodovia Duque de Caxias no sentido leste-oeste.
Fonte: Fonte: Arquivo particular, novembro de 2005.

⁷⁰ Os terrenos foram divididos em lotes financiados pelo Banco da Amazônia (Basa) e vendidos através da construtora que assumiu o projeto do Conjunto Buriti..

O residencial Lagoa⁷¹ construído mais recentemente é composto por mansões, algumas delas localizadas nas margens da Lagoa. Esse residencial, até bem pouco tempo, era um loteamento pertencente à Construtora Irmãos Platon Engenharia e Comércio Ltda. Hoje, apesar de não ter ruas pavimentadas, ele possui uma relativa infra-estrutura com energia elétrica, sistema de segurança, lixo coletado pela Prefeitura Municipal de Macapá (PMM) e água tratada em poço artesiano.

Os moradores dos conjuntos residenciais apontam que o clima favorável, a beleza e a tranquilidade foram os fatores que os levaram a escolher o local para morar. Percebe-se, portanto, que a possibilidade de habitar na área da Lagoa, compõe parte de um processo de construção do imaginário que convida os moradores ao desfrute da natureza⁷².

Além dos conjuntos habitacionais existem os empreendimentos comerciais: revendedora de bebida Skol, concessionárias de veículos (Moseli, Trilha Norte e Renault) e o terreno de propriedade do senhor Odilon Filho que comporta a Faculdade de Macapá (Fama), Supermercado Y Yamada e Choperia da Lagoa (conforme será caracterizado no capítulo seguinte).

Ainda, no espaço da Lagoa dos Índios observa-se a existência de bairros - como o Marabaixo - que surgiram a partir de invasões por pessoas de baixa renda. Existe o bairro Marabaixo I, II e III e, atualmente, começa a se estruturar o Marabaixo IV.

Desta forma, pode-se dizer que o território da Ressaca Lagoa dos Índios está assim caracterizado: de um lado, construções que abrigam prédios públicos, empresas comerciais de médio/alto porte, conjuntos habitacionais (constituídos por pessoas com alto/médio padrão econômico) e terrenos que comportam “sítios” ou “chácaras” e; de outro, loteamentos que foram transformados em bairros, sem condições de infra-estrutura. Essa caracterização demonstra que na Ressaca existem dois processos que materializaram a periferia da cidade: áreas que se destinam aos destituídos e aquelas que são ocupadas pelas classes privilegiadas⁷³.

⁷¹ Esse Conjunto Residencial possui uma área de quase 118.000 m².

⁷² Thomas (1989) ressalta essa idéia ao pesquisar a Inglaterra do século XVII, onde a apropriação de áreas rurais, como contraste para a vida urbana, implicou na idéia de busca de repouso e regeneração, privilegiando o argumento estético e contemplativo da natureza.

⁷³ É importante frisar que, até bem pouco tempo, a região da Ressaca Lagoa dos Índios era considerada “periferia” do município de Macapá, apesar de constituir uma área privilegiada pela sua beleza cênica. A respeito disso, Paviani (1994, p. 183) afirma que esses processos recentes têm apresentado periferias “nobres, no linguajar dos empreendedores imobiliários, isto é, ‘condomínios fechados’, ‘villages’ ou ‘cidades jardins’, ocupados pela classe mais abastada, com capacidade para pagar pela ‘qualidade ambiental’ em pontos distanciados do ‘core’ metropolitano.” Em consonância com a argumentação de Paviani, acredita-se que o modo de apropriação e uso dos recursos naturais, relacionado ao modo de ocupação da “periferia”, afetou diretamente a ressaca e a comunidade Lagoa dos Índios.

Conforme observação *in loco*, além da vila pertencente à comunidade Lagoa dos Índios, atualmente o território da área da ressaca encontra-se assim caracterizado:

1) Terrenos pertencentes aos remanescentes de quilombos: deixados por herança de família com extensão variada (são poucos os membros da comunidade que se incluem nessa categoria); os demais têm apenas pequenos lotes restritos à sede da comunidade;

2) Vários loteamentos, em média com extensão variada, propriedade de particulares que compraram terrenos dos próprios moradores da comunidade, desde a década de 1970, e os transformaram em “sítios de final de semana” ou “chácaras”. De acordo com os moradores da comunidade, os donos desses terrenos são empresários, promotores públicos, juizes e advogados. Os moradores que venderam seus terrenos deixaram a área da Lagoa dos Índios e foram, em geral, para a periferia da cidade de Macapá;

3) Loteamentos de classe alta e média (conjuntos habitacionais Cajari, Buriti, Cabralzinho e Lagoa).

4) Loteamentos típicos de periferia onde a cobertura vegetal foi afetada pela ocupação desordenada – áreas que formam atualmente os bairros Marabaixo I, II, III e, recentemente o Marabaixo IV;

5) Núcleos comerciais e de serviços, a exemplo das empresas: concessionárias de carros e revendedoras de bebidas, supermercado, faculdade e empresas de apoio ao transporte, todos localizados no entorno da ressaca e ao longo da Rodovia Duque de Caxias;

6) Espaços públicos: o 3º BIS; o Iapen e a rodovia Duque de Caxias.

Em 2004, o Departamento de Geoprocessamento da Sema elaborou um zoneamento do perímetro da Lagoa (Figura 18), com o objetivo de verificar a distribuição espacial e relacionar as diferentes formas de uso e apropriação do local. Por meio desse zoneamento observou-se que, diferentemente de outras ressacas existentes em Macapá⁷⁴, as habitações que se constituíram no espaço da ressaca Lagoa dos Índios não são feitas dentro da parte alagada. Nessa ressaca, elas são estruturadas em terra firme, o que valoriza os terrenos da área dentro da perspectiva imobiliária. Os terrenos em terra firme e uma paisagem exuberante são os

⁷⁴ Normalmente o processo de expansão urbana impulsiona taxas elevadas de imigrantes e, como resultado desse processo, acelera-se a ocupação de áreas de ressacas e de várzeas, principalmente por famílias de baixa renda. Em geral, as Ressacas de Macapá sofreram uma forte antropização, caracterizada pela forma de ocupação desordenada e sem planejamento em meio às áreas úmidas, expondo as pessoas a inúmeras adversidades que comprometem a qualidade de vida. (SOUZA, 2003). Nessas ressacas as casas são construídas de madeiras ou outros restos de materiais de construção em meio às águas (chamadas de palafitas), interligadas por uma rede de pontes, também, de madeiras, com ligações elétricas e abastecimento de água, clandestinos. O governo muitas vezes chega a financiar essas instalações clandestinas, como solução imediatista para resolver o problema de água e de energia do local. Essas áreas, também, são aterradas em épocas de eleições, o que se constitui numa troca de favores entre os políticos e os moradores das ressacas (Observações realizadas *in loco*).

atrativos da especulação imobiliária para pessoas com um padrão de vida elevado, bem como a possibilidade da aquisição dos serviços públicos básicos e as atividades comerciais que mobilizam um número crescente de pessoas para o local.

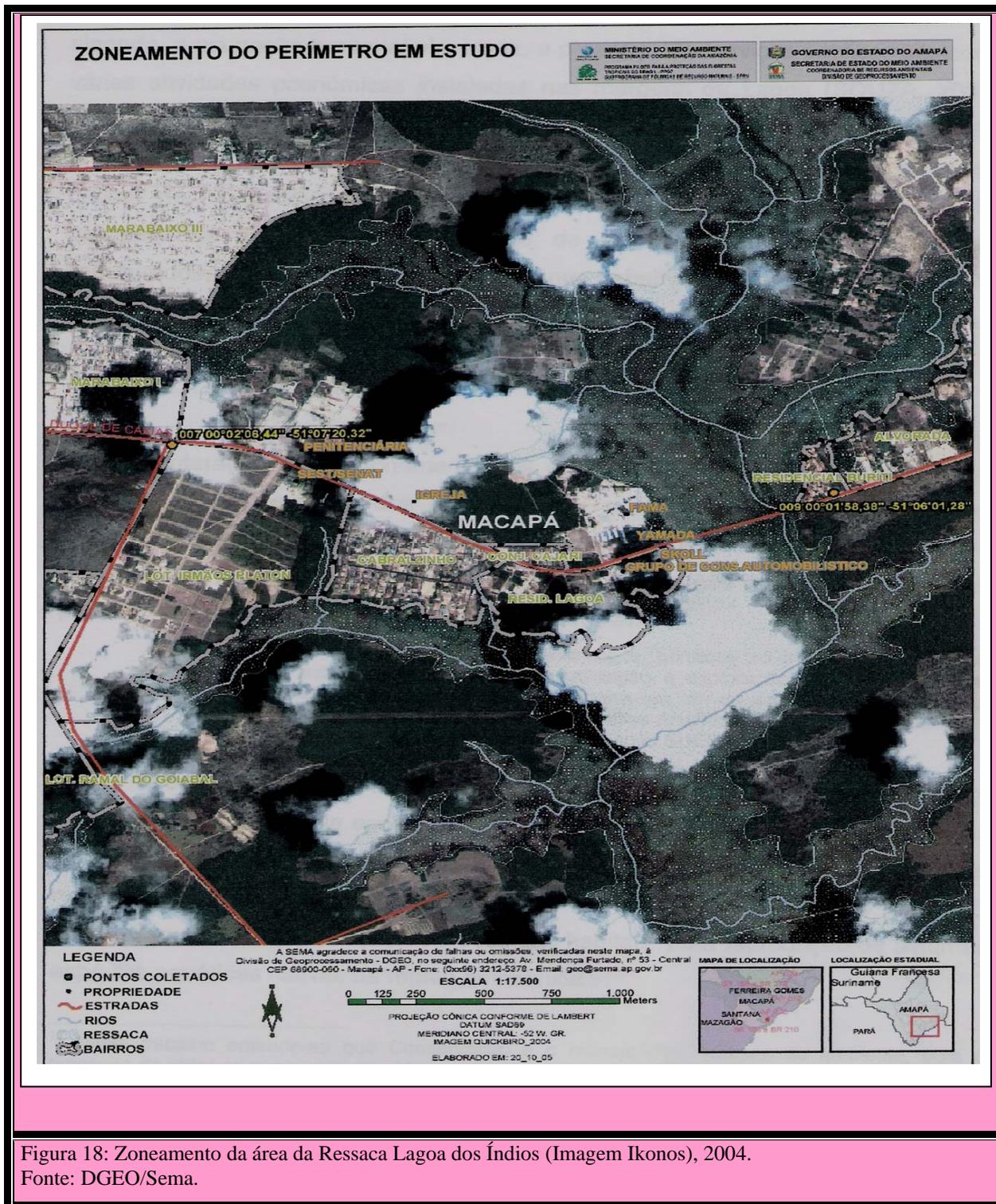


Figura 18: Zoneamento da área da Ressaca Lagoa dos Índios (Imagem Ikonos), 2004.
Fonte: DGEO/Sema.

Contudo, a comunidade negra não está referida no zoneamento feito pela Sema. Percebe-se que a comunidade remanescente de quilombo, desde o final do século XVIII, vem sofrendo um processo denominado por Bandeira (1998) de “invisibilidade expropriadora” de suas terras. No passado o Estado não reconheceu a comunidade em decorrência de sua origem configurada pela posição de repúdio à existência de fugas e de quilombos durante o sistema escravista. No presente ela continua a ser desconsiderada como grupo que mantém uma identidade com laços de pertencimento ao local, haja vista que o Estado – pela forma como estabelece suas políticas para a Ressaca Lagoa dos Índios - continua não legitimando suas ações como grupo organizado.

Diante dessa questão, pode-se dizer que a construção do território da Lagoa dos Índios insere-se num contexto de conflitos e confrontos, onde a dinâmica territorial submete-se às demandas do sistema capitalista, de forma inadequada e destrutiva, cujo objetivo principal é a acumulação de riquezas⁷⁵.

Em face dessa consideração, observa-se que a construção do território da Ressaca Lagoa dos Índios vem sofrendo influência direta das formas de apropriação e uso do espaço da cidade de Macapá. Historicamente, no município são constantes processos como: de territorialidade (apropriação e uso do território); de desterritorialização (reapropriação do território) e; a construção de novos territórios (reação a desterritorialidade expressa sob novas formas de concepção de apropriação e de uso do território). Assim, na Ressaca Lagoa dos Índios a construção do território está ligada à idéia de poder, de domínio ou de gestão de uma determinada área, que engloba as inter-relações de determinadas sociedades ou grupos sociais (HAESBAERT, 2003).

⁷⁵ Becker (1998) afirma que essa acumulação, na Amazônia, ocorre através da apropriação de bens naturais, sem levar em consideração o dano causado à natureza e à própria sociedade local.

3 DESCRIÇÃO DOS IMPACTOS AMBIENTAIS E DOS ATORES PRESENTES NA RESSACA LAGOA DOS ÍNDIOS

Este capítulo se ocupará da descrição dos impactos ambientais que vêm sendo desenhados na área da Lagoa que se contrapõem ao modo como a comunidade remanescente de quilombo vinha convivendo com aquele território. Aliado a descrição desses impactos serão caracterizados os atores que atualmente estão presentes por meio da legitimação de suas ações na Ressaca Lagoa dos Índios.

3.1 DESCRIÇÃO DOS IMPACTOS AMBIENTAIS NA RESSACA LAGOA DOS ÍNDIOS

A imposição de uma nova territorialidade no espaço da Ressaca Lagoa dos Índios deu-se sob a égide da especulação imobiliária, provocada pelo crescimento urbano de Macapá, principalmente nas últimas duas décadas do século XX (1980/1990). A partir desse momento o território quilombola sentiu os efeitos da instalação de empreendimentos governamentais (como a construção da rodovia Duque de Caxias e do Complexo Penitenciário) e de empresas diversas, constituição de conjuntos habitacionais e loteamentos que foram redesenhando o território da Ressaca, conforme visto no capítulo anterior.

Atualmente, a comunidade quilombola vivencia diversos impactos relacionados às novas dinâmicas impostas ao seu território, dentre elas a perda de legitimidade de parte significativa de suas terras, aliada à forte antropização da área, que evidenciam a perda dos recursos naturais que, até bem pouco tempo, constituíam a base de sua sobrevivência. Portanto, as novas práticas urbanas configuradas no espaço⁷⁶ da Lagoa dos Índios vêm motivando situações conflituosas em relação ao modo de vida e de trabalho do segmento quilombola dentro do ecossistema ressaca.

Assim, observa-se que as novas dinâmicas socioecológicas locais - que envolvem os novos agentes que trazem consigo os vetores da chamada modernidade (as empresas, prestadoras de serviços ou de produção e os empreendimentos imobiliários e de órgãos do governo) -, pela sua intensidade, vêm causando transposições e deslocamentos culturais e materiais no território da comunidade remanescente de quilombo.

Em decorrência dos impactos ocorridos na Lagoa dos Índios, observaram-se três tipos de agentes presentes no plano local: econômicos, sociais e político-institucionais.

⁷⁶ Conforme Penna (2003, p. 59) esse novo espaço “necessita ser produzido, entrando para o circuito da reprodução das relações sociais, tornando a apropriação dos elementos da natureza importante para a diferenciação da qualidade dos empreendimentos imobiliários [e empresariais] e para a realização diferencial do espaço urbano”.

Para fins de análise, os agentes econômicos e os agentes sociais serão caracterizados de acordo com Costa e Braga (2004). Para as autoras, o agente econômico local é aquele constituído por um agrupamento de setores empresariais, com interesses comuns, cujas atividades econômicas estão condicionadas pelas ações de regulamentação e provisão de condições gerais de produção no âmbito local. Os agentes econômicos locais são, portanto, as empresas que dependem diretamente das regulamentações feitas pelo governo, como é o caso das empresas prestadoras de serviços e de produção, das incorporadoras imobiliárias e do setor de diversão pública. Inclui-se dentre esses agentes econômicos, as empresas cuja instalação ou ampliação estão sujeitas a restrições impostas pela lei de uso e ocupação do solo.

Agente social é aquele agrupamento de instituições e/ou grupo social com interesses comuns, cuja atividade de reprodução está condicionada pelas ações de bens comuns, também, no âmbito local. Assim, os agentes sociais são constituídos pelo grupo que se formou a partir das práticas sociais e da construção de uma identidade simbólica que faz referência a sentimentos de pertencimento do lugar, a um estilo de vida diferenciado daquele imposto pela lógica de mercado – o caso do grupo quilombola.

Porém, cabe acrescentar nessa caracterização os agentes político-institucionais como aqueles constituídos pelo poder público e por suas instituições que, por ação, omissão ou negligência, impõem ou desencadeiam um uso do território a partir do modo como estabelecem suas políticas, sendo considerados, portanto, também como produtores de território.

De acordo com a caracterização dos agentes produtores do território da Lagoa, a seguir são descritas algumas situações que evidenciam impactos ambientais na Ressaca.

3.1.1 Avanço do Espaço Transformado sobre o Espaço Natural da Ressaca Lagoa dos Índios

A atratividade da Lagoa, por sua beleza natural e estética acelerou o processo de crescimento urbano da sua área, com a presença crescente de novos moradores e tal crescimento tem trazido problemas variados. O maior problema se refere justamente à falta de planejamento institucional para o uso do território da Ressaca.

A ausência de planejamento por parte dos órgãos responsáveis pelo ordenamento territorial e urbano possibilitou o aumento do número de construções e atividades comerciais no território da Lagoa que, a cada dia, sofre de forma mais contundente com a pressão antrópica sobre os recursos naturais, alterando a paisagem local. A Lagoa há cerca de duas

décadas era considerada no planejamento do município como zona rural de Macapá⁷⁷, porém com o crescimento populacional da cidade, hoje, ela encontra-se dentro da área urbana - parte oeste do município. Atualmente, é como se existisse uma outra cidade composta pelos conjuntos residenciais, pelos bairros e loteamentos que formam um enorme conglomerado urbano (VEIGA, 2003). Isso significa que a parte oeste da cidade sofreu um forte processo de antropização, passando a crescer, então, para o entorno da Lagoa, processo que vem deixando visíveis os problemas ambientais na área.

Apoiadas na falta de planejamento e de políticas públicas urbanas são autorizadas construções de porte variado, sem levar em conta as atuais limitações infra-estruturais, sendo o problema mais sério o de saneamento, que com o aumento do número de residências e atividades tende a saturar o ecossistema da Lagoa.

As empresas pesquisadas foram unânimes em afirmar que utilizam tratamento de esgoto próprio aprovado pelos órgãos ambientais. Os conjuntos habitacionais têm lixo coletado pela Prefeitura Municipal de Macapá (PMM) e água tratada em poço tubular⁷⁸, mas não tem tratamento de esgoto.

Os bairros ou loteamentos mais novos do entorno da Lagoa não possuem coleta de lixo e nem tratamento dos resíduos sólidos e líquidos. Assim, percebe-se que o esgoto proveniente das instalações mais recentes é diretamente lançado *in natura* no solo ou dentro da parte alagada da Ressaca.

Assim, é visível o descarte dos efluentes líquidos e dos detritos domésticos dentro dos corpos hídricos do ecossistema, produzidos pela presença de atividades de órgãos públicos e das habitações. Essa prática está relacionada à falta de monitoramento e fiscalização pelos órgãos ambientais, mas, sobretudo, pela quase ausência de infra-estrutura urbana do município que não oferece serviços de saneamento básico para a cidade e conseqüentemente para a área estudada.

Observou-se durante o trabalho de campo que o Instituto de Administração Penitenciária do Estado do Amapá (Iapen) é um dos maiores poluidores da área. O Iapen é responsável pela presença de águas residuais e dejetos humanos que vêm lentamente poluindo e degradando a área da Lagoa. A rede de esgoto não é suficiente para atender toda a demanda da penitenciária, pois conforme o Engenheiro Civil (Entrevista em 07.02. 2006), a instituição possui em média 1400 internos e sua capacidade máxima é de 600, “por isso o governo já

⁷⁷ Ou como se refere Veiga (2003): uma vila com características rurais, mas que está completamente pressionada pela expansão urbana.

⁷⁸ Feito com pequeno furo no lençol freático antes de atingir a rocha, sendo a água sugada por bomba centrífuga ou submersa.

prometeu enviar mais verba, para executar um projeto de ampliação da rede de esgoto”⁷⁹. O Instituto despeja os efluentes líquidos e demais detritos sob o solo, que aos poucos vai infiltrando-se nos corpos hídricos (Figura 19).



Figura 19: Águas residuais provenientes das atividades do IAPEN, lançado diretamente no solo, em dois momentos.
Fonte: Arquivo do Batalhão Ambiental – Novembro/2005.

Assim, a falta de saneamento básico conjugado com o aumento indiscriminado de construções e a abertura de ruas e avenidas sem pavimentação tem acentuado o processo de erosão do solo⁸⁰ e carreamento de sedimentos para o leito dos cursos de água da ressaca.

Também, contribuem para a contaminação e degradação da área a presença de banhistas (Figura 20) e pescadores que jogam diretamente na Lagoa, entre outras coisas, garrafas de vidro e resíduos sintéticos (plásticos). Essa poluição é provocada pela atividade constante de pessoas que utilizam ou simplesmente passam pelo local. Um dos lugares mais afetados por essas atividades é a área localizada ao longo da rodovia Duque de Caxias - que atravessa a ressaca e liga Macapá ao município de Santana. Algumas pessoas utilizam a ponte da rodovia, nos dias de semana e, principalmente, nos finais de semana para o lazer e a pesca. Os resíduos

⁷⁹ Conforme o Engenheiro “A construção lá do complexo era apenas provisória enquanto era feita a reforma do antigo Beiril, no lado do Quartel da Polícia Militar, que agora é uma escola para meninos infratores. E antes era COPEN (Complexo Penitenciário), agora é Iapen (Instituto Administrativo Penitenciário). E então, o provisório passou a ser definitivo porque lá na Lagoa era mais distante na época, mas agora com esse inchaço urbano está dentro da cidade novamente, lá era mais longe do centro”.

⁸⁰ Em geral, os solos das ressacas são hidromórficos gleisados, sedimentares de média fertilidade natural e com um alto grau de vulnerabilidade natural. Esses solos são inadequados para certos tipos de edificação, devido à baixa resistência (LIMA, 1999). Conforme Maciel (2001), na Ressaca Lagoa dos Índios existem dois grupos de solos, que guardam estreita ligação com o ambiente natural, constituindo padrões associativos entre componentes físicos e bióticos da região. Entre esses grupos encontramos os solos do tipo: concrecionário Laterítico (originados de sedimentos argilosos e argilo-arenosos, ocorrendo na área de cerrado e possui acidez devido ao excesso de hidrogênio) e Gley Húmicos (solo mineral que apresenta drenagem imperfeita e recebe influência do relevo através do escoamento superficial e sub-superficial, caracterizado pela intensa redução de ferro e formado sob condições de excesso de água).

decorrentes destas atividades - como garrafas de bebidas alcoólicas, sacos e garrafas plásticas, além do fogo usado para assar o peixe apanhado no local - são deixados pelos pescadores e banhistas dentro ou na borda da Lagoa.



Figura 20: Banhistas de final de semana – Ponte da rodovia Duque de Caxias.
Fonte: Arquivo Particular – Novembro/2005.

Em decorrência dessas atividades, conforme os diagnósticos feitos na área da ressaca pela Sema (MACIEL, 2001) e pelo Iepa (TAKIYMA e SILVA, 2003), devido à intensa ocupação no entorno da Lagoa e da emissão de detritos está ocorrendo um aumento significativo de matéria orgânica que facilita a formação de gases venenosos, como o metano e o enxofre, que mata os peixes e torna a água proibitiva ao consumo humano (processo de eutrofização artificial da Lagoa). Observou-se que há uma imensa sedimentação na Lagoa provocada pela ação antrópica, pelo aterramento e pela presença de vegetação macrófita, o que dificulta a penetração dos raios solares na água⁸¹. Devido a este processo, há quebra da estabilidade do ecossistema, ocasionando um desequilíbrio entre a produção da matéria orgânica, o consumo e a deposição de lixos de toda natureza⁸².

Assim, seja pela implosão demográfica, seja pela explosão das atividades socioeconômicas, os espaços urbanos passaram a assumir a responsabilidade do impacto máximo da atuação humana na organização da superfície terrestre e na deterioração do ambiente urbano, sem se considerar as características do meio físico e sociocultural. Por isso, em relação a este aspecto Oliveira e Hermann (2005) lembram que nas cidades a noção de

⁸¹ Conforme Maciel (2001) este processo ocorre desta forma porque as macrófitas aquáticas e algas filamentosas flutuantes e submersas consomem muito oxigênio.

⁸² O desequilíbrio trouxe mudança no metabolismo do ecossistema, pelo crescimento de foloplânctons e pela diminuição da luminosidade e do oxigênio (MACIEL, 2001).

ambiente deve ser vista de maneira mais ampla, incorporando aspectos naturais, infra-estruturais e paisagísticos, indispensáveis ao seu funcionamento enquanto habitat humano.

3.1.1.1 Alterações Caracterizadas pela Supressão da Mata Ciliar

Com a pressão imobiliária exercida sobre a ressaca, a mata ciliar⁸³ da Lagoa está quase extinta em boa parte de sua borda. A instalação da rodovia Duque de Caxias e de diversas construções provocaram a retirada da mata ciliar da ressaca e, como consequência, o deslocamento da fauna, decorrente da extinção de seu habitat, e da redução das áreas de refúgio e alimentação das espécies; além de erosão e assoreamento da Lagoa (TAKIYAMA e SILVA, 2003).

Dentre as edificações que contribuem para a retirada da mata ciliar está o complexo comercial de propriedade do Senhor Odilon Filho (casa noturna Choperia da Lagoa (sob seu gerenciamento), o supermercado Y Yamada e a Faculdade de Macapá, espaço do antigo supermercado Casa das Carnes). Esse complexo (Figura 21) vem ocupando completamente a borda da ressaca, lugar de mata ciliar, no lado direito da rodovia Duque de Caxias.



Figura 21: Obras de ampliação do terreno do senhor Odilon Filho na borda da Lagoa dos Índios.

Fonte: Folha do Amapá/26.08.05.

A ampliação do empreendimento do senhor Odilon Filho está sendo feita conforme o Plano de Controle Ambiental (Abril de 1997). Esse documento, desde 1997, trazia o projeto

⁸³ De acordo com Código Florestal Brasileiro (Lei nº 4.771/65, com as alterações introduzidas pela Lei Federal nº 7.803/89 e Lei nº 7.754/89, aplicável à preservação das ressacas no seu Art. 1º e 2º), a mata ciliar é importante porque evita o processo erosivo das margens e deslizamentos de barrancos, protege os cursos d'água e conservar suas nascentes, além de fornecer alimento para a fauna e para a flora local. A Lei determina que de acordo com a largura do rio, igarapé e lago, a faixa de preservação da mata ciliar deve ser considerada da seguinte forma: para a largura inferior a dez metros (trinta metros de faixa), entre dez e cinquenta metros (cinquenta metros), entre cinquenta e duzentos metros (cem metros), entre duzentos a seiscentos metros (duzentos metros) e superior a seiscentos metros (quinhentos metros).

de “Urbanização da margem adjacente da Lagoa dos Índios a Casa das Carnes”, em atendimento à exigência da Sema. O objetivo do projeto era conter o elevado grau de degradação ocasionado pela retirada da mata ciliar, pelo despejo de lixo e pela ocupação desordenada da área. Naquela época, o documento referia-se ao fato de que o Supermercado Casa das Carnes estava “implantado e desenvolvendo suas atividades próximo à uma área de ressaca, mesmo sendo considerada área de Preservação Permanente, mencionada no Art. 18 da Lei nº. 6.938/81” (1997, p. 4). A justificativa dessa intervenção era “harmonizar as edificações ali implantadas através de suas áreas de lazer, com contemplação visual que a Lagoa oferece, facilitando através de acessos urbanizados, a aproximação das pessoas com a natureza”. O projeto evidenciava a implantação de uma barreira de contenção que visava conter futuros processos de erosões naturais, bem como a degradação pela interferência humana, já que a área ficaria sob vigilância constante dos órgãos ambientais.

Contudo, o jornal Folha do Amapá (26/08/05) refere-se às obras de ampliação das instalações como sendo “um crime ambiental” praticado contra a Lagoa dos Índios. E acrescenta: “As obras de ampliação [da Fama] estão invadindo a Lagoa, aterrando aquela área de ressaca já tão maltratada pelas mãos, não de invasores comuns, mas de gente esclarecida que a princípio teria de dar em primeiro lugar o exemplo”. No final questiona se este tipo de obra tem licença ambiental. E se tem, “é no mínimo estranho que as autoridades ambientais do Estado e do município a tenham liberado”.

Conforme o Diretor Acadêmico da Fama (Entrevista em 31.05.2006) ela “não tem gerência em questões estruturais, de construções”, ela é apenas locatária do imóvel. Pois, “pelo contrato nós não construímos nada. Quem faz a ampliação é o proprietário do terreno [Senhor Odilon Filho]. Nós comunicamos nossas necessidades e ele constrói; é assim que ele está fazendo a ampliação dos novos blocos atualmente” e das instalações da Choperia da Lagoa. O Diretor acrescentou ainda que o proprietário do imóvel pretende construir um Hotel Ecológico com parque aquático e um Shopping Center. Afirmou, ainda que o processo de Licença Ambiental já esteja tramitando na Sema. Contudo, o Diretor de Recursos Hídricos não soube informar a respeito desse processo⁸⁴.

Do lado esquerdo da rodovia Duque de Caxias (sentido leste-oeste), na margem da Lagoa a empresa revendedora de bebida Skol, seguida pelas concessionárias de veículos, apesar de não serem focos de questionamentos, também não respeitam os limites para proteção da mata ciliar. A revendedora de bebida também já construiu calçada e implantou projeto de ambientação, ocupando a área reservada para proteção da vegetação. As

⁸⁴ Em Trabalho de Conclusão do Curso de Geografia da Unifap (2005), os acadêmicos constataram que o projeto de construção de passarelas de madeira com cobertura dentro da Lagoa - para fins de lazer e estudo para estudantes, visitantes e turistas - já foi autorizado pelas instituições ambientais.

concessionárias de veículos têm inclusive um restaurante para atender aos funcionários nos limites da área de proteção permanente.

Ao mesmo tempo em que há a retirada da mata ciliar ocorre constantemente a deposição de entulhos e restos de material provenientes das construções e das atividades executadas no espaço da Lagoa.

3.1.1.2 Modificação do Relevo da Lagoa

As cavas para extração da argila para produção de tijolos (Figura 22) e a disposição inadequada de rejeito estão modificando o relevo de algumas partes da Lagoa dos Índios. A ligação da ressaca ao Igarapé da Fortaleza, atualmente tem possibilitado a sua poluição em decorrência das atividades das empresas produtoras de tijolos e telhas (olarias), atividades realizadas ao longo dos canais ligados ao Igarapé da Fortaleza que se ligam a Lagoa.



Figura 22: Retirada de argila da ressaca Lagoa dos Índios – Macapá.

Fonte: Dados de Campo - CPAQ/Iepa /2003.

Como consequência desse impacto, os sedimentos finos (argila, silte e areia fina) são transportados para os corpos hídricos locais, ocorrendo o assoreamento da Lagoa que altera a morfologia das drenagens. O assoreamento altera também a qualidade das águas (sólidos em suspensão) e a vazão em determinada época do ano (período seco ou chuvoso), interferindo na vida das espécies da flora e da fauna aquáticas (TAKIYAMA e SILVA, 2003) e, conseqüentemente, das atividades de pesca da comunidade quilombola.

Conforme Almeida Junior, presidente da Ong “Amigo em Ação” (Entrevista em 20.01.2006), “as empresas que extraem material, recursos naturais de dentro da lagoa, elas produzem um dano ambiental muito grave com as suas atividades econômicas”. Avaliando

essa questão, o presidente da Ong afirma ter procurado o dono dessas empresas e iniciado “discussão com os empresários como forma de evidenciar medidas, que podem ser compensatórias ou reparadoras, medidas que possam melhorar a sua função econômica sem danificar a Lagoa”. Contudo, afirmou ele, “começamos a observar que as empresas não são sensíveis a esta questão, apesar das olarias, terem uma atividade econômica impactante”.

3.1.1.3 Destruição do Ecossistema Ressaca pelas Queimadas

A seca, principalmente, no verão⁸⁵, ocasiona focos de queimadas na ressaca (Figura 23), provocando a morte de animais e a redução da vegetação na área. A presidente da Associação de Mulheres Negras da Lagoa dos Índios (Entrevista em 24.11.2005) afirma que desconhece a origem dos incêndios que ocorrem na ressaca e declara que as queimadas constantes trazem perdas para a comunidade, principalmente porque elas estão relacionadas diretamente com a extinção da fauna aquática (peixe, tartaruga, etc.). É interessante ressaltar que a pesca é uma das poucas atividades, ainda, existentes na comunidade.



Figura 23: Queimada dentro da Lagoa, durante o período seco (verão).

Fonte: Arquivo Particular novembro de 2005.

Um dos oficiais do Corpo de Bombeiros do Amapá (CB) relatou que as queimadas na Lagoa dos Índios ocorrem geralmente no verão, quando a temperatura está muito elevada. Os motivos, segundo ele, para início de uma queimada “parecem simples”, por exemplo: um ciclista que passa na rua e joga uma “bituca” de cigarro na vegetação seca, ou um morador

⁸⁵ Conforme o período da estiagem das chuvas – verão - vai avançando, a ressaca vai secando aos poucos, permanecendo a água por mais tempo somente nos pontos mais fundos da bacia. Como não há chuva durante a estiagem, não há efeito de represamento, não há transbordamento de água para os terrenos marginais, daí a razão deles secarem. Nos demais pontos, a seca é tão grande que torna favorável a presença de queimadas (MACIEL, 2001).

que pesca e faz fogo nas margens da lagoa para assar o peixe - algo comum na área - e deixa vestígios de fogo, muitas vezes potencializado pelo vento constante no local. Também, os incêndios ocorrem devido à existência de garrafas de vidro que “entram em contato com o sol intenso e sofre processo de combustão”. A forma de controle do fogo, em geral, é feita com abafadores, mas quando não é possível sua utilização, os bombeiros “recorrem à água, método antigo e pouco econômico”. Também, algumas vezes, o CB utiliza o método dos aceiros nos incêndios de grande proporção. Contudo, apesar da ação de fiscalização e monitoramento da área os órgãos ambientais não têm conseguido evitar as constantes queimadas no local.

A respeito das queimadas o Diretor de Recursos Hídricos da Sema (Entrevista 04.01.2006) se pronunciou afirmando que “na Lagoa dos Índios na época do verão, o fogo é provocado para pegar jabuti, tracajá e aí o fogo é descontrolado, as pessoas perdem o controle do fogo e se torna aquela coisa [...] Outra questão é o pessoal que vai beber próximo a lagoa ou que vai pra trás da penitenciária e fazem aquele fogo para assar o peixe e lá deixam os resquícios. Outra questão são os moradores do entorno que queimam seu lixo⁸⁶ e não se preocupam em apagar e verificar se tem cinza ou alguma coisa e como ali o vento é muito forte, o fogo se torna muito rápido e é difícil de se controlar, porque é uma área de difícil acesso”.

3.1.2 Ocupação da Lagoa: Área de Proteção Ambiental e Cultural

As construções feitas no espaço da ressaca encontram-se em uma área ambientalmente inadequada, causando impactos diversos. A Lagoa fica numa área verde e de proteção ambiental permanente. A área Lagoa dos Índios – bem como as demais Ressacas de Macapá e Santana - foi tombada como patrimônio natural pela Lei nº. 0455/1999. Entretanto, esta Lei não foi suficientemente eficaz para combater às diversas agressões verificadas na Ressaca (Figura 24).

⁸⁶ Como os órgãos responsáveis pela coleta do lixo não o fazem, muitos moradores (principalmente aqueles dos loteamentos mais recentes que não têm o mínimo de infra-estrutura básica e os da comunidade quilombola) queimam os resíduos sólidos para não haver acúmulo de lixo nos seus espaços de moradia (Informações colhidas durante as entrevistas e na observação participativa).



Figura 24: Vista da área da Lagoa, mostrando o processo de expansão.
Fonte: Instituto “Amigos em Ação” – Novembro de 2005.

A forma como as práticas urbanas são realizadas trazem pesados efeitos em termos de degradação dos recursos hídricos, do solo, das condições de saúde e dão origem a um conflito socioambiental de grandes proporções: de um lado, estão os interesses da comunidade que ocupa a área da Lagoa, há pelo menos dois séculos, e que lutam para continuarem no local, evidenciando sua sobrevivência e a relação simbólica com o território; de outro, estão os interesses em torno da conservação e recuperação da área, como bem público, dos corpos d’água ou, ainda, de áreas verdes de preservação da paisagem e de lazer.

3.1.3 Apropriação do Território da Comunidade Quilombola pelo Processo de Especulação Imobiliária

O território da comunidade quilombola da Lagoa dos Índios se destaca por ser, ainda, um local que abriga uma paisagem natural relativamente exuberante dentro da cidade de Macapá. Em função de sua preservação e de sua localização, próxima ao centro da cidade, a ressaca representa, hoje, no município uma das áreas mais cobiçadas pela especulação imobiliária com a presença de empresas de prestação de serviços, bairros, conjuntos residenciais e loteamentos instalados recentemente.

As políticas traçadas pelo governo federal, estadual e municipal para a economia amapaense, por meio de grandes projetos agro-industriais - desde a década de 1950 - e a recente implantação da Área de Livre Comércio de Macapá e Santana foram responsáveis pela atração de um número elevado de pessoas que vivem na região do Amapá que vieram em busca de uma perspectiva econômica e social. Isso contribuiu mais ainda para o crescimento acelerado da cidade, onde ruas foram abertas sem nenhum critério, empresas de diversas naturezas foram erigidas nos mais diversos locais da cidade, loteamentos foram criados e

conjuntos habitacionais foram sendo construídos, sem os mínimos critérios de uso e ocupação do solo.

É interessante observar que até 1998 a comunidade não havia se preocupado com o processo de especulação imobiliária trazido pela acelerada urbanização da Lagoa e, nem com a questão das demarcações de suas terras. Assim, até o final da década de 1990, os objetivos do Estatuto da AMCLI⁸⁷ reafirmavam as características rurais da comunidade, esboçando, apenas uma preocupação com a “devastação da área”. Neste sentido, os objetivos do Estatuto são assim delineados: “representar os moradores e agricultores da comunidade” em defesa de suas condições de vida e do desenvolvimento socioeconômico; incentivar e ampliar as atividades econômicas (agricultura e pecuária) e estabelecer convênios para tal fim; comercializar a produção, adquirir implementos agrícolas (sementes, mudas, fertilizantes) e produtos de uso doméstico; promover a cultura, a educação e o esporte, bem como a formação e qualificação profissional voltado “para mulheres, homens, jovens e crianças”; e “garantir o reflorestamento das grandes devastações do ecossistema”.

Contudo, decorrente do processo de especulação imobiliária a própria comunidade quilombola foi vendendo seus terrenos deixados por herança e titulados pelo Incra-Ap. O Incra (em novembro de 2005) fez um levantamento das propriedades com títulos definitivos localizados na área contestada. O levantamento coloca que no território reivindicado pela comunidade, atualmente, existem vinte (20) posses. Desse quantitativo dez (10) tem recibo de compra (Quadro 1) e uma (01) está em processo de regularização fundiária tramitando no Incra⁸⁸. Os títulos definitivos concedidos pelo Incra-Ap aos proprietários, datados entre 1978 a 1999, correspondem a um total de 379,6604 hectares. Vale ressaltar que entre proprietários com título definitivo estão pessoas descendentes da comunidade (como Benedito Manoel Fortunato, Juracy Natividade dos Santos e Aldino dos Santos) e pessoas que adquiriram terrenos ao comprarem de descendentes de moradores negros (terras deixadas por herança).

⁸⁷ Informação contida no Estatuto Social da Associação dos Moradores da Lagoa dos Índios (AMLI), fundada em 28 de julho de 1995. A formulação deste Estatuto, em 1998, teve o apoio do Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá (Rurap), uma das únicas instituições, até aquele momento, presentes no território da comunidade.

⁸⁸ O Relatório Técnico não esclarece sobre os demais terrenos.

Adquirente	Número do Título	Área (ha)	Data da Emissão
Benedito Manoel Fortunato	4.01.82.7/00254	73,3138	11/12/1978
Maria Tereza Duarte da Silva	4.01.82.7/00459	11,4274	18/01/1982
Antonio Baia do Monte	4.01.82.7/00667	6,6256	21/11/1983
Antonio Rodrigues da Costa Junior	4.01.82.7/00783	62,2828	12/12/1983
Estreliano Ferreira Barbosa	4.01.82.7/00661	99,6098	16/01/1984
Benedito Lopes Marinho	044896	23,2586	15/03/1991
Juracy Natividade dos Santos	058947	58,8949	20/11/1991
Aldino dos Santos	154987	12,8501	12/03/1998
Alcides Rabelo Bastos	154986	9,3187	13/03/1999
Azarias Silva de Souza	155027	22,0787	13/03/1999

Quadro 1 – Relação de títulos definitivos inseridos no território pleiteado pela Comunidade Remanescente de Quilombos da Lagoa dos Índios (Macapá-AP).

Fonte: Relatório Técnico: Comunidade Lagoa dos Índios (2005). Superintendência Regional do Amapá – SR/21-Incra.

Há, também, terrenos com título definitivo que ficam próximo ao território reivindicado pela comunidade negra (Quadro 2), mas que exercem pressão sobre o ecossistema ressaca. Os técnicos do Incra localizaram quatro (04) terrenos titulados, entre 1982 e 1984, com extensão variada.

Adquirente	Número do Título	Área (ha)	Data da Emissão
Miguel Rodrigues Bitencourt	4.01.82.7/00509	47,8318	20/09/1982
Oswaldo Nazaré Colares	4.01.82.7/00669	64,9222	21/11/1983
João Barreto de Souza Filho	4.01.82.7/00763	33,6273	28/11/1983
Cândido Ferreira Barbosa	4.01.82.7/01016	156,4819	19/11/1984

Quadro 2 – Relação de títulos definitivos próximos ao território pleiteado pela Comunidade Remanescente de Quilombos da Lagoa dos Índios (Macapá-AP)

Fonte: Relatório Técnico: Comunidade Lagoa dos Índios (2005). Superintendência Regional do Amapá – SR/21-Incra.

Portanto, os riscos atuais aos quais está exposta a área da Ressaca Lagoa dos Índios decorrem principalmente de conflitos em torno da ocupação do território urbano e de seu planejamento. A preocupação, portanto, não recai apenas sobre os aspectos físico-naturais, mas, também sobre os aspectos como implantação de infra-estrutura funcional; organização socioeconômica e cultural; preservação do patrimônio histórico e natural; a melhoria da qualidade de vida dos moradores, entre outras coisas, são aspectos que devem ser considerados pelos responsáveis pelo planejamento da cidade e pela sociedade em geral.

Observando-se as situações que evidenciam problemas socioambientais na área da Lagoa, uma questão importante deve ser considerada: os agentes agressores do meio ambiente urbano podem ser tanto agentes específicos – empresas prestadoras de serviço – quanto agentes difusos – conjunto de proprietários de residências, banhistas. Quanto aos agentes afetados pela degradação, estes são específicos – grupo quilombola empobrecido que sofre os efeitos de forma mais imediata – ou difusos – conjunto de habitantes do local afetados pela

poluição da Lagoa. Por isso, é primordial identificar a problemática da intermediação de interesses que envolvem atores plurais e difusos nessa questão, inclusive o Estado.

A seguir será feita a identificação dos atores a serem analisados nesta pesquisa.

3.2 OS ATORES E SEUS PAPÉIS

Conforme observação participativa e entrevistas com moradores e instituições, diversos atores foram mapeados, de acordo com o envolvimento e o papel de cada um dentro do conflito.

3.2.1 Poder Público

O Estado é considerado pela literatura sobre conflitos socioambientais como aquele que tem maior peso nas ações que envolvem os interesses dos diferentes agentes em âmbito local. Enquanto produtor de espaços, o Estado é visto como um dos elementos centrais para a definição do valor de uma localidade. Contudo, conforme Penna (2003: 57) deve-se levar em consideração uma interpretação do sentido da produção social do espaço que ultrapasse “uma análise simplesmente política do papel do Estado na reprodução e na crise da cidade para compreender a produção das relações sociais a partir da sua própria ação”.

Assim, em função de reverter tendências de ocupações, de gerar novas perspectivas de uso, de mobilizar áreas por meio de seu tombamento, de instalar grandes equipamentos e de criar infra-estrutura, o Estado é o principal agente na valoração e na valorização dos espaços⁸⁹.

Considerando-se as questões descritas anteriormente, o papel do poder público nos conflitos ambientais se define a partir da tensão entre desempenhar um papel de mediação do conflito ou definir-se como parte interessada nele (SABATINI, apud COSTA e BRAGA, 2004). No âmbito local, as instituições públicas são extremamente vulneráveis às pressões de agentes econômicos. As políticas habitacionais tendem, portanto, a abrir obras de infra-estrutura urbana para novas localizações para o mercado imobiliário que sustenta a especulação, relegando os moradores à uma invisibilidade expropriadora⁹⁰.

Além disso, na esfera pública local ocorrem as disputas de interesses específicos existentes entre os diversos setores do poder, no que se refere aos objetivos das políticas

⁸⁹ Penna (2003:57) afirma que “mesmo os espaços ditos ‘vazios’ estão cheios de intencionalidades de uso, subordinados aos interesses de valor. Os valores de uso são criados de acordo com as possibilidades do mundo da mercadoria e são, ao mesmo tempo, também valores de troca, que estão na base do processo de fragmentação do espaço”.

⁹⁰ Referida no final do segundo capítulo.

ambientais urbanas. Essas disputas provocam conflitos entre poderes quanto às políticas ambientais, ou pela ausência delas. Há, constantemente, uma fragmentação política administrativa da questão urbano-ambiental, pois as políticas são implantadas de forma setorizada havendo pouco diálogo entre os diversos órgãos governamentais. Assim, quem cuida da questão ambiental não responde pela ocupação do solo nem pelo saneamento. Já o órgão responsável pelo uso e ocupação do solo não responde pelas áreas verdes. Assim, como o órgão responsável pela demarcação das terras quilombolas não dialoga com os responsáveis pelas demais questões que envolvem a comunidade negra.

Ademais, cabe chamar atenção para o fato de que nos níveis municipal, estadual e federal de governo, a política ambiental está desvinculada das demais políticas públicas e das políticas econômicas, pois ela não é considerada nem uma política social, nem uma política de desenvolvimento. Da mesma forma, a responsabilidade dos órgãos ambientais se restringe à gestão dos espaços verdes urbanos e a fiscalização das fontes fixas de poluição. Costa e Braga (2004) afirmam que a forma de considerar as questões fundamentais de política ambiental como saneamento, sistema de transporte e a regulação do uso e ocupação do solo, ficam à cargo de órgãos não integrados, dotados de lógicas distintas e atuação pontual.

A contradição entre os objetivos e as diretrizes voltadas para políticas urbanas é, também, muito freqüente entre as ações do executivo, legislativo e judiciário e os órgãos executores. Há casos em que o legislativo elabora e aprova uma determinada lei, mas os órgãos não se encontram preparados técnica ou financeiramente para executá-la.

Outra questão que envolve o poder público é o distanciamento entre as políticas propostas e a realidade dos processos de produção do espaço urbano. É o caso da política de uso e ocupação do solo e de proteção de áreas verdes. Muitas vezes, essa política fica meramente no plano discursivo – é o caso da Lei 0455/1999, do Plano Diretor da cidade de Macapá -, concebidos a partir de uma lógica normativa distante dos rumos já tomados pela produção do espaço urbano, no qual o aparato regulatório rígido contrapõe-se à realidade de produção do espaço mais flexível.

Ademais, duas situações são visíveis no poder público: há conflitos entre a agência ambiental e os órgãos do poder local responsáveis pela realização de obras públicas - as obras do Iapen, são emblemáticas neste caso -, assim como a própria administração municipal provoca impacto sobre o meio ambiente, como obras de canalização de rios, implantação de aterros sanitários e depósitos de resíduos; há, também, a ausência de continuidade administrativa que emperra as negociações dos problemas ambientais, que são lentas e feitas

por etapas de longo prazo. A partir da caracterização do poder público alguns órgãos foram selecionados para análise.

3.2.1.1 Governo Federal

3.2.1.1.1 Fundação Cultural Palmares (FCP)

A Fundação Cultural Palmares⁹¹, órgão vinculado ao Ministério Cultura, tem como competência assistir e acompanhar o MDA e o INCRA nas ações de regularização fundiária, para garantir a preservação da identidade cultural dos remanescentes das comunidades quilombolas, bem como subsidiar os trabalhos técnicos. A FCP iniciou o processo de demarcação e titulação das terras da comunidade quilombola da Lagoa dos Índios por meio de reivindicação das associações que representam a comunidade. A FCP começou a implementar ações que dizem respeito a regularização fundiária da comunidade a partir de 2001, após o registro da Associação da Comunidade Negra Lagoa dos Índios. Contudo, foi após a solicitação da Associação das Mulheres Negras da Comunidade Lagoa dos Índios (AMNCLI) que a Fundação passou a ter um papel mais efetivo dentro da área. Assim, de acordo com o Decreto nº. 4.887/03⁹² registrou-se a associação comunitária Lagoa dos Índios como uma área a ser titulada como remanescente de quilombo. Em 2004, a FCP entregou o certificado de Reconhecimento da Comunidade como Remanescente de Quilombo. Em 2005, o Ministério da Cultura, via Fundação Cultural Palmares concedeu o título de “Auto-Reconhecimento à Comunidade Quilombola Lagoa dos Índios”, legitimando seu território como quilombola⁹³, enquanto aguarda a titulação definitiva de suas terras.

A Fundação Palmares juntamente com o Setor de Proteção ao Patrimônio Afro-Brasileiro e da Secretaria Especial de Políticas de Promoção a Igualdade Racial (Seppir), tendo em vista a demarcação e titulação das terras da comunidade remanescente de quilombo, estabeleceu uma série de medidas que estão auxiliando o processo de regularização fundiária. Dentre eles, o lançamento do Programa Brasil Quilombola/Amapá (PBQ/AP), em 16.02.2005, no auditório das Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A (Eletronorte) foi um marco para as questões fundiárias no Amapá. Neste lançamento estiveram representados vários órgãos

⁹¹A Fundação Cultural Palmares foi criada pelo Decreto 418/92, após a promulgação da Constituição Federal, nela incluindo-se o dispositivo no Art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT).

⁹²No âmbito do Governo Federal o Decreto 4.877, de 20 de novembro de 2003, regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do ADCT.

⁹³No estado do Amapá as duas primeiras comunidades a serem tituladas foram Curiaú e Conceição do Macacoari. Em processo de titulação estão as comunidades: Cunani, Rosa, Mel, Lagoa dos Índios, Ilha Redonda, São Pedro dos Bois, Ambé, Mata Fome e Carvão. As demais comunidades foram apenas mapeadas.

federais do estado (além da Eletronorte, Incra, Ibama, Embrapa, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal (CEF), Banco da Amazônia S.A. (Basa), Universidade Federal do Amapá (Unifap) e Fundação Nacional de Saúde). O objetivo desse Programa, viabilizado pela SEPPIR foi implantar um conjunto de ações inseridas em diversos órgãos governamentais, em consonância com os princípios que norteiam a Política Nacional da Igualdade Racial (Decreto nº. 4.886 de 20.11.2003), com vista à qualidade de vida das comunidades quilombolas.

O PBQ/AP tem como objetivo financiar projetos para comunidades em vias de reconhecimento. No Amapá existem 27 projetos nas quase 50 comunidades identificadas como remanescentes de quilombos, incluindo-se a Lagoa dos Índios beneficiada com os projetos de artesanato (lançado no dia 10 de março de 2006) e piscicultura (previsto para ser implantado no decorrer de 2006).

3.2.1.1.2 Secretaria Especial de Políticas de Promoção a Igualdade Racial (Seppir)

A Seppir⁹⁴ atua em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), do Incra e de órgãos estaduais como a Secretaria Extraordinária dos Afro-descendentes do Amapá (Seafro). Pelo Decreto 4.877/2003 “compete à Seppir, da Presidência da República, assistir e acompanhar o Ministério do Desenvolvimento Agrário e o Incra nas ações de regularização fundiária, para garantir os direitos étnicos e territoriais dos remanescentes das comunidades dos quilombos, nos termos de sua competência legalmente fixada” (Art. 4º). Nesse sentido, a Seppir vem acompanhando diversas ações na comunidade negra Lagoa dos Índios no estado do Amapá.

A Seppir já viabilizou junto à comunidade o lançamento do Programa Brasil Quilombola que teve como resultado junto às comunidades negras do Amapá: 1) o encaminhamento ao Termo de Adesão ao Protocolo de Intenções, assinado desde 06/11/2004 entre a Seppir/Eletronorte/Prefeitura Municipal de Macapá (PMM), com o objetivo de ampliar as parcerias para realização conjunta de ações que beneficiem a população negra e de remanescente de quilombo; 2) a formação do Comitê Gestor do PBQ no Estado do Amapá para implantação de políticas públicas referente a temática racial; elaboração do Plano de Ação do PBQ pelo Incra/Ap, em março de 2005; e 3) a realização de duas oficinas: “Ordenamento das Potencialidades” e “Elaboração de Projetos”, em 16/04/2005, para capacitar e estimular as lideranças quilombolas para identificar e administrar as potencialidades existentes nas comunidades.

⁹⁴ A Seppir foi instituída pela Medida Provisória 111 em 13 de maio de 2003.

Além dessas ações, a Seppir realizou em Macapá a I Conferência Estadual de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (convocada pelo Decreto Estadual 2292 de 14 de abril de 2005), no período de 25 e 26 de abril de 2005; e firmado o Acordo de Cooperação Técnica entre Incra e Unifap, assinado em julho de 2005, que estabelece a necessidade de estudos antropológicos sobre as populações quilombolas a ser integrado ao Diagnóstico Sócio-Econômico das Comunidades Quilombola do Amapá. .

Atualmente a Seppir vem implementando projetos de piscicultura e horticultura e desenvolvendo projetos de artesanato voltados para a preservação sociocultural da comunidade quilombola Lagoa dos Índios.

3.2.1.1.3 Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá)

O Incra⁹⁵ por meio da Superintendência Regional do Amapá formalizou e está conduzindo as ações encaminhadas pelo processo nº. 54350.000348/2004-98, que trata da “Identificação, Reconhecimento, Delimitação, Demarcação e Titulação de Terras Ocupadas” pela comunidade Lagoa dos Índios, conforme prevê o Artigo 3º, Parágrafo 3º do Decreto nº. 4.887/2003⁹⁶. Desta forma, o Incra/Ap tornou-se o órgão responsável pela demarcação e titulação das terras, atendendo a solicitação da FCP, Seppir e Seafro a partir da configuração de estudo e levantamento de dados na comunidade.

Conforme a técnica responsável pelos projetos na área quilombola⁹⁷, três técnicos do Incra (um Geógrafo, um Cartógrafo e um Técnico Agrícola) foram designados, a partir de 03 de março de 2004, para otimizar a aplicabilidade do Decreto, junto aos órgãos vinculados às comunidades quilombolas e levantar informações sobre a área remanescente pleiteada. Contudo, os técnicos começaram efetivamente a trabalhar na área da Lagoa somente em 2005. Ao longo desse ano fizeram reuniões com os moradores e com os proprietários de terrenos estabelecidos dentro da área requerida pela comunidade, com o intuito de obter informações para estudo e delimitação e demarcação da área.

⁹⁵ O Incra viabiliza as ações do MDA. É o órgão responsável pelos procedimentos administrativos para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas pelos remanescentes das comunidades quilombolas.

⁹⁶ No caso do governo federal, o órgão responsável pela condução dos processos de titulação das terras de quilombo é o Incra, que tem sede em Brasília e escritórios nos diversos Estados. O Decreto diz em seu Artigo 3º, Parágrafo 3º “O procedimento administrativo será iniciado de cío pelo Incra ou por requerimento de qualquer interessado”.

⁹⁷ A funcionária do Incra, Socorro Baia, técnica da Divisão de Projetos não gravou entrevista, mas prestou informações detalhadas sobre o andamento do processo que prevê a demarcação e titulação da comunidade remanescente de quilombo, inclusive permitindo o acesso aos documentos da comunidade.

A Coordenação de Projetos Quilombolas do Incra apresentou o documento “Perspectivas para uma atuação junto as Comunidades Quilombolas no Amapá”. O documento contém a discriminação de trinta (30) comunidades remanescentes de quilombos no estado informados pelo Conselho das Comunidades Afro-descendentes do Amapá (CCADA) e pelo Instituto de Mulheres Negras do Amapá (Imena), contudo estas entidades não aparecem como parceiras do Incra nessa empreitada.

Para atender uma série de procedimentos, dentre os quais a elaboração de Relatórios Técnicos que devem conter informações relativas aos aspectos histórico-social, econômicos, geográficos, ambientais e antropológicos, o Incra assinou um acordo de Cooperação Técnica com a Universidade Federal do Amapá (Unifap) para disponibilizar professor/pesquisador com formação em Antropologia e com estudos e experiência em trabalhos com comunidades negras no Amapá, para elaboração do Relatório Técnico.

3.2.1.2 Governo Estadual

3.2.1.2.1 Secretaria Extraordinária dos Afro-descendentes do Amapá (Seafro)

A Seafro é um órgão recentemente estruturado e pertencente à estrutura do governo do estado do Amapá, mas que mantém parceria diretamente com a Fundação Cultural Palmares (FCP) e com a Seppir. Essa Secretaria foi criada em 26 de maio de 2005, com vistas a implantar um Programa de Cooperação com a FCP e a Seppir para subsidiar serviços de identificação e diagnóstico das comunidades quilombolas no Amapá, dando prioridade para a Lagoa dos Índios, próxima comunidade a ser titulada. A Seafro, apesar de fazer parte da estrutura do estado, consolida suas ações por meio da Fundação Palmares e da Seppir e está atualmente presente nos encaminhamentos do processo de “Reconhecimento da Comunidade Remanescente de Quilombo Lagoa dos Índios”, iniciado a partir de 2001 pela Fundação Palmares.

A Seafro tem participado do processo de demarcação e titulação das terras da Lagoa ao lado da FCP e da Seppir. A Seafro afirma que caso o processo de regularização e titulação seja efetivado facilitará à comunidade o acesso aos recursos do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e de outros viabilizados pelo Decreto Federal nº. 4887/2003 que prevê a desapropriação de áreas particulares para o reconhecimento desses territórios e a criação de políticas para assegurar a exploração racional e oferecer melhor qualidade de vida aos moradores da comunidade negra. Neste sentido, a Seafro tem como diretrizes acompanhar os diversos projetos da comunidade da Lagoa dos Índios, em parceria

direta com a Fundação Cultural Palmares e a SEPPIR; encontrar alternativas de solução para as pendências fundiárias para garantir a posse das terras da comunidade e fiscalizar as ações do INCRA no processo de titulação.

Apesar de pertencer ao governo do Amapá, conforme o assessor técnico da Seafro, ela não recebe financiamento deste para seus projetos, o que deixa transparecer uma vinculação mais estreita desta secretaria com os órgãos federais (FCP e Seppir). A Seafro, a partir do processo de reconhecimento da comunidade negra Lagoa dos Índios, pretende envolver, aproximadamente, 150 famílias negras em seus projetos da seguinte forma: setenta e seis famílias residentes na comunidade e as demais que residem fora, mas que, de acordo com a Seppir (Jornal Folha do Amapá, 2005), poderão assumir seus lotes, de acordo com as regras que serão estabelecidas com a demarcação e titulação das terras da comunidade.

A Seafro juntamente com a Seppir está realizando estudo com o objetivo de desenvolver vários projetos voltados ao desenvolvimento econômico, social e ambiental da comunidade Lagoa dos Índios: piscicultura, horticultura para consumo e comercialização do excedente e artesanato para as mulheres negras.

3.2.1.2.2 Secretaria de Estado do Meio Ambiente (Sema)

A Sema⁹⁸ vem atuando na área da ressaca Lagoa dos Índios a partir de estudos e ações para proteger a área dessa ressaca como patrimônio natural. Um primeiro passo dado nesta direção foi a criação da Lei Estadual nº. 0455, de 22 de julho de 1999, que dispõe sobre a preservação das ressacas, bem como privilegia a criação de áreas protegidas a partir de ressacas presentes nas áreas urbanas do município de Macapá.

Em consonância com esta lei, a Sema implantou algumas medidas no sentido de conter o avanço da antropização e da contaminação da ressaca Lagoa dos Índios, em decorrência do processo de urbanização desordenada. A seguir algumas ações serão descritas:

- elaboração de diagnóstico preliminar que contém propostas de recuperação, preservação e uso sustentado das ressacas como ecossistema úmido costeiro. Esse diagnóstico foi concretizado por meio de consultoria realizada por Norma Maciel, em 2001, sob o título “Ressaca: ecossistema úmido costeiro do Estado do Amapá”.

- execução, em 2002, do projeto de reflorestamento da mata ciliar envolvendo estudantes dos bairros e conjuntos localizados na Lagoa dos Índios, principalmente do Conjunto Cabralzinho. A Sema desenvolveu esta ação a partir da plantação de mudas de açaí, ipê amarelo e mogno, espécies nativas da região.

⁹⁸ A Sema foi criada pela Lei nº 0267, de 09.04.1996.

- em parceria com o Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá (Iepa) elaborou o “Diagnóstico das Ressacas do Estado do Amapá: Bacias do Igarapé da Fortaleza e Rio Curiaú”. Este diagnóstico, em relação à bacia do Igarapé da Fortaleza, incluiu estudo sobre a vegetação, crustáceos, entomologia, água, qualidade da água, sedimentologia, ictiologia, batimetria e pressão antrópica, principalmente das ressacas ocupadas por palafitas.

- criação da Lei Estadual nº. 0835, de 27 de maio de 2004, com o intuito de rever alguns dispositivos da Lei 0455/99. Essa nova Lei dispõe sobre a ocupação urbana e periurbana, reordenamento territorial, uso econômico e gestão ambiental das ressacas e várzeas do Amapá. Essa lei passou, a partir de então, definir algumas ações a serem implantadas nas áreas de ressacas do estado: o Zoneamento Ecológico Econômico Urbano (ZEEU), a proibição de novas ocupações para a área de ressaca; regularização das atividades econômicas de forte impacto social e ambiental, já existentes na área, através do Termo de Ajustamento de Conduta Ambiental (Taca).

- atualmente, a Sema em parceria com a Secretaria de Turismo do Estado do Amapá (Setur) está trabalhando com a proposta do projeto “Trilha ecológica”, que abrange a área da ressaca e do igarapé da Fortaleza. Com a implantação desse projeto, a Sema e o Detur pretendem promover o ecoturismo na região como forma ações de desenvolvimento voltado para a sustentabilidade da comunidade. Para concretizar a proposta do projeto “Trilha Ecológica”, a Sema realizou em 12 de dezembro de 2005 uma “Consulta Popular” junto aos moradores da área da Ressaca Lagoa dos Índios.

Existem alguns órgãos que atuam juntamente com a Sema na área da Lagoa. Um deles é o Batalhão Ambiental que faz trabalho educativo e repressivo. O trabalho repressivo se dá por meio de auto de infração junto às empresas instaladas ao longo da rodovia Duque de Caxias, principalmente quando há risco de aterramento da ressaca, já que é uma área de preservação permanente que não pode ser aterrada. A campanha educativa é feita com os moradores, inclusive para limpeza da orla do canal que vai da gruta do Zerão até a Lagoa dos Índios.

- Outro órgão que atua juntamente com a Sema é o Corpo de Bombeiros do Amapá (CB). O CB trabalha no sentido de auxiliar no controle de queimadas da área da Lagoa, a partir dos chamados de emergência. O trabalho realizado pela instituição é feito na Escola do Conjunto Cabralzinho.

Conforme entrevista, percebeu-se que os órgãos acima não têm um contato mais direto com a comunidade quilombola. Ao serem perguntados quanto à relação que estabelecem com

a comunidade negra alguns deles, como o Corpo de Bombeiros, demonstram pleno desconhecimento dessa comunidade.

3.2.1.4 Governo Municipal

3.2.1.4.1 Secretaria de Meio Ambiente e Turismo (Semat)

A constituição da Semat como ator diz respeito aos diversos problemas urbanos ambientais verificados nas áreas de ressacas. O poder público municipal definiu e aprovou dois documentos direcionados para o reordenamento territorial e ambiental da cidade de Macapá. Documentos que estabelecem ações para as áreas úmidas.

O primeiro a ser aprovado foi o Estatuto da Cidade, pela Lei Federal nº. 10.257 de 10.07.2001. Esse estatuto deu legitimidade a atuação do poder municipal e colaborou para a elaboração do segundo documento. A partir da aprovação do Estatuto da Cidade houve a mobilização dos órgãos municipais, estaduais e federais juntamente com várias outras entidades – como as diversas associações comunitárias -, comunidade em geral e instituições privadas para a elaboração do Plano Diretor de Macapá. Assim, em 20.01.2004, foi aprovado o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental por meio da Lei Complementar Municipal nº. 026/2004 que confere legitimidade para a Prefeitura de Macapá atuar política e administrativamente no município.

O Plano Diretor da cidade de Macapá passou a considerar as áreas úmidas como um patrimônio ambiental, colocando a necessidade de se proteger ambientalmente as ressacas, “evitando a ocupação por usos e atividades que venham causar degradação”, contudo, ficando restrito aos órgãos ambientais a responsabilidade de fiscalizar e monitorar as atividades causadoras de prováveis danos ambientais. Papel a ser cumprido pela Secretaria de Meio Ambiente e Turismo.

Assim, a Semat tem como papel dentro da área da ressaca de fiscalização, de monitoramento das ações e de educação ambiental (conforme Secretário da Semat) como forma de desenvolver ações para a implantação do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental de Macapá (2004) na área ambiental.

O Plano Diretor é o instrumento básico da política de desenvolvimento econômico e social e de expansão urbana. Por meio dele, a Semat ao lado dos órgãos de planejamento urbano (Empresa Municipal de Urbanização de Macapá), tem o papel normatizar o desenvolvimento urbano, adotando critérios para o parcelamento, uso e ocupação do solo, além do zoneamento econômico e ecológico urbano e da proteção ambiental. A função do

poder municipal, em consonância com o desenvolvimento urbano, é: criar e regularizar as zonas industriais, respeitando as normas de uso e ocupação do solo e do meio ambiente urbano; assegurar melhoria das condições de habitação e de saneamento básico e demais serviços de infra-estrutura para as comunidades; garantir serviços de saúde, escola, água tratada, energia elétrica e transporte coletivo regular; promover programas de saneamento urbano e rural pela coleta, tratamento e destinação dos esgotos sanitários, resíduos sólidos e industriais e proteção dos mananciais potáveis.

3.2.2 Atores privados

Conforme Santos & Silveira (2001) as grandes empresas organizam suas atividades criando circuitos espaciais de produção. Para funcionar, elas devem regular seus processos produtivos – hoje dispersos no território nacional -, sua circulação e sua contabilidade. Isso significa, de um lado, a existência de imperativos microeconômicos, internos à firma, capazes de vincular, por exemplo, áreas de cultivo e lugares de elaboração dos seus produtos e das embalagens necessárias, e, de outro, a existência de imperativos macroeconômicos, como sua participação mais ou menos explícita na fixação de tarifas de serviços e insumos. Esses imperativos supõem a permanente negociação da empresa com o poder público e com outras empresas, para redefinir seu comportamento político e os setores e lugares que lhe interessam. É desse modo que se definem e redefinem as localizações, as topologias de empresas.

Contudo, as empresas privadas, entendidas aqui, como todas as empresas que prestam serviços, direta ou indiretamente na área vêm sendo alvo de críticas, no tocante às responsabilidades, no que se refere à sua presença na área da Lagoa dos Índios. Desta forma, os impactos negativos ao meio ambiente e à comunidade são comumente atribuídos a essas empresas. Interessadas nos lucros imediatos, na exploração estética do meio ambiente, em detrimento da melhoria da qualidade de vida da população local e da melhoria do ambiente, as empresas privadas aparecem no cenário como as “vilãs” presentes no território e menos como potenciais parceiros locais no desenvolvimento da área.

Os discursos dos órgãos estaduais e municipais colocam que não existem iniciativas dessas empresas para a minimização dos impactos ambientais, produzidos por resíduos sólidos e líquidos, nem se percebem trabalhos educativos junto aos clientes, nem códigos de conduta, que mostrem que as mesmas podem regulamentar seus próprios comportamentos, afastando assim a necessidade de intervenção governamental. Assim, muitas críticas vêm sendo feitas à essa ausência de ações e responsabilidade das empresas. A questão está no fato

de, na grande maioria das vezes, as empresas não estarem preocupadas nem com o meio ambiente – sustentáculo de seus investimentos – e nem com a socialização dos benefícios gerados por elas junto à comunidade.

Estariam sob responsabilidade das empresas: a implantação de técnicas que possam usar, de forma sustentável, os solos, as águas e florestas; a redução do lixo e destinação final adequada do mesmo; o uso de forma adequada da energia; a proteção à comunidade quanto ao seu patrimônio cultural e a projetos sociais; o respeito à herança cultural da comunidade local, o investimento na conservação e recuperação de patrimônios naturais degradados e a minimização de impactos gerados pelo uso de materiais biodegradáveis.

As responsabilidades das empresas, enquanto atores sociais, no desenvolvimento de atividades em escala local são, em tese, muitas, mas o desafio atual está em aproximá-las do entendimento dessas responsabilidades, conforme prevêm os órgãos do estado.

Aqui serão constituídas enquanto atores as concessionárias de veículos, a revendedora de bebida e parte do complexo empresarial de propriedade do senhor Odilon Filho (FAMA e Supermercado).

3.2.2.1 Grupo de Concessionária Automobilístico (Moseli e Renault Veículos e Trilha Norte)

Como em toda atividade moderna, a circulação é fundamental na organização da indústria automobilística. As concessionárias de veículos Moseli, Renault Veículos e Trilha Norte, situadas ao longo da rodovia Duque de Caxias, na Lagoa dos Índios, são de propriedade de um único dono. Comandadas por grandes firmas que se tornaram empresas-redes, por consolidar um espaço integrado dentro do país ou além das fronteiras nacionais (SANTOS & SILVEIRA, 2001). Essas concessionárias ocupam uma área de periferia moderna, onde o automóvel tem um papel fundamental. Macapá possui pontos de venda que refletem sobre as políticas territoriais das grandes empresas, cujo conteúdo é dado, sobretudo, pela busca das áreas de locais bastante preservados. Isso ajuda a entender o império de um novo modelo rodoviário de circulação intra-urbana e extra-urbana numa região mais nova, como a área da Lagoa.

As concessionárias de veículos (Moseli, Trilha Norte Automóveis e Lagoa Automóveis), de um único proprietário, possuem área edificada de aproximadamente 1.800 m², titulada pela Prefeitura com registro em cartório. A história dessas empresas dá conta de que o prédio da Moseli Veículos está instalada desde 1997, mas somente há sete anos começou a revenda de veículos. A Moseli possui 68 funcionários e um refeitório às margens

da Lagoa, construído em madeira utilizado pelos funcionários das três concessionárias. A Trilha Norte (com 21 funcionários) e a Lagoa Veículos (com 36) funcionam iniciaram suas atividades em 2003.



Figura 25: Concessionárias - Trilha Norte, Renault Veículos e Moseli - no lado esquerdo da rodovia Duque de Caxias – sentido leste-oeste.
Fonte: Arquivo particular, novembro de 2005.

Quanto ao papel definido pelas concessionárias, elas referem-se apenas em fazer projetos de cunho ambiental para preservar a beleza cênica do local, cartão postal para atrair seus clientes. Em âmbito geral, não vêem necessidade de projetos sociais para a comunidade quilombola, pois não reconhecem a existência dela. Esse grupo de empresas não possui políticas voltadas para a comunidade e para o meio ambiente.

3.2.2.2 Revendedora de bebidas (Dabel)

Existe uma trama de fatores técnicos e mercadológicos que define o mapa das empresas fabricantes e distribuidoras de cerveja e refrigerantes. A história dos progressos técnicos na produção e circulação de refrigerantes e cervejas é, ao mesmo tempo, a história dos avanços técnicos da indústria de embalagens (garrafas, tampas, latas, formas de estampar a publicidade nessas embalagens), por isso a organização da produção e distribuição dessa mercadoria não pode ser entendida sem se levar em consideração o processo de fusões. Da tradição secular, a Brahma conheceu, nos últimos trinta anos, uma ampliação da sua topologia ao obter o controle acionário de outras empresas (SANTOS & SILVEIRA, 2001). É o caso da aquisição da Skol.

A revendedora de bebida Skol, assim como as concessionárias de veículos, localiza-se a margem esquerda da rodovia Duque de Caxias. A Skol possui área correspondente a 21.000 m², também titulada pela Prefeitura Municipal de Macapá e registrada em cartório de imóveis. A área construída é de 5.500 m². O edifício foi construído há cinco anos, mas

somente a partir de 2003 os produtos começaram a ser comercializados. A empresa tem 128 funcionários.



Figura 26: Empresa Revendedora de Bebida Skol, ao lado das Concessionárias de veículos.

Fonte: Arquivo particular, novembro de 2005.

A distribuidora de bebida Skol coloca-se como uma empresa que estabelece solidariedade técnica e organizacional e que, por essa razão, aparece frequentemente associada numa única indústria. Além, da revenda de cerveja Skol, ela também trabalha com refrigerantes (antártica, água tônica, pepsi, sukita, cervejas sem álcool). Essa empresa a partir de dados técnicos de localização combina-se com opções mercantis de proximidades de áreas urbanizadas e de alto valor paisagístico, uma vez que o preço final é sensível a apreciação estética da natureza.

Conforme consta na Sema a revendedora de bebida e as concessionárias de veículos nunca receberam nenhuma autuação pelos órgãos ambientais. Os proprietários das empresas, afirmaram que elas nunca sofreram nenhuma penalidade, pois atendem a todos os requisitos ambientais exigidos pela Sema e Semat⁹⁹.

Da mesma forma que as concessionárias de veículos, a empresa revendedora de bebida refere-se à necessidade de ter um papel determinante no local quanto a não poluir o belo cenário paisagístico que a lagoa possui, mas não entende como primordial a execução de projetos sociais para a comunidade local.

⁹⁹ Conforme o dono da revendedora de bebida, o lixo é coletado periodicamente por empresas particulares e as instalações sanitárias são feitas através de fossas sépticas drenadas periodicamente.

3.2.2.3 Choperia da Lagoa, Faculdade de Macapá (Fama) e Supermercado Y Yamada

O terreno que compreende os três empreendimentos tem extensão de aproximadamente 15 hectares com escritura registrada em cartório de imóveis. A PMM deu condições para regularização. Esse complexo comercial situa-se no sentido leste-oeste da ressaca lagoa dos Índios.



Figura 27: Empresas instaladas ao longo da rodovia Duque de Caxias: Supermercado Y Yamada e Fama.
Fonte: Arquivo particular, novembro de 2005.

A Choperia da Lagoa é um empreendimento comercial instalado na área com aproximadamente 2.000 m². Nela existem salões, camarotes, banheiros e bares. Funciona com 30 empregados de quarta-feira a domingo noturnamente. Conforme informações no local, as instalações sanitárias são fossas sépticas drenadas mensalmente e o lixo é coletado por empresa particular.

A Fama atende aproximadamente dois mil alunos em cursos de graduação (História, Letras, Ciências Sociais e Ciências Contábeis, Serviço Social, Tecnologia em Gerencia Ambiental, Tecnologia em Redes de Computadores, Tecnologia em Turismo) e de pós-graduação (Direito Civil e Processual Civil, Direito Tributário, Direito Ambiental, Saúde Pública). Sua estrutura funciona com auditório, salas de aulas, biblioteca, lanchonete e restaurante, área de vivência, laboratórios, videoteca, banheiros e estacionamento.

O Diretor Acadêmico da Faculdade (Entrevista em 02.06.2006) afirmou que a Fama e o Supermercado Y Yamada são locatários das instalações já existentes e fazem adaptações conforme suas necessidades de uso. Contudo, as obras realizadas no terreno são de responsabilidade do proprietário. A Fama está no local desde o primeiro semestre de 2003. Ainda conforme o Diretor a Faculdade dispõe de uma política ambiental, social e cultural, expressa através de programas implantados nos seus cursos, que envolve a comunidade acadêmica e a comunidade local.

O Supermercado Y Yamada-Lagoa¹⁰⁰ existe desde 2003. O proprietário do local, Francisco Odilon Filho, recentemente alugou o terreno, dando direito de uso aos proprietários da rede Y Yamada. A estrutura física desta filial é de dois andares, composta pelo supermercado e por um Magazine. Este empreendimento possui salão com panificadora, frigorífico e açougue; setor comercial e setor financeiro; além de três galpões para depósito de mercadorias. Possui aproximadamente 319 funcionários.

Conforme o gerente do Supermercado, o lixo é coletado diariamente e transportado por uma empresa particular. As instalações sanitárias são constituídas por fossas sépticas drenadas mensalmente. A água é fornecida pela Caesa e a energia elétrica pela CEA, porém possui gerador de energia. Essa empresa não possui projetos voltados para a comunidade.

Dos três empreendimentos localizados na propriedade do Senhor Odilon Filho, a Choperia da Lagoa é o único estabelecimento que é gerenciado pelo proprietário do terreno. A Fama e o Supermercado são alugados e gerenciados por outros grupos empresariais.

A Choperia é uma casa noturna que oferece serviços de lazer tanto para o município de Santana como para Macapá. Percebe-se uma intensa movimentação de pessoas no local durante quase toda a semana. As suas atividades de lazer contam com a presença da clientela da Fama e do Supermercado. Atualmente, a área externa da Choperia e da Fama está sendo ampliada para dentro da Lagoa, com adaptações conforme as necessidades de utilização de cada empreendimento.

A Fama, inicialmente, localizava-se no prédio da Escola Santa Bartolomea Capitânio, até encontrar um prédio de grande porte que comportasse a Faculdade para desenvolver suas atividades. A Faculdade mudou-se para a área da Lagoa dos Índios somente em 2003 (1º semestre) como locatária do imóvel do Senhor Odilon Filho. A Fama alugou este terreno, mas sem intenção de comprá-lo. O contrato da Faculdade com o proprietário é de vinte anos. Uma das razões para o aluguel foi a paisagem exuberante do lugar, ou seja, ser um grande cartão postal para apresentar à sua clientela.

As atividades da Fama são estritamente acadêmicas. O Diretor Acadêmico afirma que não utiliza nenhum tipo de substância que possa prejudicar a Lagoa, pois o propósito da unidade de ensino é, basicamente, a educação. Ela tem cursos de graduação (História, Turismo, Ciências Sociais, Administração de Empresas, Gerenciamento Ambiental, Geografia, Biologia) e cursos de pós-graduação, incluindo especialização em Gestão Ambiental.

¹⁰⁰ Uma das filiais do grupo Y. Yamada de Belém do Pará.

A instituição descreve seu papel, a partir dos projetos que vêm desenvolvendo em conjunto com a Organização Não Governamental “Amigo em Ação”, inclusive projetos voltados para a comunidade quilombola, através dos cursos de História, Ciências Sociais, Turismo. O projeto de resgate cultural que é um projeto do curso de História que busca resgatar a história da comunidade negra para transformar essas informações em documento, já que não existem registros precisos sobre os moradores. A Fama está idealizando alguns projetos sociais e mercadológicos para a área do quilombo. Um deles é voltado para a educação através da alfabetização para as crianças da comunidade (através da disciplina Prática de Ensino), além do projeto de Karatê e videoteca. Outro é voltado para a produção dentro da comunidade, onde ela teria um mercado local e a FAMA daria suporte profissional de como gerenciar esta atividade através dos cursos de Administração de Empresas e Contabilidade.

O Supermercado Y Yamada, também parte do complexo empresarial localizado na propriedade do Senhor Odilon Filho, ocupa atualmente os espaços do antigo supermercado Casa das Carnes. É uma empresa que presta serviço à comunidade a partir de dois ambientes: um Supermercado (1º piso) e um Magazine (2º Piso). Suas atividades envolvem um grande contingente de pessoas circulando no espaço da Lagoa: clientes e empregados.

A empresa não reconhece a existência da comunidade quilombola no local. As ações sociais da empresa são voltadas somente para os funcionários. Não existindo, portanto, projetos voltados para a comunidade e para o meio ambiente.

Dos empreendimentos localizados na propriedade do Senhor Odilon Filho, a FAMA é a mais questionada pela mídia quanto as suas ações de degradação do espaço da Lagoa e nas relações com os remanescentes de quilombo.

3.2.3 Sociedade Civil

A sociedade civil aqui está representada pela Organização Não-Governamental “Amigos em Ação” e pelas duas associações da comunidade quilombola: Associação de Moradores da Comunidade Lagoa dos Índios (AMCLI) e da Associação de Mulheres Negras da Lagoa dos Índios (AMNCLI).

As responsabilidades das organizações não-governamentais frente à adoção de práticas sustentáveis para a área, são significativas. Historicamente, as Ong's vêm desempenhando um papel de pressão, frente às estratégias e ações das indústrias e das organizações governamentais. As estratégias e ações estão voltadas para a minimização ou para a contenção

dos impactos negativos não planejados advindos das empresas, baseados nas bases da sustentabilidade econômica local. Esse grupo tem se preocupado com a supervalorização da terra, com o deslocamento da população local para áreas pouco valorizadas frente às ações de grupos empresariais e com qualidade do ambiente comprometida.

A comunidade local, aqui representada por duas associações, é importante protagonista nos conflitos ambientais. Enquanto ator social, não constitui um bloco monolítico de interesses, estruturando-se em grupos diferenciados e particulares. Portanto, não se trata de um único grupo de atores sociais, necessariamente, sob bases consensuais, no que toca seus anseios e desejos, frente ao destino da comunidade.

As duas associações representantes dos remanescentes de quilombo existentes na Lagoa dos Índios diferenciam-se pelo papel que vêm desempenhando junto aos moradores e pelos projetos requeridos para a comunidade. Nesse sentido, pode-se dizer que há dois grupos de interesses: os da AMCLI e os da AMNCLI.

A disputa de poder entre as associações tem emperrado, em alguns momentos, o processo de decisão sobre as demandas da comunidade. Assim, elas, muitas vezes têm tido o papel de mera consultora de políticas públicas, muitas vezes já preestabelecidas pelo poder público. Isso ocasiona a falta de participação da comunidade em todas as etapas de planejamento para a gestão do território e das ações empreendidas pelos atores presentes na área. Além disso, essas associações não vêm cumprindo o papel de vencer etapas como: elaboração de inventários dos recursos naturais; estudos de potencialidades da área; e identificação daquilo que é considerado como herança numa comunidade, patrimônios que possam permanecer para as gerações futuras (inclusive o cultural).

3.2.3.1 Instituto Ecológico e Cultural “Amigos em Ação”

O instituto “Amigos em Ação” considera-se o terceiro setor, como uma força capaz de contribuir para o aperfeiçoamento da democracia relacionada com as ações realizadas na ressaca e para o atendimento “real dos anseios da comunidade”. A justificativa para seu papel está relacionada as grandes dificuldades que o Estado tem “para atender o cidadão” amapaense (Boletim Informativo do Instituto, Ano I, nº1, 2005).

As atuais atividades de “preservação da Lagoa dos Índios” pela Ong baseiam-se na articulação e realização de seminários que discutem o “tecido social, sua dinâmica e seu ambiente”, na “luta do desenvolvimento com preservação ambiental”. Os três Seminários, que ocorreram desde 2003, contaram com a parceria da Fama, da revendedora de bebida Skol da

concessionária de veículo Moseli e da Prefeitura Municipal de Macapá. Entretanto, a ONG “Amigos em Ação” tem uma relação mais direta com a comunidade acadêmica da FAMA.

Consta no Boletim Informativo de 2005 que “O III Seminário terá ainda atividades na Escola Socorro Smith (situada no Conjunto Cabralzinho) e na Comunidade Quilombola da Lagoa dos Índios”, entretanto, a comunidade negra não participou das atividades previstas no Seminário. É interessante registrar que, conforme conversa com os moradores, a comunidade não está motivada para tais eventos, pois considera que o Seminário “é mais uma conversa para boi dormir”.

3.2.3.2 Associação dos Moradores da Comunidade Lagoa dos Índios (AMCLI)

A Associação de Moradores existe oficialmente desde abril de 1998. O atual presidente eleito em 2004 é Ronildo Pereira dos Santos, estudante do curso de História da Fama.

De acordo com informações do presidente da AMCLI o número de pessoas associadas na comunidade, atualmente, é de cerca de 300 moradores. Alguns moram na cidade e têm parentesco com alguém da comunidade ou ainda possuem terreno no território da Lagoa.

As ações da AMCLI baseiam-se, atualmente, na mobilização dos moradores para o problema da contaminação do ambiente da ressaca e para a reivindicação da melhoria das condições de vida local. Com isso o presidente busca consolidar ações que visem a “sustentabilidade da comunidade”, devido às dificuldades econômicas enfrentadas pelos moradores. A comunidade quilombola tem sobrevivido com o dinheiro de programas sociais do governo federal e estadual (Família, Fome Zero, Parteiras Tradicionais).

A AMCLI, juntamente com os representantes da Fundação Cultural Palmares e a Seppir, tem articulado projetos de piscicultura e horticultura e desenvolvido projetos voltados para a preservação sociocultural, principalmente por meio das festividades religiosas.

3.2.3.3 Associação de Mulheres Negras da Comunidade Lagoa dos Índios (AMNECLI)

A Associação de Mulheres Negras da Lagoa dos Índios foi fundada no ano 2000. Atualmente, conforme informação da presidente da AMNCLI existem 376 mulheres associadas, sendo que a metade delas mora dentro da comunidade (188) e outra metade mora em outros bairros da cidade. Essas mulheres e suas famílias, apesar de definirem-se como remanescentes de quilombo saíram de suas terras por vários motivos (porque venderam suas terras, não tinham mais como sobreviver dentro da comunidade, dificuldade de acesso às escolas, possibilidade de montar um comércio para viver melhor). Porém, a partir da organização da associação essas mulheres voltaram à comunidade. Além das mulheres, há o

trabalho com jovens, crianças e mesmo homens adultos que não participam da AMCLI. Considerando todos os participantes, a presidente da associação avalia que o número de participantes gira em torno de quase 500 pessoas.

A Associação de Mulheres Negras da Comunidade Lagoa dos Índios (AMNCLI), somente conseguiu se organizar a partir de 2000, mas, vinha se articulando desde 1997 para resolver vários problemas que a comunidade enfrentava, como: a prostituição, a miséria, a violência contra a mulher e a falta de discussão sobre a identidade negra (Entrevista em 24.11.2006).

Todas as pessoas associadas e que não moram mais nas terras da comunidade têm laços de parentesco com os moradores que ainda permanecem no local. O laço de parentesco tem se constituído na principal base para a afirmação da identidade cultural dos moradores da lagoa dos Índios. Conforme a presidente da AMNCLI, a presença dessas pessoas fortalece o movimento e tem ajudado àqueles que estão em dificuldades, por não terem conseguido, em outros bairros, um lugar digno para morar ou mesmo emprego para sobreviver. Estão em áreas de baixada e tem vários problemas sociais como: a questão da violência e dos filhos que são envolvidos com drogas.

A associação tem conseguido se articular politicamente junto a Seafro, A Fundação Cultural Palmares e a Seppir. Inclusive, Núbia Santana, é presidente da AMNCLI e também técnica em Elaboração de Projetos dentro da Seafro, além de ser uma das articuladoras políticas dentro das terras identificadas como remanescente de quilombos no estado do Amapá, e em nível nacional, faz parte da Coordenação Nacional dos Quilombolas.

A articulação política da AMNCLI com as demais entidades que trabalham com comunidades remanescentes de quilombo caracteriza o papel da associação pela promoção de ações para assegurar a conquista dos direitos de cidadania dos moradores e para assegurar o território por meio de demarcação e de titulação da área ameaçada pela especulação imobiliária.

A associação tem viabilizado projetos junto à comunidade, seja de políticas de inserção quanto à cidadania da mulher negra e sua valorização enquanto remanescente, seja como alternativa de sobrevivência, diante da falta de emprego e renda dos moradores. O primeiro deles foi o de combate à violência contra a mulher, em 2001, que incentivou as mulheres a denunciarem “os abusos de seus maridos”. A partir do ano de 2005 vem sendo colocado em prática o curso de artesanato. Em março de 2006, o projeto de artesanato foi lançado novamente na comunidade. Os produtos utilizados para o artesanato são adquiridos de duas formas: no próprio território da comunidade (fibras e sementes) ou comprados pela

associação. O projeto de piscicultura e o Informe Quilombola são dois projetos previstos para serem executados no decorrer de 2006. Esses projetos têm o objetivo de possibilitar a sobrevivência dos moradores, manter e reafirmar os laços de parentesco e laços com a terra, evitando a perda da Identidade e das terras que estão pleiteando para titulação, além de combater a destruição dos recursos pelas constantes queimadas e poluição de toda ordem. O projeto de artesanato, piscicultura e jornal têm financiamento da Seppir.

A visível instalação de empreendimentos comerciais e imobiliários tem se constituído em “um dos dilemas enfrentados pelas famílias da Lagoa dos Índios, com o frenético crescimento urbano-industrial na região”, que segundo ela, “tem comprimido cada vez mais o território quilombola” (Jornal Folha do Amapá, 2005). A presidente da associação calculou que nos últimos vinte anos, a comunidade perdeu pelo menos 10 mil hectares de terras para empresas e demais empreendimentos que se instalaram no entorno da vila.

No capítulo seguinte serão analisados os principais conflitos ambientais decorrentes dos distintos projetos de apropriação e uso do território analisado, conforme os papéis, as ações e as visões de mundo de cada um dos atores presentes no território da Ressaca Lagoa dos Índios.

4 CONFLITOS AMBIENTAIS URBANOS NO ESPAÇO DA LAGOA DOS ÍNDIOS

Este capítulo tem como objetivo analisar os principais conflitos ambientais decorrentes dos distintos projetos de apropriação e uso do território da Lagoa dos Índios. Considerando-se as novas dinâmicas socioambientais do território analisado será feita uma tipologia dos conflitos a partir das ações materializadas pelos atores e pelas suas visões de mundo.

Nos primeiros anos do século XXI encontra-se em pauta todo um processo de discussão sobre os conflitos pela posse da terra e, conseqüentemente, pelo uso e apropriação do território da ressaca Lagoa dos Índios, a partir do acelerado processo de urbanização ocorrido na área, nas duas últimas décadas do século passado. O processo de construção do território da Lagoa é evidenciado pelas ações do poder público, das empresas, dos empreendimentos imobiliários e da própria comunidade quilombola. Contudo, essa construção é significada na prática à medida que ações de grupos privados e do poder público exercem pressão sobre o território da ressaca e, conseqüentemente, sobre a área da comunidade quilombola¹⁰¹. No espaço social onde se dão os embates, atores privados e instituições estão dotados de possibilidades diferenciadas de fazer significar suas ações e suas respectivas visões de mundo (significado do mundo material). Assim, na busca de formas de apropriação do território e dos seus recursos, diversos atores sociais enfrentam-se no terreno, medindo forças entre a imposição de novas condicionalidades econômicas e ambientais e a manutenção de atividades tradicionais, baseadas no uso comum do território quilombola.

4.1 CRITÉRIOS DE DEFINIÇÃO E TIPOLOGIA DOS CONFLITOS AMBIENTAIS

A observação participativa na área da Lagoa, os documentos oficiais de diversas instituições e as entrevistas com órgão do governo (federal, estadual e municipal), com empresários estabelecidos na área (FAMA, Y. Yamada, Choperia da Lagoa, concessionárias

¹⁰¹ Conforme Santos (1999: 18 Apud PENNA, 2003) “a ação presente, os interesses sobre parte do território, a cobiça, e mesmo as representações atribuídas a essa parte do território têm relação com o valor que é dado ao que está ali presente.”

de veículos e revendedora de bebida Skol), com a sociedade civil (comunidade Lagoa dos Índios e ONG Amigos em Ação) indicaram uma lista de tensões que configuram e significam o cenário dos conflitos ambientais a serem analisados.

Assim, considerando-se os documentos coletados e o referencial teórico de Little (2001) e Acserald (2004), buscou-se evidenciar dois critérios de análise, de acordo com as novas dinâmicas socioecológicas presentes na Lagoa dos Índios e a constituição dos atores, já identificados no capítulo anterior. São eles:

- 1) Materialidade das ações e
- 2) Visões de mundo e/ou significado do mundo material dos atores.

Conforme Acserald (2004) o mundo material é constituído pelos modos de apropriação produtivos, movidos pela dinâmica utilitária da economia (formas de apropriação técnica do mundo material), do processo de diferenciação social dos indivíduos (formas de apropriação social do mundo material) e de inúmeras atividades de atribuição de significados (formas culturais de apropriação do mundo material). Portanto, a materialidade das ações dos atores presentes na Lagoa depende das relações sociais que lhes são específicas e do modo de apropriação do mundo material que lhe correspondem. Pois como afirma Acserald (2004), há uma interface entre mundo social e sua base material. Pois aquilo que as sociedades fazem com seu meio material “não se resume a satisfazer carências e superar restrições materiais, mas consiste também em projetar no mundo diferentes significados - construir paisagens, democratizar ou segregar espaços, padronizar ou diversificar territórios sociais, etc.” (Idem, p. 15).

Assim, por mais que as formas técnicas descrevam o momento mais direto pelos quais os atores transformam o meio biofísico, elas são condicionadas pelas formas sociais e culturais, ou seja, pelas opções de sociedade e pelos modelos culturais prevalecentes. Por isso, as condições de produção das visões de mundo, aqui, são entendidas como o campo de relações que os grupos entretencem no espaço social, em que se constroem as próprias visões do mundo social e de suas relações com a natureza. É nesse sentido, então, que é importante se perceber as diferenças de origem dos atores, elas próprias definidoras de identidade social. Essas diferenças contribuem para compor uma variedade de visões de mundo sobre as ações materializadas no território da Lagoa e, portanto, para definir formatos de relações a serem estabelecidas com a natureza ou com o ambiente construído.

Em relação a esse entendimento Little (2001) destaca a necessidade de enfatizar o tipo de poder entre os distintos participantes do conflito e os antagonismos entre interesses,

símbolos e visões de mundo dos distintos grupos sociais. Além disso, deve-se fazer uma análise das relações sociais, políticas e econômicas entre os atores envolvidos e identificar os impactos ambientais existentes ou potenciais. Essa necessidade decorre do fato de que, geralmente, os conflitos relacionados aos recursos naturais são sobre o território que contém tais recursos e, portanto, entre os grupos humanos que reivindicam essas terras como seu território de moradia e vivência. Por isso é interessante situar os conflitos sobre as terras a partir das dimensões políticas, sócio-econômicas e culturais. Pois a intervenção humana nos ciclos naturais nos processos de sustentação e desenvolvimento econômico gera muitos impactos “nefastos para o funcionamento da natureza em si quanto para os seres humanos” (LITTLE, 2001, p. 111).

De acordo com a definição dos dois critérios acima, apresenta-se uma tipologia dos conflitos ambientais baseados nas informações coletadas para o estudo (Quadro 3).

ATORES	ORGANIZAÇÕES SOCIAIS/ EMPRESAS	AÇÕES	VISÕES DE MUNDO	CONFLITOS
ESTADO	Federal (FCP, Seppir e Incra)	Viabilizam processo de demarcação e titulação das terras da comunidade negra.	Significam o território como espaço de reprodução cultural e preservação da capacidade da comunidade negra de usufruir seu patrimônio natural.	Conflito pelo controle do território da comunidade quilombola.
	Estadual (Seafro e Sema)	A SEAFRO reivindica o controle do território como patrimônio cultural da comunidade quilombola e a SEMA como área de preservação permanente (área de Ressaca).	Para a SEAFRO o território da Lagoa deve ser delimitado levando-se em consideração as relações de identidade e pertencimento do grupo quilombola. Para a Sema o território da ressaca deve ser preservado como bem natural.	Conflito pelo controle do território da comunidade quilombola
	Municipal (Semat)	Tem atuação burocrática na preservação da área da ressaca.	Significa o território da Lagoa como área a ser preservada como patrimônio natural.	Conflitos em torno da falta de planejamento urbano, fiscalização e monitoramento do território.
SOCIEDADE CIVIL	Associações da Comunidade (AMCLI e AMNCLI)	A AMCLI e a AMNCLI disputam o poder a partir das divergências quanto à demarcação e titulação do território quilombola.	A AMCLI vê a comunidade como espaço a incorporar benefícios de infra-estrutura urbana; a AMNCLI significa a demarcação e titulação das terras, a partir do fortalecimento dos laços de pertencimento local, de valorização da auto-estima dos moradores e da identificação das heranças culturais.	Conflito em torno da demarcação e titulação do território quilombola.
	Ong “Amigos em Ação”	Realiza estudos e discussões acerca do patrimônio natural do território da Ressaca.	Considera-se uma força capaz de contribuir para o aperfeiçoamento da democracia relacionada com as ações realizadas na ressaca e para o atendimento real dos anseios da comunidade.	Conflito em torno da legitimidade política de intervenção, com base na idéia de conservação do patrimônio natural.
SETOR PRIVADO	Empresas (Fama, Supermercado Y Yamada, Choperia da Lagoa Revendedora de Bebidas, Concessionárias Automobilística)	Uso e apropriação do território de maneira divergente daquela utilizada pela comunidade quilombola: aumento de atividades modernizantes no local e desconhecimento das tradições fundadas na ancestralidade quilombola.	Para os empresários locais a beleza cênica é vista como vetor mercadológico que possibilita a realização dos empreendimentos dos agentes do capital privado. Esse segmento não reconhece a comunidade quilombola no território.	Conflito pelas formas de apropriação do território e seus recursos.

Quadro 3: Tipologia dos Conflitos Ambientais Urbanos no Território da Ressaca Lagoa dos Índios.
 Fonte: Informações baseadas na observação participativa e nas entrevistas e /2004-2006.

4.2 CONFLITOS AMBIENTAIS NO TERRITÓRIO DA RESSACA LAGOA DOS ÍNDIOS

4.2.1 Conflito pelo Controle do Território da Comunidade Quilombola

Na Ressaca Lagoa dos Índios, percebe-se o conflito relacionado ao controle do território provocado por interesses divergentes entre os órgãos responsáveis pela demarcação do território como patrimônio cultural (FCP, Seppir, Incra e Seafro) e órgãos ambientais que demarcam o território como área de preservação permanente (Sema). Esse conflito coloca os setores do poder público com posições divergentes quanto ao uso do território, proporcionando uma fragmentação política administrativa em torno da definição e do controle do território.

Assim, as políticas no território da Ressaca são implantadas de forma setORIZADA havendo pouco diálogo entre os órgãos governamentais; quem cuida da questão ambiental desconhece o processo de demarcação das terras quilombolas e quem cuida do território quilombola não responde pelas questões da área de preservação.

Várias ações estão sendo produzidas por órgãos federais dentro da Lagoa dos Índios com o intuito de manter o controle do território como alternativa para evitar o processo de especulação imobiliária e, conseqüentemente, da urbanização e do uso indevido do território da comunidade. A partir dessa ação a Fundação Cultural Palmares, a Seppir e o Incra realizam estudos dentro do território da comunidade quilombola, com vistas a viabilizar o processo de demarcação e titulação das terras da comunidade negra.

Os órgãos federais significam o território como espaço de reprodução cultural e preservação da capacidade da comunidade negra de usufruir seu patrimônio cultural e natural construído há mais de dois séculos. Neste sentido, órgãos como a FCP, a Seppir e a Seafro, ao lado do Incra definem como prioridade a titulação do território da comunidade como área remanescente de quilombo, a partir do diálogo com as associações da comunidade Lagoa dos Índios. As ações dessas instituições voltam-se, sobretudo, para a realização do Diagnóstico Sócio-Econômico da Comunidade Quilombola, que ainda não foi efetivado por falta de financiamento, tanto do governo federal como do estadual.

As ações do Incra dentro do processo de demarcação versa sobre a necessidade de estudar os aspectos sobre a situação fundiária da área ocupada pela comunidade remanescente de quilombo, além de informar a titulação de imóveis de forma individual em áreas da comunidade, com a emissão de Títulos de Propriedades a alguns ocupantes da própria comunidade; venda de posses pelos próprios ocupantes a terceiros, estranhos à comunidade, que posteriormente foram titulados.

O Incra, como órgão competente para a regularização fundiária, realiza uma avaliação do processo de urbanização e especulação imobiliária exercida na comunidade Lagoa dos Índios, enfocando a proximidade da área da comunidade com o núcleo urbano do município de Macapá. Assim, ele coloca que a especulação imobiliária constitui o fato concreto da retirada de boa parte da área da comunidade, restando-lhe uma pequena porção de terra, restrita, praticamente ao núcleo da vila comunitária.

Por meio de estudos da área da comunidade negra, o Incra já demonstrou uma estimativa de custos para indenização de Terra Nua (ambiente natural) e Terras com Benfeitorias (espaço construído). Esse órgão afirma que na Lagoa dos Índios o processo de especulação imobiliária é mais acentuado que nas outras áreas já tituladas como quilombolas, pois no território da Comunidade Lagoa dos Índios já estão instalados bairros residenciais, prédios públicos, mansões e diversas empresas. Portanto, nesse caso, a demanda para indenizar terras com benfeitorias e terra nua, requer vultosa quantia de recursos, abordando que todas essas questões causam dificuldades operacionais para a Superintendência Regional do Incra-AP, devido à falta de verbas. Como solução o Incra sinaliza a necessidade de parceria junto ao Ministério Público – órgão pouco presente, a nas questões relacionadas com o território.

Apesar das atividades do Incra durante o processo de titulação do território da comunidade, a Seafro ressalta a dificuldade que este órgão tem em se relacionar com suas ações no passado: a de ter titulado terrenos dentro da área da comunidade. A este respeito o Técnico da Seafro diz:

O Incra aqui no Amapá é culpado, porque eles deram rapidamente a titulação dessas terras para as pessoas que possuem capital, enquanto que os moradores do quilombo não possuem ainda essa titulação. A Seafro fez um pedido para o Incra do levantamento da questão fundiária e a resposta foi lacônica. Na Lagoa ninguém está olhando para a questão fundiária da comunidade. Apenas se olha para o espaço da Lagoa como espaço nobre, de beleza cênica que valoriza quem está nela. Então a Lagoa é apenas um pano de fundo.

Em decorrência dessa questão, o Incra tem sentido dificuldades para mapear e estudar a situação fundiária do território da comunidade, causando lentidão do processo de titulação do território pleiteado pelos moradores locais.

Além disso, percebe-se que os órgãos do governo federal e estadual que trabalham para legitimar o território da Ressaca - seja como quilombola ou como área de preservação integral - não estão sensíveis quanto à experiência de delimitação territorial. Na Lagoa há o processo de demarcação de terras coletivas (Remanescente de quilombos), de demarcação individual (proprietários de terrenos particulares) e de tombamento da área como patrimônio natural

(Preservação da Ressaca). Isso demonstra na prática um descompasso entre as ações do próprio Estado nos níveis estadual e federal na forma de controle e planejamento do território.

O Diretor de Recursos Hídricos da Sema tem o seguinte posicionamento sobre a delimitação da área da Ressaca Lagoa dos Índios:

Ainda não foi feita a delimitação da área. Pela lei da ressaca pode ser feito o zoneamento. Já foi feito o zoneamento de algumas áreas mais, por exemplo, lá na Lagoa dos Índios agente tem um zoneamento, mas ele não está 100% pronto, por exemplo, a área da Lagoa dos Índios é considerada do Gruta até o bairro Brasil Novo. Aí tem a área do quilombo que é considerada uma outra área. Quem tá fazendo essa delimitação é o Incra [...]. Quer dizer pra nós, a gente considera apenas a área da bacia do Igarapé da Fortaleza. Tem a questão urbana que é uma outra área e a do quilombo que também é que define aquela área em uma outra extensão.

Percebe-se, na fala do Diretor da Sema que há um desconhecimento dos processos que estão ocorrendo na área da Lagoa. Portanto, da mesma forma que os órgãos responsáveis pelo processo de titulação das terras da comunidade quilombola não consideram a área como de Preservação Integral, os órgãos ambientais do estado pouco sabem a respeito da comunidade quilombola no local.

O projeto de tombamento da Ressaca Lagoa dos Índios como patrimônio natural¹⁰² surgiu a partir da necessidade de preservação das ressacas, devido ao processo de urbanização desordenada dessas áreas. Como resultado desta preocupação a Sema elaborou a Lei 455 de 22 de julho de 1999 que dispõe sobre a delimitação e o tombamento das áreas de ressacas como patrimônio natural¹⁰³, com a finalidade, tão somente, de preservar o valor paisagístico e proteger o meio ambiente. Nas leis que tratam da área de Ressaca não está presente a preocupação com o território da comunidade quilombola. Conforme o Diretor de Recursos Hídricos da Sema (Entrevista em 04.01.2006), a regulamentação do uso e controle da Ressaca seria apenas para regulamentar a proteção integral da área, proibindo-se qualquer tipo de atividade degradadora do ecossistema. Desta forma, a Sema, em 2001, traçou um diagnóstico para recuperação, preservação e uso sustentado da ressaca¹⁰⁴. Todavia, neste diagnóstico não consta referências à comunidade negra.

¹⁰² Este projeto surgiu no âmbito do Programa de Desenvolvimento Sustentável do Estado do Amapá - PDSA (1995 a 2002).

¹⁰³ A Sema baseou-se no Decreto-Lei Federal nº 25, de 30 de novembro de 1937, que organizou a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional que prevê o dever de proteger o bem, aplicando sanções administrativas como multas e dá direito ao Poder Público não só de processar criminalmente o infrator, como enseja a prisão em flagrante de quem danifique ou altere de qualquer modo o bem protegido, devendo essa prisão em flagrante ser efetuada por “qualquer pessoa ou elemento do povo e autoridades policiais e seus agentes” (art. 301 do Código de Processo Penal).

¹⁰⁴ Os objetivos da consultoria foram: elaborar um diagnóstico sobre extensas áreas alagadas que ocorrem nos municípios de Macapá e Santana, as quais recebem o nome de “Ressaca”, e que ocorrem entre os terrenos

Em 2003 foi editado pelo governo do estado o documento intitulado “Diagnóstico das Ressacas do Estado do Amapá: Bacias do Igarapé da Fortaleza e Rio Curiaú”, resultado dos estudos e pesquisas do Iepa, em parceria com a Sema. O objetivo desse diagnóstico foi pesquisar os problemas sociais e ambientais, que direta ou indiretamente estão relacionados ao modelo de ocupação da ressaca e, sobretudo, proporcionar “ações públicas integradas” dentro de uma gestão ambiental planejada. E, mais uma vez, a comunidade negra não foi pesquisada. Os domicílios pesquisados ficam nos loteamentos e bairros circunvizinhos à Ressaca.

De acordo com o Diretor de Recursos Hídricos da Sema, os estudos realizados pelos diagnósticos das Ressacas, contribuiu para que a Sema elaborasse a Lei Estadual nº. 0835, de 27 de maio de 2004 que dispõem sobre a “ocupação urbana e periurbana, reordenamento territorial, uso econômico e gestão ambiental das ressacas e várzeas do Amapá”. Essa lei define algumas ações a serem implementadas nas áreas de Ressacas do estado, tais como: o Zoneamento Ecológico Econômico Urbano – ZEEU, a proibição de novas ocupações para a área de ressaca; regularização das atividades econômicas de forte impacto social e ambiental, já existentes na área, através do Termo de Ajustamento de Conduta Ambiental (Taca). Entretanto, nenhuma ação concreta foi verificada no sentido de colocar em prática o que prevê esta lei. E nem tampouco expressa conhecimento da comunidade quilombola no local.

A respeito das leis criadas, o Diretor afirmou, ainda, que elas foram aprovadas para regulamentar as ações sobre as áreas úmidas, mas os legisladores não levaram em conta a realidade já existente nessas áreas. Por exemplo, uma das questões colocada dentro da lei é a proibição de nenhum tipo de empreendimento dentro da área de ressaca, só que a comunidade já habita o local há mais de dois séculos, além de existir outras construções na área ou no entorno dela desde a década de 1980. Outra realidade é que além da existência de empresas de prestação de serviço, residências, órgãos públicos, existem as olarias que utilizam matéria-prima (barro) há muito tempo. Por isso, ficou difícil conciliar a lei que prevê a ressaca como área de preservação permanente com a realidade do uso do território.

Em torno de toda essa discussão o que existe de concreto para a Ressaca é a proposta do Projeto “Trilha Ecológica” para a Lagoa dos Índios em fase de discussão pela Sema e pelo Departamento de Turismo do Estado (Detur). Além disso, existe a perspectiva da Sema

elevados (Formação Barreiras) e o rio Amazonas, ligadas a este por igarapés; fornecer a maior quantidade possível de informações sobre a fauna e a flora atual; sintetizar a situação das áreas de ressacas, invadidas e degradadas; propor medidas de recuperação, preservação e programas para o desenvolvimento sustentável (ecoturismo); e propor, sobretudo, a definição para o ecossistema costeiro úmido denominado ressaca (MACIEL, 2001).

conceder licença ambiental para o proprietário Odilon Filho para implantar o Hotel Ecológico na área. Nas palavras do Diretor de Recursos Hídricos, o objetivo desses dois projetos é ajudar a “restaurar e conservar a área da Lagoa e promover o ecoturismo”, por meio do estímulo a formação de parcerias com algumas entidades, como a Embrapa, Fama, Unifap para a produção de trabalhos a respeito da área da ressaca; intensificar a fiscalização na área, envolvendo o Corpo de Bombeiros, o Batalhão Ambiental, a Prefeitura de Macapá e o Ibama. O Diretor acredita que o projeto da trilha ecológica e do hotel ecológico constitui-se em uma solução para conter a degradação da Lagoa dos Índios e uma forma de fazer com que os empresários “prestem serviço ao meio ambiente”. Diz ele:

“Cercar toda aquela área não pode. Não existe pessoal suficiente pra monitorar e fiscalizar a área vinte e quatro horas. Então, temos que unir o útil ao agradável: explorar aquela área através do turismo ecológico, através de uma trilha ecológica. Já tem vários estudos do IEPA sobre a área que identifica vários tipos de plantas com o nome popular e o nome científico. Toda aquela área é conhecida e é uma área bonita que pode ser bem explorada nesta questão. A trilha vai ser boa vai dá acesso pra outras pessoas... alguns empresários que foram multados e estão recorrendo e a gente sabe que essas multas provavelmente não vão ser recebidas e se for paga não se sabe pra onde vai esse dinheiro, então os empresários iriam investir na questão da trilha e na construção de mirantes, de vigias. Nós temos um sistema de rádio que pode ser instalado lá que é só uma questão de adaptação. O vigia monitorando aquela área seria pago pelo empresário. Quando ocorresse algum problema o rádio”. Estaria conectado ao Bombeiro, Batalhão Ambiental, prefeitura e Sema. Do Igarapé da Fortaleza até o Gruta dá pra se fazer esse percurso a barco, quer dizer, você faria o passeio turístico em duas partes, tanto por barco como por terra. E a parte do quilombo que é a parte histórica, tem muitas coisas ali que pode ser explorada. “Mas, precisamos de parceria com a Sema, Semat, Setur, Batalhão Ambiental e todos os órgãos envolvido com a área”.

Nessa direção, a Sema realizou em dezembro de 2005 uma “Consulta Popular” junto aos moradores da área da Ressaca Lagoa dos Índios. O evento contou com a participação de representantes dos moradores dos conjuntos habitacionais e dos bairros instalados na área da ressaca (Conjunto Cabralzinho, Cajari, e Bairros Marabaixo I e II). Porém, quanto à comunidade negra, apenas a presidente da AMNCLI esteve presente na reunião.

Portanto, podem-se definir algumas esferas do conflito relacionado ao controle do território da Ressaca: a entrada em ação dos órgãos responsáveis pela garantia do direito étnico e pela política fundiária¹⁰⁵, de um lado, e os órgãos responsáveis pela política ambiental e pelos estudos, de outro, cada um deles com espaços de interferência delimitados e com critérios de competências diferentes. Esse conflito coloca a Seppir, Seafro e Incra

¹⁰⁵ O município de Macapá tem sua área fundiária administrada pelo Incra, Terrap e pelo Serviço do Patrimônio da União (SPU).

(representantes da esfera federal) e a Sema, ao lado do Iepa e Detur (esfera estadual) em posições que, de certa forma, freiam o processo de demarcação do território quilombola. Dessa forma, acredita-se que a indefinição dos limites da área da Ressaca corrobora para o avanço da especulação imobiliária e da degradação da Lagoa.

No âmbito das ações da Seafro, em parceria com a FCP e a Seppir, está o estímulo do processo de titulação junto ao Incra e da elaboração de projetos baseados na “sustentabilidade” econômica para reverter o quadro de quase miséria que a comunidade vem enfrentando. Todavia, esses projetos não têm tido sucesso, devido aos entraves do processo de titulação que tem causado desânimo entre os membros da comunidade. Apenas alguns moradores têm demonstrado interesse pelos projetos de artesanato e piscicultura oferecidos pela Seppir e Seafro por meio de cursos de capacitação. O Incra atua na titulação coletiva ou individual das áreas, e tem capacidade para proceder ao acompanhamento da demarcação. Contudo, este órgão vem enfrentando dificuldades na empreitada a que está designado, por falha da própria instituição que, até o início do processo de titulação não reconhecia o território negro, e que por isso viabilizou, no passado, a concessão de uso da terra a proprietários não pertencentes ao grupo negro.

Na esfera estadual, a Sema, ao lado do Iepa e Detur, além de não estabelecerem diálogo com as instituições da esfera federal não reconhecem concretamente o território do grupo quilombola dentro do território da ressaca. Esses órgãos trabalham com a visão de que a Ressaca é patrimônio natural. Desta forma, os órgãos estaduais têm viabilizado ações e projetos na área que, de certo modo, passam despercebidos pela comunidade negra, pois não a estimulam para o diálogo. Esses órgãos desconhecem as especificidades socioculturais e planejam ações ou programas ou entram na comunidade para fazer pesquisa, ignorando as relações que desde o século XVIII a comunidade tem com o território. Neste sentido, há a evidência de que os órgãos ambientais desconhecem ou ignoram que a comunidade guarda tradições fundadas na ancestralidade.

4.2.2 Conflito pela Demarcação do Território Quilombola

Na Comunidade Lagoa dos Índios, percebe-se o conflito relacionado à disputa de poder, provocado pelas desconfianças e defesa de interesses divergentes entre a AMNCLI e AMCLI, em relação à demarcação e titulação das terras e ao contexto social e ambiental envolventes. Esse conflito coloca em antagonismos os presidentes das duas associações, dividindo os moradores sobre a questão da demarcação das terras da comunidade.

A demarcação das terras da comunidade negra, com o apoio de instrumento legal (baseado no Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e no Decreto Federal nº. 4.887/2003), sem dúvida, atualmente trilha caminhos tortuosos¹⁰⁶. Primeiramente, a AMCLI não estava sensível à questão da demarcação do território negro e nem possuía informações sobre a magnitude dos problemas ambientais que assolavam esse território. Por meio de diálogo com os moradores, percebeu-se ausência de informação sobre o contexto social e ambiental vivenciados pela comunidade, até pelo menos no início do século XXI.

Assim, pelo discurso apresentado, as primeiras tentativas efetivas de introduzir o pleito de demarcação das terras da comunidade foram realizadas pela AMNCLI, em 2002. Nesse ano, depois de prolongadas discussões entre as duas associações, a AMNCLI fez o pedido de demarcação. Percebe-se que o conflito instaurado entre as duas entidades representativas dos moradores negros baseou-se no discurso da legitimidade de quem poderia movimentar o processo de demarcação e titulação das terras da comunidade. Decorrente dessa situação observou-se que existem dois processos encaminhados no Incra, desde 2002¹⁰⁷.

Entretanto, foi a Associação das Mulheres Negras, pelo Ofício nº. 032/2003, sem data, que iniciou uma nova fase de discussão sobre a demarcação. Conforme o discurso da presidente da AMNCLI, essa entidade sob orientação da Fundação Cultural Palmares¹⁰⁸, organizou a documentação exigida para o processo – auto-diagnóstico, relação dos quilombolas, Carta de Adjudicação dos herdeiros e Plano de Ação-2002¹⁰⁹ - e encaminhou discussões com o Governo do Estado, para a titulação da posse São Pedro da Ilha Redonda (antigo nome dado às terras da Lagoa dos Índios). Atualmente, o processo nº. 54350.000348/2004-98, sob o título “Identificação, Reconhecimento, Delimitação e Titulação das Terras Ocupadas em Território Quilombola-Comunidade da Comunidade Lagoa dos Índios”, está tramitando no Incra/Ap, órgão responsável pela demarcação e titulação das terras da comunidade. Esse processo contém a documentação de pedido de titulação das terras da comunidade feito pelas duas associações.

¹⁰⁶ No Brasil, em geral, o andamento da tramitação tem sido sinuoso, com demoras e deturpações (ACEVEDO MARIN e CASTRO, 1998). Contudo, algumas situações já foram resolvidas em nível nacional, com titulação das terras para as comunidades. No Amapá, encontra-se uma quantidade de 38 comunidades negras, definidas pela Fundação Palmares, como remanescentes de quilombos, porém apenas duas delas já receberam titulação (Curiaú e Cunani). A Comunidade Lagoa dos Índios está prevista para ser a próxima com titulação de suas terras.

¹⁰⁷ Em 26 de dezembro de 2002, a FCP instaura o Processo nº 01420.000072/2002-49 (conforme ofício nº 120/2002, emitido em 03/12/2002), a pedido da AMNCLI. Em 06 de outubro de 2003 (Ofício nº 017/2003), o presidente da AMCLI (Associação dos Moradores da Comunidade Lagoa dos Índios) solicita apoio a FCP quanto ao Processo nº 1.120000025/2003-98 em tramitação na Procuradoria da República no Estado do Amapá e na Procuradoria Geral da República em Brasília.

¹⁰⁸ Órgão vinculado ao Ministério da Cultura.

¹⁰⁹ Plano de Ação de 2002 da comunidade Negra da Lagoa dos Índios.

Percebe-se pelos documentos oficiais e pelas entrevistas que o processo de requerimento para demarcação e titulação das terras, articulado e formalizado pela AMNCLI, provocou um conflito interno entre os moradores quanto às decisões tomadas pela associação. Inclusive em uma das reuniões realizadas em outubro de 2005, para discutir as propostas de demarcação, houve “pancadaria” entre os associados que defendem as ações da AMNCLI e os que defendem a posição do presidente da AMCLI.

O presidente da AMCLI faz parte da família que possui terrenos deixados por herança e titulados pelo Incra, em separado das terras reivindicadas para uso comunal da comunidade. Desta forma, a posição da presidente da AMNCLI sobre a relação das duas associações é a seguinte:

Não a gente não tem contato, até mesmo porque tem uma divergência política dentro da nossa comunidade, entendeu? Como sempre tem em todas as comunidades, a nossa também tem e muito, então não tem projeto nenhum em conjunto. Nunca teve, até mesmo porque a Associação [de mulheres] foi criada exatamente porque a Associação de Moradores não tava executando o seu trabalho, entendeu? E a gente tinha que trabalhar com recortes. Pena que nosso trabalho teve uma proporção tão grande, bem maior do que se trabalhava e aí criou-se ciúmeira. Então todo trabalho que a gente desenvolve é só com a Associação de Mulheres, né? Já teve problemas e aí a gente não teve condições de trabalhar com eles.

O presidente da AMCLI tem a seguinte posição sobre a relação entre as duas associações:

Cada um tem uma função aqui dentro. No caso, ela tem uma parte mais ... vamos dizer assim, social, trabalha mais na parte do artesanato. Já a Associação de Moradores abrange mais um pouco, no caso assim... no asfaltamento, a água encanada, a luz elétrica, e também estava com um projeto aí pra mandar pra SEPIR agora, que é trabalhar com frango de postura que é uma parte da comunidade, e associação de mulheres vai trabalhar mais o artesanato, que abrange mais a mulherada e tal.

Durante a pesquisa observou-se que a AMCLI tem tido pouca influência no acompanhamento do processo de demarcação e titulação das terras da comunidade. O presidente (Entrevista 11.01.2006) coloca que os órgãos responsáveis pela titulação vêm enfrentando várias dificuldades ao tentarem demarcar as terras correspondentes aos interesses da comunidade. Segundo ele, essa comunidade já era para ter sido titulada como remanescente de quilombo “só que em função dos próprios moradores terem vendidos as terras, aí fica difícil porque a invasão de pessoas de fora já está avançada”. E acrescenta: “agora fica difícil de virar quilombo, assim do dia pra noite, pois é um processo muito longo, e o Incra e a Seppir estão tendo dificuldade nessa tarefa, porque as pessoas que estão de fora,

não são pessoas comuns, é desembargador, é deputado, é juiz, é advogado, pessoas da lei que dificultam todo o processo”.

A AMCLI tem o papel de buscar infra-estrutura urbana para a comunidade como saneamento básico, posto de saúde, asfaltamento, água encanada, transporte e telefone público (só existe telefone no ramal que dá acesso à vila comunitária). Até o momento, conforme o presidente somente o projeto de água encanada poderá ser efetivado em 2006. Para ele, o importante, é reivindicar infra-estrutura básica para a comunidade. Neste sentido, o presidente da Associação de Moradores parece mais interessado em seguir o projeto resultado da parceria Sema-Detur, de criação de uma área de turismo: Projeto da Trilha Ecológica que daria possibilidade para a comunidade sobreviver. Diz ele

A Sema está também com um projeto belíssimo que é a Trilha Ecológica, de fazer uma parte turística aqui na Lagoa até o Igarapé da Fortaleza [...] eu conversei com o secretário, ele me chamou lá, é o Benedito que ta coordenando o projeto, já fizemos alguns seminários aqui na Fama, no auditório da Fama. Que é um projeto muito lindo e com certeza se conseguir realizar vai trazer muito benefício pra comunidade, porque, como tava falando pra ele, nós queremos que a comunidade participe no caso assim... se vai ter turista vai ter que ter guia pro turista, se vai ter que guiar, vai ter que ter um recepcionista, vai ter que ter uma parte pra receber os turistas. Então, tudo isso vai ser possível pegar uma parte da juventude daqui da Lagoa, pegar esse pessoal, capacitar eles, qualificarem eles, falar uma língua estrangeira porque vêm pessoas de fora também, qualificar ele pra ser um recepcionista, pra ser um guia turístico, tudo isso vai ser muito bom pra comunidade, porque além deles pegarem um emprego, vão ter uma profissão que tem mercado tem campo aqui no estado do Amapá. (Entrevista em 11.01.2006)

Desta forma, na visão do presidente, no momento, é importante dar condições aos moradores de se integrarem ao modo de vida e de trabalho da cidade, “devido o grau acentuado de miséria que vem ocorrendo na comunidade”.

Com o processo de ocupação da área da Lagoa, conseqüentemente, os moradores não têm mais acesso aos recursos que antes constituíam a base da sua sobrevivência. A comunidade não produz mais, nem a partir da prática da agricultura, nem da criação de gado e da caça. Esse discurso mobiliza a história da comunidade como aquela que não tem mais espaço para as atividades tradicionalmente executadas pelo grupo negro. O extrativismo animal e vegetal pouco vem sendo realizado pelos moradores, já que eles estão restritos à vila comunitária e não têm acesso aos rios, furos, igarapés onde existe o peixe, o camarão e o açaí – produtos bastante consumidos pelos moradores. Isso conjugado as constantes queimadas ocorridas na Lagoa que matam os pescados e destroem a mata. Assim, a história do lugar, a partir da visão de mundo do presidente, dá conta de que os proprietários exógenos à

comunidade cercaram suas posses, que na maioria das vezes, são locais de acesso ao lago ou igarapé proibindo a entrada dos moradores para pescar e apanhar açáí.

A Associação das Mulheres Negras, representada por Núbia Souza¹¹⁰, defende a titulação das terras da comunidade, pois considera a entidade legitimamente configurada para conduzir as ações em torno do processo de demarcação, a partir da viabilização de uma série de processos internos. Em nível legal, o discurso da legitimidade da entidade, estaria na organização e registro da Associação. Conforme Núbia, com o registro, a instituição passou a ser reconhecida legalmente no ato de administrar os interesses dos seus membros junto ao processo de titulação. O registro da associação, também, colocou-se como importante para que alguns membros do grupo pudessem identificar os atores e os líderes que vêm discutindo e participando do processo de demarcação. Ademais, a AMNCLI considera-se agente ativo na relação do grupo e das demais organizações governamentais e não-governamentais que mobilizam o processo de titulação. Ou seja, a presidente da associação deixa clara a sua inserção nas inter-relações: entre o grupo e entidades do movimento negro (CCADA, Conngo e Imena); entre o grupo e os órgãos públicos (FCP, Incra, Terrap, Sema, Seafro, Seppir), entre o grupo e empresas (em especial aquelas instaladas ao longo da rodovia Duque de Caxias), entre o grupo e proprietários de terrenos dentro da comunidade. Portanto, declara que esse aprendizado de diálogo com os poderes constituídos formou parte dessa nova etapa de elaboração das reivindicações do grupo quilombola, ou seja, da elaboração do “direito étnico” (ACEVEDO MARIN e CASTRO, 1998).

A representação de que a AMNCLI apesar de ter se mobilizado somente a partir de 2002, reforça que foi um processo bem conduzido e que tem legitimidade entre os vários atores presentes na questão. Primeiramente, porque os seus membros passaram a refletir sobre a construção de uma “identidade originária dos quilombos” (O'DWYER, 2004)¹¹¹. Ou como Núbia expressa: “A identidade, eu auto me definir quanto negro, a identificação da comunidade enquanto negra nos preocupou e forçou que a gente trabalhasse mais rápida a questão da associação das mulheres; já que as mulheres são a base de todo o trabalho que a gente já vem construindo” desde 1997 (Entrevista em 24.11.2005). Em segundo, porque depois das discussões sobre a identidade negra da comunidade foi possível fundar a AMNCLI, voltada para a questão da articulação política necessária à demarcação das terras da

¹¹⁰ Núbia Souza além de presidente da AMNCLI exerce a função de articuladora das questões fundiárias dos afro-descendentes dentro do quadro da Seafro (Ver informação no III Capítulo).

¹¹¹ Eliane O'Dwyer (p. 184) observa que “as ‘fronteiras’ entre identidades sociais e étnicas diferenciadas passam a contar com uma concomitante territorial, por meio de políticas públicas de ordenamento do espaço e da luta pelo reconhecimento de direitos propriamente territoriais, em que os limites de ocupação do território expressam práticas e representações culturais”.

comunidade. Assim, a visão que a presidente da Associação tem dessa questão é de que, com essa experiência, o grupo começou a desenvolver formas de inserção em situações sociais diferenciadas, elaborando o reconhecimento de posições e de forças políticas que se colocam à defensiva e que reativam impasses sobre seus direitos frente a outros grupos e interesses de atores exógenos. Assim, a questão crucial para o grupo seria exigir dos órgãos competentes agilidade no processo de titulação e resolução do conflito pela posse da terra.

Portanto, há necessidade de identificar os beneficiários e os critérios válidos socialmente para atribuição do título de propriedade. Esse processo vem ocorrendo da seguinte forma: caracterização dos proprietários históricos identificados no grupo como as famílias fundantes da comunidade e definição dos proprietários participantes como aqueles descendentes diretos dessas famílias. Além desses dois tipos de proprietários identificaram-se, ainda, aqueles que querem a titulação das terras para uso comunal – mesmo aqueles moradores descendentes da comunidade que venderam seus terrenos¹¹², mas que reivindicam a terra por meio da representação de sua ancestralidade - e os que não pretendem se envolver com a questão, pois já tem titulado suas posses deixadas por herança. Essa forma de identificação possibilita o mapeamento de quais são os proprietários de terrenos dentro da Lagoa que não pertencem à comunidade negra, acionando a memória histórica para verificação dos critérios de atribuição de títulos pelo Incra no passado¹¹³. Neste sentido, a presidente da AMNCLI (Entrevista em 24.11.2005) refere-se ao Incra da seguinte forma:

É parceiro, mas ao mesmo tempo não é parceiro, porque o Incra, principalmente ele fez um trabalho muito bom, mas também ele complicou muito a nossa área; porque ele titulou terras, onde ele não deveria ter titulado, porque era nossa área, e hoje a gente tá vendo aí brigas e mais brigas, mas é pro crescimento da comunidade, pra que possa executar, porque a gente sabe que tem uma morosidade em poder estar executado pelos diversos problemas que estão instalados entendeu? Dentro do Governo Federal ele colocou a prioridade, a primeira prioridade a Lagoa dos Índios, aqui no estado, não se vê como prioridade a Lagoa dos Índios. Então, é esse o nosso embate, já que a gente era os primeiros, porque não se trabalha os primeiros problemas, depois trabalha as comunidades com menos problemas que tiveram menos trabalho.

¹¹² Em geral esses moradores residem em bairros distantes, com pouca infra-estrutura para moradia.

¹¹³ Assim, parentesco e território, juntos, constituem identidade, na medida em que os indivíduos estão estruturalmente localizados a partir de sua pertença a grupos familiares que se relacionam a lugares dentro de um território maior. Se, por um lado, temos território constituindo identidade de uma forma bastante estrutural, apoiando-se em estruturas de parentesco, podemos ver que território também constitui identidade de uma forma bastante fluída, levando em conta a concepção de F.Barth (1976) de flexibilidade dos grupos étnicos e, sobretudo, a idéia de que um grupo, confrontado por uma situação histórica peculiar, realça determinados traços culturais que julga relevantes em tal ocasião. É o caso da identidade quilombola, construída a partir da necessidade de lutar pela terra ao longo das últimas duas décadas.

As lutas pela demarcação das terras da comunidade têm mobilizado grupos de pessoas que se afastaram da área há pelo menos duas décadas e cada vez mais, demarcam as divisões no interior das duas associações. Esse último processo torna-se profundamente conflitivo e é favorecido pela disputa de poder entre as associações e pelo dilatamento ou demora das ações do Estado, que durante esse período vem contribuindo para acirrar “diferenças”, tensões e conflitos que atravessam o grupo. Demarcam-se, assim, os interesses diferenciados entre os próprios membros da comunidade: aqueles que querem a demarcação e titulação das terras para uso comunal e aqueles que possuem terras tituladas e não pretendem agregá-las ao conjunto de terras a serem demarcadas.

Contudo, é importante verificar que sem a demarcação do território do grupo remanescente de quilombo, cada vez mais, se intensifica o processo de urbanização e especulação imobiliária, bem como a degradação dos recursos ambientais de sua área.

Portanto, o avanço concreto do processo de demarcação reacende a necessidade da identidade do grupo marcada pela sua ancestralidade, ativando os interesses de membros da comunidade e atores exógenos. Isso explica a posição e prontidão de grupos e indivíduos que, articulados ou não, manifestam aspirações de domínio e de poder. Os presidentes das associações, assim definem o conflito dentro da comunidade:

Na verdade os próprios membros da comunidade provocaram o conflito, porque a maioria vendeu o terreno, então só que, quando eles venderam o terreno, pensaram que não viraria quilombo, que quando colocaram quilombo veio recursos, dinheiro, aí eles estão alegando que invadiram a terra deles, aí estão em conflito com o pessoal que compraram o terreno. (Presidente da AMCLI)

Ou

Aqui tem três tipos de conflitos. Entre moradores que geralmente tem, entre pessoas que vêm de fora e se instalaram lá, que ficam botando fogo, que ficam ameaçando, que ficam proibindo as pessoas de tirar os próprios subsídios pra alimentação e também o conflito com a sociedade. Tem a sociedade que é a favor, mas tem uma minoria que tem o poder aquisitivo muito bom que é contra a titulação, aí traz o conflito pra dentro da comunidade. Mais diretamente, eu acho que o conflito é provocado pelos empresários e pelos donos de terrenos que não querem deixar o local. Existe ocupação do espaço requerido pela comunidade por pessoas que não pertencem ao grupo. Existe e existe um número bem elevado de pessoas que não fazem parte da comunidade (Presidente da AMNCLI).

A presidente da AMNCLI reafirma a necessidade da associação de mulheres constituir-se como ator principal por possuir entendimento sobre a questão e as ferramentas para o diálogo verbal mais convencional com os interlocutores na estrutura político-administrativa, responsável pela titulação das terras. Diálogo que exige conhecimentos que possibilitem uma leitura da inserção da associação na complexa máquina política. No entendimento de Núbia, é

por isso que o presidente da AMCLI não tem mobilizado diálogos que favoreçam esse tipo de conhecimento.

Percebe-se que as posições antagônicas das duas associações estabelecem claramente a disputa pelo poder dentro da comunidade, dividindo os moradores. O efeito da disputa de poder tem reflexo direto nos mecanismos de alianças entre a AMNCLI e AMCLI e, de certa forma, tem gerado fissuras internas, assim como quebra de solidariedade e mobilização da comunidade para reverter o quadro adverso em que está inserida, influenciando na falta de desenvolvimento local e na resolução dos conflitos no território da comunidade.

4.2.3 Conflito pelas Formas de Apropriação do Território e Uso de seus Recursos

O conflito pela forma como o território da Ressaca vem sendo apropriado diz respeito, também, à imposição de novas condicionalidades econômicas e ambientais viabilizadas por grupos privados que se contrapõem às atividades tradicionais baseadas no uso comum do território quilombola. A imposição de uma nova territorialidade condicionada pelos atores exógenos à comunidade vem transformando a paisagem e fazendo uso do território de maneira divergente daquela vivenciada pelo grupo quilombola.

Esse tipo de conflito, conforme Acserald (2004) tem origem quando um dos grupos tem a continuidade das formas sociais de apropriação do meio, ameaçadas por impactos indesejáveis, decorrentes do exercício das práticas de outros grupos que passam a interagir no território. Nessa direção, Little (2001, p. 116) afirma que todo empreendimento industrial afeta de forma negativa todos os povos de ecossistemas que moram numa determinada região, “sejam eles camponeses, povos indígenas, pescadores ou outro grupo tradicional”. Pode-se dizer, portanto, que os atores privados desconhecem as especificidades socioculturais e ambientais da comunidade, o que os levam a planejarem ações que ignoram as tradições fundadas na ancestralidade quilombola.

O conflito tem sido causado por ocupação das áreas pertencentes aos remanescentes de quilombo; por invasão da área de matas ciliares da ressaca (cuja vegetação serve de refúgio para a biodiversidade e compõe a cadeia trófica da região), pelas constantes queimadas e destruição do espaço pelas edificações e pelo aumento de atividades modernizantes no local.

Os conflitos ocorridos no território da Lagoa são, assim, referidos à expansão urbana que circunscreve a instalação de empresas (concessionárias de automóveis, revendedoras de bebida Skol e supermercado Y Yamada, Fama). Com sede instalada ao longo da rodovia Duque de Caxias e ocupando, atualmente, uma vasta área territorial, a instalação dessas

empresas teve um impacto indiscutível sobre as relações sociais, econômicas e culturais da comunidade local. Santos (2000, p. 79) comenta que, cada vez mais o espaço geográfico ganha novos contornos, novas características e novas definições. “E, também, uma nova importância, porque a eficácia das ações está estreitamente relacionada com a sua localização. Os atores mais poderosos se reservam os melhores pedaços do território e deixam o resto para os outros”. Na Ressaca, aos poucos os empresários vão ocupando outros espaços e ampliando seu patrimônio territorial.

As contradições entre as atividades das empresas, dos conjuntos residenciais e as práticas tradicionais da comunidade negra, no entanto, tem sua face mais expressiva quando se trata da degradação da Lagoa. Percebem-se algumas ações das empresas com interferência direta sobre as águas: a construção de parte dessas empresas na área reservada para proteção da mata ciliar e disponível para pesca; e a deposição de lixo (residual), aterramento e erosão, visíveis a partir das práticas cotidianas.

Assim é que, à lógica dos empreendimentos implantados na região, se antepôs à lógica de outros tipos de segmentos na área da ressaca. Por isso a população que tradicionalmente ocupa este espaço se alia aos órgãos do governo, movidos nesse caso, na busca de soluções para garantir seu território.

Esta forma excludente de apropriação do território não tem passado despercebida entre os moradores mais antigos do local. A partir das visões que eles têm sobre o território e das próprias atividades que utilizam como estratégias de sobrevivência, eles vêm construindo e reafirmando sua identidade como categoria social, procurando resgatar regras costumeiras que, quando articulada às normas legais estabelecidas institucionalmente, possam assegurar seus direitos de uso do território.

As estratégias do grupo baseiam-se nas novas formas de apropriação e significado do território pelos grupos privados que vem causando danos tanto ambientais como culturais. A forma de utilização dos recursos na Lagoa dos Índios obedece à lógica de valorização do capital, refletindo-se sobre a qualidade de vida do grupo quilombola, retificando e reproduzindo desigualdades, conflitos e contradições.

É nesse sentido, que se pode afirmar que os conflitos relacionados às mais diversas formas de uso e apropriação do território da comunidade e, conseqüentemente, do ambiente da Lagoa dos Índios, vem provocando um processo de exclusão social caracterizado pela crescente desigualdade e, sobretudo, marginalização do grupo mais antigo do lugar, frente às novas condicionalidades econômicas e ambientais impulsionados pelos novos vetores da modernidade.

Os empreendimentos empresariais e mobiliários que, nas últimas décadas do século XX foram se apropriando do espaço da Lagoa, investem em lucros imediatos, porém, despreocupam-se com a possibilidade de gerar recursos duradouros por meio da valorização do enorme potencial ambiental e cultural da área, além de não gerarem emprego e renda para a comunidade local.

O conflito, portanto, gira em torno do impacto no modo de vida e de trabalho do grupo quilombola. A respeito dessa questão os moradores afirmam que os grupos empresariais não oferecem campo de trabalho para os membros da comunidade porque os moradores não constituem mão de obra especializada, portanto, não podem trabalhar em suas empresas. Por outro lado, percebe-se que os grupos empresariais não reconhecem a existência da comunidade negra no local. Portanto, não apenas se tem a falta de especialização da mão de obra, mas a falta de (re)conhecimento da própria comunidade no território (BANDEIRA, 1998).

Portanto, as discussões acerca dos aspectos positivos e negativos da presença do capital privado na ressaca possibilitam verificar que a interação entre as empresas e os moradores mais antigos da Lagoa é conflituosa. Isto porque, se de um lado as empresas subtraíram espaços que vinham sendo de domínio comunitário há mais de dois séculos, introduzindo mudanças nos padrões, práticas e estratégias de sobrevivência tradicionais (sobretudo, relacionado a prática da pesca, da agricultura e da pecuária), por outro veio estabelecer como alternativa a venda de terrenos para pessoas fora da comunidade, dentro da perspectiva da especulação imobiliária. Dona Ricarda afirma “Aqui agente pesca, pouco mais pesca: pesca Traíra, Acará, Tucunaré, Tamatá, Jiju, antes tinha Arraia. Antes tinha tudo... açái... camarão agora quase não tem mais... agora tudo é mais longe”.

As áreas anteriormente utilizadas pela comunidade para o extrativismo da pesca e da caça, da agricultura e da pecuária, vêm se tornando, gradualmente, objetos de uso exclusivo das empresas e de proprietários de terrenos transformados em sítios ou chácaras. De igual modo, a ocupação do espaço da ressaca e, por conseguinte, do território dos moradores da Lagoa dos Índios, também, é visível a partir da venda de vários terrenos por alguns membros da comunidade negra. Terrenos com grande extensão, que cercados impedem o acesso dos moradores aos recursos naturais.

Portanto, a comunidade vê seus espaços reduzidos e substituídos por espaços privados, provocando supressão de parte significativa de suas terras. Contudo, aqueles que defendem a implantação dos empreendimentos na área consideram a comunidade um “obstáculo” a ser removido e, a própria população local que se nega ao deslocamento pelas pressões da

ocupação de seu território se constitui como sujeito político ao discutir e redefinir a relação que institui com o local. Para Oliveira (2004) a tensão entre atores é expressiva da diversidade de lógicas que permeiam agentes envolvidos em conflitos ambientais.

Assim, o uso e a apropriação do território da Lagoa dos Índios são feitos a partir de diferentes projetos de desenvolvimento. No âmbito do capital privado, detentor do discurso modernizante, a população é vista como um setor a ser removido. A comunidade responde com a lógica da socialização do meio ambiente, no âmbito do qual o território é espaço cultural e rede de relações sociais e a terra é resultado de longo trabalho coletivo, depositária de sonhos e sofrimentos de gerações. São esses esquemas classificatórios existentes que estão por detrás dos processos de apropriação territorial e das disputas que se decompõem em práticas urbanas no espaço da Ressaca.

A dimensão simbólica da luta fica evidente nos diferentes sentidos atribuídos ao objeto desta disputa de hegemonia – a Ressaca – e explicitados pelos atores. Para as empresas, a Lagoa dos Índios é espaço de empreendimento e o debate sobre o seu uso envolve “problemas de custo”. Afinal, elas gastaram parte do volume de capital na adaptação do processo, que inclui edificação e melhoramento do “ambiente”, capital que poderia ser aplicado em programas de educação ambiental, por exemplo, mas que não faz parte de sua lógica. Diferente desta é a visão de mundo construída pelos moradores remanescentes de quilombos. Na luta simbólica pela legitimidade da posse do território, os moradores (re)criam o mundo (e as relações) e conferem uma nova dimensão (e qualidade) à disputa pela forma socialmente reconhecida (e aceita) de apropriação da Lagoa. Para a comunidade, a Lagoa é parte componente da própria identidade cultural, associada à sua forma de vida. Assim, qualquer percepção diferente desta desqualifica sua significação original e desloca o sentido histórico que tem a Lagoa para esta população.

A seguir estão algumas construções que simbolizam essa visão de mundo:

Eu pego peixe e na época do açaí eu mando os meus netos apanhar porque nois somo de primeira geração, somos netos e eles já são bisnetos.
(Entrevista com Dona Ricarda)

Ou

Antigamente os moradores não precisavam do auxílio nem do Governo estadual nem municipal, pois o modo de vida daqui era muito simples. Agente pescava, caçava, tinha algum gado. Aqui era muito tranquilo, eu sei plantar, subir no açazeiro, capinar, pescar, tudo isso eu aprendi com meu pai, agora eu não faço mais isso; agente não tem mais terra, tudo foi vendido. (Entrevista com Maria de Jesus Ramos)

A visão de mundo dos moradores define uma valoração acerca de uma forma particular de apropriação do território e conferem sentido à organização social e das atividades que a

comunidade poderá ainda desenvolver. Isso aponta para o fato de viver no local constitui-se numa opção cultural, enquanto sistema de reprodução social. A identidade construída resulta de significados elaborados historicamente: ser remanescente de quilombo e ter uma relação de equilíbrio com a natureza.

No processo de confrontação com os diversos empreendimentos erigidos na região da Lagoa, a mobilização da comunidade e a vitalidade da resposta a uma conduta lida como legítima, atualizam sua identidade cultural, definem a direção a partir da qual o grupo pretende garantir as condições efetivas de sua reprodução, e politicamente traduzem um posicionamento de defesa do significado de práticas e regras costumeiras e de modo tradicional de regulação do acesso aos recursos.

4.2.4 Conflitos em Torno da Falta de Planejamento, Fiscalização e Monitoramento do Território da Ressaca

Esse conflito é motivado pelas falhas no sistema de gestão pública provocado pela ausência de planejamento por parte dos órgãos responsáveis pelo ordenamento territorial e pela fiscalização e monitoramento ambiental. Além disso, as ações da prefeitura são quase completamente ausentes tanto para a comunidade remanescente de quilombo como para a população de seu entorno.

A falta de planejamento institucional e de políticas urbanas para o território da ressaca, pelo órgão municipal, possibilitou o aumento do número de construções e atividades comerciais. A falta de planejamento para a área contribuiu para fragilizar o ambiente da Ressaca. A despeito da fragilidade da área Almeida Junior (Entrevista em 20.01.2006), presidente da Ong “Amigos em Ação” afirma que:

Hoje, já existe uma outra Macapá, no outro lado da lagoa que vai do Cabralzinho passando ao conjunto Cajari. Aqueles conjuntos que estão ali próximo até aquele grande conglomerado urbano, que é o Marabaixo I, II, III. [...] Se você olhar numa foto aérea você enxerga a cidade de Macapá, agora a Lagoa dos Índios aqui na área oeste, e você já enxerga a Lagoa dentro da área urbana de Macapá. Isso significa que ela está sofrendo um fortíssimo processo de antropização uma pressão antrópica muito grande, a cidade cresce então pra dentro da lagoa e quando nós observarmos esse fenômeno podemos concluir que tipo de problemas ambientais está acontecendo. O esgoto atirado nela, há o crescimento de áreas de invasão e a Lagoa dos Índios não é outra coisa se não uma grande área urbanizada. Isso aflige a função ecológica daquele ambiente, tornando-a uma área que está em risco.

Nas políticas urbanas voltadas para a ressaca, o balanço entre o uso público e o privado pende para o lado privado e a lógica de mercado exerce sua hegemonia sem ser submetida ao

controle público. Com isso ocorre um agravamento da desigualdade na provisão de moradias e na distribuição socioespacial de equipamentos e serviços. Na Lagoa, a exclusão da comunidade quilombola é visível pela falta de acesso a serviços urbanos e sociais básicos como saneamento e saúde. Em relação a essa questão Dona Ricarda (Entrevista 13.11.2006) enfatiza que

O lixo eu queimo... boto um bocado nas plantações do quintal e o resto eu queimo, negócio de folha. E o carro do lixo não passa mais aqui! Um da prefeitura passava aqui, quem trabalhava nele era uma menina dali [aponta para a casa de uma das moradoras da comunidade] uma neta minha, faz muito tempo... já faz ano que a maquina comeu a coisa daqui e eles não vieram mais carregar o lixo.

Também, os espaços de convivência vêm sendo reduzidos e tendem à total substituição por espaços privatizados aos quais a comunidade não possui acesso. Essa questão demonstra que existe uma tensão entre a garantia de acesso aos recursos do local e os objetivos econômicos privados. A presença das empresas na Lagoa é assim referida pela presidente da AMNCLI (Entrevista em 24.11.2006).

Eu vejo assim, vantagem não tem nenhuma pra nós, até porque a comunidade nunca foi empregada lá, nem pela Casa das Carnes, nem pela Yamada, nem pela Skol, nem por ninguém [...] a comunidade não tem nem formação. O mínimo que eles pedem é o segundo grau. A comunidade mal termina o primeiro grau, nem pra servente não tem. E as desvantagens, ainda são maiores, ontem começou uma queimada por detrás da FAMA. Se ela fosse parceira, ela não deixava que queimasse, dava jeito de apagar. Nós sabemos que tem lavagem de carro, de óleo que se joga ali dentro da Lagoa, então vai nos prejudicar, assim como as várias queimadas. Que poderiam também ta preservando, colocando torre observatória, não colocam, então não tem vantagem sem falar que eles ... tão ocupando as nossas áreas. A maior desvantagem é essa, tão dentro da nossa área, tão dentro das nossas terras e não fazem nada pela gente, então a maior desvantagem é essa.

Os conflitos causados pela ausência de infra-estrutura urbana adequada e pela falta de fiscalização e monitoramento por parte da prefeitura representam danos ambientais graves na Lagoa. A falta de controle pelo poder público é perceptível pela forma como está sendo feito o aterramento das margens da Lagoa e da destruição das matas ciliares, o que compromete a dinâmica do recurso hídrico e interfere nas práticas tradicionais de sobrevivência da comunidade remanescente de quilombo. A falta de saneamento público nos conjuntos habitacionais, nos bairros e de alguns órgãos públicos como o Iapen tem impactado o território da Lagoa por despejos de resíduos sólidos e líquidos, causando a mortandade de peixes e alterando a rotina da pesca praticada, ainda, na região.

No caso das empresas, esse espaço, cada vez mais, vai sendo ampliado, devido à falta de fiscalização e monitoramento permanente da área. Segundo os funcionários do Batalhão

Ambiental, em geral os empresários conseguem licença ambiental por meio da Semat, órgão estadual do meio ambiente responsável pela permissão.

A falta de planejamento provocou um intenso processo de especulação imobiliária desde o início dos anos oitenta do século XX e favoreceu as ações dos agentes do capital privado que permitiram a expropriação gradativa da comunidade negra e a instalação dos novos empreendimentos e conjuntos habitacionais. O secretário Municipal de Meio Ambiente e Turismo (Entrevista em 09.12.2006) se posiciona quanto a esta questão.

O que está construído não se mexe, porque não vale a pena reparar o que já está pronto, só que a partir daí... todo o tempo os empresários continuam aterrando, aterrando, aterrando e as pessoas fecham os olhos é um equívoco, porque o município de Macapá tem o Plano Diretor que é a lei 026, tem a lei 027, a Lei 010 que é o Código de Postura do Município, que hoje a Prefeitura através da SEMAT atua mesmo.[...] As pessoas precisam pedir autorização dos órgãos ambientais pra poder fazer alguma coisa, mas não que nós queremos ser apenas preservacionistas, mas é um preservacionismo racional, o equilíbrio racional e paisagístico e agente lamenta que os órgãos e as organizações não-governamentais que trabalham com o meio Ambiente, não conseguem se manifestar, assim, nós basicamente estamos sozinhos.

O caso da propriedade do senhor Odilon Filho é o mais exemplar, pois desde a década de 1980 vem ampliando sua propriedade em todas as direções, inclusive para dentro da Lagoa. Após a ampliação das instalações, fica difícil reverter o processo, pois, conforme o Secretário de Meio Ambiente e Turismo da Prefeitura de Macapá, a liberação das obras é feita da seguinte forma:

Na verdade sempre se tem visto, que primeiro se apropria da terra e depois vai atrás de um amigo político, de um Senador [...] sabe sempre nessa má fé não há uma consciência, não vou ocupar isso aqui porque isso aqui não é só meu, isso aqui é de uma população, mas não eu quero colocar o meu empreendimento de qualquer forma, faz qualquer coisa. Então eles conseguem assim... antes não tinha inclusive a SEMAT, ela é recente, tem sete anos, antes de sete anos o município de Macapá foi tomado por grandes latifundiários, cercada de terras por negociante, quando os diretores da URBAM e secretários da SEMA, da SEMAT assim há 10 anos atrás, por exemplo não existia nada, cada um por si e Deus por todos. É isso que agente vê o resultado até hoje nós estamos tentando reparar esse problema que o que ta feito a lei não retroage pra prejudicar.... o que tá feito tá feito. Nós queremos vim salvar o que tem para frente né? Então é assim que eles conseguem esse grande empreendimento.

A polêmica que se estabelece sobre o processo de expansão urbana e o impacto ambiental que causa na Lagoa suscitam duas lógicas opostas: uma instrumentalizada pelos empreendimentos com aquiescência dos órgãos ambientais e, a outra, a lógica da vivência cotidiana da comunidade que presencia invasão de seu território e os danos constantes

provocados pela poluição da área, inclusive depósito de esgoto doméstico e das empresas e de órgãos do estado.

Nas entrevistas, todas as empresas afirmaram possuir licença ambiental para construir empreendimentos na Lagoa, de acordo com a lei ambiental em vigor. Porém, observa-se que os órgãos ambientais públicos (Sema e Semat) não vêm exercendo ação efetiva de controle das atividades desenvolvidas na área. Ou seja, como afirmam Oliveira e Hermann (2005), a omissão do poder público na gestão e planejamento territorial e na utilização dos recursos naturais nem sequer chega a surpreender, pois de tão freqüente já é quase norma em nosso país.

4.2.5 Conflito em torno da Legitimidade Política de Intervenção no Território da Ressaca, com Base na Idéia de Conservação do Patrimônio Natural.

Esse conflito ocorre em torno da disputa pela legitimidade de intervenção no território da Ressaca, provocado pelos interesses divergentes entre sociedade civil e poder público. A ONG “Amigos em Ação”, considera-se uma força capaz de contribuir para o aperfeiçoamento da democracia relacionada com as ações realizadas na ressaca e para o atendimento real dos anseios da comunidade, devido a grande dificuldade que o Estado tem para cumprir seu papel naquele espaço.

A ONG coloca-se como a entidade que tem possibilidade de discutir abertamente com o poder público e com o setor econômico os interesses sociais e ambientais referentes à área da Ressaca. Conforme Almeida Júnior, presidente da ONG, as entidades socioambientalistas têm o dever de provocar as discussões para antever os problemas conseqüentes dos impactos ecológicos e conseqüências socioeconômicas, por isso a entidade fomenta “o debate político com o objetivo de apontar direções para possíveis soluções” (Entrevista em 20 de Janeiro de 2006).

É nesse sentido que o órgão ambientalista se posiciona, ao procurar mobilizar a sociedade civil e órgãos do governo em torno da necessidade de discutir, de forma mais sistemática, os problemas verificados na área da ressaca, tanto os ambientais como os sociais. Para o representante da ONG “Amigos em Ação” a tomada de consciência, a capacidade de ação e de mobilização e a possibilidade de aliança com empresas e com a própria comunidade são importantes instrumentos para democratizar as ações no território da Ressaca. Desta forma, a ONG tem se articulado com órgãos como a Semat e com empresas instaladas na área, principalmente a Fama.

A finalidade dessa articulação é sensibilizar e mobilizar acadêmicos e professores dessa Faculdade para a formalização de um “Projeto de Preservação da Lagoa dos Índios”, com um caráter interdisciplinar, envolvendo os cursos de História, Ciências Sociais, Gestão Ambiental, Turismo e Serviço Social da faculdade. Os cursos de Ciências Sociais e História, em decorrência desses seminários, já realizaram algumas visitas à comunidade com o objetivo de identificar “as relações humanas e o meio ambiente, as pessoas que habitam na comunidade quilombola, os impactos que eles provocam no meio ambiente, a importância da Lagoa dos Índios para os remanescentes de quilombo e como se utilizam da mesma para seu sustento”. Nesses Seminários, a ONG e a Fama tentam mobilizar a comunidade negra, porém, conforme o presidente do Instituto há uma dificuldade na participação dos moradores ou mesmo dos presidentes das duas associações no evento. É importante lembrar que o presidente da Associação de Moradores da Comunidade Lagoa dos Índios participa como acadêmico da Fama.

Contudo, a ONG resente-se da falta de diálogo mais profundo com o Estado para reverter o quadro apresentado pelas ações de diversos agentes causadores de danos ambientais. A ONG “Amigos em Ação” coloca-se como o único ator que combate qualquer tipo de atividade de degradação na área. Por isso, o presidente da ONG estabelece a caracterização de cada grupo envolvido na discussão sobre a legitimidade ou não das práticas efetivadas na Lagoa, colocando no centro da polêmica as elaborações sociais sobre os modos que os atores interagem com a área, da seguinte forma: local de beleza cênica que ajuda a garantir a realização dos empreendimentos dos agentes do capital privado; local de apreciação estética e de qualidade de vida para os conjuntos habitacionais; e local de preservação dos costumes e tradições da comunidade. Contudo, o presidente não refere a forma como conciliar interesses tão divergentes quanto ao uso do território.

O presidente da ONG observa em relação ao papel do estado, que a Sema e a Semat possuem formulações meramente burocráticas do meio ambiente. Para o presidente a retórica desses órgãos sobre a proteção ao meio ambiente e da conservação e defesa da natureza são elementos que passam a servir como recursos discursivos em processo de reestruturação do espaço e reordenamento de usos e que constroem novas lógicas socioespaciais, com o fim de redefinir novas territorialidades.

Por isso, a observação ecológica e a preocupação do órgão ambientalista fundam a necessidade de uma política de conservação da natureza para cumprimento de funções ecossistêmicas, estéticas e científicas. Além disso, a ONG defende a legitimidade de uma

intervenção, com base na idéia de preservação do patrimônio natural em nome da conservação do lugar, da preservação de espécies ameaçadas, no âmbito de um processo de gestão.

Assim, formações naturais socialmente pouco valorizadas em momentos anteriores como as ressacas (lagoas) são defendidas veementemente por ambientalistas como a Ong “Instituto Ecológico Amigos em Ação” ou como diz Oliveira (2004, p. 110):

O meio ambiente se torna uma expressão particular de uma luta classificatória que, ultrapassando o campo especificamente ambiental, reforça um formato de construção de mundo que legitima a permanência de desigualdades econômicas, políticas e simbólicas [...] sobretudo, ao colocar a questão do *porquê e do para quem* deve ser o “meio ambiente” preservado, redimensiona significações, desvela mecanismos e instrumentos, e introduz uma lógica que definem formas de apropriação e acesso a recursos, bem como dos arranjos de poder eventualmente por detrás de decisões supostamente meramente administrativas.

E, nesse sentido que, no espaço social onde se dão os embates, agentes e instituições estão dotados de possibilidades diferenciadas de fazer valer suas respectivas visões de mundo e dos “ambientes”. Contudo, é interessante observar que no caso dos conflitos ambientais urbanos, estão em disputa não só a conservação dos recursos naturais ou o “equilíbrio” dos ecossistemas, mas, principalmente, as formas de apropriação de territórios associados aos distintos “ambientes”; ou seja, as construções simbólicas de múltiplos atores instituem o campo ambiental. Daí a possibilidade de trazer para o centro de discussão novos sentidos e significados para meio ambiente e para o território, bem como sobre os formatos de planejamento e uso dos recursos com base neles.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Ressaca Lagoa dos Índios é uma das muitas áreas úmidas da cidade de Macapá marcada pelo crescente e desordenado processo de urbanização, principalmente, nas duas últimas décadas do século XX. Situada no Oeste da cidade, quase fronteira com o município de Santana, essa Ressaca comporta uma comunidade remanescente de quilombo há mais de dois séculos. Os habitantes negros do território da Ressaca têm tido que conviver com um mundo, até bem pouco tempo, desconhecido para eles, pois as mudanças na área vêm ocorrendo de maneira vertiginosa.

O lugar de moradia da população se destaca por ser, ainda, um local que abriga uma paisagem natural relativamente exuberante dentro da cidade de Macapá. Em função de sua preservação e de sua localização, próxima ao centro da cidade, a Ressaca Lagoa dos Índios representa, hoje, no município uma das áreas mais cobiçadas pela especulação imobiliária com a presença de empresas, bairros, conjuntos residenciais e loteamentos instalados recentemente no seu entorno.

Há no território o enfrentamento entre a cultura tradicional e vetores da modernidade que tem implicado em danos para o meio ambiente. No território da Lagoa o uso dos recursos naturais mudou de sentido, deixou de ser somente para a sobrevivência da comunidade, para converter-se em bem de usufruto econômico privado, demarcando o processo de invisibilidade expropriadora a que foi submetida a comunidade desde o século XVIII (BANDEIRA, 1998).

As políticas traçadas pelo governo federal, estadual e municipal para a economia amapaense, através de grandes projetos agro-industriais - desde a década de 1950 - e a recente implantação da Área de Livre Comércio de Macapá e Santana contribuíram mais ainda para o crescimento acelerado da cidade, onde ruas foram abertas sem nenhum critério, empresas de diversas naturezas foram erigidas nos mais diversos locais da cidade, loteamentos foram criados e conjuntos habitacionais foram sendo construídos, sem os mínimos critérios de uso e ocupação do solo. Provocando o que Santos (1998) chama de mudança na paisagem que tem a ver com a configuração territorial, posto que a dinâmica espacial é justamente o matrimônio da paisagem, da configuração territorial e da sociedade.

A cidade que é concentradora de um contingente elevado de força de trabalho (migrante), atualmente apresenta sérios problemas socioambientais, sendo um dos mais característicos a ocupação das áreas alagadas muitas delas com aterramento, deposição de resíduos de toda natureza, desmatamento, aterramento, queimadas e erosão do solo. Na

Ressaca Lagoa dos Índios, considerada pelos órgãos ambientais a mais preservada da cidade, esses problemas se agravam à medida que cresce a população do seu entorno. O acelerado crescimento populacional impulsionou a criação de novos assentamentos populacionais, que em quase sua totalidade se realizaram sem planejamento algum, com deficiências de gestão pública, tal como a falta de infra-estrutura e saneamento básico.

Assim, há pelo menos 20 anos, a ocupação da ressaca tem-se tornado um problema crítico para a comunidade local, em especial para a população quilombola, pois os danos não são apenas ambientais, mas também culturais. Percebe-se uma sobreposição de processos socioespaciais que envolvem o território da comunidade e a imposição de novas formas de apropriação e significação do território, com a presença de atores exógenos no local que vêm transformando a paisagem e fazendo uso do espaço de maneiras divergentes.

Esses novos atores presentes na área da ressaca trazem consigo os vetores da chamada modernidade que, pela sua intensidade, causam transposições e deslocamentos culturais e materiais, bem como conflitos sobre o uso e acesso aos recursos naturais. Portanto, a imposição de novas territorialidades, visíveis a partir dos vários problemas socioambientais enfrentados, tem constituído uma grande ameaça para a área da ressaca e para a continuidade da comunidade negra no seu território.

Atualmente, essas questões têm sido motivo de debate entre diversos atores: de um lado, órgãos governamentais - responsáveis pela preservação ambiental e cultural da área da comunidade negra; de outro, ONG's e a própria comunidade. Essa perspectiva identifica as ações e as visões de mundo girando em torno dos elementos que constituem a disputa pela mesma base territorial dos recursos (ACSERALD, 2004).

A questão crucial para a comunidade negra que reside na área é a reivindicação da titulação de suas terras. Portanto, é imprescindível que haja agilidade dos órgãos competentes no processo de titulação e resolução do conflito pela posse da terra.

A história dos moradores dá conta de que, por muito tempo, a comunidade fez uso comunal do território da ressaca. As terras pertencentes ao grupo eram exploradas segundo regras consensuais, que tomam por base laços de parentesco e vizinhança, assentados em redes de solidariedade (ALMEIDA, 1996). Contudo, como o grupo negro não estabeleceu limites geográficos para delimitação do território, aos poucos, os terrenos deixados por herança foram sendo vendidos, pela força da especulação imobiliária à que foi submetido. Esse foi um dos fatores que provocou a expropriação de suas terras, hoje sob domínios de terceiros que possuem, inclusive, títulos de posses definitivos. Conforme Dallari (1997) o

processo de regularização das terras de remanescentes de quilombos adquire maior complexidade quando o imóvel se localiza em domínios particulares.

Existe uma grande quantidade de títulos e edificações referente à área pretendida pela comunidade. Essa questão aponta que a expansão da fronteira urbana praticamente eliminou a área que a comunidade utilizava para explorar recursos naturais e desenvolver atividades de subsistência e, vem ameaçando, cada vez mais, se apropriar da zona de ocupação, restrita à sede da vila.

Os moradores da comunidade não usufruem econômica e socialmente dos resultados das atividades exercidas pelo capital privado, que ocorre ao seu redor, num claro exemplo de exclusão social caracterizada pela crescente desigualdade, miséria e, sobretudo, marginalização. Esse processo vem provocando profundo impacto no modo de vida e de trabalho dos moradores que têm sobrevivido basicamente de recursos provenientes de programas sociais, tais como Bolsa Família, Fome Zero e Parteiras Tradicionais.

Assim, a titulação está sendo requerida como estratégia de apoio ao desenvolvimento da comunidade. De acordo com os presidentes das duas associações, caso ocorra a titulação será possível a implementação de projetos para a sustentabilidade econômica dos moradores.

Em suas representações sobre o espaço e sobre as próprias atividades que desenvolveram no passado como tática de vida, os moradores vêm construindo e reafirmando sua identidade quilombola como categoria social, procurando resgatar regras costumeiras que quando articuladas às normas legais estabelecidas institucionalmente, possam assegurar seus direitos de uso no território. Contudo, a disputa de poder entre as duas associações tem fragilizado a comunidade em relação a magnitude dos problemas que atingem os moradores remanescentes de quilombo e caso continue esse quadro, as situações existentes tendem a se arrastar ou a reforçar a ação de fatores danosos para a comunidade.

As associações lutam entre si pela legitimidade de poder, isso faz surgir uma organização frágil em relação ao volume de problemas que ocorrem no território negro. Observa-se que tanto a AMCLI como AMNCLI, ainda, não conseguiram resolver questões de fundo desse segmento social, pois padecem de dificuldade de gestão e de críticas por parte dos moradores: a crítica relaciona-se a competição pelo poder dentro da comunidade, isso tem provocado a não colaboração entre os membros e associados, enfraquecendo as ações em torno de possíveis resoluções para o quadro adverso enfrentado pela comunidade.

A fragilidade das entidades é marcada pela desarticulação institucional, individualismo e espera assistencialista. Isso cria impasses em relação a tomada de iniciativa de forma mais agressiva para contestar a situação existente e conquistar direitos de cidadania. De certa

forma, esse impasse vem diminuindo a auto-estima de alguns moradores em relação à sua identidade, enfraquecendo tentativas de ações mais coletivas ou de busca por melhoria da qualidade de vida para a comunidade, provocando a venda contínua de terrenos e migração de moradores da comunidade para bairros periféricos da cidade. Esse quadro acirra os conflitos existentes, evitando a sua solução.

No seio da comunidade negra, identificam-se tensões e conflitos que durante o ano de 2005 mobilizou o movimento negro de forma mais ou menos organizada. A comunidade, através principalmente da liderança das mulheres negras, evidencia, neste momento, a sua capacidade de ação e de mobilização de seus pares, e começa a fazer alianças com outras associações e movimentos congêneres - o Conselho das Comunidades Afro-descendentes do Amapá (CCADA), as Organizações Negras Não Governamentais do Amapá (Conngo) e o Instituto de Mulheres Negras do Amapá (Imena) para reverter o quadro adverso enfrentado.

Tal fato representa uma sensível mudança no comportamento da comunidade negra, à medida que a AMNCLI vai se convertendo em sujeito político no sentido de reverter a situação de crise, resolver conflitos e criticar posições em favor da melhoria das condições de vida local, da conquista de seus direitos de cidadania tão negligenciados, particularmente em relação a titulação de suas terras e da reivindicação de infra-estrutura básica. Neste caso, a associação de mulheres negras desponta nesse cenário.

O problema fundiário que envolve a Ressaca Lagoa dos Índios é bastante emblemático sobre as opções que têm sido tomadas pela sociedade quanto a organização do espaço, pelo Estado (nas esferas federal, estadual e municipal), pelos órgãos responsáveis pelo planejamento urbano e ambiental, pelas ações de agentes econômicos e pela própria comunidade quilombola.

Desta forma, o conflito ambiental urbano expresso a partir das ações apresentadas pelos diferentes atores presentes na área da Lagoa expõe uma dada compreensão do mundo. Percebem-se diferenças de poder no interior do campo em que estão inseridos. Assim, visões de mundo são construídas e desconstruídas no processo de (re) definição das relações e do próprio campo de forças. Na luta em torno do território da Lagoa, cada grupo tenta impor sua visão de mundo procurando legitimar suas representações da realidade, para assim garantir a continuidade da sua forma de apropriação dos recursos. Contudo, é interessante frisar que os grupos estão armados de forma desigual e que cada um procura utilizar a seu favor os elementos políticos e simbólicos à sua disposição, de acordo com o lugar que estão ocupando no espaço dessas relações. Possibilitando que os atores produzam e imponham categorias alternativas de percepção e apreciação do mundo.

Além disso, nesse debate, não devemos conceber o território como contendo um conjunto de fluxos homogêneos, mas é importante ter presente a idéia da diversidade da dinâmica espacial estimulada pela combinação ou confrontação da racionalidade econômica e das estratégias de atores com muitos e distintos interesses territoriais.

A partir da análise realizada neste estudo, considera-se que os resultados da pesquisa são parciais, porém, fundamental para o debate sobre as formas de apropriação e uso do território da Ressaca Lagoa dos Índios. Além disso, evidenciar os conflitos urbanos ambientais, a partir da ação concreta dos atores e de suas visões de mundo, poderá contribuir para a proposição de alternativas que visem a sustentabilidade do território da comunidade quilombola em estudo futuro.

REFERÊNCIAS

- ACEVEDO MARIN, Rosa E. e CASTRO, Edna R. **Negros do Trombetas: guardiãs de matas e rios**. 2ª ed., Belém: Cejup/Ufpa/Naea, 1998.
- ACEVEDO MARIN, Rosa E. Prosperidade e estagnação de Macapá colonial: as experiências dos colonos. In: GOMES, Flávio S. (org.). **Nas Terras do Cabo Norte: Fronteiras, Colonização e Escravidão na Guiana Brasileira, Séculos XVIII-XIX**. Editora Universitária/UFPA, 1999. p. 33-62.
- CCADA. **Relação das comunidades atendidas pelo CCDA**, 1º semestre/2005.
- ACSELRAD, Henri (org.). **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Heinrich Böll, 2004.
- AGENDA 21 Brasileira. **Bases para discussão**/por Washington Novaes (Coord.) Otto Ribas e Pedro da Costa Novaes. Brasília, MMA/PNUD, 2000.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Quilombos: sematologia face à novas identidades**. Flexal Terra de Preto Quilombo reconhecido como Reserva Extrativista, Projeto Vida de Negro. São Luís: SMDDH/CCN-PVN, [1996].
- _____. Terra de Preto, Terras de Santo, Terras de Índios: Uso Comum e Conflito. In: CASTRO, Edna e HÉBETTE, Jean (org.). **Na Trilha dos Grandes Projetos: Modernização e Conflito na Amazônia**, Belém: Ufpa, 1989. (Cadernos Naea, nº. 10).
- ALONSO, Ângela e COSTA, Valeriano. Ciências Sociais e Meio Ambiente no Brasil: um balanço bibliográfico. **BIB - Revista Brasileira de Informações Bibliográficas em Ciências Sociais, ANPOCS**. Nº. 53, 1º semestre de 2002, p.35-78.
- ALTVATER, Elmar. Realidades Possíveis na Sociedade Global. In: **Lua Nova** Revista de Cultura e Política, nº. 40/41, janeiro, 1997.
- AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes (Coords.). **Usos & Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- ANDRADE, Correia. M. de. **A Questão do Território no Brasil**. São Paulo-Recife: Hucitec. 1995.
- ANDRADE, Lúcia & TRCCANI, Girolamo. Terras de Quilombo. In: LARANJEIRA, Raimundo (Org.). **Direito Agrário Brasileiro – Hoje**. São Paulo: Editora LTr, 2000.
- BANDEIRA, Maria de Lourdes. Terras Negras: Invisibilidade Expropriadora. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DA ESCRAVIDÃO. São Paulo, 1998. **Anais...** São Paulo: s.ed., 1998.

BARBANTI JR, Olympio. Conflitos socioambientais: teoria e prática. In: **ANPPAS**, Indaiatuba, São Paulo, 2001.

BARBIER, René. **A pesquisa-Ação**. Trad. Lucie Didio, Brasília: Plano Editora, 2002.

BECKER, Berta K. **Amazônia**: geopolítica na virada do III Milênio. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

_____. **Amazônia**. 6ª edição. São Paulo: Ática, 1998.

BENEVIDES, Marijesto Alencar. **Os Novos Territórios**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional 1946.

BERMAN, Marshal. **Tudo que é sólido desmancha no ar**. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BRITO, Cecília M. C. Índios das “Corporações”: trabalho compulsório no Grão-Pará no Século XVIII. In: ACEVEDO MARIN, Rosa Elizabeth. **A Escrita da História Paraense**. Belém: UFPA, 1998. p. 115-137.

BRITO, Daguinete M. C. **A construção do espaço público na Gestão ambiental de unidades de conservação**: o caso da Área de Proteção Ambiental do Rio Curiaú. 2003. 141 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) - Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília.

BRITO, Daniel C. **A modernização da superfície**: Estado e Desenvolvimento na Amazônia. Belém: UFPA/NAEA, 2001.

_____. Extração Mineral na Amazônia: a experiência da exploração de manganês da Serra do Navio no Amapá. 1994. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém.

CAMARGO, Luís Henrique Ramos de. **A ruptura do meio ambiente**: conhecendo as mudanças ambientais do planeta através de uma nova percepção da ciência: a geografia da complexidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

CARDOSO, F. H.; MÜLLER, G. **Amazônia**: expansão do capitalismo. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

COELHO, M. C. N. **A ocupação da Amazônia e a presença militar**. Rio de Janeiro: Atual, (1998 ?).

_____. Impactos ambientais em áreas urbanas – Teorias, conceitos e metodologia de pesquisa. In: GUERRA, Antonio José Teixeira e CUNHA, Sandra Baptista da (orgs.). **Impactos ambientais urbanos no Brasil**. 3ª ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

COLE, H.J. & ASSOCIADOS. **Planejamento urbano, turístico e arquitetura**. Rio de Janeiro: Cole, 1979.

CONNGO. **Registro de Comunidades Remanescentes de Quilombos no Estado do Amapá**. Fev. 2005.

CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO AMAPÁ. Brasília: Senado Federal, 1991.

CORRÊA, Roberto L. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 2001.

COSTA, F. de Assis. Estado e Grande Capital na “Fronteira Agrícola” Amazônica. In: **Anais do 19º Encontro Nacional de Economia**. V. 3, Curitiba: ANPEC, 1991, p. 327-353.

- COSTA, Heloisa S. M. e BRAGA, Tânia M. Entre a Conciliação e o conflito: dilemas para o planejamento e a gestão urbana e ambiental. In: ACSELRAD, Henri (org.). **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Heinrich Böll, 2004. p. 195-216.
- CRUZ, A. C. S.; SARDINHA, J. C. S.; GONÇALVES, K. S. S. **Degradação da Lagoa dos Índios**: dinâmica na paisagem provocada pelo processo de ocupação das margens da rodovia Duque de Caxias. 2005. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso). Colegiado de Geografia, Universidade Federal do Amapá, Macapá.
- DALLARI, Dalmo. Palestra proferida na Mesa Reconhecimento das Terras Ocupadas por Comunidades Remanescentes de Quilombos Incidentes em Domínios Particulares. In: ANDRADE, Lúcia (Org.). **Desafios para o Reconhecimento das Terras Quilombolas**. São Paulo, CPI-SP, 1997.
- DECRETO nº. 4.886. **Programa Brasil Quilombola no Amapá**. 20 de novembro de 2003.
- DECRETO ESTADUAL nº. 2292. **Regimento da I Conferência Estadual de Políticas de Promoção da Igualdade Racial**. Publicado no Diário Oficial do Estado. Edição n. 3499 de 14 de abril de 2005.
- DIEGUES, A. C. S. **Populações tradicionais em Unidades de Conservação**: o mito moderno da natureza intocada. São Paulo: Núcleo de Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas do Brasil, 1993 (Série Documentos e Relatórios de Pesquisa, 1).
- DIOCESE DE MACAPÁ. **Realidade migratória em Macapá e Santana**. Macapá, 1995.
- FARAGE, Nádia. **As Muralhas do Sertão**: os povos indígenas no Rio Branco e a colonização. Rio de Janeiro: Paz e Terra/ANPOCS, 1991.
- FERREIRA, Alexandre Rodrigues. Propriedade e Posse das Terras do Cabo Norte pela Coroa de Portugal. **Anaes Histórico**. 1892. p. 389-421.
- FREITAS, L. S. A. **Políticas públicas e administrativas de territórios federais**. São Paulo: EAESP-FGV, 1997.
- FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Plano de Desenvolvimento Urbano de Macapá**. 2 v. Território Federal do Amapá, 1973.
- GOMES, Flávio S. Fronteiras e Mocambos: o protesto negro na guiana brasileira. In: GOMES, Flávio S. (org.). **Nas Terras do cabo Norte**: Fronteiras, Colonização e Escravidão na Guiana Brasileira, Séculos XVIII-XIX. Editora Universitária/UFPA, 1999. p.
- GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ. **Código Ambiental do Estado do Amapá**. Macapá: Secretaria de Estado do Meio Ambiente, 1999.
- GRUNBILF DO BRASIL. **Relatório**: Plano Urbanístico da Cidade de Macapá. São Paulo, 1960 (Território Federal do Amapá).
- HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialização. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- IBGE. **Contagem da população do Amapá**. Macapá, 1996.
- IBGE. **Censo Populacional**. 1991, 2000, 2005.
- INCRA/AP. **Identificação, Reconhecimento, Delimitação, Demarcação e Titulação de Terras Ocupadas**. Processo nº. 54350.000348/2004-98. Macapá, 1998.
- INCRA/AP. **Perspectivas para uma atuação junto às comunidades quilombolas no Amapá**. Macapá, janeiro de 2005. Documento apresentado na reunião com a Eletronorte em 16.02.2005.

INCRA/AP. Informações da Divisão de Coordenação de Projeto Quilombolas. Novembro/Dezembro, 2005.

INCRA/AP. **Plano de Ação do Programa Brasil Quilombola 2005**. Março de 2005.

JATOBÁ, Sérgio Ulisses et al. Gestão ambiental urbana: roteiro metodológico aplicável a comunidades urbanas locais. In: THEODORO, Suzy Huff. **Conflitos e uso sustentável dos recursos naturais**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002. p. 199-211.

LEFEBVRE, H. **La production de l'espace**. Paris: Maspero, 1974.

LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: **História e Memória**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

LEFF, Henrique. **Saber ambiental**: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. Trad. Lúcia M. Endlich Orth. Petrópolis: Vozes, 2001.

LEI nº. 0454, de 20.06.1999 que dispõe sobre a delimitação e tombamento das áreas de ressaca do Estado do Amapá.

LEI nº. 0702, de 28 de junho de 2002 que dispõe sobre a Política Estadual de Florestas e Demais Formas de Vegetação do Estado do Amapá.

LIMA, Douglas. Sonho e desencanto. **Revista Enfoque Amazônico**. Macapá, n. 1. 1995.

LIMA, Ricardo Ângelo Pereira de. Imigrantes e qualidade de vida na Amazônia setentrional brasileira. In: **Scripta Nova** Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. Universidad de Barcelona, nº. 45 (31), 1 de agosto de 1999.

LITTLE, Paul (Org.). **Políticas Ambientais no Brasil**: análises, instrumentos e experiências. São Paulo; Brasília: IIEB, 2003.

_____. Os conflitos socioambientais: um campo de estudo e de ação política. In: BURZSTYN, Marcel (org.). **A difícil sustentabilidade**: política energética e conflitos ambientais. Rio de Janeiro: Garamond, 2001. p. 107-122.

MACHADO, Lia Osório. A Fronteira Agrícola na Amazônia Brasileira. In: CHRISTOFOLETTI, Antonia et al (org.). **Geografia e Meio Ambiente no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1995, p. 36-57.

_____. **Mitos y realidad de la Amazonia brasileña em el contexto geopolítico mundial** (1540-1912). 1989. Tese de Doutorado, Barcelona, Barcelona.

MACIEL, Norma Crud. **Ressaca**: ecossistema úmido costeiro do Estado do Amapá. Diagnóstico Preliminar. Propostas de Recuperação, preservação e uso sustentado. 2 v. Macapá: SEMA, 2001.

MONTEIRO, M. P. e SAWYER, Donald. Diagnóstico demográfico, socioeconômico e de pressão antrópica na região da Amazônia Legal. In: **Biodiversidade na Amazônia brasileira**. São Paulo: Estação Liberdade/Instituto Socioambiental, 2001. p. 308.

MONTE-MÓR, R. L. M. Urbanização extensiva e lógicas de povoamento: um olhar ambiental. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. de & SILVEIRA, M. L. (Orgs.). **Território, Globalização e Fragmentação**. São Paulo: Hucitec, 1994.

MORAIS, Paulo Dias & MORAIS, Jurandir Dias. **O Amapá em perspectiva**: uma abordagem histórico-geográfica. Macapá: Valcan, 2000.

MORAES, Paulo D. & ROSÁRIO, Ivaneide S. **Amapá**: de Capitania a Território. Macapá: Valcan, 1999.

MOREIRA NETO, Carlos A. **Índios da Amazônia: de maioria a minoria (1750-1850)**. Petrópolis: Vozes, 1988.

MORIN, E. Por uma reforma do pensamento. In: PENA-VEJA, A. e ALMEIDA, L. P. (Orgs.). **O pensar complexo: Edgar Morin e a crise da modernidade**. Rio de Janeiro: Garamond, 1999.

O'DWYER, Eliane. Territórios Negros na Amazônia: práticas culturais, espaço memorial e representações cosmológicas. In: WOORTMANN, Ellen (Org.). **Significados da Terra**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004.

OLIVEIRA, Marcelo A. T. e HERMANN, Maria L. P. Ocupação do solo e riscos ambientais na área cornubada de Florianópolis. In: GUERRA, Antonio José Teixeira e CUNHA, Sandra Baptista da (orgs.). **Impactos ambientais urbanos no Brasil**. 3ª ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. p. 147-188.

OLIVEIRA, Sônia. A releitura dos critérios de justiça na região dos Lagos do Rio de Janeiro. In: ACSELRAD, Henri (org.). **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Heinrich Böll, 2004. p. 93-130.

PAVIANI, Aldo (Org.). **Brasília: moradia e exclusão**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1996.

_____. A lógica da periferização em áreas metropolitanas. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. de & SILVEIRA, M. L. (orgs.). **Território, Globalização e Fragmentação**. São Paulo: Hucitec, 1994.

PDSA - Programa de Desenvolvimento Sustentável do Estado do Amapá. 1995.

PENNA, Nelba A. Fragmentação do ambiente urbano: crises e contradições. In: GOUVÊA, Luiz Alberto C. e PAVIANI, Aldo (Orgs.). **Brasília: controvérsias ambientais**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2003.

PLANO de Controle Ambiental. Urbanização da Margem Adjacente da Lagoa dos Índios – A Casa das Carnes. Sema, Macapá, abril/1997.

PMM. **Plano Diretor de Desenvolvimento urbano ambiental de Macapá**. P.M.M. – SEMPLA, IBAM, 2004.

PORTO, J. L. R. & COSTA, M. A. **Área de livre comércio de Macapá e Santana: Questões Geoeconômicas**. Macapá: O Dia, 1999.

PORTO, J. L. R. Os territórios federais e a sua evolução no Brasil. **Revista Presença**, Porto Velho, n. 16. 2000.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RAVENA. Nírvia. **As grandes obras na Amazônia colonial: a Fortificação de São José de Macapá**. 1988. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém.

REIS, Arthur César Ferreira. **Limites e Demarcações na Amazônia Brasileira**. 2ª ed., 2 v., Belém: SECULT, 1993. (Lendo o Pará, N° 15).

RIBEIRO, G. L. e P. E. Little. Neo-liberal recipes, environmental cooks: The transformation of Amazonian agency. **Série Antropologia**, n. 213. Brasília: Departamento de Antropologia, 1996.

SACK, Robert David. **Human territoriality: Its theory and history**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SANTOS, Fernando Rodrigues dos. **História do Amapá**: da autonomia territorial ao fim do janarismo – 1943 a 1970. Macapá: Editora Gráfica O Dia S.A., 1998.

_____. **Amapá no século XV**: rota de expedições de reconhecimento. Belém: GRAFI Certa, 2003.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: Técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Edusp, 2002.

_____. **Técnica, espaço e tempo**. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. **Técnica, espaço, tempo**: globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: Hucitec, 1998.

SANTOS, M. & SILVEIRA, M. L. **O Brasil**, território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SEMA/AP. **Plano de Controle Ambiental**. Urbanização da Margem adjacente da Lagoa dos Índios – A Casa das Carnes. Macapá, abril de 1997.

LAGOA dos Índios: valores, problemas e perspectivas. **III Seminário** organizado pela ONG “Amigos em Ação” em parceria com a FAMA. Em 07 de Novembro de 200.

SEPPPIR. **Roteiro de Diagnostico Sócio-econômico-cultural e Político das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Brasil** - Estado do Amapá, Macapá, 2005.

SOUZA, Josiane do S. A. **Qualidade de vida urbana em áreas úmidas**: ressacas de Macapá e Santana. 2003. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável), Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília.

SPOSITO, M. E. B. **Capitalismo e urbanização**. 10 ed. São Paulo: Contexto, 2000.

THEODORO, S. H, CORDEIRO, P. F & BEZE, Z. Gestão ambiental: uma prática para mediar conflitos. II Encontro da ANPPAS. Disponível em: <<http://www.anppas.org.br/encontro/segundo/Papers/GT/GT05/suzitheodoro.pdf>>. Acesso em: 19de agosto de 2004.

TAKIYAMA, L. R.; SILVA, A.Q. da (orgs.). **Diagnóstico das Ressacas do Estado do Amapá**: Bacias do Igarapé da Fortaleza e Rio Curiaú. Macapá-AP, CPAQ/Iepa e DGEO/Sema, 2003.

THOMAS, K. **O homem e o mundo natural** – mudanças de atitude em relação às plantas e os animais (1500-1800). São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

VARGAS, Glória Maria. Natureza e Ciências Sociais. In: **Sociedade e Estado**. Brasília, v. 18, nº 1/2, jan./dez., 2003. p. 137-154.

VEIGA, José Eli. **Cidades Imaginárias**: o Brasil é menos urbano do que se calcula. 2. ed., Campinas: Autores Associados, 2003.

WEINSTEIN, Bárbara. **A Borracha na Amazônia**: Expansão e Decadência (1850-1920). São Paulo: Hucitec/Edusp, 1993.

ANEXO 1

ANEXO 1
Entrevistas com os Atores

Entrevista com o Professor Paulino Souza do Rosário, Assessor Técnico da Secretaria Extraordinária de Políticas Públicas para os Afro-Descendentes (Seafro). Em 30 de Maio de 2006.

Entrevistadora (E): O Senhor poderia se apresentar, por favor?

Paulino do Rosário (P.R): Eu sou Paulino Souza do Rosário, assessor técnico da SEAFRO. A finalidade desta secretaria segundo a sua lei de criação é formular, coordenar, propor, fiscalizar e direcionar as políticas públicas compensatórias e de ajuste social para o seguimento dos remanescentes de escravo no Amapá e no Brasil. A partir da Conferência Nacional em 2001 no Rio de Janeiro, nós levamos aqui do Amapá, mais precisamente na minha pessoa, uma série de propostas para serem discutidas nessa Conferência que tinha como escopo a discussão em achar caminhos, alternativas do combate a xenofobia, ao racismo e a todas as formas de preconceito. Essa conferência foi muito importante porque nós verificamos no Brasil que havia dois grupos distintos que seria a dos negros, das pessoas que se autodenominavam negras e o grupo que estava propondo a conferência que se autodenominavam de afro-descendentes. O grupo negro nesses 118 anos também é responsável pelo estado de abandono e exclusão social. Nós observamos que o outro grupo dos afro-descendentes não tinha esse problema de relacionamento com a sociedade brasileira, eram pessoas livres, pessoas de bem, pessoas profissionalmente bem sucedidas, economicamente ajustadas nesse momento histórico da nação brasileira. Afro-descendente. O que significa? É a pessoa remanescente, descendente de escravo ou de africanos no mundo inteiro. É por isso que eu estou aqui na Seafro, em busca de um novo olhar para esse contingente populacional que, de certa forma, está fora das políticas públicas do nosso país, tenho uma ação política voltada para a justiça social, por isso trabalho com a educação, de reconstrução de metas, de conceito, construção de auto-estima que nosso povo de certa forma perdeu por causa da exclusão do negro. Assim estamos querendo fazer esse resgate pela Seafro.

E.: Quando ocorreu essa conferência?

P.R.: Foi em Dezembro de 2001. De lá saíram as propostas a nível mundial, para a Conferência de Durban, na África do Sul, promovida pela ONU. Então é isso que está se fazendo na Seppir, da presidência da República, através da titular, a senhora Matilde Ribeiro e aqui no Amapá através da Seafro que tem no momento como titular o senhor Josivaldo da Silva Libório.

E.: A Seafro está vinculada ao governo federal ou estadual?

P.R.: A Seafro faz parte de um pacote de reformulação do governo estadual. O governador Waldez para ajustar as quatro secretarias, da Mulher, do Índio, da Juventude e a do Afro-descendente fez uma estruturação do quadro do governo em dois anos e meio. No ano passado ele conseguiu efetivar a criação das quatro secretarias. A Seafro foi criada no dia 26 de maio de 2005, tem um ano. A primeira pessoa nomeada para secretário foi o sr. Egídio Gonçalves de Araújo, ao lado de Paulino de Rosário e Núbia Santana. Historicamente as três pessoas que começaram essa secretaria. Hoje a secretaria tem umas dez pessoas. O trabalho é muito difícil, porque o governo federal e o estadual não liberam dinheiro para a Seafro. A filosofia dela é trabalhar com uma metodologia da transversalidade de ações entre as outras secretarias, apesar de nunca haver isso, pois você não consegue, mesmo pedindo ajuda a outra secretaria não temos, eles perguntam porque vocês não pedem dinheiro para trabalhar em vez de pedir para nós? Isso para nós é uma forma de exclusão social e nós estamos enfrentando isso. Como não temos dinheiro isso inviabiliza nossas ações junto aos nossos 350 mil habitantes no Estado do Amapá. Nós afro-descendentes somos 2/3 da população brasileira e 2/3 da população amapaense. Nós somos a matriz da nação brasileira, em cada brasileiro nós temos um afro-descendente na árvore genealógica.

E.: Como é a relação da Seafro com a Fundação Palmares e com a Seppir?

P.R.: a criação da Fundação Palmares foi a nossa primeira conquista, quando ela foi criada no governo Sarney. Ela foi a primeira instituição voltada para as questões dos afro-descendentes no Brasil. Ela trabalha com a transversalidade junto ao Incra que cuida da questão fundiária, da legalização das terras dos quilombos, por isso ela tem uma ligação muito forte conosco aqui no Estado. Porque nós temos 50 comunidades identificadas. A Fundação Palmares criou e titulou a área do Curiaú. Uma de nossas prerrogativas é ter uma filial da Fundação no estado e não tem porque o governo estadual não se mostrou interessado. Quanto a Seppir, através do governo Lula ela foi criada com a função mais política e desenvolvimentista, pois ela atua em parceria com outros ministérios, mas ela tem o mesmo problema financeiro nosso. Matilde Ribeiro, a secretária também não tem orçamento para nós, assim como o governo do estado. Nós estamos numa sala pequena emprestada da Setraci, nós não temos espaço, apesar de termos o Centro de Cultura Negra, que é um elefante branco, essa secretaria deveria está instalada lá, porque aquele espaço é ocioso. Mas apesar de tudo isso, nos temos projetos, como a erradicação do analfabetismo.

E.: Quer dizer que a Seafro está dentro da estrutura física da Setraci?

P.R.: A Seafro é uma secretaria autônoma dentro do Estado, somos ligados ao governo estadual, através da estrutura do grupo que lida com o social.

E.: Tem algum representante da Seppir no estado do Amapá?

P.R.: Nós temos parceria direta via telefone com a Seppir. A gente participa das ações da Seppir. Inclusive agora fomos comunicados que vai haver uma Conferência Nacional de reavaliação da primeira Conferência sobre o que está acontecendo com as políticas que foram colocadas em Durban.

E.: Quanto ao processo de demarcação e titulação das áreas remanescentes de quilombo, quais são as ações da Seafro, ela tem uma ação direta ou trabalha apenas em parceria com a Seppir? A Seafro tem projeto de acompanhamento junto ao Incra?

P.R.: A demarcação das terras quilombolas começou justamente com a FCP. Ela mapeou em todo o Brasil esses espaços, onde estão localizados os remanescentes de escravo que hoje querem titular. Aqui no Amapá nós temos aproximadamente 50 a 55 comunidades. Através da Fundação Palmares foi feita uma espécie de cartilha instruindo os estados de como proceder junto a esse contingente populacional. Uma das primeiras ações é verificar junto as comunidades se elas se auto denominam de quilombola. Porque antes precisava de alguém que assinasse, como aconteceu aqui no Curiaú e muita gente se meteu dizendo que não era quilombo. Então, para evitar isso a comunidade é que decide. Nós enquanto formuladores de políticas públicas agente tem que está lá junto com a cartilha lendo para eles, orientando, pois a cartilha é muito simples, quem fez a cartilha foi muito feliz porque escreveu de forma simples, com o mínimo de palavras com o máximo de conteúdo, não deixou margem para duvidas. Agora quem tem que legitimar isso é a SEPPIR hoje, mas a Fundação Palmares continua fazendo o acompanhamento nas comunidades do estado. A criação da Seafro é exatamente isso, é fazer esse acompanhamento *in loco* junto a comunidade. Quem está fazendo esse trabalho é a Núbia Santana, ela é que está ligada a essa questão fundiária aqui no Amapá. As chamadas ONGS voltadas para o segmento afro atrapalham e estão atrapalhando porque elas tem uma visão micro do problema. A UNA (União dos Negros do Amapá) atrapalha, o Imena, a Conngo, todas atrapalham, pois

trabalham setorizadamente, individualmente, pois não tem uma macro visão. Assim se você vai falar de Marabaixo, de questões fundiárias elas falam da comunidade a qual pertencem. A Fundação Palmares ligada a Seafro tem possibilidade de resolver essa questão. As secretarias do estado, como é o caso da Seafro, têm que está junto às comunidades.

E.: Nós sabemos que no caso da Lagoa dos Índios ela fica em uma área de ressaca e é uma área que está sendo invadida pela urbanização, pela especulação imobiliária. A comunidade do quilombo está espremida num pequeno território. A Seafro tem dialogado com a Sema, com a Prefeitura de Macapá, com o Incra sobre essas questões?

P.R.: Isso é um problema de responsabilidade da comunidade, por que eles ficaram acomodados, eles não tomaram providências quanto ao fenômeno da urbanização da expansão territorial. Algumas pessoas da comunidade tem título de propriedade, advinda de herança. Mas, quando a comunidade vai se auto denominar de quilombo ou não ela esbarra na questão da titulação de terras na área que está sendo proposta. As pessoas que possuem títulos não querem colocar suas terras a disposição do quilombo. Então o que aconteceu na Lagoa é que as pessoas se sentiram pressionadas pela especulação imobiliária e acabaram vendendo suas terras deixadas como herança. Por isso os outros moradores não puderam impedir que essa venda ocorresse e fossem arroladas nas terras pleiteadas para titulação. Assim, aquela área deveria ser toda da comunidade, toda a terra que está na área da Lagoa. Os habitantes da Lagoa há mais de um século viviam livre, como passarinho e não imaginaram que essa forma de expropriação ia acontecer. Esse problema da expansão urbana é um problema fundiário, onde eles estão presos, sem saída com suas terras tomadas pelo capital e sem perspectiva de indenização dessas terras. É um problema social de difícil solução a médio prazo. Mas, a Fundação Palmares coloca várias maneiras de você trabalhar essas questões. Ma seria, o governo federal indenizar as terras, porque o Incra aqui no Amapá é culpado, porque eles deram rapidamente a titulação dessas terras para as pessoas que possuem capital, enquanto que os moradores do quilombo não possuem ainda essa titulação. A Seafro fez um pedido para o Incra do levantamento da questão fundiária e a resposta foi lacônica. Na Lagoa ninguém está olhando para a questão fundiária da comunidade. Apenas se olha para o espaço da Lagoa como espaço nobre, de beleza cênica que valoriza quem está nela. Então a Lagoa é apenas um pano de fundo.

E.: A própria Sema e o Detur estão fazendo um projeto de Trilha Ecológica para área no sentido de aproveitar a beleza cênica do lugar. Como a Seafro está lidando com isto?

P.R.: A Sema com todo respeito é uma falácia. Ela só avança em cima do mais fraco. O discurso é um discurso vazio, pois essas propostas prejudicam cada vez mais as questões do território da comunidade. E a própria comunidade não participa desses projetos. Infelizmente a Seafro ainda não conseguiu fazer um diagnóstico preciso dessas questões por falta de recursos. Mas a secretaria tem um projeto que visa incentivar a produção comunitária e o escoamento dela para que a comunidade possa sobreviver.

Entrevista com o Sr. Benedito da Silva, Diretor de Recursos Hídricos da Secretaria Estadual de Meio Ambiente (Sema). Em 04 de Janeiro de 2006.

Entrevistadora (E.): Você poderia se apresentar, por favor?

Benedito da Silva (B.S.): Bom, meu nome é Benedito, eu trabalho na Divisão de Recursos Hídricos da Sema; chefe da Divisão de Recursos Hídricos, na qual trabalho nas áreas úmidas né? Isso inclui as ressacas, lagos, poços e também as águas superficiais e subterrâneas.

E.: Qual o papel da Sema na Lagoa dos Índios?

B.S.: Bom, o papel da Sema, não só na Lagoa dos Índios, mas em todo o ecossistema, é de conservação, preservação e manutenção do meio ambiente envolvendo a parte florestal, dos recursos biológicos, dos recursos hídricos, no geral de todo o bioma.

E.: A partir de que ano a Sema tem registro da atuação da área, a partir de quando a SEMA está trabalhando na Lagoa dos Índios, especificamente?

B.S.: Bom, a gente procura dá uma ênfase na questão da Lagoa dos Índios, por várias questões: uma é que ela está num ponto estratégico entre, no limite entre dois municípios, Macapá e Santana; outro ponto é que ela abriga um ecossistema que é comum nas áreas de ressacas e, naquela área ele ainda se encontra preservado; o outro é em relação da Bacia Hidrográfica do Igarapé da Fortaleza e que tem o canal principal que corta a cidade praticamente ao meio envolvendo quase todas as outras áreas de

ressaca. Quer dizer a Lagoa dos Índios, ela é primordial, vamos dizer assim, por vários fatores, tanto na questão ambiental, paisagística, da questão turística, principalmente na questão ambiental. Por quê? Porque ela drena as águas de várias áreas de ressaca tanto do município de Santana como de Macapá.

E.: Mas a quanto tempo vocês trabalham na Lagoa?

B.S.: Bom, eu posso te dizer mais.... desde a época da Sema [da criação pela Lei nº 0267, de 09.04.1996 da Secretaria de estado do Meio Ambiente] vem se trabalhando esse ecossistema.

E.: A secretaria foi criada a quanto tempo?

B.S.: Olha! Como secretaria eu não sei te dizer bem, porque antes ela não era secretaria, era Coordenadoria, mas eu já to há quatro anos na frente da Sema e estou desenvolvendo vários trabalhos dentro da Lagoa dos Índios. Então, por exemplo, alguns projetos agora depois de quatro anos que começaram a ser desenvolvidos, não só pela questão da Sema, mas por também outros órgãos como o estudo de pesquisa do Iepa, que já vem catalogando, já vem fazendo várias pesquisas dentro da Lagoa dos Índios. Então, o trabalho mais específico que já se tem algumas publicações dentro desses quatro anos pra cá.

E.: Quais os trabalhos mais significativos realizados no âmbito da Sema junto a comunidade?

B.S.: Antes se tinha um trabalho mais de fiscalização e de monitoramento, não se tinha um trabalho de pesquisas e nem desenvolvimento desses projetos até porque pela questão do corpo técnico que a secretaria não tinha. Já faz quatro anos, então, foram feitos concursos específicos dentro da área, porque antes não tinha, as pessoas eram remanejadas de uma secretaria para a outra não eram preparadas pra trabalhar especificamente na área ambiental.

E.: Vocês mantêm algum tipo de trabalho com a comunidade quilombola, ou com os moradores que habitam o entorno da Lagoa?

B.S.: Bom, a gente ta trabalhando! Principalmente na questão da educação ambiental, que é uma questão primordial. Outro trabalho, não só na questão dos quilombos, dos negros que estão lá, mas com comunidade do entorno, principalmente. Por exemplo, à questão do quilombo a gente não tem assim... um trabalho mais educativo, porque também já desenvolve mais aí dentro daquela área de preservação então a gente dá mais ênfase na outra parte [de preservação] pro pessoal que não tem aquela visão de que a área é importante, a gente dá mais ênfase pra esse pessoal do entorno.

E.: Como é feita a fiscalização naquela área? Como a Sema trabalha junto ao Batalhão Ambiental?

B.S.: Bom, a Lagoa dos Índios como outras áreas de ressaca, ela têm prioridade não só pelo estado, mas pela prefeitura. Hoje, por exemplo, agora quando foi criado o Plano Diretor da cidade, então o plano diretor da cidade já passa essa responsabilidade das áreas úmidas, no caso não só das ressacas como também das áreas de várzeas, como também a própria prefeitura. Então essa fiscalização e esse monitoramento é feito pela própria prefeitura. No caso como a prefeitura não disponibiliza pessoal suficiente para fazer esse trabalho o estado entra através da Sema e o apoio do Batalhão Ambiental. Antes o Batalhão Ambiental ele tinha mais um enfoque direto pra trabalhar nessa área, mas agora ele foi desmembrado da Sema, então ele apenas dá apoio quando é solicitado... algum outros problemas que ocorrem com por exemplo as invasões que ocorrem nessas áreas aí a gente solicita o apoio da Batalhão Ambiental. Hoje parece que ele ta voltando ativa de novo assim reestruturado, porque houve uma mudança no planejamento da policia e iam acabar com o Batalhão depois resolveram não acabar e agora tão na ativa de novo.

E.: Em uma situação de queimada, comum na Lagoa, quem é chamado primeiro, é a Sema ou o Batalhão Ambiental?

B.S.: Olha! No caso não seria nenhum dos dois, seria o Bombeiro que seria acionado. Porque olha também tem uma questão que tem que ficar bem claro, por exemplo, nessas áreas a responsabilidade não é só do órgão público, mas da comunidade em geral, é por isso que a gente trabalha na educação ambiental. Porque, por exemplo, o fogo ele é... dificilmente ocorre por acidente e, sim, ele é provocado quer dizer.... A Lagoa dos Índios na época do verão... ele é provocado... o fogo pra pegar é... jabuti... tracajá e aí o pessoal descontrola, pedem o controle do fogo e se torna aquela... Outra questão é o pessoal que vão beber próximo a lagoa, vão pra trás da penitenciária que fazem aquele fogo e aí fazem para assar o peixe e lá deixam. Outra questão são os moradores do entorno que queimam seu lixo e não se preocupam em apagar e verificar se tem cinza ou alguma coisa e como ali o vento é muito forte, o fogo se torna muito rápido e é difícil de se controlar, porque é uma área de difícil acesso.

E.: Passando de carro ou até mesmo andando a gente percebe a presença de empresas na área da Lagoa, a SEMA tem registro ou algum tipo de documentos que demonstre a solicitação dessas empresas para se instalarem na área antes de iniciarem a construção? Tem algum tipo de documento proibindo ou notificando as empresas já instaladas por jogarem entulho ou por continuarem a construir na ressaca. Tem algum de tipo de registro de autuação feita pela Sema àquelas empresas?

B.S.: Olha! Por exemplo, uma das questões de uma empresa ou qualquer outro empreendimento que chega a ser instalada próxima a área [pausa]. Eu vou colocar no geral não só lá como em qualquer outra área, ela [a empresa] apresenta um projeto e então é feito uma avaliação técnica desse projeto, então, ele é repassado ao empreendedor e que ele faça o projeto dentro das normas, utilizando as normas... se ele seguir essas normas é ... dado a licença. Uma das questões, por exemplo é... questão dos resíduos né? Não só a questão dos resíduos sólidos, mas a questão dos dejetos, a questão de fossas e essas coisas todas né? Então isso tem que ser feito. Então, as empresas, elas apresentaram todas essas normas, o afastamento exigido foi apresentado tudo, ta tudo ok! O que ocorre é que passado um tempo essas empresas vão, elas expandem sem a anuência da Sema ou de outro órgão, ou da prefeitura e quando a gente já percebe já é tarde já houve. Então o que ocorre? Ocorre que ela é multada as empresas são multadas. Então as multadas passam por todo um processo aí elas recorrem que também é um processo demorado aquela coisa toda; vai corre daqui corre dali, por exemplo tem processo aí que já ta correndo há 10 anos e até agora a gente não espera nem se pode agir e nem pode dizer que sim e nem que não enquanto não for resolvido a questão judicial. Porque quando passa da questão judicial a gente fica de mãos atadas, a gente só pode agir depois que sai o veredito.

E.: Então parece que quando é pra se instalar eles fazem tudo como a Sema pede... mas aí depois que estão lá e conseguem a concessão aí começa a expandir desordenadamente e acabam prejudicando o ecossistema da Lagoa.

B.S.: Isso é uma das questões que eu sei e torno a colocar, por exemplo a Sema ela não tem pessoal suficiente pra ta fiscalizando, monitorando porque por exemplo a gente não trabalha apenas aqui dentro do município, mas todo o Estado. Mas ocorre que inclusive, hoje, estava dando uma entrevista a respeito disso, as pessoas em vez de procurar um órgão ou indicar, denunciar em tempo hábil, quando a coisa começa ou ta iniciando, não, ela deixa passar pra procurar a televisão, procurar coisa pra ficar naquele fala-fala. Quando o órgão chega já não pode fazer nada é tipo como na questão das invasões, por exemplo, a Sema ela não tem autoridade e nem poder de quebrar, tirar as coisas tudo! Quem entra nessa questão é a prefeitura. Que também tem um porém, quando ela chega que já ta armado e tem alguém lá dentro fica difícil de tirar, aí já entra a questão da policia, a questão judicial que fica um negócio chato, fica um negocio muito ruim. Muito ruim você derrubar uma casa com alguém morando lá dentro, então complica, então se fosse possível chegar no momento que inicia as coisas já seria mais simples. Aí que entra a participação da sociedade. Porque a comunidade tem poder de agir.

E.: Já foi feito alguma delimitação da área da ressaca Lagoa dos Índios?

B.S.: Olha! Ainda não. Pela lei da ressaca pode ser feito o zoneamento. Já foi feito o zoneamento de algumas áreas mais, por exemplo, lá na Lagoa dos Índios agente tem um zoneamento, mas ele não ta 100% pronto, por exemplo a área da Lagoa dos Índios é considerada do Gruta até o bairro Brasil Novo. Ai tem a área do quilombo que é considerada uma outra área. Quem ta fazendo essa delimitação é o Incra e o Terrap, também ta fazendo uma outra delimitação [não soube dizer qual é essa outra delimitação]. Quer dizer pra nós, a gente considera apenas a área da bacia. Tem a questão urbana que é uma outra área e a do quilombo que também é.. que define aquela área em uma outra extensão.

E.: A lei das ressacas de 1999, com coloca na prática a questão da delimitação da ressaca Lagoa dos índios?

B.S.: Olha! Basicamente eu uso a questão da Lei Federal [Código Florestal] e o Código Ambiental. Porque a Lei das Ressacas foi feito com o intuito bom. Só que na época que foi feito a primeira Lei, a 0455 de 1999, os deputados fizeram, foi muito apressado, eles não procuraram estudar melhor o caso das ressacas de Macapá e Santana. Por exemplo, uma das questões que é colocada dentro da lei é a proibição, a não permissão de nenhum tipo de empreendimento, qualquer que seja dentro das áreas úmidas, das áreas de ressaca. Só que os elaboradores da lei esqueceram que já existiam construções dentro ou no entorno delas. Eles não procuraram olhar esse ponto, que já existia empreendimentos, e tem empreendimento que não pode ser feito fora dessas áreas, eles precisam de matéria-prima que está nessas áreas que é o caso das olarias. Então, na lei tinha uma questão que quando ficou e ficou como

área de preservação permanente, então ficou aquele detalhe que nem podia tirar a pessoa que tava lá dentro [silêncio] não podia fazer nada! A lei provocou um impasse, pois ela ficou assim ... meio complicada, até mesmo de se entender que é aquela questão que ela só poderia entender depois do zoneamento, depois da demarcação. Agora essa demarcação passou pra prefeitura e a prefeitura não tinha condição e nem tem condições, ainda, de fazer esse zoneamento, então, por exemplo, a gente já ta fazendo alguma coisa. Estou indo atrás de recursos pra fazer em toda a área através do BIRD; do IEPA, através de estudos que ta fazendo para o zoneamento dentro da área da Lagoa dos Índios. Também é um zoneamento que está sendo questionado, quer dizer é uma questão mais complexa pra se determinar essas áreas, para que a lei possa ser cumprida. Agora quando foi feita a reformulação da lei 0455, também começou bem! Chamaram agente, chamaram todo os órgãos pra sentar, pra gente conversar, só que quando a gente pensava que tava conversando a lei já tava sendo aprovada e o que a gente tinha colocado eles tinham vetado. Conclusão: não houve mudança! Aonde a gente queria que mudasse não mudou, e a única mudança foi que a primeira lei dizia que era a lei da ressaca e a segunda, mudou para áreas úmidas, quer dizer área de ressaca, e entrou área de várzea.

E.: Esse termo usado, Ressaca, para as áreas úmidas, alagadas é um termo usado somente por nós ou também em outras localidades? Como é feita essa definição?

B.S.: É ... inclusive em 2000 quando nós contratamos uma consultoria para fazer um trabalho aqui pra nós, um levantamento das áreas de ressaca, ela pesquisou ... ficou quase um ano pesquisando esse termo, o porquê desse termo e não conseguiu descobrir, mesmo entrevistando as pessoas mais velhas da cidade, o pessoal não conseguiu descobrir o porquê dessa nomenclatura.

E.: O Projeto Trilha Ecológica é um projeto da Sema. O senhor podia falar um pouco dele? Pois a a maioria dos moradores não têm conhecimento, somente o Presidente da Comunidade Lagoa dos Índios comentou a respeito.

B.S.: É o seguinte: a resolução que foi feita foi rápida, até porque o enfoque da consulta popular [ocorrida em 12 de Dezembro de 2005] não era a questão da trilha ecológica, mas do hotel a ser construído lá no local. Eu só aproveitei o momento pra falar um pouco da Trilha, mas a minha expectativa foi o seguinte: uma das questões que foi colocada, a questão do fogo na área que ocorre no verão. Então o acesso na questão dos Bombeiros, do pessoal torna-se muito difícil, mas o fogo é fácil, difícil é apagar! Outra questão seria exatamente impedir que outros empreendimentos se instalassem em torno da área. Então nós escolhemos aquela área como área piloto, da Lagoa dos Índios, exatamente por causa daquele projeto, então a gente pensou: poxa! fazer uma cerca, cercar toda aquela área, bom fazer uma cerca não pode; outra questão: pessoal suficiente pra monitorar e fiscalizar a área vinte e quatro horas também não teria. Então a gente pensou o seguinte: unir o útil ao agradável, seria explorar aquela área através do turismo ecológico, seria como? Através de uma trilha ecológica, seria feita uma trilha né? Como já se tem estudo, se tem vários estudos. Tem como pegar o estudo que o IEPA fez, sobre as áreas, identificando vários tipos de árvores, todo o tipo de plantas, identificação com o nome popular e o nome científico. Toda aquela área é conhecida, e é uma área bonita que pode ser bem explorada nesta questão né? Então através da trilha você poderia ter um movimento ali direto. Só que aí depois a gente ficou pensando o seguinte: a trilha vai ser boa, o acesso às pessoas vai ser bom, mas também vai dá acesso pra outras pessoas. Volta aquela questão, não teríamos pessoal suficiente para ficar monitorando às 24 horas. A questão dos empresários, por exemplo, tem empresário que foram multados e estão recorrendo e a gente sabe que essas multas provavelmente não vão ser recebidas, tão pouco! E se for paga não se sabe pra onde vai esse dinheiro, então seria como? Seria exatamente os empresários que iriam investir na questão da trilha. Como? Na construção de mirantes (silêncio), seria construído um mirante de uns 10 a 15 metros de altura, dependendo da distância de 50 a 100 metros e eu instalaria lá um fiscal, um vigia. Nós temos um sistema de rádio que pode ser instalado lá, é só uma questão de adaptação. Isso nós já temos, basta só uma adaptação do rádio e lá ficaria o vigia monitorando aquela área e seria pago pelo empresário. Por que? Primeiro ele estaria fazendo dois serviços para o ambiente: estaria vigiando a área do empresário, que também sofre com polêmicas e paga também vigias pra ficar; e lá de cima ficaria melhor pra fazer esse monitoramento, mas é claro, quando ocorresse algum problema o rádio estaria conectado ao Bombeiro, Batalhão Ambiental, prefeitura e Sema. Quer dizer quando tivesse algum problema ele já comunicaria. Ta! esse seria outro fato, ou a outra questão, também, é que depois a gente verificando o problema que tava ocorrendo na Lagoa dos Índios não era só lá ele ta em toda a área em toda a bacia do Igarapé da Fortaleza, então pra estender essa parte ate o Igarapé da Fortaleza, até o gruta dá pra se

fazer caminhar aquela parte todinha por terra, do gruta já da pra se fazer esse percurso, a barco, quer dizer, você faria o passeio turístico em duas partes, tanto por barco como por terra. E a parte do quilombo que é a parte histórica, tem muitas coisas ali que pode ter um sítio arqueológico, então, pode se explorar muito a questão turística, mas explorar de que maneira? Colocar alguém ali... colocar uma equipe de guia turísticos preparados para receber turistas pra aquela área. Mas preparar como? Aí que entrou a idéia de trabalhar com as Faculdades. As faculdades têm uma grande dificuldade na questão de estágio para os acadêmicos e, principalmente, para aula prática. Então, ali serve como laboratório, então quem iria formar aquele pessoal, os guias? Seriam os acadêmicos. Então, o guia turístico ele tem que tá informado de tudo, porque se chegar alguém e perguntar pra ele sobre a história, sobre a água tudo ele tem que tá... o cara tem que ser um poliglota! E nós temos a faculdade Fama que tem o curso de turismo, o de gestão ambiental, o de história, tem o IMMES que tem engenharia florestal, tem o Iesap que tem turismo tem a Unifap que tem biologia, história, geografia, tem vários cursos que dá para trabalhar dentro dessa área. Então, quer dizer, quem já iria trabalhar ali dentro? Quem já seria movimentado direto porque teria uma escala, hoje, está uma, amanhã outra e poderia está diretamente gerenciado, por quem? Pela própria comunidade do quilombo. E a Sema montaria, não a Sema não! Vamos colocar assim uma parceria com a secretária de meio ambiente a Semat. Porque a idéia é exatamente essa! Sema, Semat, Setur, Prefeitura, Batalhão Ambiental, Coema todos esses órgãos envolvido porque cada um pode dá a sua colaboração.

E.: E a “consulta popular” que foi feita em dezembro, em que resultou?

B.S.: Bom, porque foi o seguinte, aquela consulta, na verdade, foi aquele ponto que eu tava falando. Por exemplo, é apresentado o processo. Olha tá tudo aqui! As licenças que foram solicitadas tudo que era preciso foi apresentada pra construção do hotel, então é o seguinte tem um detalhe que é a questão da trilha a gente vai precisar de suporte técnico, que eu já fiz aquele percurso todo, e é muito grande, a gente precisa andar muito. Então, como conversei lá com a Núbia, lá do quilombo. Disse pra ela: você tá andando e chega lá e o turista que chega lá quer tomar uma água, quer tomar um suco, quer descansar, então tem que ter uma infra-estrutura, querendo ou não querendo tem que ter uma infra-estrutura, porque, pôxa! se eu vou pra um lugar, geralmente quem vai fazer turismo compra pacote e é caro, então se você paga caro tem que ter um bom retorno. É porque, por exemplo: a questão da pororoca, até já morreu. Eu não sei se você já foi lá, é muito ruim; além das casas não terem segurança, você não tem... estrutura, não tem nada! Então quer dizer, você vai uma vez e não quer ir mais! E outra pessoa que quer ir você já fala: não vai que o negocio é feio! Então é o seguinte: o hotel, na minha opinião tem uma das questões... o projeto que seria a construção de um museu... têm vários trabalhos... o trabalho que você está fazendo, tem vários trabalhos de conclusão de curso, tem o trabalho da Norma Maciel sobre a Lagoa dos índios, tem o do Iepa, quer dizer, tem várias filmagens, vários documentários, eu vejo, por exemplo algumas pessoas têm dificuldade de encontrar coisas sobre a Lagoa. Mas, tem muita coisa feita! Se você for no Museu não tem, aqui no museu você não encontra, vai procurar aqui nas secretárias dificilmente você encontra, mas tem muito material de 2000 pra cá foram feitas muitas coisas na Lagoa dos Índios, tanto o pessoal da Unifap, das outras faculdades, do Coema, aqui da Sema. Então são várias coisas que ainda não foram publicadas, mas já foram digitadas em um local. Você pode chegar e acessar, seria assim um acervo assim, uma sala aonde... qual seria a minha idéia... uma sala aonde você poderia... você quer conhecer a Lagoa e não quer andar, então lá você ia assistir um filme, ia ter uma fita, uma filmagem que nós já fizemos, tem varias filmagens que nós já fizemos. Desde quando começou a construção lá ... tem coisas antigas que se pode catalogar, fazer um documentário.

E.: O senhor pode mostrar os documentos que a Sema possui sobre Ressaca Lagoa dos Índios?

B.S.: Teríamos que ir a biblioteca, agora não sei se eles vão encontrar, mas vou perguntar alguma coisa sobre a questão da Lagoa, se eles tem lá e depois eu mostro.

E.: No parecer técnico de Norma Maciel, ele fala do ramal do Azevedo, onde fica?

B.S.: Esse ramal do Azevedo fica ali perto do Infraero, quem vai pra Lagoa dos Índios aí tem aquela curva que você dobra pra ir para a Faculdade, Seama, aí você vai pelo Infraero e aí você dobra por dentro do outro lado da Lagoa, era o Azevedo Picanço, o ex-prefeito, era uma referência, acho que é por isso que o ramal é conhecido assim.

E.: A consultoria feita por Norma Maciel aborda sobre o processo de licitação para aterramento para construção de barreiras de contenção nas ressacas, como está este processo, de licenciamento desde 1997?

B.S.: Esse documento da Norma Maciel eu posso colocar num disquete pra vocês. Mas não sei sobre coisa de contenção.

Entrevista com o Sargento Mainar, do Batalhão Ambiental do Amapá. Em 01 de Fevereiro de 2006.

Entrevistadora (E.): Como o Batalhão Ambiental atua na área da Lagoa dos Índios?

Sargento Mainar (S.M.): Bom, agente faz trabalho educativo, trabalho repressivo, né? E... a parte repressiva que a gente fez foi um auto de infração lá com um empresário, que tava aterrando a área de ressaca, que é uma área de preservação permanente que não pode ser aterrada e no futuro o cidadão veio a conseguir uma licença ambiental através da Sema, que é o órgão estadual do meio ambiente e conseguiu liberar a construção de uma faculdade lá no local. E a gente faz campanha educativa com os moradores dali e participou de uma limpeza ali... naquela orla ali, e também de uma outra limpeza no canal que vai do gruta do Zerão até a Lagoa dos Índios.

E.: Essa limpeza chega a área do Quilombola da Lagoa dos Índios?

S.M.: Bem, não sei se precisar porque eu não participei, essa limpeza garantiu o acesso de embarcações do gruta ali até a Lagoa dos Índios foi uma atividade de turismo incentivada pela secretária de turismo não sei se deu continuidade...

E.: E o período de queimada, as ocorrências são muito intensas? Como o Batalhão ambiental lida com essas ocorrências?

S.M.: Primeiro quando chega a época do verão, a épocas das secas agente faz um trabalho educativo com a comunidade, a gente vai alerta para os perigos das queimadas, e que toda a queimada tem que ser licenciada pelo Ibama, antes de fazer uma queimada tem que ser licenciada e o fogo fato ali e que seca ela pega fogo e a gente nunca consegui identificar quem são os responsáveis, porque eles dizem que é natural aquele fogo ali... começa do nada... ninguém sabe dizer... e a gente não consegui até hoje investigar isso aí, aliás investigar a gente consegue, não consegue chegar aos autores dessas queimadas.

E.: Qual é a relação do Batalhão Ambiental com os outros órgãos estaduais, como a Sema, a Semat?

S.M.: A gente sempre trabalha em conjunto com a Semat Macapá e Santana, Sema, inclusive Ibama também, quando agente é acionado.

E.: E com os Bombeiros?

S.M.: Bombeiro na parte de queima sim! Inclusive a gente já fez curso com o pessoal do bombeiro e... me fugiu (risos) sim e ainda a Sema que é a delegacia estadual do meio ambiente tá e Polícia Federal e Polícia Rodoviária Federal também nós trabalhamos em conjunto.

E.: Vocês multam as pessoas do quilombo quando estão com caça, com alguma coisa proibida por lei?

S.M.: É... a legislação diz que essas pessoas têm que ser multadas, tem que ser conduzidas para a delegacia por estarem com isso e elas respondem tanto a um processo administrativo que é a multa e apreensão e a um processo criminal que é pelo delito em si praticado por essas pessoas.

E.: Como ocorre essa parte das multas? Vocês vão lá nas casas das pessoas.... ou mandam pelo correio?

S.M.: Não, a gente tem uma guarnição 24 horas por dia, todos os dias, tá? e nossa essa guarnição ela se desdobra ou para uma denuncia ou por iniciativa própria chega até o local constata a infração e faz a lavratura do auto da infração que é a multa na hora e esse cidadão depois ele tem 10 dias pra apresentar a defesa dele que é constitucional. Daí agente manda pra secretaria do meio ambiente pra decisão final do secretário porque ele que vai dizer se o cidadão é culpado ou não.

E.: Há um conflito entre vocês e a Sema, quando vocês multam e a Sema aprova esses aterramentos da FAMA, por exemplo?

S.M.: Na realidade o órgão maior a nível de estado é a SEMA, a gente não pode julgar as providências e atitude que ela toma né? A gente só faz encaminhar pra lá os processos e quem decide é o secretário, se ele decidir se libera a atividade ou não compete somente a ele.

E.: Bem, mas vocês fazem o trabalho de vocês?

S.M.: Nós fazemos a nossa parte e cabe a decisão dele que não compete a gente julgar...

E.: Como o senhor avalia a atuação do Batalhão Ambiental na área da Lagoa dos Índios?

S.M.: Falta melhorar e muito, o grande problema ali é que a área é muito complicada de ser fiscalizada, devido o acesso. Quando a gente tava instalado lá no Iepa, alí na Fazendinha, agente tinha

uma embarcação chamado aerobarco que uma vez ou duas vezes por semana agente fazia fiscalização né? Aquela área ali todinha infelizmente essa embarcação deu problema a gente não teve mais esse meio pra fazer essa fiscalização, mas a gente... os acessos que a gente tem, a gente vai, fiscaliza, orienta mas é complicado ali por causa do acesso.

E.: É constante a fiscalização?

S.M.: A gente atenta mais é questão de denuncia, até porque a gente tem pouco efetivo, ele é ainda reduzido... a gente não tem pessoal suficiente pra deixar aqui constante, mas semanal ou a cada 15 dias a gente faz uma abordagem tal ou uma fiscalização e acaba orientando ou autuando se tiver algum problema.

Entrevista com o senhor Márcio Alcântara, Engenheiro Civil do Iapen – Ap. Em 07 de Fevereiro de 2006.

Entrevistadora: Vamos começar com a sua apresentação.

Marcio Alcântara (M.A.): Bem, eu sou Marcio Alcântara, sou engenheiro civil no Iapen, trabalho lá há... mais ou menos 3 anos. Nesses trabalhos de entrevista, para trabalhos da escola eu sou sempre chamado porque lá não existe biblioteca e nem pessoas informadas para esse serviço, às vezes alguns alunos chegam lá pra procurar saber da história... querem ver documentos.... e aí não tem... então eu acabo sendo chamado pra falar com eles.

E.: Qual a área do Instituto de Administração Penitenciária? E quantos pavilhões existem no Iapen?

M.A.: Bem, a área é de aproximadamente 100 hectares, abrangendo toda a área externa, sendo 10 pavilhões é... uma área de administração, exceto o pavilhão de segurança mínima e a penitenciária feminina, é um lugar bastante grande.

E.: Quem determinou a área de construção da Penitenciária? Foi o governo? A Prefeitura?

M.A.: Quem determinou foi o estado, com o auxílio da prefeitura.... mas sempre depois de estudos realizados pelas equipes do governo estadual em conjunto com o Depen que é o Departamento Penitenciário Nacional. A construção lá do complexo era apenas provisória enquanto era feita a reforma do antigo Beiro, no lado do Quartel da Polícia Militar, que agora é uma escola para meninos infratores. E antes era Copen (Complexo Penitenciário), agora é Iapen (Instituto Administrativo Penitenciário). E então, o provisório passou a ser definitivo porque lá na Lagoa era mais distante na época, mas agora com esse inchaço urbano está dentro da cidade novamente, lá era mais longe do centro.

E.: Bem, você considera que a proximidade do Iapen com a Lagoa dos Índios prejudica a área da ressaca?

M.A.: Que pergunta difícil! (risos) bem, apesar da proximidade.... não existe contato direto com a área da ressaca. (silêncio). Às vezes ocorrem alguns probleminhas, mas nada que não possa ser solucionado, (silêncio) é porque os números de detentos aumentaram e o lugar precisa aumentar também, ele deve seguir essa dinâmica... só que não tem verba pra aumentar a estrutura do lugar.

E.: Falando em termos de estrutura, não tem problemas de rachaduras o lugar... por está muito próximo a uma área de ressaca?

M.A.: Não, pois o Iapen fica longe da área úmida da ressaca, lá é terra firme.

E.: Como é feito o tratamento de esgoto do Iapen? Às vezes há transbordamento?

M.A.: Bom, os dejetos são recolhidos nas caixas de passagens e são enviados até a área de esgoto para as fossas externas.

E.: A rede de esgoto é suficiente para atender toda a demanda da penitenciária?

M.A.: Não, porque a penitenciária possui em média 1400 internos e sua capacidade máxima de 600 internos, apesar da falta de verba, o governo prometeu enviar mais verba, mas já existe um projeto em execução para a ampliação dessa rede.

E.: Vocês já foram multados pela Sema, ou outro qualquer órgão de monitoramento e manutenção do meio ambiente?

M.A.: Multados não! Mas já chegou só uma advertência da Sema, mas não sei sinceramente no que deu! Acho que foi só um “puxão de orelha” né?

E.: Existe no Iapen algum projeto que vise a manutenção da área de ressaca da Lagoa dos Índios?

M.A.: Hum... infelizmente não! Pois todos os convênios que determinam que internos da penitenciária realizam limpeza e manutenção são de parceria com a Prefeitura de Macapá e o juiz da varra de execuções penais e os convênios não contemplaram essa área. Porque o nosso objetivo lá é outro, agente não tem muito há ver com o ambiente lá! Entende? O nosso trabalho é segurar os presos (deu um sorriso), mas é claro (pausa) nós gostaríamos de fazer um trabalho ambiental por essa proximidade que falamos antes, porem não é possível está fora do nosso alcance... e nós temos tantos problemas mais graves pra nos preocupar, que esse... essas coisas infelizmente ficam pra segundo plano!

E.: Então, quer dizer que a questão ambiental fica em segundo plano?

M.A.: Eu tô sentindo uma acusação aí... (risos gerais) desculpa! mas agente não pode fazer nada! São coisas que estão acima de nós, entende? Mas acho que futuramente vamos dá mais atenção a essa causa, pois eu acho particularmente importante essa questão do meio ambiente e espero que a penitenciária ligue mais pra isso.

Entrevista com o senhor Manoel Osvanil Bacelar (Nil Pisca), Secretário Municipal de Meio Ambiente e Turismo (Semat). Em 09 de dezembro de 2005.

Entrevistadora: Como a Semat vêm trabalhando na área da ressaca Lagoa dos Índios?

Nil Pisca (N.P.): Bom, nas áreas de ressaca, a Secretaria de Meio Ambiente do Município tem o papel de fiscalizadora e de monitoramento né? Ela tenta é... monitorar os aspectos do jeito que já está da forma que esta configuração se apresenta, não permitindo que se avance a degradação da Lagoa, entretanto, de gestão para gestão muda, e por exemplo nós que estamos a 4 meses em frente a Secretaria, temos tido muito cuidado em ficar sempre acompanhando o avanço e a ocupação do entorno da Lagoa tendo em vista de que nós estamos praticamente 70% das nossas ressacas na área urbana do município de Macapá já ocupadas, mas o papel mesmo não é só da secretaria é de toda uma sociedade, é um trabalho que envolve um conjunto da sociedade, os municípios, enfim os interessados em manter uma vida melhorada para as futuras gerações.

E.: Como a SEMAT faz a fiscalização da área da Lagoa dos Índios?

N.P.: Existem dois campos de atuação. Existe o campo que é na área de Educação Ambiental, que é um trabalho de conscientização, de esclarecimento da função da Lagoa, do papel da importância desta lagoa para o equilíbrio térmico, para a manutenção da vida aquática para a biodiversidade, enfim, há uma série de princípios que são trabalhados né? Conceitos fundamentais e importâncias que são trabalhados para a população, individualmente e por famílias. Nas residências abordagem é feita com panfletos, com filmes, com filmagem é dito qual a função e o papel de uma ressaca, principalmente a Lagoa dos Índios que é um patrimônio cultural e histórico da cidade de Macapá. Então, é feita esta frente de monitoramento e ao mesmo tempo educação. Outro campo é o campo da fiscalização há três estágios: o primeiro é uma abordagem da fiscalização em forma de uma educação de informação, o segundo é uma notificação a nível verbal e o terceiro é uma notificação escrita, já como uma forma de infração. Os três estágios de monitoramento e a fiscalização é feita da seguinte forma, primeiro é feita uma abordagem informativa da população em relação a função e a manutenção e a permanência da Lagoa, o segundo é uma advertência que é feito verbalmente em caso de incidência de promoção de crime ambiental ou intenção de cometer crime ambiental, crime contra a vida... crime ambiental... diversos tipos de crime contra os animais, vegetais e a água e etc... a atmosfera, poluição atmosférica, enfim vários campos que passam por esse setor; nesse momento não há mais um acordo nem uma forma de educar já é uma forma de cobrança de multas e se ele [o infrator] tem um negócio, ele pode ser... ele vai pagar a multa vai ser sancionada, e caso ele repetir a infração pode-se fechar o estabelecimento dele ou pode ser recolhido veículo qualquer, tipo de bem que ele tiver para que seja contido esse avanço da degradação ambiental que porventura venha cometer os três estágios.

E.: Então no caso da Fama, ela paga multa toda vez que faz um aterro dentro da Lagoa?

NP – na verdade, a Fama é um fato.... é muito triste até de descaso de muita gente que passou por esses órgãos que são de monitoramento e fiscalização. Quando eu era vereador em 1998 eu fui relator do processo de implantação da Fama na Lagoa, enquanto eu fui vereador fui relator e dei que ela teria que paralisar imediatamente as obras. E qual foi a minha posição? O que está construído não se mexe, porque não vale a pena reparar o que já está pronto, só que a partir de lá... todo o tempo ela fica fazendo uma... uma... continuando... aterrando, aterrando, aterrando e as pessoas fecham os olhos é um

equivoco, porque o município de Macapá tem o Plano Diretor que é a lei 026, tem a lei 027, a Lei 010 que é o Código de Postura do Município, que hoje a Prefeitura através da Semat atua mesmo! [falou com voz firme] cobra fielmente. Mas, há sim um equivoco com a Sema, sim porque a Sema ela dá uma licença como se nada acontecesse. Eu acho muito estranho... mas não me meto na alçada da Sema, porque a Sema tem o secretário, tem toda uma política ambiental deles. Mas na Semat nós temos uma política ambiental, hoje muito coerente, muito verdadeira e a gente intervém mesmo. Onde não cabe a nós, que já esteja licenciado com a Sema, as empresas que não prestam serviço para fazer qualquer obra, qualquer construção tem que ser licenciada na Semat, porque na circunscrição do município cabe a Semat monitorar e fiscalizar e todos os empreendimentos tem que prestar esclarecimento a Secretaria do Meio Ambiente do Município de Macapá. Então na Lagoa foi assim... amigo daqui, amigo dacolá, porque aqui em Macapá há uma mania... agora tá passando mais um pouco, primeiro se faz as coisas se promove o crime, a degradação, o aterro e depois vai buscar o padrinho pra vim resolver, daí então, hoje o prefeito João Henrique, por exemplo, ele dá autonomia plena pra nós secretários. Pra mim principalmente nunca ele interveio em nada sempre deixou que a agente decidisse dentro da racionalidade, dentro da legalidade criando expectativas porque agente desagrada muito gente, mais agrada também mais ainda pessoas né? Então foi essa questão da Lagoa, questão da Fama que é um empreendimento que não tem consciência ambiental, não tem assim respeito pela a vida, é porque um grande empreendimento acaba fazendo o que não deve né?

E.: Então, não há entendimento entre as ações da Sema e da Semat?

N.P.: Sem duvida, nenhum setor vem até você em nenhum momento, não é só a Fama, mas outros grandes empresários, as ONG's não vem até a Semat pra trabalhar junto. Nós estamos fazendo no momento um trabalho de conscientização. Hoje já se busca a SEemat para a orientação, nós não atrapalhamos os empreendimentos, o trabalho de nenhuma instituição, mas nós queremos ter ciência do que está acontecendo, porque nós temos uma equipe de técnicos especializados para monitorar e fazer orientação ambiental... socioambiental, então nós... ninguém atrapalha, mas também se quer tomar ciência, porque imagina qualquer coisa que é feita é... não se busca, ora, uma praça bonita você vê uma lagoa conservada, uma frente da cidade conservada, será que não tem um responsável por isso?

E.: A Semat tem algum tipo de programa educacional com os que moram próximo a Lagoa ou com a comunidade quilombola?

NP – Sim, sem dúvida como acabei de relatar há uma frente por famílias em cada casa é feito, entretanto, nós apenas estamos começando há ter resultados, porque as pessoas ainda ignoram que cortar uma árvore é crime, como cortar uma árvore, como jogar lixo na Lagoa e é... crime, uma árvore dessa que não dá fruto não serve para nada e essa... a estrutura do trabalho é muito lento, o trabalho educativo ambiental, mas nós fazemos constantemente.

N.: O Senhor poderia comentar sobre o Artigo 58 do Plano Diretor da Cidade de Macapá, que se refere a Lagoa dos Índios como Patrimônio Natural, Cultural e Paisagístico da cidade.

Nil Pisca – Na verdade, ela está no Plano Diretor escrito. Por isso que agente diz que não cabe só a secretaria, mas em todos os municípios. Esse patrimônio pertence aos munícipes de Macapá... da cidade de Macapá, a Lagoa ou as outras áreas de ressaca, córregos da orla do Rio Amazonas ou margens do Rio Amazonas são patrimônios dos municípios dos munícipes de Macapá, então se o patrimônio, melhor dizendo, significa que toda a sociedade tem que cuidar disso e nenhum cidadão tem direito de chegar lá e abusar. a Lagoa dos Índios O patrimônio cultural e paisagístico da cidade de Macapá... isso aqui é inviolável (mostra o Plano Diretor). As pessoas precisam pedir autorização dos órgãos ambientais pra poder fazer alguma coisa, mas não que nós queremos ser apenas preservacionistas, mas é um preservacionismo racional, o equilíbrio racional e paisagístico e agente lamenta que eu reclamo muito que as organizações não-governamentais que trabalham com o meio Ambiente, as entidades não-governamentais não conseguem se manifestar, nós basicamente estamos sozinhos.

E.: Quanto as denúncias sobre as ações na Lagoa dos Índios, o que a Semat tem feito? Há retorno para a sociedade ou não?

N.: Não, há retorno, eu enquanto estou Secretario do Meio Ambiente tenho tido todo um zelo, todas as denúncias eu coloco meu telefone a disposição 99743366 e 21133213 e o 1139 pra receber denúncia na Secretaria do Meio Ambiente imediatamente. Ainda hoje que é o dia dessa entrevista eu já recebi duas denúncias e já encaminhei imediatamente, duas denúncias eu estou encaminhando... agora uma lá

pra um aterro que tem no Cabralzinho pra ser monitorada agora. Então, todas as denúncias que são encaminhadas e que eu tenho ciência e que os coordenadores, diretores de departamento tomam conhecimento, imediatamente agente vai e faz a abordagem, muita das vezes até tem que fazer a denúncia rápido porque agente chega em tempo hábil pra poder fazer a autuação.

E.: Como o senhor avalia o artigo do Plano Diretor que diz: “empreendimento e ocupação nas áreas de unidade, elas são de uso indireto nas áreas de preservação permanente e há restrição a ocupação nas áreas de unidade de conservação de uso direto das ressacas”. Mas, mesmo com o Plano Diretor sendo colocado em execução, as empresas, conseguem comprar e se instalar nas terras da área da ressaca. Como a prefeitura esclarece esse fato?

N.P.: É como eu falei antes, na verdade sempre agente tem visto, que antes, primeiro se faz, se apropria da terra e depois vai atrás de um amigo do político... de um Senador... não sei de quem... não sei de que, sabe sempre nessa má fé não há uma consciência, não vou ocupar isso aqui porque isso aqui não é só meu, isso aqui é de uma população, mas não eu quero colocar o meu empreendimento de qualquer forma, faz qualquer coisa. Então eles conseguem assim... antes não tinha inclusive a Semat, ela é recente, tem sete anos, antes de sete anos o município de Macapá foi tomado por grandes latifundiários, cerca de terras por negociante, por negociatas, quando os diretores da URBAM e secretários da Sema, da Semat assim há 10 anos atrás, por exemplo não existia nada, cada um por si Deus por todos. É isso que agente vê o resultado até hoje nós estamos tentando reparar esse problema que o que ta feito a lei não retroage pra prejudicar... o que tá feito tá feito. Nós queremos vim salvar o que tem para frente né? Então é assim que eles conseguem esse grande empreendimento. Hoje o Amapá está consciente, está aprendendo muito, a população está reagindo, tanto que é que o nosso Plano Diretor foi feito com base na construção social, através dos interesses da coletividade, todas as instituições não-governamentais, governamentais, privadas, os coletivos, os estudantes, associação de moradores, enfim todas as entidades todas as entidades fizeram parte da construção deste Plano Diretor, isso aqui é a vontade da população e aí os gestores tem mais que respeitar! Quem vai contra isso aqui, agente mostra pra sociedade... quem está contra ela.

N.: A construção de mansões e sítios em torno da Lagoa, está dificultando o processo de indenização devido a valorização do imóvel?

N.P.: É, na verdade é só fachada dos invasores que não tem casa, é como eu digo constrói depois regulariza com o amigo, isso é uma lógica sempre foi essa lógica, hoje não no governo municipal, o prefeito não se mete nisso, o prefeito não, não interfere. Só que não cabe a ele diretamente monitorar isso, cabe aos secretários a fiscalização, a segurança pública, a sociedade civil fiscalizar e denunciar mesmo! Sabe porque não adianta se você não denunciar para as instituições não soa não, não tem nem um resultado.

E.: Como o senhor vê o trabalho da Semat em relação ao processo de urbanização pelo qual está passando a área da Lagoa dos Índios?

N.P.: A Semat está reorientando o processo de funcionamento da Secretaria do Meio Ambiente e Turismo, porque nós temos quatro campos, nós temos o campo da educação ambiental, o campo da fiscalização, o campo de limpeza e o Parque Zoobotânico que é a parte científica da pesquisa e a parte administrativa. Criamos o Batalhão Ambiental da Guarda Municipal, para fazer essa parceria juntamente com a guarda municipal. Ela tem parcerias agora com a Eletronorte, tem parcerias com as instituições não-governamentais [a ONG “Amigo em Ação”] que fazem o monitoramento das ressacas, a limpeza das ressacas.

E.: A Semat está participando do Projeto da Trilha Ecológica da Lagoa dos Índios.

N.P.: O corredor da biodiversidade é um programa do Detur, o Departamento de Turismo do Estado. Se eu não estou enganado ele esta por dentro, só que é um programa do estado que cabe a Sema orientar através do Departamento de Turismo. A Semat cuida mais em nível de município. Mas agente sabe o que ta acontecendo e participando dentro do nosso limite, dentro da nossa legalidade do Plano Diretor. Somente isso. Espero ter respondido as questões colocadas.

E.: Obrigada.

Entrevista com o Professor Maurício Antonio Martins Ventura Magalhães, Diretor Acadêmico (Interino) da Fama. Em 31 de Maio de 2006.

Entrevistadora (E): O Senhor poderia se apresentar, por favor?

Maurício Magalhães (M.M): Eu sou Maurício Antonio Martins Ventura Magalhães, estou interinamente assumindo a diretoria acadêmica da Fama. Sou Professor da Área de Administração.

E: Há quanto tempo a Fama está presente na área da Lagoa?

M.M.: Bem, primeiramente a Fama localizava-se no prédio da Escola Santa Bartolomea Capitânio, pois inicialmente não encontramos uma estrutura adequada, um prédio de grande porte que comportasse a Fama, onde pudéssemos desenvolver nossas atividades. Assim, a Fama mudou-se para a área da Lagoa dos Índios somente em 2003/1 (1º semestre de 2003) como locatária do imóvel do Senhor Odilon Filho. A Fama alugou este terreno, mas sem intenção de comprá-lo. O contrato da Fama com o proprietário é de 20 anos. Uma das razões para alugarmos esse lugar foi pela beleza cênica, ou seja, ser um grande cartão postal para apresentar à nossa clientela.

E.: Que tipo de atividade desenvolve na área?

M.M.: Nossas atividades são estritamente acadêmicas. Não utilizamos nenhum tipo de substância que possa prejudicar a Lagoa, como é o exemplo de muitas outras empresas. A Fama tem cursos de graduação (História, Turismo, Ciências Sociais, Administração de Empresas) e cursos de pós-graduação (especialização em Gestão Ambiental, .

E.: Quem é o responsável pela ampliação, pelas novas edificações que estão sendo realizadas na área da Fama?

M.M.: Nós não temos gerencia em questões estruturais, de construções. Somos apenas locatários. Pelo contrato nós não construímos nada. Quem decide e quem faz a ampliação é o proprietário do terreno. Nós comunicamos nossas necessidades e ele constrói; é assim que ele está fazendo a ampliação dos novos blocos atualmente. Somos apenas locatários do imóvel. Nos procuramos não nos envolver muito nessas questões para não partirmos para o embate, tanto com o proprietário como com a sociedade. Isto porque nós cursos que lidam com o meio ambiente, então como nós explicaríamos o fato de estarmos aterrando, degradando a Lagoa onde nós estamos localizados. Temos conhecimento de que o proprietário já fez projeto de ampliação do local e obteve licença junto aos órgãos ambientais para construir. Então, a Fama não agride o meio ambiente, o que ela faz são estudos na área ambiental, um dos compromissos que a instituição tem com a Lagoa. É interessante dizer que até mesmo as lanchonetes que servem aos alunos não é de nossa responsabilidade, são alugadas para pessoas que não são da Fama. O proprietário do terreno aluga o prédio da Fama, do Supermercado Y. Yamada e se mantém como proprietário da Choperia da Lagoa, uma casa noturna. Então a frente que está sendo construída pertence a estrutura da Choperia, mas como a entrada para a Fama é feita pela frente onde está a Choperia todos pensam que essa estrutura é da Fama. Inclusive os jornais se sempre culpam a Fama devido o aterro, os entulhos provenientes das construções, mas é bom frisar que não somos nós os responsáveis e sim o dono deste lugar. Então a reforma está sendo feita pelo senhor Odilon. Inclusive, é bom esclarecer que a construção dos primeiros blocos da Fama já existiam há mais de 12 anos, quando aqui tinha o supermercado Brunswick, onde agora comporta o supermercado Y Yamada, que também já foi o Supermercado Casa das Carnes. Então, a Fama fica onde existiam vários galpões do supermercado Brunswick. Desde 2003, quando a Fama foi aqui instalada não percebi nenhum aterro da Lagoa, pois tudo isso aqui já tinha sido aterrado há muito tempo. O que a FAMA fez foi construir calçamento, ambientação com quiosques, mas em cima do aterro que já existia.

E.: Nós temos conhecimento pelos jornais de Macapá que a Sema já autuou a Fama por está ampliando sua área e adentrando a Lagoa. O que o senhor tem a nós dizer a respeito?

M.M.: Bem, apesar do Batalhão Ambiental ter vindo aqui autuar a faculdade no ano passado, porque ela estaria aterrando a Lagoa, não é a Fama quem recebe o comunicado é o proprietário, a pesar de sempre falarem em nome da Fama, não é ela que tem que ser autuada e sim o dono do imóvel. Isso que saiu nos jornais é o que todo mundo fala, culpam a Fama, mas ela não é dona do terreno. A Fama só está aqui desde 2003. Mas, quando o proprietário foi autuado, o prédio em construção, destinado a Fama, ficou interditado durante o processo de reavaliação da Sema. É bom olhar para os outros empreendimentos que estão no entorno da Lagoa, como os conjuntos habitacionais que estão aqui há mais de dez anos, o Cajari que fica bem na borda da Lagoa. A única área que ainda está intacta é aquela que fica em frente deste, isto porque ela é de controle militar. Tem os bairros Marabaixo I, II, III e agora recentemente o IV, todos em processo de fusão que apesar de não estarem na borda da Lagoa as suas atividades tem influência direta sobre ela. Então tem que se olhar para outros locais, inclusive para a Skol que fica aqui em frente.

E.: E quanto a questão do esgoto, como vocês procedem a respeito?

M.M.: Isso é outra coisa que está previsto no contrato feito com a Fama, ou seja é de responsabilidade do proprietário. No contrato o esgoto é de competência do senhor Odilon. Mas, nós temos conhecimento que o tratamento do esgoto é feito através de filtros, com acompanhamento da Sema. Quanto a essas questões a Fama possui o curso de gerenciamento ambiental, onde os alunos têm projetos para tratamento do lixo que é feito através de coleta seletiva e depois levadas por empresas particulares até a lixeira pública.

E.: Não é contraditório a Fama ter curso voltados para a área social e ambiental e ao mesmo tempo ocorrerem as ampliações dentro da área alugada pela Fama? Como a Fama está lidando com esta questão?

M.M.: Bem, inclusive tivemos alguns alunos que questionaram muito a respeito disso. Eles perguntaram como a Fama pode ter cursos voltados para a área ambiental se está construindo na Lagoa. Então nos tivemos que esclarecer para eles: olha! Nós temos que olhar para o passado, pois isso aqui já existia há mais de 12 anos e nós estamos aqui recentemente e nem somos proprietário do terreno. Como a Fama pode ser culpada por uma coisa que estava aqui há muito tempo. Então, por isso que nós estamos fazendo alguns projetos com a ONG “Amigo em Ação”, inclusive com projetos voltados para a comunidade quilombola, através dos cursos de História, Ciências Sociais, Turismo com o turismo responsável. Temos o projeto de resgate cultural que é um projeto do curso de História que busca resgatar a história da comunidade negra para transformar essas informações em documento, já que não existe registros precisos sobre os moradores. A Fama está idealizando alguns projetos sociais e mercadológicos para a área do quilombo. Um deles é voltado para a educação, do ensino básico, para as crianças da comunidade, através de projeto de Karatê e videoteca. Outro é voltado para a produção dentro da comunidade, onde ela teria um mercado local e a Fama daria suporte profissional de como gerenciar esta atividade através dos cursos de Administração de Empresas e Contabilidade.

Entrevista com o senhor Carlos Pinto Pereira, proprietário da Revendedora de Bebida Skol. Em 05 de Junho de 2006.

Entrevistadora (E): O Senhor poderia se apresentar, por favor?

Carlos Pereira (C.P.): Eu sou Carlos Pinto Pereira, proprietário da empresa revendedora de bebida Skol de Macapá.

E: Há quanto tempo a empresa está presente na área da Lagoa?

C.P.: Bem, a empresa está aqui há aproximadamente cinco anos, quando foi iniciada a construção do prédio, sendo que a nossa comercialização de fato somente foi implementada há dois anos.

E.: Que tipo de atividade desenvolve na área?

C.P.: Nossas atividades são estritamente de revenda. Não fabricamos nenhum tipo de produto, portanto não utilizamos nenhum tipo de substância que prejudique a Lagoa, como é o exemplo de muitas outras empresas que fabricam produtos e poluem o local, como garrafas, descartáveis, resíduos líquidos. A empresa atualmente possui 127 funcionários para a distribuição das bebidas. Além da cerveja skol, revendemos também, o guaraná antártica, pepsi e água tônica.

E.: Antes da instalação da empresa foi feito estudo de impacto ambiental pelos órgãos ambientais?

C.P.: Está tudo regularizado em relação ao terreno, temos a titulação feita prefeitura e possuímos escritura no cartório de imóveis de uma área que corresponde à 21.000m², só que a área construída corresponde a 5.500m².

E.: A empresa já recebeu algum tipo de autuação por parte dos órgãos ambientais do estado ou do município?

C.P.: Não a empresa nunca recebeu nenhum tipo de penalidade das instituições ambientais do estado, cumprimos rigorosamente todos os padrões ambientais exigidos por estas instituições.

E.: E quanto a questão do esgoto e do lixo, como vocês procedem a respeito?

C.P.: Temos instalações sanitárias feitas através de fossas sépticas que são drenadas periodicamente e o lixo é coletado diariamente por empresa particular. Assim, não prejudicamos a ressaca, inclusive preservamos bastante a paisagem, pois ela é um cartão postal para a empresa.

E.: Qual a relação da empresa com a comunidade quilombo? Vocês têm algum projeto que envolva os moradores.

C.P.: Não, nossos projetos sociais são voltados apenas para os funcionários e suas famílias.

Entrevista com o senhor. Almeida Junior, presidente da ONG Instituto Ecológico Cultural “Amigos em Ação”. Em 20 de Janeiro de 2006.

Entrevistadora (E.): Que tipo de trabalho a Ong “Amigos em ação” realiza na comunidade Lagoa dos Índios?

Almeida Junior (A.J.): Bom, antes de mais nada é importante que se diga que a nossa instituição é uma instituição não-governamental. É uma instituição que atua no terceiro setor sem fins lucrativos que trabalha fortemente com trabalho voluntário e que procura dá respostas [pausa] concretas, compreendendo que política pública nasce na cabeça do cidadão né? Então isso pra gente é um princípio? A nossa entidade, nós a posicionamos dentro de critérios não só ambientalistas, mas sócio-ambientalistas né? Não adianta nós termos um patrimônio preservado se as pessoas não puderem usufruir disso né? Então é importante... de mais que um patrimônio preservado possa tirar um extrato em forma de pujança econômica de desenvolvimento econômico, de tal modo que as pessoas possam ter qualidade de vida né? Ou seja, não adianta ter trilhões de dólares em patrimônio preservado se as pessoas não terem trabalho, renda, educação, saúde, qualidade de vida, então as pessoas precisam é na verdade serem servidas de um patrimônio natural, então nós compreendemos que seja qual for o patrimônio natural uma parte dele terá que ser sacrificado para que se formem dividendos econômicos e o ser humano possa sobreviver com qualidade de vida né? Aí nós então, nesse ponto nós nos aproximamos da Lagoa dos Índios. A Lagoa dos Índios há cerca de 10 a 12 anos atrás, ela ficava no final da cidade de Macapá né? Ela banha toda a área oeste da cidade e com o crescimento populacional hoje a Lagoa está dentro da área urbana. Hoje, já existe uma outra Macapá, no outro lado da lagoa que vai do Cabralzinho passando ao conjunto Cajari. Aqueles conjuntos que estão ali próximo até aquele grande conglomerado urbano, que é o Marabaixo I, II, III né? O que que isso quer dizer? Se você olhar numa foto aérea você enxerga a cidade de Macapá, digamos aqui o rio Amazonas (fazendo e mostrando desenho na mesa) agora a Lagoa dos Índios aqui na área oeste, e você já enxerga a Lagoa dentro da área urbana de Macapá. Isso significa que ela sofre um fortíssimo processo de antropização uma pressão antrópica muito grande, a cidade cresce então pra dentro da lagoa e quando nós observarmos esse fenômeno e nós já podemos concluir que tipo de problemas ambientais estão acontecendo né? O esgoto *in natura* atirado, há o crescimento de áreas de invasão que são aquelas pontes que crescem pra dentro das áreas alagadas ou áreas úmidas, como é o termo técnico que nós chamamos regionalmente de área de ressaca, e a Lagoa dos Índios não é outra coisa se não uma grande área. Ressaca e o que isso aflige? Isso aflige a função ecológica daquele ambiente, na hora em que você, por exemplo, vê uma garça sobrevoando a Lagoa, você ainda tem alguma tranquilidade de que a função ecológica não está perdida, mas ela está em risco né? Qual seria o grande momento pra você perceber que função ecológica está sofrendo um dano quase que irreparável, e quando você perceber que a cadeia alimentar foi rompida... hoje ainda não temos esse grave problema que é um sintoma muito grave, realmente, hoje quando você vê a garça voando você compreende então que os microorganismos ainda estão ali, que o pequeno peixe, o pequeno girino existe, o peixinho maior existe e que é isso que traz a cobrinha, que traz a garça né? Então a cadeia alimentar ainda está posta mas isso é uma questão de tempo. Nós estimamos que no ritmo em que a Lagoa esta sofrendo essa pressão antrópica dentro de 10 anos essa cadeia alimentar vai ser rompida e a função ecológica da lagoa vai ser de alguma forma, não permanentemente, porque as formas técnicas de recuperação, mas ela estava muito comprometida. Então, qual são as duas alternativas que a nossa organização fez pra que a nossa estratégia, pra que nós pudéssemos ajudar na preservação da Lagoa, pra que ela não tenha sua função ecológica danificada de forma permanentemente. Nós dividimos a nossa estratégia em dois blocos: uma frente trabalha com as empresas que são formadores de opinião em potencial, as empresas que estão acentuada em seu entorno né? Que elas produzem um dano ambiental muito grave com as suas atividades econômicas né? Então a partir daí nós começamos a discutir com os empresários medidas, que podem ser compensatórias ou medidas reparadoras e medidas que possam melhorar a sua função econômica sem danificar a Lagoa. A parti daí então nós começamos a observar que algumas empresas são mais sensíveis do que as outras né? Algumas empresas não deram importância tem uma atividade econômica muito pesada como é o caso das olarias né? Que extraem material, recursos naturais de dentro da lagoa outras que são prestadoras de serviço, mas que estão instaladas ali como a revendedora de carro, por exemplo né? A parti daí então nós começamos um trabalho de sensibilização dessas empresas e nós dizemos para os empresários o seguinte: “Você tem a tua

empresa instalada do lado de um paraíso, porque que você não agrega esse paraíso a tua marca, em vez de danificá-lo” né? Com isso nós conseguimos sensibilizar várias empresas que inclusive hoje ajudam em alguns eventos que acontecem ali no entorno, nós precisamos de parceria para que esses eventos aconteçam né? A outra grande frente trabalha com a comunidade né? Então vamos preservar! Isso é o quintal da nossa casa, é isso que valoriza! Mais ou menos o nosso patrimônio né? Com isso nós conseguimos envolver a comunidade acadêmica da Fama, nos três seminários que realizamos! Vou fazer um relato pequeno dos seminários ta? E conseguimos envolver a comunidade escolar, lá da Escola do Cabralzinho que é uma escola de 1º grau, e nós entendemos que ela é estratégica para atingir aquela comunidade que reside lá. Já que todos os seus filhos são ali diferentes da Fama, né? Que traz pessoas de todas as partes da cidade, né? O terceiro seminário da lagoa também ele é muito pontual em cima da pergunta, né? Quais são as nossas atividades, não sei eu me estendi muito nesse preâmbulo que eu fiz, então vejam só, o terceiro seminário da lagoa na verdade ele é um divisor de águas, porque a história que antecedeu os quase três anos de atividades nossas ali, eles não, eles na verdade esses três anos eles prepararam a opinião da comunidade acadêmica da comunidade residente, da comunidade empresarial do entorno da lagoa. Nós podemos colher o resultado agora nesse terceiro seminário, né? Pra vocês terem uma idéia pela primeira vez uma faculdade viu vários cursos trabalhando de forma simultânea criando uma interseção entre os cursos, como é que isso vai funcionar? Porque em tese isso é simples, mas na prática é bastante complexo porque há muitos interesses e a sua grade curricular, sua metodologia enfim, então como é que nós pensamos e pra que funcionasse isso de forma bastante eficaz, primeiro nós conversamos por curso, o que é que o curso biologia pensa a respeito disso, o que é que o curso de administração, o que o curso de turismo, pensa e pode fazer. Conversamos com os coordenadores de curso, convenceremos a eles que cada um deveria se debruçar sobre um ante projeto pra que nós chegássemos a um seminário com uma discussão razoavelmente qualificada, né? Pra que ninguém chegasse meio avoado, assim o que nós vamos fazer aqui... isso funciona muito bem! E o seminário serve então pra dá o ponta pé inicial para o nivelamento pra que cada curso pudesse trazer o seu potencial pra dentro de um único projeto de forma coordenada, e como foi a engenharia pra que isso possa ser coordenado o curso de Gestão Ambiental então vai trabalhar o que é o sistema de informação georeferenciada, a partir desse sistema nós vamos poder gerar relatórios, cada curso vai gerar então um conteúdo que vai analisar a relação orgânica da comunidade com Lagoa. Quem pescava, por que não pesca mais? Quem caçava e plantava, por que não faz mais essa atividade? Quem tomava banho no rio ou toma ainda, se polui por que não poliu? Quem deixou de usar a Lagoa? Quanto tempo faz que a comunidade não tem mais contato físico com a Lagoa dos Índios? Né? Qual é a compreensão que essa comunidade tem da importância da Lagoa? Então, o curso de Ciências Sociais (da Fama) a partir desse seu inventário, vai alimentar o sistema. Outro curso, como o curso de Turismo ele vai fazer inventários pra identificar qual é o potencial da Lagoa dos Índios e será que passeios de canoa interessam ao turismo? Será que a comunidade quilombola que está instalada ali tem um potencial no seu artesanato? Nas suas atividades tradicionais pra gerar atividade no turismo? Desse inventário, então, nós vamos poder gerar relatórios que vão, por exemplo, gerar, responder perguntas sobre a área da administração, quantas empresas existem ali? Quais suas atividades? Isso gera uma qualidade de uso do patrimônio cultural impensável, antes do seminário né? Imagina que daqui a 6 meses ou até um ano, nós vamos poder gerar relatórios pro empresário que vai se instalar na Lagoa, ele vai poder ir a esse banco de dados e fazer perguntas ao sistema e o sistema vai gerar relatórios que vão orientá-lo inclusive na parte jurídica. Ele vai saber, por exemplo, que a Lagoa dos Índios foi tombada pelo patrimônio natural do município de Macapá, pelo Plano Diretor, então ele vai poder saber que tipo de atividade ele vai ter dentro daquela área e quais as atividades que não são possíveis, de tal modo, que nós compreendemos que esse III Seminário da Lagoa dos Índios foi aquele que nós mais avançamos, né? Eu acredito que no final desse ano de 2006, nós estaremos preparando o IV Seminário que ele é anual. Nós teremos resultados muito qualitativos para apresentar pra comunidade, a consequência disso, o resultado disso é que isso alimenta a nossa esperança de que dessa forma, de forma a ter indicadores e não através do achismo, nós vamos poder preservar esse que talvez seja o mais importante patrimônio natural enquanto ecossistema dentro da área urbana da cidade.

E.: Quando a ONG vai lá em busca de parcerias, por exemplo com a Fama, com a Unifap, vocês encontram alguma barreira? Como foi pra chegar com a Fama?

A.J.: Especialmente com relação as empresas há realmente uma preocupação muito grande porque cresce o número de cidadãos que querem receber da empresa um retorno dentro daquele conceito de responsabilidade social; ninguém mais quer saber de empresa que só pensa em lucro, né? Se você tiver que escolher um produto, entre uma empresa que tem responsabilidade social e uma empresa que só pensa em lucro. Qual a escolha que você faz? Aonde você vai investir seu dinheiro? Naquela empresa que demonstra responsabilidade social, então é esse argumento que nós usamos pra mover as empresas em direção a preservação ambiental né? Nós então, resumidamente, há uma resistência inicial, mas os argumentos que nós colocamos acabam então fazendo as pessoas perceberem que elas precisam assumir um pouco essa bandeira de que não é só responsabilidade dos ambientalistas, não é só responsabilidade de poder público, então é uma responsabilidade coletiva.

E.: Mas, quando você coloca que as empresas têm responsabilidades, você colocou que é um patrimônio público, mas eles conseguem os terrenos, para a construção dessas empresas, eles precisam de uma lei ambiental... não precisam?

A.J.: Com certeza, numa área como a Lagoa dos Índios todo o mundo que se instalar a partir de um Plano Diretor vai precisar de um estudo de impacto ambiental pra ver qual é o dano que o seu empreendimento vai causar, aquelas empresas que já estavam instaladas antes do Plano Diretor elas vão ter que fazer e já estão fazendo suas adequações, mas foi bom você tocar nisso, porque isso é uma guerra na verdade né? Só pra ter uma idéia nós tivemos que alguns momentos acionar o Ministério Público e pára as obras dentro da Lagoa, isso criou assim uma certa antipatia pelo Almeida Junior, pois ele é muito radical, mas como não houve dialogo nós tivemos que fazer isso e logo em seguida a luz da lei, demonstrado através do dialogo aberto e franco, as empresas perceberam que não é uma questão pessoal, ninguém é contra nenhum empreendimento! O que nós achamos é que todas as atividades sejam elas de pequeno ou médio porte precisam está adequadas a legislação. E a legislação brasileira é uma das melhores do mundo, o que há é um grande problema na sua aplicação em função da falta de aparelhamento do poder público né? Mas a legislação não é perfeita.

E.: Como você comentou está havendo um crescimento urbano, então as próprias pessoas do quilombo estão vendendo seus terrenos até mesmo para as empresas, então isso acaba criando uma descaracterização da área do quilombo....

A.J.: É uma das grandes necessidades que nós temos e nós temos discutido bastante com a liderança dos quilombolas da Lagoa dos Índios é o registro daquela comunidade porque nós entendemos que a legislação voltada para os quilombos ela trata de forma especial essas áreas, então se nós tivermos o registro daquela área nós já vamos ter imediatamente já ter garantia da sua preservação pelo menos ali um e meio, um sexto da Lagoa já vai estar preservado porque essa marca vai ta protegida pela lei que rege os quilombos né? Então a gente poderia se concentrar nas outras áreas extremamente problemáticas né? O que há então, é que os quilombos, e eu vou dizer isso de uma forma bastante delicada pra não causar um mal estar muito grande, mas eles estiveram durante tanto tempo a margem do processo de desenvolvimento, tão esquecidos pelo serviço público, tão carentes de tanta coisa que pra eles não sobrou outra alternativa senão a descaracterização, seja ela cultural, seja ela no seu aspecto geográfico né? Então o problema não é só com relação a venda das áreas né? É a diminuição dessas áreas quilombolas, mas também os rumos que essa comunidade está tomando né? Vejamos, por vocês terem uma idéia, há indicadores que demonstram que cerca de 10 ou 12 anos atrás existiam pelo menos 250 famílias quilombolas dentro da Lagoa, hoje nós temos apenas 62 famílias instaladas ou seja, a falta de escolas, de habitação, de políticas habitacionais, de políticas de transporte público, de valorização cultural acabou e conseqüentemente a falta de geração de renda acabou empurrando essa comunidade pra fora da comunidade e o vazio demográfico impõe de alguma forma que o capital consiga subtrair a parte geográfica, compre a parte geográfica né? Isso também nos faz pensar que as políticas dirigidas para essas comunidades podem fazer o resgate da relação orgânica com a Lagoa, o que isso quer dizer, se for analisar o que acontece na Lagoa dos Índios. Hoje boa parte da comunidade, quase 100% da comunidade mão pesca mais, não planta mais, não cria mais, a conseqüência então é que os terrenos estão vazios de atividades e não há geração de renda, qual é então? Vamos deduzir qual é o final então dessa tragédia? É uma tragédia social, isso se a terra não tem utilidade, provavelmente ela vai ser comprada para que outro com mais recurso possa dá utilidade a essa terra né? Então a nossa defesa ali é que haja é.... nos estamos discutindo com eles e o INCRA, com a UNIFAP que haja um registro de quilombo e a partir daí que políticas públicas possam ser investidas, mas de modo prático, não de discurso pra que a gente possa recuperar aquela comunidade, eu queria

até sugerir a vocês é que procurassem as lideranças da comunidade pra saber se faz sentido essa minha análise, escutar deles próprios, né? Procurar a a Núbia.... a Núbia da associação de mulheres, entrevistar o Ronildo da Associação de Moradores, procurem a Dr. Cristina que está com o recurso para a compra da área, poderiam procurar também o professor Álvaro da Unifap que também tem um projeto interessante pra integrar a UNIFAP nesse processo.

E.: Você falou do Incra, como está a relação da ONG com o poder público, com o GEA, CEA, com a Sema, com o Ibama?

A.J.: Que bom que você perguntou isso! Talvez essa seja a parte mais complexa é... né? Porque envolve as questões de políticas públicas e envolve então muitas vezes pontos de vistas bastantes divergentes né? Então a primeira coisa que nós preservamos é a nossa independência né? Então você nunca vai ver o Instituto Ecológico Amigos em Ação atrelado ao poder municipal, ao poder estadual e ao poder federal né? O que nós fazemos são parcerias pontuais, qualquer coisa fora disso não nos interessa, há determinado projeto ou determinada atividade então nós vamos fazer juntos, a gente entra com parte do recurso, agora uma parceria permanente não nos interessa, porque isso de alguma forma nos tiraria um pouco da autonomia né? E como é que se dá então essa relação? Nós temos uma relação muito intensa, primeiramente com a Semat e com a secretaria de ação comunitária do município, uma parceria muito intensa e quando eu digo intensa é no sentido de sermos parceiros e de sermos críticos também né? Com a Sema e com o Ibama é também acontece assim, com o Incra né?

E.: Quem são aqueles que oferecem resistências quando a ONG vai fazer um trabalho?

A.J.: Bom, falar de nossos adversários (risos) é sempre algo complicado né? Por isso eu não vou citar nomes, mas eu vou citar pra vocês parâmetros né? Toda a vez que nós tratamos do assunto ambiental, nós estamos mexendo com interesses né? Então deixa eu fazer um raciocínio breve pra vocês né? Isso quando eu discuto sempre gera uma polemica muito grande né? Já começa aqui de todo o que há na espécie humana, fez tudo que a espécie humana, fez nesse planeta foi lutar pela conquista do patrimônio natural, quando nós conquistamos as cavernas... é um patrimônio natural, quando nós lutamos por um solo mais fértil, patrimônio natural, matamos, inclusive, por isso, quando nós exploramos o patrimônio natural que são os recursos naturais do solo e subsolo, ouro, prata, petróleo mas agora no século XX isso é uma luta ideológica e econômica então tudo que a espécie humana fez, ao longo da sua existência no planeta terra, foi tentar controlar esse patrimônio, então imagina alguém que vem dizer com uma visão libertaria como nós sócio-ambientalistas temos, é dizer que o patrimônio natural não é nenhum bem privado, nem um bem público, ele é difuso, ele é de todos nós! Né? isso gera aí uma guerra de conflitos muito grande né? Algumas pessoas acham que nós estamos dizendo que o patrimônio natural tem que ficar intocável, e nós não estamos dizendo isso, nós estamos dizendo que é preciso ter racionalidade no uso desse patrimônio, tudo é possível fazer desde que as técnicas de manejo que garantirão a perenidade daquele recurso natural seja mantida, quando se trata então do poder econômico aí a coisa fica dramática.

E.: No caso por exemplo da Fama que faz uso da beleza que a Lagoa tem, pelo que você falou a beleza pode ser usada, porém deve dá algo em troca... não foi isso?

A.J.: É o que chamamos de medidas compensatórias, ali na Lagoa foi cometido um crime ecológico, um crime ambiental, não foi obedecido o que ta previsto na lei que é 30 metros de distância do espelho d'água da Lagoa né? O custo pra recuperação da função ecológica daquele trecho é gigante, então em tese não compensa você tirar toda aquela estrutura dali e investir na recuperação, o custo e benefício tem que ser medido, a geração de emprego, a geração de recursos econômicos, ela tem que justificar o dano ambiental que foi causado, e aí a gente volta a falar mais uma vez o conceito de responsabilidade social que é a nossa grande discussão com a Fama. A Fama não pode olhar só para o seu umbigo ela tem que olhar para a comunidade do seu entorno é por isso que nós propusemos que os cursos façam inventários no entorno da Lagoa. É uma forma de nas medidas compensatórias mostrar pra comunidade que ela se interessa não só com as suas atividades internas, mas elas podem compensar a comunidade, o coletivo por está em uma área que causou um dano ambiental né? Então esse é um conceito daqui pra frente quando eu digo isso pro empresário numa palestra que eu dei na CEA, o empresário, por exemplo, o auditório se mexeu todo mundo, eu disse o seguinte, a empresa moderna quando ela nasce, ela já tem que ter no seu planejamento recursos para as compensações ambientais e sociais, isso já tem que ta no seu planejamento, o empresário moderno não pode mais dizer que desconhece o conceito de responsabilidade sócio-ambiental isso já tem que está incluído no custo dele.

Se ele vai abrir uma empresa, ele tem que saber que há um custo operacional, onde a questão ambiental está incluída e a questão social também, que na minha visão é difícil de serem separadas.

E.: Como você avalia o projeto Trilha Ecológica que está previsto para ser implementado na Lagoa dos Índios?

A.J.: – Tem dois projetos que estão ali instalados, não que estão sendo discutidos pra serem instalados ali. O primeiro deles é a questão da Trilha Ecológica né? Eu acho que qualquer atividade de preservação ambiental, que busque a educação ambiental, que promova a educação ambiental ela deve ser vista né? Mas eu faço uma pergunta. Quando se coloca uma placa a lei tal proíbe a invasão, as pessoas deixam de invadir aquela área? Não se construímos uma Trilha Ecológica, só a trilha ecológica é suficiente? Pra que não haja um dano ambiental, a trilha ecológica tem que fazer parte... ela sozinha não resolve o problema, embora seja uma boa idéia, ela tem que fazer parte de um conjunto de medidas que vão promover a preservação daquela área por exemplo, eu compreendo que uma área livre, aberta num estado e numa cidade que não tem política habitacional só vai conseguir preservar aquela área de invasões habitacionais se houver um trabalho forte do poder público e da sociedade com o objetivo de dá função social para aquela área. Se com uma trilha passando no meio e uma placa dizendo que é proibido é só uma questão de tempo para as pessoas invadirem né? Então o projeto é bom, mas ele sozinho não garante a sustentabilidade, a preservação da Lagoa dos Índios. O outro projeto que está se discutido muito trata do hotel ecológico né? O hotel ecológico ali que vai ser algo construído veja bem qualquer atividade econômica pode ser benéfica desde que ela tenha preocupação sócio-ambiental, então se aquela se... o projeto obedecer às normas do Plano Diretor da legislação, as distancias necessárias de 30 metros do espelho d'água há o tipo de construção que vai ser feita e agregar valor comunitário a sua atividade econômica é bem vindo. Qual é a nossa proposta? Nossa proposta então pros empreendedores, o que nós propusemos pros empreendedores que o hotel ecológico só faz sentido naquela área se ele for um hotel escola, se o Senai, os órgãos afins puderem está envolvidos e a comunidade do entorno tiver uma participação direta como, por exemplo, garotos da comunidade quilombola serem treinados, capacitados para serem a mão-de-obra desse hotel, aí faz sentido para nós construímos uma ilha de riquezas ali voltada para a classe media e pros turistas e se nós não tivermos intimidade desse projeto com a comunidade do seu entorno, então não vale a pena fazer esse investimento né? Então qualquer empreendimento ele precisa ter interesse social, ele precisa ter os olhos voltados para a comunidade do seu entorno, qualquer projeto que seguir esse raciocínio sempre será bem vindo, sempre a comunidade vai está a favor dele, agora projetos que visam puro e simplesmente capitalista terem a nossa critica e provavelmente terão a desaprovação da comunidade do seu entorno da Lagoa.

E.: Qual a avaliação que você faz da participação da ONG Amigos em Ação na Lagoa? Quais os avanços? Há quanto tempo está realizado seus trabalhos?

A.J.: Ela existe a mais de 2 anos, bom eu te confesso que em algum momento a nossa angustia é de que os resultados são muito pequenos, os resultados são muito pequenos mas eles são podem ser omitidos, porque eles fazem parte de um coletivo. Imaginem isso a mais ou menos 8 anos atrás, houve uma multa porque construído um muro de arrimo ali de 100 mil reais e nunca esse 100 mil reais chegaram aos cofres públicos pra serem transformados em benefícios na Lagoa. Então olha como as coisas são lentas né? Num debate com o secretário de meio ambiente e ele fez uma pergunta parecida com essa que você fez né? E os resultados como é que estão? Os resultados aí eu respondi pra ele o seguinte, “secretário o senhor tem poder de fiscalização, poder de política e o poder de comando, controle, o senhor não consegue controlar! Como é que uma ONG um organismo que tem como função principal o fomento de políticas públicas”, fomento não é a realização nem a gestão, é o fomento de políticas públicas e a promoção da educação ambiental pode fazer mais do que vocês né? Então os avanços eles são pequenos mas eles são estratégicos. Se você conseguir visualizar por exemplo o avanço que pode significar agora esse projeto unindo vários cursos da Fama, vão fazer inventários dentro da Lagoa, gerar relatórios, promover conhecimento porque não se pode proteger o que não se conhece né? Se você perguntar hoje qual é o nível de antropização da Lagoa ninguém nem um órgão público pode dizer e daqui algum tempo nós vamos saber o nível de degradação e as possibilidades o desenvolvimento a partir desses relatórios né? Então os avanços podem até ser poucos, mas eles são muito significativos né? Eu diria que após o III seminário da Lagoa dos Índios nós vamos entrar na melhor fase, na melhor etapa desse projeto de preservação da Lagoa com os acadêmicos envolvidos, grande parte é da comunidade envolvida através da escola do Cabralzinho.

Vou transmitir pra vocês uma das grandes preocupações que nós temos, que nós falamos muito daquele eixo ali da ponte que divide a Lagoa, falamos muito daquele eixo que está localizado na Lagoa dos Índios, mas ali não estão os grandes problemas. Se vocês pudessem fazer um sobrevôo e ver o que está acontecendo nos fundos da Lagoa que compreende as áreas próximas do bairro dos Congós e do bairro do Pacoval as centenas de famílias que invadiram aquelas áreas de ressaca ligadas a Lagoa e que moram infelizmente de forma insalubre com dejetos humanos sendo jogados ali com risco real das crianças caírem dentro daquela área alagada e com a perda progressiva da função ecológica daquelas áreas, aí vocês vão ver o que é dano realmente grave, o que é um dano ou um problema grave.

Entrevista com Maria de Jesus Ramos, moradora da comunidade e servente da Escola Estadual Lagoa dos Índios. Em 10 de Novembro de 2005.

Entrevistadora: Dona Maria a senhora faz parte de que família aqui na comunidade?

Maria: sou filha da Dona Ricarda e meu pai chamava-se Jojô. Sou nascida e criada aqui na vila.

E: Fale como é a vida dos moradores aqui na comunidade.

M: A vida na comunidade é muito difícil, pois a comida é escassa e ninguém consegue emprego, pois as empresas aqui próximas, como o Supermercado, a Fama, a Moseli e outras, não oferece emprego para as pessoa da comunidade. Eu só conheço o meu sobrinho que conseguiu um estágio na FAMA. Antigamente os moradores não precisavam do auxílio nem do Governo estadual nem municipal, pois o modo de vida daqui era muito simples. Agente pescava, caçava, tinha algum gado. Aqui era muito tranqüilo, eu sei plantar, subir no açazeiro, capinar, pescar, tudo isso eu aprendi com meu pai, agora eu não faço mais isso; agente não tem mais terra, tudo foi vendido.

E: A senhora faz parte da Associação dos Moradores ou da Associação das Mulheres Negras da Comunidade Lagoa dos Índios?

M: Eu não tenho tempo para ir nas associações. A Núbia sempre me convida, às vez eu vou ... eu não tenho tempo, eu trabalho de manhã e a tarde e no final de semana quero ficar com meus filhos.

E: A senhora participa das discussões sobre a demarcação das terras da comunidade quilombola ou participa de outra atividade dentro da AMNCLI?

M: Eu sei só sobre o artesanato que a Associação de Mulheres fabrica. Mas, não participo, pois não tenho tempo. Eu sei que de vez em quando vem umas pessoas aqui conversar com a Núbia ou com o Ronildo. O pessoal do Incra, a doutora Elizabeth de Brasília alguma vez veio conversar com a gente.

E: A senhora quer continuar a morar aqui na comunidade?

M: Eu quero continuar a morar aqui, pois foi aqui que eu nasci, me criei e aqui que mora minha família e apesar dos problema que acontece eu gosto de viver aqui.

Entrevista com Dona Ricarda Ramos Pereira da Silva, moradora mais antiga da Comunidade Lagoa dos Índios. Em 13 de novembro de 2005.

Entrevistadora: Dona Ricarda a senhora é a pessoa mais velha que reside atualmente aqui na comunidade?

D.Ricarda (D.R.) – A minha irmã é a mais velha que eu, a mais velha da turma toda, só que não ficou aqui né?, Ela foi embora casou com um de lá [da cidade]... e eu agarrei e fiquei, casei com esse daqui que era o Jojo, Jerônimo Ramos da Silva o nome do meu marido.

E: E ele ainda está vivo?

D.R – Não, tem com um ano de falecido.

E: Dona Ricarda, a senhora lembra de onde sua família veio?

D.R. – Quer dizer que eles vieram das “aspas” [África], mas os primeiros habitantes daqui eram os índios.

E: E como os negros vieram para essa região?

D.R.: Eles vieram das “aspas” e chegaram por aqui Não sei se eles vieram do Mazagão ... Sei que eles vieram das “aspas” [África]. Porque eu já sou descendente. O lugar não se chamava Lagoa dos Índios e sim Fortaleza, devido ter o rio lá próximo que vai desaguar até lá na ressaca dos lagos. E aí os índios foram embora e nós tomaram conta, eles não ficaram né? Não! [dúvida] mais primeiro...foi assim tomaram conta da terra e até hoje eu casei com gente daqui. Eu fui nascida e criada aqui, mas os

outros tudo foi embora, mas eu fiquei, eu com meu marido Jerônimo Ramos da Silva e eu Ricarda Ramos Pereira da Silva. O meu pai era Joaquim Pereira da Silva, minha mãe era Teresa Pereira da Silva, a minha sogra era Maria Margarida Pereira da Silva ... não o nome era Alexandra, não Alexandre era o pai dele, Alexandre Ramos da Silva [duvida].

E: O seu marido também nasceu aqui?

D.R.: Foi aqui mesmo! Todo o pessoal dessa comunidade foram embora, mas nois ficamo aqui dentro.

E: Vocês tinham roça aqui dentro? Faziam farinha?

D.R.: Nós plantava... nois fazia a farinha, plantava mandioca, plantava macaxeira, mangueira, plantava laranjeira, plantavam todos só aqui nessa faixa [D. Ricarda aponta para o local na vila comunitária]. E aí a minha irmã plantou e aí veio esse homem aí compro deu 300 real pra ela aí nesse pedaço de terra e ela foi embora daqui e o desgraçado ficou aqui com nós, mas nós tamo querendo essa faixa de terra que é pra botar um posto médico, um policial e botar...fazer uma....[pensativa] aquele negócio que eu esqueci agora...que é pra mãe e pro filho...uma creche.

E: Dona Ricarda quantos filhos a senhora teve?

Eu tive 15, a idade deles eu me esqueci! Eu tive o Joaquim Ramos Pereira da Silva, o Edmilson Ramos Pereira da Silva, Germano Ramos Pereira da Silva, Raimundo Ramos da Silva (já falecido), agente não tem cimitério aqui ... Madalena Ramos Pereira da Silva que morra ali [aponta para a casa na vila], Domingas Ramo Pereira da Silva, Maria de Jesus Ramos Pereira da Silva, Maria Lúcia Ramos da Silva, Mariazinha de Jesus (que também já é falecida, morreu com 4 anos) e depois a Lúcia, Lucinha e o outro foram aboto [aborto] eu abotei 8, foi um bocado! Dois... ah! ... morreram o Raimundo, a Mariazinha, a Maria Lúcia e agora os “abotos” que eu tivi que eu não criei né? Nasceu morto. Os que estão vivos aqui é ...são a domingas mora lá fora..., na entrada do quilombo e o Germano que mora em Macapá. Eu visito eles. Aqui...tem a Madalena, Maria de Jesus , Edmilson, Joaquim. O Edmilson é o mais velho. Eu casei com 15 anos e nesse tempo não tinha televisão [risos], eu não lembro do tempo que veio a televisão e a energia [pensativa] foi no tempo do Janari Nunes quando fez esse prédio e esse grupo aqui [mostrando a Igreja e a Escola] e outra coisa que eu...como diz o outro... eu fui nascida e criada aqui e nunca tive filho na maternidade foi tudo aqui! Eu sou partera [parteira] eu fiz dois cursos eu e a minha irmã. Eu faço remédiode Catitú, é Mucuracá...aquele é o ... a Catinga nina é bom pra desinfetar o corpo. Muito remédio sei fazê ... eu benzo, eu puxo as pessoa que se quebra...eu benzo as crianças tudinho, não carece ir pra Macapá passar pela mão de Médico. Quando é pra lá eu sei [referindo-se à Macapá] quando é pra cá também. Eu sou a médica daqui! A Joaquina, minha irmã, não sabe benzer e nem puxar, só eu mesmo![diz orgulhosa]. Hoje vai ter missa, o padre vem... ele vem só as vez. Essa igreja era quando o meu pai ainda era vivo, só que não desse jeito, quem construiu ela foi...[pensativa] o pessoal do governo que fizeram essa capela de Nossa Senhora do Carmo, acho que é dessa época da escola ...não ela foi a primeira, antes da escola. Ela já foi desmanchada duas vez.

E: A senhora lembra quando a rodovia Duque de Caxias foi construída?

D.R.: Eu não lembro quando foi construída essa estrada [a Rod. Duque de Caxias] e nois quando ia pra Macapá...ia pelos mato, pelos caminhos. Eu e o meu marido tinha até 150 reses [gado]. Meu marido comprou um cavalo, um boi e mandou fazer um carro desse que o cavalo puxa e nois carregava mandioca, farinha e levava pra Macapá, nois vendia na feira. E hoje não se vende, porque não tem terra e o que tem pouco não dá pro pessoal todo, nois não tem terra pra trabalhar. Eu queria ver se até janeiro dá pra plantar, porque em janeiro dá pra plantar mandiocamas ninguém sabe nem quando é que vão receber essa terra, não sabe o tempo que vai levar...se até quem sabe já não morri! [lamenta]

E.: E o sustento da sua família como é feito agora?

D.R.: Bem, o sustento da minha família? Porque eu sou aposentada e o meu marido também era, ele deixou então a aposentaria [aposentadoria] eles passaram pra mim... porque ele era um homem bom, o pessoal da UNA [União dos Negros do Amapá] até ontonte mandaram um papel pra tirar o negócio, que já nem sei o que é! ...a Núbia sabe! e os pessoal que gostava dele...ele era o primeiro daqui que cantou Marabaixo, tenho foto dele com o chapéu branco. Outro auxilio que recebo é o da parteira, de 150 real. Os meus filhos recebem a Bolsa Família, a Bolsa Escola, mas é de 150 também. Eu já recebo a muito tempo no Banco da Amazônia, a aposentadoria é pelo Funrural.

E.: A senhora conhece alguém ou tem parentes que trabalhe em alguma dessas empresas daqui de perto da comunidades como a Fama, a Moseli ou no Governo?

D.R.: Não, eles ficam tudo aqui, só o Germano que no governo era policia, mas já é aposentado, aposentaram ele, agora ele ta andando atrás de um dinheiro com um banco e os outros ficam por aqui mesmo trabalhando na terra preta. Aqui agente pesca, pouco mais pesca: pesca Traíra, Acará, Tucunaré, Tamatá, Jiju, antes tinha Arraia. Antes tinha tudo... açai... camarão agora quase não tem mais... agora tudo é mais longe e o rapaz quer prender da gente o açai, o igarapé era da finada minha vó, mandei prender tudinho, porque os primeiros netos somos nois! [fala com indignação]. E hoje em dia, agora o Juraci [pai de Ronildo, presidente da AMCLI] quer prender e não deixa nois pegar nem peixe, mas eu sou teimosa! Eu pego peixe e na época do açai eu mando os meus netos apanhar porque nois somo de primeira geração, somos netos e eles já são bisnetos. Outro que não quer que agente pegue peixe é o Beto, e ele não é daqui, quem é daqui é a mulher dele, ele é de fora... daí da boca Fortaleza.

Só sei minha filha que já criamos galinhas, patos, agora não dá pra criar ganso porque tá tudo fechado e aqui que é aberto e aqui roubam tudo, tem muito ladrão aqui! Por causa que... se Deus ajudar agente vence essa parada [refere-se a demarcação das terras da comunidade] que vai sair um bocado de ladrão. Os que roubam são os vem de fora. Eu moro sozinha, as vez o meu neto dorme lá comigo, mas eles não querem mais dormir comigo porque eles tem medo do finado mexer com eles. Todos nois somo católicos e os padroeiros daqui são: Nossa Senhora do Carmo é em junho, São Joaquim é em agosto, Santa Luzia que vai ser agora em 13 de dezembro, onde dança marabaixo e vai ter uma festa dançante.

E.: A senhora já vendeu algum terreno aqui?

D.R.: Meu marido vendeu, a algum tempo atrás, porque eu adoecia, graças à Deus! Adoeci mais pelo reumatismo na perna. De vez em quando ele adoecia e vendia um pedacinho de terra, eu mesmo nunca... nunca vendia nenhum pedaço. Vendia pra comprar remédio, alimentação...comprar boião. Eu não me arrependi, por que eu mesma nunca vendi. Agora que o governo Federal toma conta do nosso negócio e aqui os governos tudo...nois tem botado...tem que botar a cara [fala com veemência]. Porque os mais velhos somos nois, vão deixar os mais crianças tomar conta de tudo? [refere-se aos presidentes das duas associações]. Eles tem uma curticação com nois... comigo e com a Núbia [refere-se à família de Ronildo]. Eles estão vendendo tudo as terras da mãe deles, e o culpado é o Juraci [sobrinho do marido de D. Ricarda], com o filho (Ronildo) e a mulher. Ele [Seu Juraci] é daqui e a mulher dele é da boca da Fortaleza.

E.: Vocês utilizam a água da lagoa ou do Igarapé da Fortaleza?

D.R.: Bem, eu tiro do poço que tá ficando amarelo igual um tucupí e eu mandei gapuiá [ver o que tinha dentro do poço]. Só que a água ta ficando ruim mesmo. Agora eu já tenho caixa d'água, eu tô começando a fazer a minha casa e eu tirei 3 mil real do Banco do Brasil, mas só a senhora vendo o que o rapaz fez com a minha casa, ele comeu... levou um bocado... meu dinheiro não tá tudinho naquela casa não! A pessoa que eu coloquei pra construir pediu logo o dinheiro e comprou todo o material só se a senhora ver... porque a casa é de cimento armado. E a fossa? ah! Eu vou lhe contar! Ninguém faz despejo nela porque tá esbandalhado, ele sumiu com o meu dinheiro. Tem fossa lá mas ta cheia de água, esbandalho, agente puxa naquilo [descarga] mais a água não desse.

E.: E o lixo como vocês lidam com ele?

D.R.: O lixo eu queimo... boto um bocado nas plantações (do quintal) e o resto eu queimo, negócio de folha. E o carro do lixo não passa mais aqui! Um da prefeitura passava aqui, quem trabalhava nele era uma menina dali [aponta para a casa de uma das moradoras da comunidade] uma neta minha, faz muito tempo... já faz ano que a maquina comeu a coisa daqui e eles não vieram mais carregar o lixo.

E.: Como a senhora vê o estudo das pessoas daqui da comunidade?

D.R.: Eu nunca nunca estudei... só meus filhos, na minha época de estudar não tinha escola agora que apareceu... meus netos tudinho estuda aqui! Bisneto tenho, mas meus netos tudo é aqui mermo. Tem gente daqui que estuda pra lá no Cabralzinho, eles vão de Kombi que vem buscar. Essa Kombi as vez eu tô precisando eles pegam e ainda jogam poeira na cara... essa Kombi que vem buscar os meninos. A culpa da gente não ter todas as séries na escola é dos empresários... não é só os empresários, do governo ...aqui tem um ... trabalha no bombeiro, outro tem advogado, tem doutor, tem tudo...tem médico mas os médicos já estão saindo tão vendo a guarda já devagar, eles tão saindo vendendo pra outro, isto é que é né?.[refere-se às pessoas que tem terreno dentro do território da comunidade]. Você vê tá tudo cercado não tem espaço pra plantar!

E.: Como vocês cuidam das doenças, do parto das mulheres grávidas?

D.R.: Doença mais eu pegar mulher.... aí o negócio pegação de mulher... eu pego as vez eu vou... as vez me dão só 50 real. Esses muleque quase tudo eu que peguei essas crianças daqui. Ram! [risos]. Tem muita mulher grávida por aqui. Eu já pequei mulher de 2 filho e de pé também, eu já peguei 2 de pé. A malária sempre aparece, a dengue, a febre, dor de cabeça, gripe. Em geral as pessoas não adoecem muito, e quando adoecem nois peleja pro bombeiro pra virem... as vez eles vem e quando não tem que colocar na bicicleta e ir embora... o meu marido deixou um carro velho aí, mas não tem conforto pra levantar aquele carro, o fundo dele não presta mais é só era uma tampa, eu pra fazer tem que trabalhar muito... e o carro ta em boas condições mas eu não tenho conforto, de vez em quando eu boto um tostãozinho nele. Ele ainda funciona mas prega de novo.

E.: Com que frequência os agentes de saúde vêm aqui?

D.R.: Não, nunca, os do governo não trazem nada. Olha! Eu vou contar uma coisa pra vocês, outro dia eu tava ruim, ruim mesmo, tava mau fui pro hospital... andei... andei... não encontrei um que me desse um remédio. Já um camarada que mora aí, mora não quer morar... quer fazer uma casa aí só que não pode, é que me deu assistência ele comprou o remédio... coitado. Não tem posto médico aqui dentro e o do Cabralzinho eu nunca fui lá, não dão não remédio, tudo tem que ser no dinheiro pra comprar... depois que morre não deve... porque não dão né? E é difícil aqui alguém que tem pena da gente aqui. Olha eu sou aposentada eu, meu marido era também aposentado, mas olha, enquanto nois tivemos o dinheiro da posentaria nois comia e bebia e quando falta ah! Nois... ele se virava... pegava um “bico” [trabalho temporário] aqui outro ali, ele pegava um dinheirozinho pra dá o que comer pra nois, nunca deixou como diz o outro, sem comida.

E.: E esse leite D. Ricarda que a senhora está carregando?

E: A senhora gosta de viver aqui?

D.R.: Eu gosto de morar aqui porque é tranqüilo, o mais ruim aqui é a cachaçaramba[cachaça], aqueles que bebe né? Sábado e domingo esse pessoal não pára, eu não sei como eles não estão bebendo aí agora? [pensativa] Porque eles tava pra festa lá pra casa do “Go” eles estão tudo dormindo [risos], mas quando eles acordarem...[risos]. Mas só a bebida que incomoda ... um dia racharam a cabeça dela [sua neta] aqui assim [mostra o lugar na cabeça] uma festa que a Claudina, minha neta, foi... quebraram isso aqui dela, até hoje ela não foi tirar nem o ponto. A festa é pra lá pra beira do Igarapé.

E.: Tem muita briga entre os moradores da comunidade?

D.R.: Agora agente briga muito. Agente briga com aqueles uns que não querem deixar nois apanhar o açai, não quer deixar nois pegar peixe, não quer deixar fazer nada! Sendo os mais velhos [fala indignada] como eu, que pula aqui dentro sou eu! A mais velha, a mais idosa, que me chama até de raiz daqui, não quer que pegue peixe. E ele é sobrinho do meu marido! É o Juraci em vez ele dá apoio pra ficar, como é? Pra sair... não não pra ficar mesmo, não pra sair [confusa] como esse aí [aponta para um terreno] o Braga [dono do terreno] é um homem que... uma vez ele só faltou me bater foi... foi... ele falou “a senhora se faz de santa, mas não é santa não!” [falou imitando a voz do senhor Braga]. Eu disse “eu não é de me fazer de santa, eu brigo por algo que é meu e vocês chegou aí e pegou ...” e o pessoal do Incra já veio aí quatro vez só dá um papel pra eles e eles continuam aí. Tem muita gente que tem terreno aí: o Atila [dono de uma madeireira] que mandou cercar. Isso é de muito tempo, do tempo do meu marido que o pessoal tá vendendo. Aquele lá de fora que vai pro coisa [para a rodovia]... aquele terreno era dos meus pais, da minha vó, nois já tivemos lá morando por uma semana, fizemos a casa de taba, e fumos pra lá eu e o meu marido... a senhora não sabe que eles entraram lá... a policia, aqueles de preto entraram, me arrastaram que até hoje eu tenho esse ferimento no joelho, porque eu não queria sair eu disse “eu não sai daqui porque isso aqui é meu, do meu pai, da minha vó”. E quem ficou no nosso terreno, disque é, um doutor desses aí... é aquele cercado grande que estão fazendo pois esse Muica disse “vocês tomam cuidado quando eu levantar aquele tumu de terra vocês se mandão tudo pra lá, fazer igual o Curiaú”. Porque no Curiaú foi assim... em vez deles taparem pra frente, eles taparam nas costas e aí o pessoal chegou e botaram eles pra fora e aparece que já tinha casa. O nosso avô morreu, a nossa avó morreu e deixaram pra nois... e agora querem tomar de nois. Eu me criei com a minha avó Maria Alta da Conceição, e o meu avô era Raimundo Lindo da Silva.

E.: Obrigado pelas informações Dona Ricarda.

D.R.: De nada, eu gosto de falar pra vocês disso tudo, porque eu tô muito triste com essa situação.

Entrevista com a senhora Núbia Cristina Santana de Souza, Presidente da Associação de Mulheres Negras da Comunidade Lagoa dos Índios. Em 24 de novembro de 2005.

Entrevistadora (E.): Você poderia se apresentar por favor?

Núbia Souza (N.S.): Meu nome é Núbia Cristina Santana de Souza, 25 anos, tenho a formação de professora, não atuo na área. Sou presidente da Associação das Mulheres Negras da Comunidade Lagoa dos Índios. Também, sou técnica em Elaboração de Projetos dentro da Secretaria de Afrodescendentes (Seafro). Sou uma das articuladoras políticas dentro dos quilombos no estado do Amapá e a nível nacional, também faço parte da Coordenação Nacional dos Quilombos.

E.: Núbia, como surgiu a Associação das Mulheres Negras da Lagoa dos Índios?

N.S.: Bom, a Associação surgiu a partir dos vários problemas que a comunidade enfrentava desde 1997, mas foi a partir de 2000 mesmo que a gente conseguiu se organizar através da Associação e conseguiu combater vários problemas, que tinham dentro da comunidade, como: a prostituição, um enorme índice de miséria dentro da comunidade, a violência contra a mulher e até a identificação da comunidade enquanto negra, né. Isso que mais nos preocupou e forçou que a gente trabalhasse mais rápido a questão da Associação das Mulheres Negras; já que as mulheres são a base, foi a base de todo o trabalho que a gente já vem construindo. Então foi o motivo da gente esta formando a Associação de Mulheres Negras da Lagoa dos Índios.

E: Então, qual o ano de fundação da Associação?

N.S.: Foi em 2000, é foi feita a fundação de fato e de direito.

E: Qual o número de pessoas associadas?

N.S.: Diretamente nos temos 376 mulheres, sendo que a metade delas mora dentro da comunidade (188) e outras não, são pessoas, são quilombolas que saíram de suas terras por vários motivos, mas mesmo assim agregam a associação, participam ativamente e também trabalhamos com os jovens, com os homens, com as crianças que dá em torno de quase 500 pessoas.

E.: As pessoas de fora têm laços de parentesco, então, com os moradores da comunidade?

N.S.: Tem, isso é laço fundamental, por quê? Porque a maioria das pessoas que estão fora da comunidade, também, não estão numa situação boa. Estão em áreas de baixada, tem vários problemas sociais, como a questão da violência, filhos que são envolvidos com drogas e outras coisas mais.

E.: Então, faça uma breve caracterização da Associação.

N.S.: Bom, hoje nossa situação mesmo é política, mas uma política por uma melhor qualidade de vida da comunidade, né, da gente tá debatendo não só lutando pelos problemas da nossa comunidade como das outras comunidades, também. Então a gente é uma articuladora política. Hoje, né, já conseguimos combater vários problemas que tinha na comunidade que é a questão da violência, da identificação, de eu auto me definir quanto negro. Hoje a gente ta na questão de articulação mesmo, política e crescimento cada vez mais dessa, das mulheres e todos os membros envolvidos.

E.: Núbia a gente sabe que a Associação tem vários projetos, cursos, então eu queria que você falasse quais os já desenvolvidos, os que estão sendo efetivados ou realizados na comunidade?

N.S.: Bom, nós temos o artesanato, né que já foi efetivado, e de piscicultura, que também já foi feito esse ano [2005]. A violência e a questão da violência contra a mulher foi um dos projetos trabalhado em 2001 que incentivou que as mulheres denunciasses mais os abusos de seus maridos, porque quando a gente iniciou o índice de mulheres violentadas, espancadas dentro da comunidade era muito grande. Hoje, já é o contrário, né. Não brincando, mas as mulheres estão exercendo mais o seu direito, elas não estão desculpando a brincadeira, mas os homens já tem até medo de encostar a mão nelas porque sabe que vai ser ... vai ter problemas dentro da comunidade.

E.: Tem algum projeto em execução?

N.S.: Só o artesanato, só. [Projeto lançado no dia 10.03.2006 na comunidade].

E.: Tem algum projeto para o futuro?

N.S.: Para o futuro temos o Informe Quilombola. Ele vai trabalhar com os jovens, específicos da comunidade ta! [Mas] envolvendo outros jovens de outras comunidades. Onde a gente vai está incentivando o hábito da leitura, entendeu, e que a comunidade possa se enxergar dentro desse jornal. Então, é esse o nosso projeto que ta em fase de execução. Tem a piscicultura que é exatamente para combater as queimadas, né, e poder ta protegendo os lagos. Então, se a gente conseguir a titulação, tá entrando em vigor, a partir de fevereiro, que é pra proteger aquela área que sofre muita queimada, que é a área de ressaca. Então, são dois projetos que a gente pretende trabalhar no ano que vem (2006).

E.: Como foi pra você chegar aqui na Secretaria? Quem dá apoio ou vocês tem algum vínculo com outro órgão. Qual é, quem apóia vocês?

N.S.: Bom, a minha chegada aqui foi até um pouco assim conturbada demais, mas eu acho que agradeço todo esse trabalho que foi feito, essa base que foi da comunidade Lagoa dos Índios, né? Hoje a gente está aqui fazendo um trabalho mais amplo com toda a comunidade negra, fazendo uma discussão a nível nacional também, que a gente tá fazendo essa interlocução, mas não foi porque A ou B apontou, mas eu acho que foi a base do trabalho que a gente vinha realizando que foi verdadeiro, que fui chamada pra cá, isso a gente agradece ao governador que viu com bons olhos, pegou os mais técnicos vamos dizer assim, que estão desempenhando o papel dentro das entidades afro-descendentes e trouxe pra cá pra formar as políticas públicas de concreto para os afro-descendentes.

E.: Então, como você caracteriza sua postura dentro da comunidade, seu relacionamento com os moradores, como você percebe a comunidade, como vocês convivem?

N.S.: Bom, eu me considero que nem Cristo, né? Adorada e odiada, essa é a palavra certa. Porque Cristo tentou fazer o bem, mas nem todo mundo disse que Cristo fez o bem, mas ele conseguiu fazer o trabalho. Então, eu vejo assim, não só eu, mas muitos outros líderes, entendeu? Ele é aquela pessoa, o líder maior que eu vejo Cristo que foi uma das lideranças. Foi um dos primeiros líderes a comandar o mundo todo, propôs um ideal, que nem eu: lutar pela justiça, para que as mulheres possam ter algo, ler... Você vê que na passagem da Bíblia você vê Jesus, todo mundo condenava a prostituta. Ele não, trouxe ela como liderança porque ela fazia parte de um trabalho todo. Então eu vejo assim, que o meu trabalho dentro da comunidade e até fora mesmo da comunidade é assim que nem a vida de Cristo. Agrega, a gente procura fazer o máximo, a gente acha que o certo é trabalhar para o crescimento da comunidade, mas têm pessoas que não concordam. É desse jeito.

E.: O que você conhece sobre a comunidade quilombola? Você poderia relatar, fazendo um breve histórico de tudo que você conhece sobre a História da Comunidade?

N.S.: Bom, o meu relato é em cima da formação dos nossos antepassados. A comunidade, ela veio surgir por volta de 1750. A primeira pessoa [que ela tem conhecimento] que foi a mãe do seu Jojô, Dona Teresa que morreu com 150 anos. Isso são informações que ele mesmo me passou. Porque antigamente na comunidade ninguém dava ouvidos aos antigos, eles estavam lá todo esse tempo e ninguém valorizava. Então eu pedi que ela me contasse as histórias, assim, veio os netos, os bisnetos, vieram escutar e viram que a gente já tinha um tempão ali. Mas ele [seu Jojô], garantia que a gente já existia muito mais do que isso. Tem uma carta que parece de 1802 dando a partilha das terras, né. Então a gente já existia bem mais do que isso, pelos relatos dele. E assim, veio se formando as outras vilas, né. Veio formando várias famílias: dos Pereiras da Silva, Joaquim Demétrio, Ramos da Silva, Nascimento, Rola. Parece-me e esqueci ..., a família do Coração também, só que como naquela época o número de terras era maior. Elas foram se desfazendo, surgiu a Lagoa de Fora, surgiu o Coração, o Porto do Céu que era uma única partilha, que era a posse São Pedro da Ilha Redonda. Hoje quem carrega esse nome é somente a Ilha Redonda, mas era toda aquela que você vê lá do, de próximo da Lagoa, onde se concentra a Skol, Moseli, entendeu, o bairro do Congós e outros e outros bairros que já descaracterizaram as nossas terras, eram terras de quilombo da posse da Ilha Redonda, entendeu? Então, foi assim que começou essa posse, foi dividida com outras comunidades, aí ficou Lagoa de Fora, na época não era Lagoa dos Índios, era Fortaleza, que se chamava pelo fato de ter, ter o rio lá próximo que vai desaguar até lá na ressaca dos lagos, Ressaca dos Lagos dos Índios e chamava Fortaleza. Após o incêndio que teve na Escola [antiga], o governador Janary Nunes, pelo fato de ter os antepassados e a própria história pregar de que lá viveram os índios e que realmente viveram, colocou o nome Escola Estadual Lagoa dos Índios, aí ficou apelidado o nome de comunidade Lagoa dos Índios, mas o nome real era Fortaleza. E a gente até faz uma discussão, Fortaleza por dois motivos: quando se falava em Fortaleza todo mundo já dizia, a comunidade dos pretos. Já faziam referência lá e foi um dos motivos que fez a gente trabalhar mais. E recentemente veio pessoas que não fazem parte da nossa cultura e instalou uma fábrica de goiaba lá e fez um grande plantio de goiaba e colocou ramal dentro do goiabal, veio mais uma descaracterização da nossa realidade. Aí o povo todinho já esqueceu tanto Comunidade da Lagoa dos Índios, como Fortaleza e chama só de Goiabal que a gente briga, corrige as pessoas dizendo que é Lagoa dos Índios e ramal da Fortaleza.

E.: Núbia como você vê a participação, o papel dos seguintes órgãos na comunidade Lagoa dos Índios? Com a Secretaria de Promoção e Igualdade Racial (Seppir).

N.S.: A Seppir foi fundamental tanto para o crescimento da nossa comunidade quanto das outras e a promoção das nossas políticas públicas a nível nacional e hoje você vê ela entra mais dentro dos estados, né. Hoje aqui dentro do estado do Amapá a Seppir está desenvolvendo um trabalho, desenvolvendo antes de chegar no estado a gente já tava participando lá fora, foi aí que a gente fez o contato maior: Curiaú, Lagoa dos Índios e esqueci o outro nome do..., foi o primeiro contato que teve. Foram três comunidades, aí eles vieram pra dentro do estado e fizeram o lançamento do Programa Brasil Quilombola. Já fazia uma articulação já com alguns movimentos urbanos e esse projeto do Programa Brasil Quilombola e que veio fazer o trabalho mais efetivo né? A Seppir tem a mesma função da Seafro, hoje aqui no estado que é a articulação de ações de políticas dos ministérios; como aqui no estado também o governador do estado teve essa preocupação de estar articulando ações políticas pra essas comunidades que não eram atingidas, não tinham uma política específica. A Seppir, então garante a participação das entidades, das comunidades nos eventos que o governo promove. Ela é um órgão que está representando a comunidade, então eu tenho uma cadeira, eu posso participar. Não é assim somente, participar, nem só garantir, mas ela procura ouvir. Esse governo é o primeiro governo, não querendo dizer assim, questão partidária, mas é o primeiro governo que chama as comunidades, os movimentos para dar opinião nas políticas que ele deve lançar para a população. Então, é esse o papel fundamental: unir as ações políticas com a opinião do povo, e o povo é o movimento organizado né, são as organizações então é esse o papel da Seppir.

E.: E com a Fundação Cultural Palmares?

N.S.: Bom, a Fundação Palmares, foi uma grande mestra, né? Foi uma das pioneiras a trabalhar a questão do artigo 68 que nos garante a terra; o 215, 216 pelos quais o Estado deverá proteger todas as áreas de remanescentes indígena e quilombola, né? Então foi uma das primeiras, mas ela começou a trabalhar só nesta época. Porque na época do FHC, ela não distribuiu a função de quem era a função, por exemplo, assim, o Incra desde 1999, ele deveria garantir a questão da terra, mas aí foi obrigado a criar uma Fundação pra poder garantir o artigo 68 e dizer que os negros tinham direito à terra. Então aqui não se tornou diferente, chegou tardio, né foi em 1988 que foi criada a Fundação Palmares 1988/1989, mas a ação dela só veio aqui pro estado a partir do Quilombo do Curiaú que eles fizeram todo o assessoramento e em 2001 chegou na comunidade da Lagoa dos Índios, onde o presidente da Fundação Palmares, foi lá, viu a realidade e começou a fazer aquele grande processo, mas ele ficou de mãos e pés atados, porque ele não tem o poder do Incra, de está retomando as terras, de está fazendo a indenização, ele podia entregar o título, mas remover as pessoas tava difícil, entendeu?

E.: E com o Ibama?

N.S.: Bom, na nossa área lá o Ibama não tem muita atuação, mas a nível das outras comunidades o Ibama é fundamental para a preservação das áreas, preservação não, das discussões, porque se a gente for vê a criação do Ibama tem 20 ou 30 anos e as leis de preservação ambiental e nós já temos mais de 200 anos de existência e mesmo assim nós preservamos nosso espaço. Então é uma conversa né, mas o que prevalece é que ta na lei, então o Ibama tem mais poder do que a gente, apesar da gente ta mais tempo lá, mas ele é fundamental pra garantir isso, mas a gente ta vendo dentro do Ibama e do Ministério do Meio Ambiente, eu me reporto logo ao MMA porque é de onde gera todas as Secretarias, Meio Ambiente, Ibama e outros. Eles fazem a garantia desse espaço. Hoje já estão conversando mais com a gente, de como a gente pode criar leis para proteger melhor as áreas de remanescentes de quilombo.

E.: E com a Sema?

N.S.: A Sema faz um trabalho mais ou menos (risos) entendeu? Tem as aspas, mas ainda não saiu do papel muita coisa, entendeu? Ainda ta muito na raiz, assim, então eu vejo que o único trabalho concreto que ela fez foi no Curiaú. A Lagoa tem os projetos pra ser instalados, mas ainda não saiu do papel o efetivo ainda. Tem aquele projeto Trilha Ecológica, mas era pra ser executado esse ano, não foi executado. Então deve está fazendo não sei como esse trabalho. Eles chegaram a apresentar o projeto, mas pedir, assim opinião da comunidade dizendo se pode. Se a comunidade pode trabalhar de forma, não chegaram ainda a conversar. E só!

E.: E com o Incra?

N.S.: Do Incra [risos]. Esse ano ele começou a trabalhar mais, devido o nosso chamamento né? Devido nossos embates, que agente teve de vez enquanto. É parceiro, mas ao mesmo tempo não é parceiro, porque o governo, o Incra, principalmente ele fez um trabalho muito bom, mas também ele complicou muito a nossa área; porque ele titulou terras, onde ele não deveria ter titulado, porque era

nossa área, e hoje a gente tá vendo aí brigas e mais brigas, mas é pro crescimento da comunidade, pra que possa executar, porque a gente sabe que tem uma morosidade em poder estar executado pelos diversos problemas que estão instalados entendeu? Dentro do Governo Federal ele colocou a prioridade, a primeira prioridade a Lagoa dos Índios, aqui no estado, não se vê como prioridade a Lagoa dos Índios. Então, é esse o nosso embate, já que a gente era os primeiros, porque não se trabalha os primeiros problemas, depois trabalha as comunidades com menos problemas que tiveram menos trabalho.

E.: E a participação da Unifap e da Fama dentro da comunidade?

N.S.: Bom, quando se fala em questão de academia a gente sente uma falta muito grande. Isso aqui é uma análise minha mesmo. A gente sente falta de ações concretas. A gente recebe muitas visitas de estudantes, entendeu? Mas ações concretas dessas universidades e faculdades a gente não viu ainda, só promessas. Eu não vejo que elas têm uma atuação, a gente serviu e serve como laboratório de pesquisa, entendeu? Fomos, somos simplesmente ... tiveram nosso apoio pra poder executar os projetos, apresentar seus projetos, mas não deram retorno, entendeu? Pra gente nem a Unifap que é quem deveria trabalhar mais ainda com a comunidade não trabalhou, ainda, não fez nada de concreto pra lá e a FAMA também não. Tantas entrevistas foram feitas com membros da comunidade, agora a comunidade já sente até receio de dar entrevistas, porque prometem que vão fazer, que vão trazer projetos e de concreto nada tem. Você sentiu isso, não sentiu, que o pessoal se negou a trabalhar com a Universidade?

E.: E qual a participação dos empresários presentes dentro da Lagoa. Quais as vantagens e desvantagens da presença deles na área da Lagoa?

N.S.: Eu vejo assim, vantagem não tem nenhuma pra nós, até porque a comunidade nunca foi empregada lá, nem pela Casa das Carnes, nem pela Yamada, nem pela Skol, nem por ninguém. Vou dizer uma coisa pra vocês, a comunidade não tem nem formação. O mínimo que eles pedem é o segundo grau. A comunidade mal termina o primeiro grau, nem pra servente não tem. E as desvantagens, ainda são maiores, ontem começou uma queimada por detrás da Fama. Se ela fosse parceira, ela não deixava que queimasse, dava jeito de apagar. Nós sabemos que tem lavagem de carro, de óleo que se joga ali dentro da Lagoa, então vai nos prejudicar, assim como as várias queimadas. Que poderiam também tá preservando, colocando torre observatória, não colocam, então não tem vantagem sem falar que eles ... tão ocupando as nossas áreas. A maior desvantagem é essa, tão dentro da nossa área, tão dentro das nossas terras e não fazem nada pela gente, então a maior desvantagem é essa.

E: A gente sabe da existência da Associação dos Moradores da Comunidade Lagoa dos Índios. Vocês trabalham em parceria? Desenvolvem ou já desenvolveram algum projeto em conjunto?

N.S.: Não a gente não tem contato, até mesmo porque tem uma divergência política dentro da nossa comunidade, entendeu? Como sempre tem em todas as comunidades, a nossa também tem e muito, então não tem projeto nenhum e, conjunto. Nunca teve, até mesmo porque a Associação [de mulheres] foi criada exatamente porque a Associação de Moradores não tava executando o seu trabalho, entendeu? E a gente tinha que trabalhar com recortes. Pena que nosso trabalho teve uma proporção tão grande, bem maior do que se trabalhava e aí criou-se ciúmeira. Então todo trabalho que a gente desenvolve é só com a Associação de Mulheres, né? Já teve problemas e aí a gente não teve condições de trabalhar com eles.

E.: Você conhece algum projeto desenvolvido pela Associação dos Moradores?

N.S.: Não, não conheço. Sou presidente da Associação de mulheres. Nunca fui presidente da Associação de Moradores.

E.: Você pode fazer um paralelo de como você via antes o trabalho da Associação de Moradores e como você vê hoje a atuação deles.

N.S.: Se eu for comparar o ontem e o hoje, dá na mesma coisa, porque eu ainda não vi trabalho nenhum ainda de concreto, entendeu? Nenhum projeto que eu me lembre até hoje na minha pouca memória ainda não vi nenhum deles.

E.: E quem era o presidente da Associação de Moradores antes do atual?

N.S.: Bom, foi assim. Foi o pai do atual [seu Juraci], depois passou pro primo do atual, depois passou pro sucessor dele que era o pai, era o seu Juraci, seu Osvaldo e o Ronildo agora. A presidência da Associação dos Moradores está concentrado em uma única família. A minha atuação é diretamente com a Associação de mulheres.

N.S.: Eu moro no Ramal do Mururema, mas foi assim. Foi a tia Ricarda que me deu um pedaço de terra pra mim morar, construir minha casa. Então foi por herança.

E.: Como está sendo a relação com os moradores, pessoas que vieram de fora e se instalaram na área da comunidade?

N.S.: Aqui tem 3 tipos de conflitos. Né? Entre moradores que geralmente tem, entre pessoas que vêm de fora e se instalaram lá, que ficam botando fogo, que ficam ameaçando, que ficam proibindo as pessoas de tirar os próprios subsídios pra alimentação e também o conflito com a sociedade. Tem a sociedade que é a favor, mas tem uma minoria que tem o poder aquisitivo muito bom que é contra a titulação, aí traz o conflito pra dentro da comunidade. Mais diretamente, eu acho que o conflito é provocado pelos empresários e pelos donos de terrenos que não querem deixar o local. Existe ocupação do espaço requerido pela comunidade por pessoas que não pertencem ao grupo. Existe e existe um número bem elevado de pessoas que não fazem parte da comunidade.

E.: Quais os meios de transporte utilizado pela comunidade?

N.S.: a pé e de bicicleta.

E.: Faça uma caracterização do abastecimento de água na comunidade?

N.S.: O abastecimento de água é feita através de poço feito pelos próprios moradores, poço artesiano. Os moradores armazenam a água através de caixa d'água, às vezes as pessoas coletam dentro de baldes quando não tem caixa d'água, ou então de latão.

E.: Vocês utilizam água do Igarapé ou da Lagoa?

N.S.: O pessoal utiliza às vezes utiliza mais é bem raro por causa do poço. O poço é utilizado pra banho e para atividades domésticas. A água do igarapé e da Lagoa é utilizada para pesca.

E.: E quanto a educação dentro da comunidade, como é feita?

N.S.: Tem a Escola Estadual Lagoa dos Índios com pré-escolar e de 1ª a 4ª série. Da 5ª a 8ª série e o 2º Grau, os moradores que estudam têm que ir para escolas de outros bairros ou do Conjunto Cabralzinho.

N.S.: Tem transporte para atender o pessoal que estuda fora da comunidade?

N.S.: Até o 1º grau tem a Kombi do Cabralzinho, que vai pegar os alunos, aí o 2º grau a pessoa vai por conta,, vai até o Colégio Tiradentes, Lucimar e assim por diante e aí que tem força de vontade, que tiver disposição e dinheiro faz o 2º grau.

E: quais os programas de saúde existentes na comunidade?

N.S.: Tinha antes o Programa Saúde da Família (PSF). Então esse Programa, o médico ia pra dentro da comunidade. Agora não tem mais isso, foi retirado pro posto do Cabralzinho. Então a gente tem que disputar com o Marabaixo; Marabaixo 1, 2 e 3 e a comunidade do Coração; Cabralzinho e Alvorada pra poder ter acesso a consulta. Antigamente o Programa Saúde da Família era muito bom, porque o médico não precisava a gente ta dormindo no posto, ele ia pra dentro de nossas casas.

E.: Não existe posto de saúde na comunidade, então quais os meios procurados pelos moradores para tratar de doenças?

N.S.: Bom, se não for grave e nem morte a gente procura ervas, né? Tem doenças como dor de cabeça, inflamação... que são curadas na própria comunidade.

E: Mas são os próprios moradores que se medicam ou tem uma pessoa que vocês recorrem para ensinar esses remédios?

N.S.: Tem os remédios que a tia Ricarda faz, né? Então ela faz alguns remédios para verme, dor de cabeça; coristina com anador e outras coisas que prepara.

E.: E quais as doenças mais comuns na comunidade?

N.S.: Febre, diarreia, malária, deixa vê o que mais, diarreia já falei, então geralmente isso, dor de cabeça.

E.: o problema do alcoolismo atinge a comunidade?

N.S.: Bastante, lá o índice de alcoolismo é muito grande, e ele vem prejudicar, porque as mulheres que bebem mesmo são poucas, acho que só uma mesmo que bebe, assim pra dá problema. Os homens bebem e vem agredir as mulheres, entendeu? Ai começa a fazer outras coisas. Aconteceu o caso de um homem beber tanto e até vender a casa com a mulher dentro.

E: Outros tipos de drogas atinge a comunidade?

N.S.: Não, graças a Deus que nenhum outro tipo, assim o fumo normal, mas isso já é peculiar de muito tempo, eles fumam tabaco, mas outros tipos de drogas não tem.

E.: Como é feito o serviço de esgotamento sanitário na comunidade?

N.S.: Não, não existe nada disso, existe fossa fora da casa que os moradores mesmo fazem, a coleta de lixo é importante até falar, eles mesmo incineram, não deixam nada lá dentro, a gente não tem problema muito com o lixo.

E.: Quais os programas sociais que existem na comunidade?

N.S.: Existem muitos: auxílio a maternidade, Bolsa Família, Fome Zero dentro da comunidade, graças a Deus, a gente conseguiu todos, mas não deu para atender a todo mundo. Mas, a Bolsa Família do estado, ela ajuda bastante, é uma das principais rendas da comunidade. Tem a Bolsa Federal, também, o Projeto das Parteiras, o Fome Zero também está lá dentro da comunidade. Então tem todos os programas dentro da comunidade.

E.: a sua família é atendida por algum dos programas sociais?

N.S.: Não, não porque a gente é bastante sincero, tem pessoas que tem mais necessidade e pelo meu pai e eu também trabalhando a gente abriu mão desse recurso.

E.: Quais as atividades econômicas desenvolvidas pelas famílias da comunidade até a década de 1980?

N.S.: Bom, o principal meio desenvolvido na década de 1980 pra trás era a agricultura, a pecuária, hum! Era só a agricultura a maior.

E.: E a partir de 1980, nas duas últimas décadas, quais as atividades desenvolvidas pela comunidade?

N.S.: Nenhuma atividade é desenvolvida, só mesmo a pesca que é retirada de peixes de dentro dos lagos, mas pouca quantidade sem comercialização, mesmo só pra subsistência mesmo. Não, não tem nenhum tipo de produção. Desde as duas últimas décadas pra cá não tem nenhum tipo de produção. A comunidade não comercializa nenhum produto e também não recebe nenhum tipo de financiamento do governo. Mas nós temos incentivado às famílias a produzirem

E.: Como vai ser feito o projeto de piscicultura?

N.S.: A gente vai cavar um pouco mais o lago, pra que os peixes possam ficar a vontade e também durar por um tempo. Eles também vão trabalhar em rede pra poder ter o fluxo da água.

E.: Quais as espécies de animais mais conhecidas na área da Lagoa?

N.S.: A gente tinha o macaco preto, que se diz macaco prego, agora não tem mais, então muita captura, Cuamba, Cutia, também tem bastante, Cobra, pegam muita Jibóia, eles pegam pra vender, entendeu? E aquela Sucuri.

E.: Como é a forma de captura dessas espécies?

N.S.: Não sei dizer, só o pessoal da vila que tem contato com os animais que sabe.

E.: Você sabe quais espécies estão desaparecendo ou já desapareceram?

N.S.: Capivara ta desaparecida, que tinha bastante, o veado também que tinha muito, como foi crescendo e estão desmatando, aí foram embora ou morreram.

E.: Das espécies vegetais, quais você conhece e que existe na área?

N.S.: Manga, Caju são as espécies vegetais que mais tem. Goiaba e Paricá também. Tem árvore de paricá e várias árvores.

E.: Tem algumas delas que já desapareceram?

N.S.: Paricá, tem bem pouquinha, é um remédio anti-inflamatório.

E.: Das espécies comentadas quais são mais úteis para comunidade?

N.S.: Manga ajuda bastante na alimentação das crianças, a manga e o caju.

E.: Quais as religiões praticadas na comunidade?

N.S.: Tem o catolicismo, mas nós somos da umbanda e do candomblé e só.

E.: Qual a padroeira da comunidade?

N.S.: Nossa Senhora do Carmo que é a padroeira de lá, mas tem os diversificados santos: São José, São Jerônimo, Santa Luzia e São Joaquim.

E.: Vocês festejam todos eles?

N.S.: Todos os Santos.

E.: Você pode informar que dia eles são festejados?

N.S.: Bom, vou começar por São José, dia 19 de março; Nossa Senhora do Carmo, 16 de julho; São Joaquim 16 de agosto; São Jerônimo, dia 31 de setembro e Santa Luzia em dezembro não sei o dia mais ou menos.

Entrevista com Ronildo Silva Presidente da Associação de Moradores da Lagoa dos Índios Em 11 de Janeiro de 2006.

Entrevistadora (E.): Você poderia se apresentar, por favor?

Ronildo Santos (R.S.): Bom, eu sou Ronildo Pereira dos Santos, sou o presidente da Associação dos Moradores daqui da Comunidade Lagoa dos Índios, sou também universitário do curso de História, da FAMA, tenho 23 anos.

E.: Qual o número de pessoas associadas na comunidade, hoje?

R.S.: Cadastradas, na faixa de umas 300 pessoas associadas na comunidade.

E.: Todos são moradores daqui?

R.S.: Não nem todos. Alguns moram na cidade e tem parentesco com alguém da comunidade, tem terreno, tem envolvimento sim e como podemos dizer tem parentesco mesmo.

E.: Caracterize as ações da Associação, o que ela faz, o que promove?

R.S.: Bom, a Associação como um todo, visa trazer benefício eficaz pra comunidade. Nós lutamos por saneamento básico, posto de saúde, asfaltamento, água encanada; só que infelizmente a gente ainda não conseguiu o nosso objetivo. Com exceção da água encanada que ta certo para vir agora em fevereiro, parece que tá tudo certo para vir a água encanada pra comunidade. Água encanada e infraestrutura sanitária é... como posso dizer, que possa ter uma fossa, um banheiro, vai ser assim um mega projeto pra comunidade, uma grande arrancada, um grande ponto positivo pra comunidade.

E.: Desde quando existe essa Associação de Moradores?

R.S.: A Associação de Moradores, cadastrada oficialmente, existe desde 1995. Foi criada em Março, se eu não me engano, em noventa e seis (**1996**), só sei que foi em abril e que tem 8 anos aí você diminui... começa a contar de 8 anos pra trás e começa a contar... parece que dia 14 de abril.

E.: A associação tem algum projeto ou curso já desenvolvido ou a ser executado?

R.S.: Projetos nós já temos, e muitos, só que infelizmente ainda não conseguimos concretizá-los. Também desenvolvido temos poucos, ainda, em função de não termos apoio suficiente pra poder realizá-los.

E.: Especifique os projetos que já existem?

R.S.: No caso, por enquanto o projeto que a gente realizou foi o da luz elétrica, a iluminação, que passa e já ta tudo certo para colocar a água encanada. Que está pra se realizar. O asfaltamento é um grande projeto nosso que estamos lutando pra vê se a gente consegue colocar esse ano aqui, ainda não conseguimos realizar o projeto de colocar posto de saúde, telefone público lá dentro da comunidade ainda não conseguimos também, já mandei dois ofícios para a Telemar, mas todos deram negativos.

E.: Quando você foi eleito para presidente da comunidade?

R.S.: Eu entrei em 2003, no dia 14 de abril de 2003, não foi em 2004.

E.: Como você caracteriza seu papel na comunidade, o seu relacionamento com a comunidade como presidente?

R.S.: Minha relação com a comunidade é boa, além de eu ser o presidente, todos praticamente são parentes, todos parentes só, e em função disso, sou considerado uma boa pessoa! Porque além disso, procuro fazer o melhor pela comunidade, não procuro me envolver com pontos negativos, por exemplo: eu não sou de está bebendo, de tá fazendo coisa que não devo fazer, pra não queimar minha reputação perante a comunidade.

E.: O que você conhece sobre a comunidade quilombola? Você poderia relatar, fazendo um breve histórico de tudo que você conhece sobre a História da Comunidade?

R.S.: Bom, a comunidade Lagoa dos Índios foi fundada em mil...oitocentos....? Não to lembrado a data certa agora! Sei que foi há 152 anos atrás. Foi fundada pelo Sr. Bene, Bernadino Lino da Silva que é avô do meu avô, que foi juntamente com ele que veio pra cá com Maria Auta da Conceição, na qual se instalaram aqui nesse território mesmo, aqui onde nós estamos! Próximo a uma fabrica de goiabada só que foi ali a frente do Marabaixo I, lá se instalaram, e em seguida chegaram mais povos, no caso irmãos deles, todos chegando. Só que nós não sabemos concretamente se eles vieram da Fortaleza refugiados ou não, isso aí é uma hipótese que todos tentam excluir só que não chegaram a um denominador comum. Só há hipóteses! Depois disso foram se instalando aqui começou a povoar e depois de algum tempo o Alexandre Duarte Natividade que é o pai da minha avó se instalou na comunidade que é hoje. Chegando lá, ele fez sua primeira moradia lá e como lá era muito propício para a agricultura, a alimentação era mais fértil, ai se mudaram.... aí os parentes dele foram todos pra lá. Porque pra cá tem açazal, igarapé pra pegar peixe, a terra é mais fértil não tem esse campo duro daqui, tem mato pra plantar mandioca, pra fazer tudo, então eles acharam melhor ir pra lá então eles se

instalaram pra lá e desde daí que eles foram pra lá a comunidade ficou na ativa lá...tem indícios de algumas roças... toda essa área eles ocuparam mas a central é hoje onde é a comunidade. Bom chegando se instalaram lá, começaram a morar lá e foi nascendo pessoas e as pessoa espalhando só que a comunidade não evoluiu mais porque eles ficaram muito centrado. No caso era sobrinho casando com primo e foi assim essa concentração biológica e não foi possível espalhar muitas pessoas, mas antes deles virem pra cá já haviam parentes de outras comunidades, acho que tenho a idéia que essa comunidade não surgiu de fuga da Fortaleza, acho que não tem cabimento. O cabimento que existe que tem dentro de minha concepção, é que todas as comunidades o meu avó tem parentesco. Na família Tacacá tenho parentes, no Maruanum tem parentes, eu chego no Curiaú tem parente, pra cá tem parente, acho que vieram das comunidades que foram se instalando aqui é que surgiu a comunidade. A parte cultural deles era levada muito à sério, no caso eles valorizavam muito o catolicismo, é no caso aqui a padroeira é Nossa Senhora do Carmo, aí vem São Joaquim, aí vem Santíssima Trindade, Santa Luzia são os festejados todos os anos. Uma festa que não visava o lucro e sim a satisfação de realizá-la, não tinha esse negócio, hoje em dia não! Está totalmente mudado, o cara faz uma festa ele visa somente o lucro. Ele faz o marabaixo porque ele tem que fazer! Porque se não tira a cultura, no caso a ética da coisa, aí tem que fazer o Marabaixo, aquele H todo, mas no fundo, no fundo ele visa tirar o lucro da festa, bota o melhor som, procura trazer uma banda pra vim pessoal de fora. Antigamente não, era música ao vivo, era cavaquinho, era com safrola, um bocado de coisas que eles faziam, uma coisa meio incultural, poxa! Nem existe isso aqui, só existe lucro e pronto! Só usam o nome de santo.

E.: Como você vê a participação da Unifap aqui dentro da comunidade?

R.S.: Bom, tivemos com a Unifap algumas parcerias. O professor Álvaro foi uma pessoa que se dedicou muito pela comunidade, juntamente com o Coepi fizemos uma grande ação, ação global, onde se fez tipagem de sangue, teve palestras sobre saúde, higiene bucal um monte de coisas que são interessantes pra comunidade. Então a Unifap tá nessa parceria, juntamente com Senac, Sesi no qual já fui até professor aqui de alfabetização. Então, ela ta participando com conosco além de vocês, que tão vindo aqui procurando saber sobre a comunidade também ta sendo muito eficaz.

E.: Como você vê a participação da Fundação Cultural Palmares interagindo com a comunidade?

R.S.: Bom, a Fundação Palmares, ela vem se interessando em trazer... em virar a comunidade em quilombo. Só que agora eu acho quem ta mais a frente é a Seppir é uma secretaria que surgiu agora a pouco tempo, que é a Secretaria de Promoção da Igualdade Racial, que ta mais ativa conosco aqui. Inclusive a representante da Seppir, Elizabeth, ta vindo constantemente aqui, só que essa comunidade já era pra ser quilombo só que em função dos mesmos moradores terem vendidos as terras aí fica difícil porque a invasão, a invasão não que eu digo, a implantação de pessoas de fora já está algo antes já, ta praticamente. Fica difícil de virar quilombo! Assim do dia pra noite, porque é um processo muito longo e que o Incra e a Seppir estão tendo dificuldade nessa tarefa aí, porque as pessoas que estão de fora, não é um eu ou outra pessoa qualquer comum, é desembargador, é deputado, é juiz, é advogado, sei que é um cara da lei dificulta todo o processo.

E.: E a participação do Ibama, da Sema e do Incra, como você vê?

R.S.: Bom, desses órgãos o que está mais ativo é o Incra, em função da parte da demarcação, do negócio de quilombo aí. O Ibama pouco participa, acho que foi só uma vez que eles vieram aqui fazer uma palestra sobre as queimadas, só que eles dão a palestra e fica só na teoria, a prática não existe... não existe desenvolvimento sem a atuação da prática, você pode fazer a teoria, mas se não colocar em prática nunca vai pra frente, aí fica difícil!. Aí o Incra e tal colocando em prática porque ele ta sendo... é uma briga só que ele tem que fazer, que ta sendo tipo assim interessado pra fazer esse processo. No caso da Sema, ela ta também com um projeto belíssimo aí que é a Trilha Ecológica, de fazer uma parte turística aqui na Lagoa até o Igarapé da Fortaleza, é um projeto.... eu conversei com o secretário, ele me chamou lá, e o Benedito que ta coordenando o projeto, já fizemos alguns seminários aqui na Fama, no auditório da Fama. Que é um projeto muito lindo e com certeza se conseguir realizar vai trazer muito beneficio pra comunidade, porque, como tava falando pra ele, nós queremos que a comunidade participe no caso assim... se vai ter turista vai ter que ter guia pro turista, se vai ter que guiar, vai ter que ter um recepcionista, vai ter que ter uma parte pra receber os turistas. Então, tudo isso vai ser possível pegar uma parte da juventude daqui da Lagoa, pegar esse pessoal, capacitar eles, qualificar eles, falar uma língua estrangeira porque vêm pessoas de fora também, qualificar ele pra ser um recepcionista, pra ser um guia turístico, tudo isso vai ser muito bom pra comunidade, porque além

deles pegarem um emprego, vão ter uma profissão que tem mercado tem campo aqui no estado do Amapá.

E.: E a participação da Fama?

R.S.: A Fama, também ta compartilhando, ta colaborando conosco aqui! E os acadêmicos também vem fazer pesquisa aqui. Ela no caso, ta cedendo o seu espaço pra gente realizar seminários sobre a Lagoa, inclusive ano passado teve um lá com a ONG “Amigos em ação” que visa abranger o curso de História, Ciências sociais, Turismo e Gestão Ambiental e Engenharia Ambiental, acho, tão querendo fazer propostas pra beneficiar a comunidade, aí vão classificar três ou quatro projetos pra ver se nós conseguimos executar aqui na Lagoa.

E.: E a respeito dos empresários presentes aqui na Lagoa, o que você acha? Dos empresários da Lagoa: Yamada, Skol, Moseli?

R.S.: Bom, eles estão empregando, não posso nem falar que não também porque tão, já tem um trabalhando na Skol. Tem agora a Choperia da Lagoa que está contratando pessoas daqui da comunidade pra trabalhar lá, inclusive tem até três contratados que já começaram a trabalhar lá na Lagoa. Então eles estão compartilhando agora, eles tão tendo essa visão de classificar as pessoas daqui, mas agora tem essa visão que as pessoas daqui dependem... precisam de uma chance pra mostrar a sua capacidade. Inclusive também a Moseli veículos ela foi uma.... parceira, que foi até uma parceira pra gente, agora no fim do ano eles ofertaram, doaram no caso, 74 cestas básicas pra toda a comunidade tanto daqui como lá de dentro, cesta básica mesmo! Do leite ao óleo tudo vinha na cesta básica, toda a comunidade recebeu, eles visam um lado assim positivo, ta certo que cesta básica não dá futuro! Mas resolve naquele momento nem que seja a situação que hoje ta difícil, então estão tentando entrar algum ... Uma desvantagem. Eu queria que eles visassem mais a parte cultural assim, elaborassem um projeto e executassem aqui na comunidade, porque muitos deles estão só na teoria ainda, inclusive quando eu estive na Fama no seminário lá eu falei isso aí! Olha, vocês estão estudando um projeto pra beneficiar a comunidade, espero que esse projeto seja colocado em prática, porque de teoria nós já estamos enjoados! Porque desde quando eu entrei como presidente é projeto prum lado, projeto prum outro, e a gente fica desanimado e quando a gente vai fazer a coisa o cara diz que não dá, que não tem recurso, então se for pra ta nisso, a gente pára por aqui mesmo! E não faz eu passar vergonha na comunidade, porque o que eles passam pra mim eu passo pra comunidade, porque quando eu saio o pessoal fica alegre, e quando chego na comunidade, o pessoal pergunta: cadê Ronildo? Só furo, eu fico mal visto na comunidade. Então, vamos botar em prática porque se for pra ta só na teoria não adianta.

E.: A gente sabe que tem outra Associação, a Associação de Mulheres Negras, vocês trabalham em parceria?

R.S.: Alguns momentos trabalhamos!

E.: Quais os projetos que vocês desenvolveram juntos?

R.S.: Ainda não desenvolvemos nenhum.

E.: Por que?

R.S.: Não porque cada um tem uma função aqui dentro. No caso, ela tem uma parte mais.... vamos dizer assim, social, trabalha mais na parte do artesanato. Já a Associação de Moradores já abrange mais um pouco, no caso assim... no asfaltamento, a água encanada, a luz elétrica, e também estava com um projeto aí pra mandar pra SEPPIR agora, que é trabalhar com frango de postura que é uma parte da comunidade, e associação de mulheres vai trabalhar mais o artesanato, que abrange mais a mulherada e tal.

E.: Como você vê a atuação da Associação de Mulheres na comunidade?

R.S.: Ah!!! Ela é eficaz, é uma associação que tenta trazer algumas coisas pra comunidade

E.: Alguém da sua família já vendeu terreno para pessoas fora da comunidade?

R.S.: Ichi!!! Muito, no caso porque as pessoas daqui são meus parentes, a maioria tudo já vendeu terreno.

E.: Qual o motivo que fez com que eles vendessem seus terrenos?

R.S.: Obviamente, é o dinheiro, só o dinheiro ... há 10 anos atrás, tem um senhor que vendeu o terreno a sete mil cruzeiro, ele visava uma coisa e infelizmente deu outra, foi... vendeu o terreno a sete mil cruzeiro é como se fosse a sete mil reais hoje, aí comprou uma casa por cinco mil reais uma casa boa! E montou um comércio e pensou que ia passar o resto da vida folgado, aí só que ele não tinha prática, perdeu o terreno pra cá e foi tudo por água baixo!

E.: O terreno da sua família como foi adquirido?

R.S.: Bom, a terra que a gente vive hoje, porque isso aqui só é a minha casa o nosso terreno fica até lá dentro, foi por herança do meu avó, e foi pro meu pai e agora ta conosco aqui. Então foi por herança, porque agora não é mais posse é título, escritura titulada.

E.: Existe brigas entre os moradores?

R.S.: Bom, existir... existe! Mas não são graves ... nada que não possa ser resolvido, passivamente. Na verdade os próprios membros da comunidade, porque quando lhe falei que a maioria venderam o terreno, então só que, quando eles venderam o terreno, pensaram que não viraria quilombo, que quando colocaram quilombo veio recursos, dinheiro, aí eles estão alegando que invadiram a terra deles, aí estão em conflito com o pessoal que compraram o terreno.

E.: Quais os meios de transporte utilizados pela comunidade?

R.S. O principal meio de transporte é a bicicleta. Porque o ônibus não entra ainda na vila comunitária, só vai até próximo ao ramal do goiabal, a 1500 metros entrando. Em função de que é... a população de lá é muito minúscula ainda e não dá o retorno financeiro pra eles, então até pra vim aqui é só uma três vezes ao dia só. Caso ocorre uma doença é melhor que a pessoa morra logo porque se for pra espera ele...

E.: Que tipo de água a comunidade utiliza?

R.S.: Bom, a água que ainda existe é a água de poço e em péssimas condições. Quando chega a época do verão fica aquela crise que seca poços e os moradores ficam obrigados a beber aquela água barrenta, é por esse motivo que eu fiz esse projeto de água encanada e se Deus quiser daqui pro fim do ano a gente vai...já não vai mais ta com esse problema. A água quando o poço ta cheio é armazenada, porque alguns têm caixa d'água, outros não têm... é na lata, no balde, alguns só tem a bomba que liga direto pra armazenar nos baldes, no depósito, só poucas pessoas tem caixa...

E.: E quanto à água dos igarapés? Tem alguém que bebe aquela água?

R.S.: Não, até mesmo porque a comunidade mora na beira do lago e não do igarapé, então o lago é uma água muito suja e aí não serve.

E.: A água da Lagoa não serve para nenhum tipo de atividade? Nem pra tomar banho?

R.S.: Não porque pra tomar banho os moradores vão para o Igarapé da Fortaleza, aí eles vão tomar banho pra lá.

E.: Até que série é oferecida nessa escola?

R.S.: Até a 4ª série e depois tem que vim aqui pro Cabralzinho fazer a 5ª e 8ª aí depois do Cabralzinho, tem que vir pro Jucimar ou Anchieta ou aqui pro Marabaixo que já tem 2º grau.

E.: Quais são os meios de transporte para ir a escola fora da comunidade?

R.S.: Bom, voltando aos nossos antepassados que iam de bicicleta ou à pé. Hoje já melhorou muito inclusive tem uma Kombi que faz o transporte. Tem quatro professores, na comunidade é que não falta. Tem quatro turmas uma de pré, primeiro e segundo período, 1ª,2ª, 3ª,4ª série e lá tem professores, diretor, tem secretários,tem tudo.... Só um professor é da comunidade no momento.

E.: Existem Programas de Saúde na comunidade?

R.S.: Programas de saúde? Tem agente comunitário, saúde bucal teve logo quando eu entrei em 2004. Quando assumi a presidência, fizemos uma parceria com a presidente da comunidade negra do Coração, aí fizemos uma mobilização com os moradores daqui e aí extraíram dente do pessoal e também do SESC com a Dr. Tatiana que passou 6 meses na frente da Yamada com aquele ônibus odontológico que faz tratamento e todos que iam lá eram bem atendidos, inclusive eu fui lá... não que eu precise de dentista! Fui só pra fiscalizar mesmo a situação porque todo mundo que chegava dizia "lá é muito lindo, lá é o paraíso" aí eu fiquei curioso e fui lá e com certeza é uma coisa de primeiro mundo, tudo dentro da tecnologia mesmo... atualizada e eu fui muito bem atendido... todo mundo lá. Foi uma coisa muito boa. Ainda não temos Posto de Saúde. É um dos projetos que estamos querendo. A Comunidade vai no posto do Cabralzinho, ou então na Nova Esperança ou até mesmo no Hospital de emergência. As doenças mais comuns são: malária.... malária, dengue, mas é mais a malária todo o ano. Devido a falta de posto médico, o que ta prevalecendo são as pessoas mais idosas que fazem chás para curar as doenças. A juventude hoje, ta por fora desse assunto, vão no hospital mesmo.

E.: Há Problemas de alcoolismo?

R.S.: [gargalhadas]. Alcoolismo é um problema sério na comunidade; é um dos causadores de trazer pontos negativos para a comunidade, porque com o alcoolismo os moradores ficam porre, fazendo

coisa que não devem... brigando um com o outro e isso acaba manchando a imagem da comunidade. Não existe outro tipo de drogas.

E.: E o esgotamento sanitário, como é feito na comunidade?

R.S.: Ainda é péssimo, alguns que tem fossa, banheiro interno nas suas casas, e outros só tem a pedra alí arcaico, que é só sanitário.

E.: Como é feita a destinação final do Lixo? Há coleta pública? Vocês queimam ou reciclam?

R.S.: Acho que a prefeitura pega.

E.: Há programas sociais, como a Bolsa Família, a comunidade é beneficiada por algum programa?

R.S.: Existe! Inclusive o Fome Zero com cesta básica, então... tem também a bolsa escola não sei se é a mesma coisa da bolsa família. É na qual essas bolsas são umas das que beneficiam a comunidade. Que dão uma grande contrapartida financeira para a comunidade. Dos moradores porque as mulheres tem algum salário é em função dessa bolsa família é porque os homens quase nenhum tem emprego, então eles trabalham com diária, de bico, trabalham com um, trabalham com outro, não tem emprego fixo.

E.: Quais as atividades econômicas desenvolvidas pela sua família até a década de 1980?

R.S.: Bom meu pai, ele tinha, tem um terreno onde ele plantava mandioca, fazia farinha, a gente cria ainda gado, nós temo criação de galinha, pato e a horta e às vezes vendia... isso era só mesmo no caso.... pra alimentação e pra comprar os mantimentos de casa. Hoje, meu pai é policial, aí não tem